

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PRODUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DA HABITAÇÃO POPULAR.
AS HABITAÇÕES COLETIVAS NO RIO ANTIGO.

LILIAN FESSLER VAZ

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSARIOS PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIENCIAS. (M.Sc).

APROVADA POR:

PROF. *Luiz Cesar Q. Ribeiro*
Luiz Cesar Q. Ribeiro - presidente da banca -

PROF. *Mauricio de Almeida Abreu*
Mauricio de Almeida Abreu

PROF. *Ana Clara T. Ribeiro*
Ana Clara Torres Ribeiro

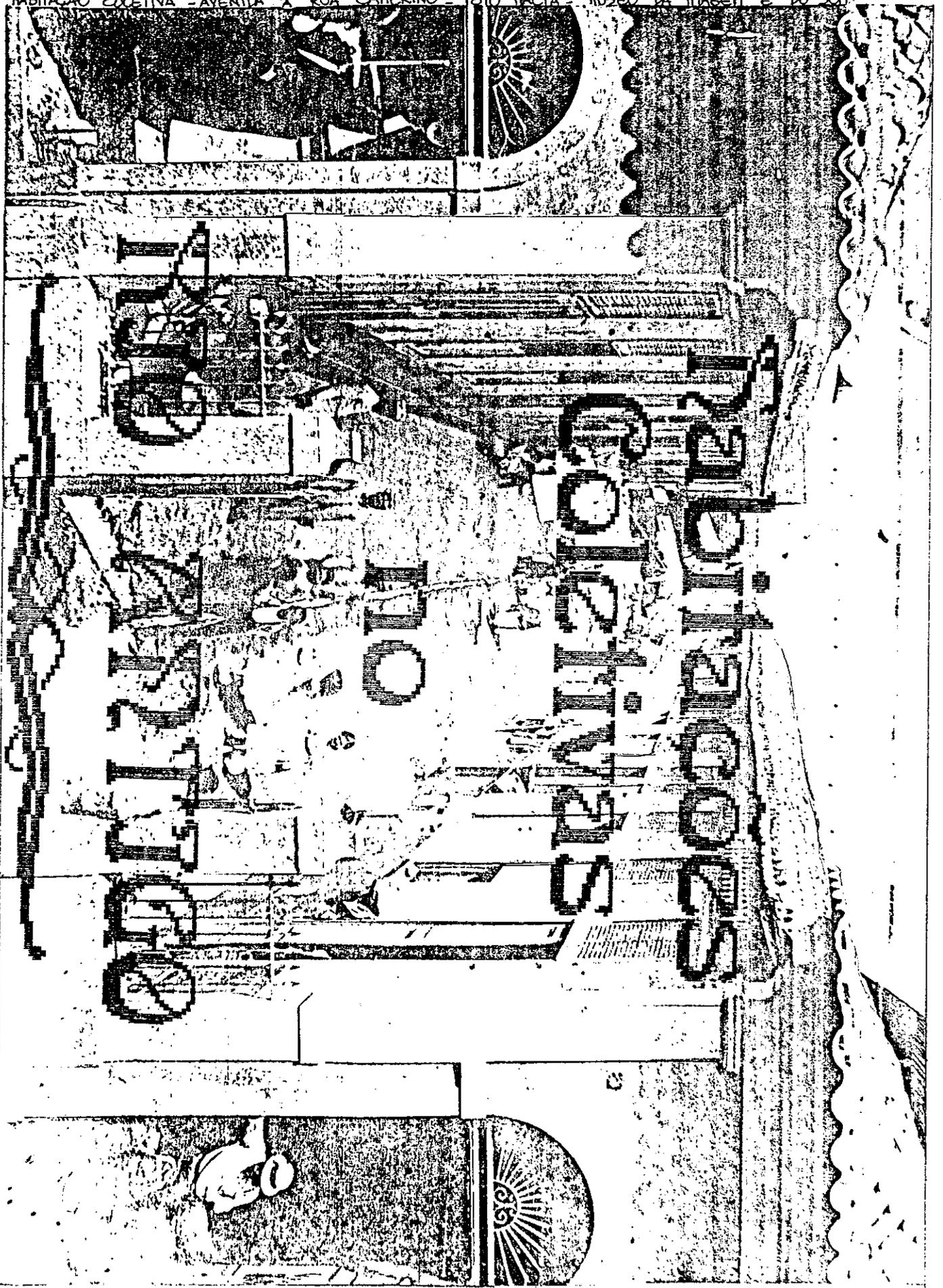
PROF. *Elane Frossard Barbosa*
Elane Frossard Barbosa

RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL

SETEMBRO DE 1985



HABITAGÃO COLETIVA - AVENIDA X RUA CAHERINO - FOTO MALTA - MUSEU DA IMAGEM E DO SOM



FICHA CATALOGRAFICA

VAZ, Lilian Fessler

Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo

X, 301 f.

Tese: Mestre em Ciências (Planejamento Urbano e Regional)

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Habitação Popular | 2. História Urbana |
| 3. Rio de Janeiro | 4. Teses |

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PUR

II. Título

n. do sistema 79300

PUR/PL/ANUR/UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 31/07 / 1990
N. Reg.

074867-6

Para Ricardo, Felipe e Carolina.

AGRADECIMENTOS

A CAPES e CNDU, pelo apoio financeiro, à Luiz Cesar, pela orientação, à Ana Clara, Andrea, Antonio, Bete, Carolina, Cristina, Elane, Ester, Felipe, Fernando, Giovanna, Ilza, Lelia, Mauricio, Mario, Merryman, Monica, Paula, Roberto, Ricardo, Sueli, aos amigos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E a todos que, de uma forma ou outra, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigada.

Resumo.

A proposta do trabalho é de realização de uma leitura sobre o espaço da habitação popular e da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.

E o período da transição, em que se instauram as relações de produção capitalistas e que se fazem acompanhar de mudanças de ordem política, econômica e social. O espaço arquitetônico e o espaço urbano atravessam também profundas transformações.

Enquanto o objeto de estudo - a habitação popular coletiva, ou cortiço - é analisado quanto à sua arquitetura, aos seus significados, aos seus conteúdos, sua evolução e as determinações que sobre ele incidem, revelam-se suas relações com diferentes frações de capital, com diferentes agentes sociais, com o Estado e com o espaço urbano. Resulta desta análise uma imagem muitas vezes diferente da habitualmente consagrada do cortiço. A análise mostra ainda os paralelos entre os processos de transformação dos espaços urbano e arquitetônico.

Summary

The present work has as main topic the popular housing spaces and the urban space of the city of Rio de Janeiro at the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century.

This is a time of transition, when capitalist production relations come and bring changes into the political, economical and social order. The urban and the architectural spaces also go through deep changes.

The empirical object of this work is the collective popular housing. Its architecture, its significant, its contents, its evolution, the process of its production and the way they disappeared are analysed. Its relations to the different capital fractions, to different social agents, to the State and the urban space are also analysed. The result is an image of this housing different than the usual. The work also shows the parallels between the processes of urban and architectural space transformation.

Indice.

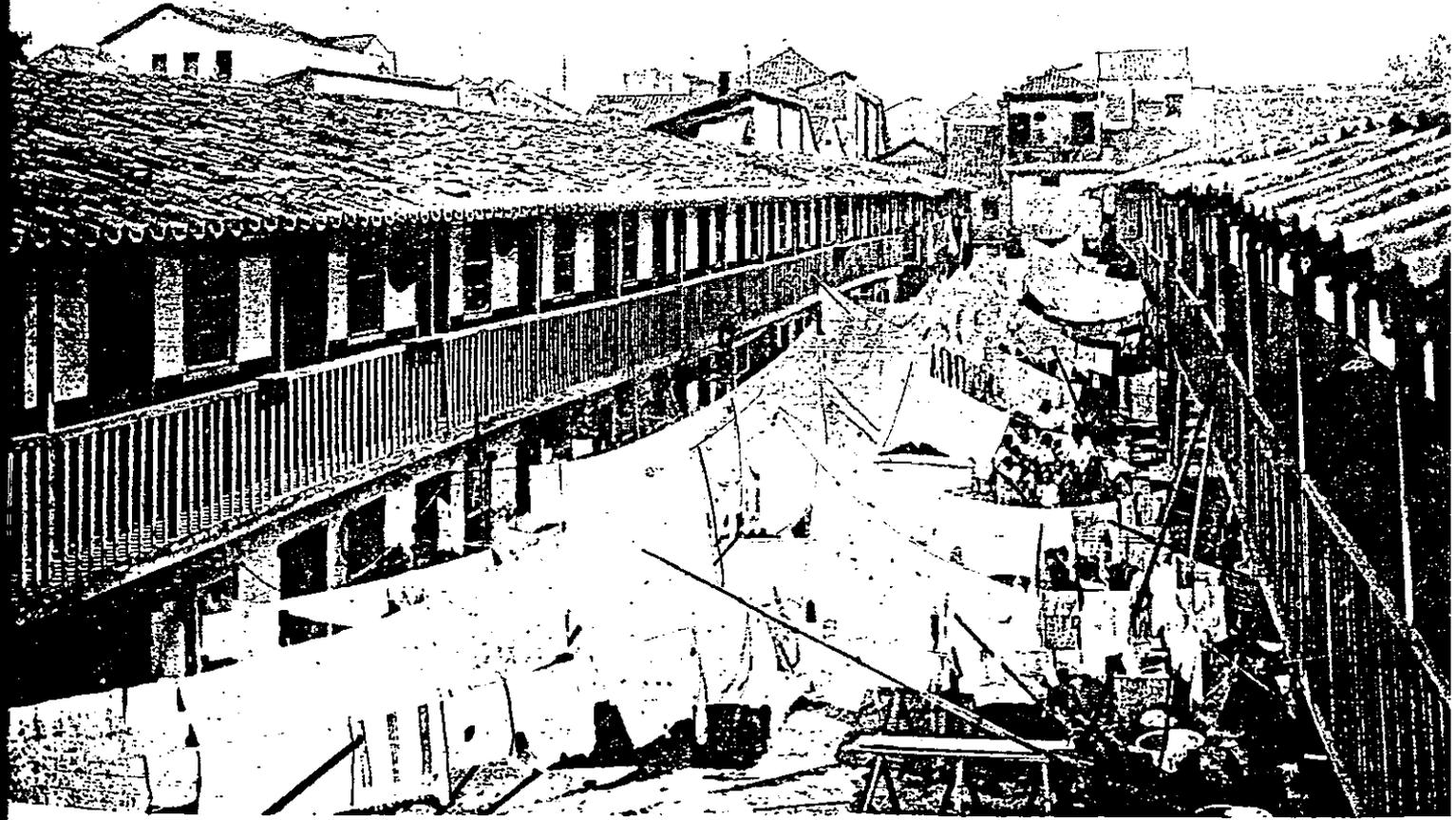
	Introdução.	1
	Notas.	7
1.	O Rio de Janeiro no periodo da transição.	8
1.1.	A transição	9
1.2.	Contexto sócio-económico	9
1.3.	A população - as camadas populares	11
1.4.	A cidade do Rio de Janeiro	14
1.4.1.	O espaço urbano - a área central.	15
1.4.2.	O traçado urbano - as ruas e as praças	18
	Mapa 1	23
	Notas parte 1.	24
2.	As casas - o espaço da habitação	27
2.1.	Introdução	28
2.2.	Térreos e sobrados	28
2.3.	A permanencia dos espaços	32
2.4.	A crítica dos espaços	33
2.5.	Os novos espaços	34
2.6.	Morar e trabalhar	36
	Figura 1	41
	Figura 2	42
	Tabela 1	43
	Notas parte 2.	44
3.	A crise da habitação no Rio de Janeiro	47
3.1.	A crise da habitação	48
3.1.1.	Manifestação da crise no Rio de Janeiro	50
3.1.2.	Lotes e casas: novas mercadorias	52
3.1.3.	Os indicadores da crise no Rio de Janeiro	53
3.2.	As alternativas de alojamento	57
	Tabela 2	65
	Notas parte 3.	66
4.	As habitações coletivas	69

4.1.	Informações básicas s/ as habitações coletivas	69
4.1.1.	Origens e primeiras notícias	70
4.1.2.	Tipologia das habitações coletivas	73
4.1.2.1.	Estalagem	75
4.1.2.2.	Casa de comodos	75
4.1.2.3.	Cortiço	76
4.1.2.4.	Avenida	77
4.1.3.	Conceituação	79
4.1.4.	Obs. s/ outras modalidades de habit. coletivas	81
4.1.5.	Evolução das habitações coletivas	83
	Figura 3	89
	Figura 4	90
	Figura 5	91
	Figura 6	92
	Figura 7	93
	Figura 8	94
	Figura 9	95
	Notas parte 4.1.	96
4.2.	As habitações coletivas no contexto urbano	103
4.2.1.	Introdução	104
4.2.2.	Distribuição espacial das habitações coletivas	105
4.2.3.	Ocupação dos quartos e casinhas	112
4.2.4.	Total de cortiços e população moradora	114
4.2.5.	Pequenos e grandes cortiços	116
4.2.6.	Padrões de construção	118
4.2.7.	Condições higienicas	119
	Mapa 2	122
	Mapa 3	123
	Tabela 3	124
	Tabela 4	125
	Tabela 5	126
	Tabela 6	127
	Tabela 7	128
	Tabela 8	130
	Tabela 9	131
	Tabela 10	132
	Tabela 11	133
	Tabela 12	134
	Tabela 13	135
	Notas parte 4.2.	136
4.3.	No interior da habitação coletiva	140
4.3.1.	Introdução	141
4.3.2.	Quartos ou casinhas	142
4.3.3.	Instalações sanitarias	144
4.3.4.	O pátio/ corredor	147
4.3.5.	A venda/ taverna	149
	Figura 10	152
	Notas parte 4.3.	153

4.4.	A população moradora e seus espaços	155
4.4.1.	Os moradores - trabalhadores	156
4.4.2.	Caracterização socio-profissional	157
4.4.3.	Nacionalidade e outras características	166
4.4.4.	Organização social e modo de vida	169
	Notas parte 4.4.	171
4.5.	A produção das habitações coletivas	174
4.5.1.	Um parenteses: o capital imobiliário	175
4.5.2.	A produção da habitação	180
4.5.3.	Os agentes da produção	180
4.5.4.	Os processos de produção	186
4.5.5.	O consumo das habitações coletivas	189
4.5.6.	Os efeitos do mercado	192
	Notas parte 4.5	199
4.6.	A erradicação - a campanha higienista	202
4.6.1.	Um parenteses: a higiene	203
4.6.2.	O processo de erradicação dos cortiços	206
4.6.3.	As primeiras restrições	206
4.6.4.	A imposição de melhoramentos	208
4.6.5.	O fechamento de cortiços	211
4.6.6.	A demolição de cortiços	213
4.6.7.	A reação dos proprietários	216
4.6.8.	Os limites da higiene: a propriedade privada	219
4.6.9.	O auge do processo: 1902-1906	222
4.6.10	O agravamento da crise da moradia	228
	Notas parte 4.6	232
5.	Um estudo de caso: o Cabeça de Porco	241
5.1.	Introdução	242
5.2.	Proprietários e moradores	243
5.3.	O começo do fim	246
5.4.	Os interesses pela extinção do cortiço	247
5.5.	A demolição	250
	Mapa 4	253
	Notas parte 5	254

6.	Conclusao - reflexoes	257
6.1.	"A transiçao da cidade malsa para maravilhosa"	258
6.2.	A transformaçao do espaco urbano	261
6.3.	A habitaçao popular - novo padrao	265
6.4.	A questao da moradia - novos termos	267
6.5.	O cortiço - aspectos simbolicos	269
6.6.	A transformaçao do espaco da habitaçao	271
6.7.	As habitaçoes coletivas - formas da transiçao	272
	Graficos 1 e 2	276
	Graficos 3 e 4	277
	Graficos 5 e 6	278
	Graficos 7 e 8	279
	Figura 11	280
	Figura 12	281
	Figura 13	282
	Notas parte 6	283
	 Anexo 1	 287
	 Anexo 2	 294
	 Bibliografia	 295

A VISCONDE DO RIO BRANCO
HABITAÇÃO COLETIVA 1906 - FOTO A. MALTA - AGCRJ.



Introdução.

Este é um estudo sobre o espaço. E' também um estudo sobre o tempo. Não somente porque é um estudo histórico, mas porque o período escolhido é de transição; a caracterização dos objetos de análise no momento final do período é bem diferente da sua caracterização inicial. O espaço expressa a sociedade e suas relações; quando estas atravessam uma fase de transição, o espaço também será marcado por transformações.

O espaço é observado em duas escalas: a primeira, mais abrangente, permite focalizar a cidade do Rio de Janeiro; a segunda, mais restrita, permite focalizar as suas casas.

O espaço é observado através de suas formas: umas em formação, outras em transformação. Algumas formas antigas permanecem como herança da divisão social do trabalho anterior, outras respondem à novas funções, exigências de uma nova divisão do trabalho. Formas novas surgem em decorrência destas novas necessidades. (1) Assim, vemos antigas edificações serem utilizadas para outros fins. Os andares superiores dos sobrados são ocupados por escritórios, os casarões se transformam em casas de comodidade; algumas áreas urbanas adquirem novos usos: uma chácara é retalhada em lotes residenciais, outra abriga fábrica e vila operária.

O objeto de trabalho é portanto o espaço em transição, que acompanha o movimento da sociedade. Mesmo denominando de "espaço arquitetônico" às casas e de "espaço urbano" à cidade, na realidade um e outro são manifestações da mesma formação econômico-social. Por serem, no fundo, materialização das mesmas relações sociais, apresentam aspectos semelhantes, resultantes de tendências e processos muitas vezes comuns.

Ao iniciar esta apresentação já se colocam pois duas linhas de influência que marcam todo o trabalho, como antes já

havia marcado toda uma formação acadêmica: a arquitetura e o urbanismo, este entendido aqui no seu sentido mais amplo de estudos urbanos.

Nos estudos de história da arquitetura brasileira chama atenção a importância dos prédios produzidos para as elites. Em matéria de arquitetura civil urbana, contam-se principalmente solares, palácios e sobrados. Há também casas térreas, numerosas mas sem maior interesse, e poucas linhas sobre construções mais simples ou vulgares. A arquitetura evoluiu do colonial para o neoclássico, que se perdeu no ecletismo para finalmente desaguar no moderno. Nesta história da arquitetura não se consideravam formas sem nobreza nem estilo. Sobre uma das formas mais reles e desprezadas da arquitetura civil - a estalagem ou cortiço -, praticamente não existem estudos, apesar do grande número destas habitações, do grande contingente de população que abrigava, do grande debate que suscitava e do seu papel precursor como padrão de habitação multifamiliar.

O cortiço foi desprezado como tema da história da arquitetura mas não como tema da história do Rio de Janeiro; a sua importância no contexto urbano tem sido reafirmada por muitos trabalhos recentes (2). Ocorre que o objeto de investigação - o cortiço - é oferecido ao pesquisador basicamente através do discurso de personagens que discutiam suas condições sanitárias. Assim fica privilegiado o ponto de vista da higiene e dos higienistas na apreciação destas moradias, e, por extensão, das habitações coletivas em geral. Uma das intenções deste estudo foi a de recuperar outras características desta habitação popular, permitir que outros aspectos esquecidos e desprezados possam ressurgir. A própria imagem da habitação

coletiva difundida pelo discurso higienista é questionada, uma vez que se refere a uma parcela destas moradias mas não à sua totalidade.

A oportunidade de iniciar a investigação se ofereceu a partir do projeto de pesquisa "Formação e Transformação do Espaço Construído e Sistemas de Produção e Circulação da Moradia", sob a coordenação do professor Luiz Cesar Q. Ribeiro. Um dos eixos básicos de reflexão daquele trabalho foi a origem do capital imobiliário no Rio de Janeiro; as habitações coletivas eram analisadas como resultantes da atuação deste capital. A participação nesta pesquisa permitiu a formação de uma base de conhecimento sobre o tema e também o surgimento de algumas questões. Este trabalho e particularmente a discussão das leituras realizadas dentro deste Grupo de Pesquisa foi muito proveitosa, assim como os demais trabalhos realizados com os Elisabeth Cardoso, Paula Albernaz, Mario Aizen e Roberto Fechman.

Na presente dissertação não se colocou hipótese nem questão inicial. A partir do objeto de pesquisa - as habitações coletivas indistintamente chamadas de cortiços - procurou-se fazer um trabalho exploratório, investigando os muitos aspectos não abordados da moradia popular e a sua estreita ligação com as transformações urbanas. A forma adotada foi a análise histórica. Daí resultou uma leitura da história das habitações coletivas no Rio de Janeiro.

Quanto à metodologia é preciso dizer que os dados obtidos são tão esparsos e fragmentados, que permitiram caracterizar apenas certos momentos e certos aspectos do tema. Sendo a transformação uma tônica do período considerado, as caracterizações são quase sempre referentes a momentos

específicos, dentro de limites dados.

As informações foram extraídas das mais diversas fontes: bibliografia em geral sobre arquitetura e história carioca, crônicas, contos e romances, publicações e periódicos da época e grande quantidade de documentos manuscritos. A documentação pesquisada é a do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: são pedidos de licença para construção, ofícios, pareceres e comunicações entre órgãos de higiene e da administração municipal, levantamentos, todos sob a rubrica de habitações coletivas, e alguns livros de lançamento de imposto predial. Foi também utilizada a iconografia,* através de mapas, plantas, ilustrações e fotos.

Quanto à estrutura da dissertação, optou-se por apresentar inicialmente um painel da cidade do Rio de Janeiro no contexto da transição. Antes de trabalhar as habitações coletivas, elementos marcantes da transição, mostrou-se a necessidade de apresentar sem maiores detalhes o contexto em que surgem estas modalidades de moradia. Neste sentido, optou-se por um capítulo que mostrasse um painel da habitação da época. No capítulo seguinte, é discutida a crise da habitação e apresentada uma série de opções surgidas em resposta à crise.

No centro da questão da moradia estão as habitações coletivas populares na forma de estalagens, cortiços, casas de comodos e avenidas, e que constituem o universo empírico da pesquisa. Na parte inicial se concentrou a descrição, conceituação e análise destas construções, e sua relação com o espaço urbano. Segue-se uma análise do seu interior e de seus moradores. Dois capítulos mostram como as habitações coletivas se disseminaram e como foram eliminados da cidade. Um estudo de caso sobre a mais famosa destas habitações - o Cabeça de Porco -,

torna mais concretos vários assuntos abordados. Um panorama da cidade ao final do período ressalta as transformações havidas ou em curso.

As várias questões suscitadas são tratadas na forma de reflexões, em tópicos no capítulo final, de modo a não fragmentar a dissertação.

Notas.

1- Santos, Milton - Espaço e Sociedade. Petrópolis, Editora Vozes, 1979, p 39/40.

2- Entre os trabalhos recentes sobre os grupos populares e suas condições de vida no 2º Império e 1º República estão:

Benchimol, Jaime Larry - Pereira Passos, um Haussmann Tropical. As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Tese submetida ao PUR UFRJ, 1982.

Abreu, Mauricio de Almeida & Bronstein, Olga - Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição da População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. R.J., CNPU/IDRC/IBAM, 1978.

Abreu, Mauricio de Almeida. - Da Habitação ao Habitat: uma Interpretação Geográfica da Evolução da Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro (1850-1930). R.J., FCRB, 1984.

Aquino, Lia de Carvalho - Contribuição ao Estudo das Habitações Populares, Rio de Janeiro, 1886-1906. Tese apresentada ao Mestrado de História do ICHF UFF, 1980.

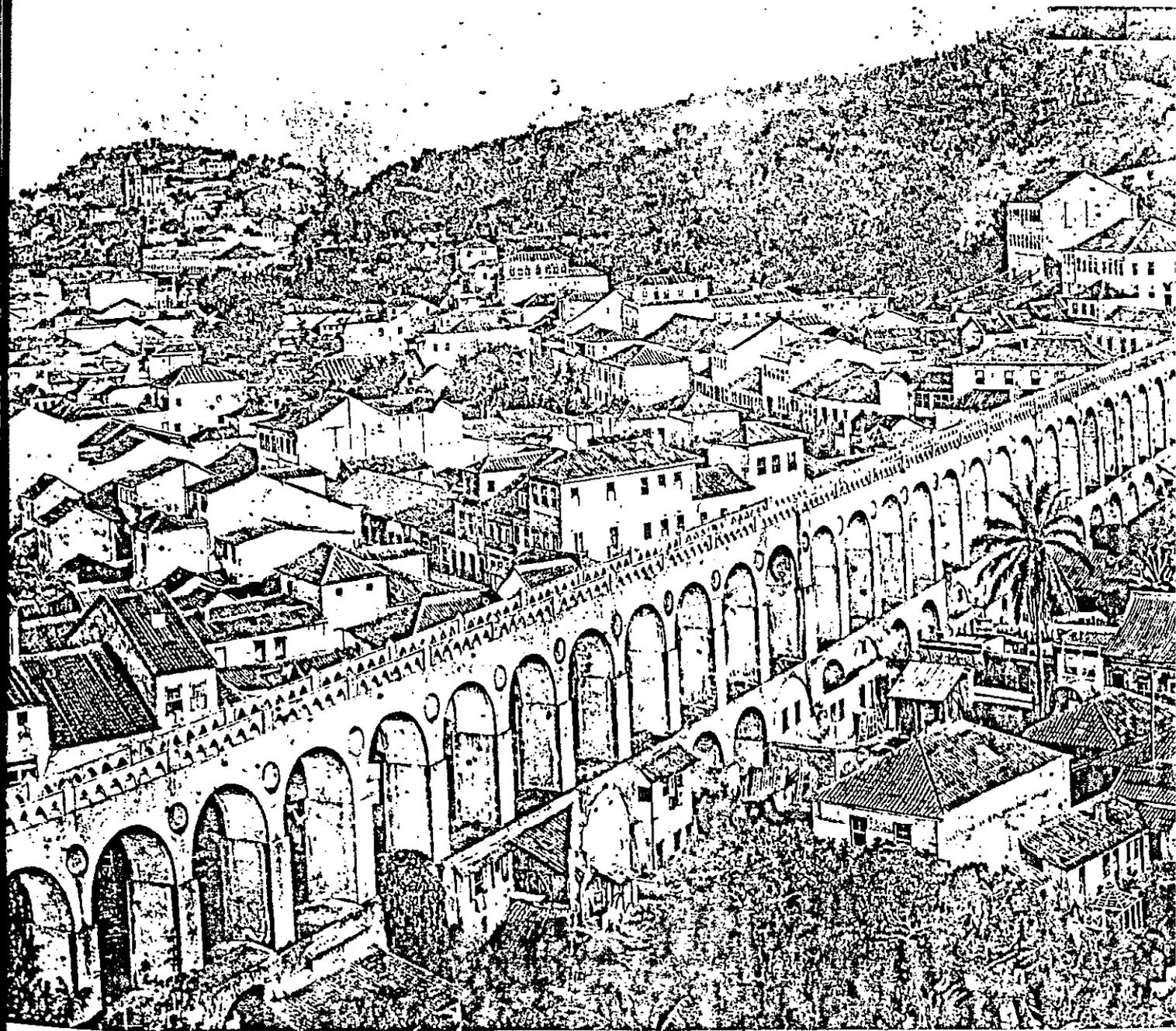
Centro de Memória Social do Conjunto Universitario Candido Mendes
A Assistência Médica no Rio de Janeiro: uma Contribuição para a sua História no Período 1870-1945. R.J., 1980.

Sevcenko, Nicolau - Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. S.P., Brasiliense, 1983.

O texto básico de época é:

Backheuser, Everardo - Habitações Populares. R.J., Imprensa Nacional, 1906.

LITOGRAFIA DE FOTO DE VICTOR FROND - ALBUM "BRAZIL PITORESCO" DE CHARLES RIBEIRO LLES - PARIS 1861 - 1HGB



1. O Rio de Janeiro no período da transição.

1.1 A transição.

Este estudo abrange a fase da transição para o capitalismo. A transição, período histórico de limites temporais pouco definidos, se manifesta na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

Compreendemos esta transição basicamente como uma fase marcada pela intensificação da divisão social do trabalho. É uma fase em que se geram as relações de produção capitalistas, que se disseminam, de início coexistindo com as relações de produção anteriores, e por fim dominando-as, recriando-as por vezes, e fazendo-as desaparecer. Este período é de desenvolvimento das relações de produção capitalistas e também de desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital.

1.2 Contexto sócio econômico.

Assim como na economia colonial, na economia de transição a produção se subordinava ao comércio. Esta supremacia significava a hegemonia do capital mercantil e da sua lógica de atuação e valorização.

A economia cafeeira que se expandiu no vale do Paraíba e se interligou com a implantação das estradas de ferro, teve o seu núcleo na cidade do Rio de Janeiro. O Rio era um empório comercial onde se concentravam o porto, a administração pública, os bancos e casas comissárias de café, o mercado de escravos e de produtos importados. A economia cafeeira fluminense - mercantil e escravista -, que já se ressentia do esgotamento do solo, do envelhecimento dos pés de café e da progressiva libertação da escravaria, teve seu final marcado com

a Abolição. A decadência da cafeicultura significou o afluxo para a cidade de capitais e força de trabalho antes alocados na lavoura, e que se voltaram para as atividades urbanas.

As atividades produtivas urbanas tinham um papel secundário na economia. Havia algumas oficinas artesanais, e a manufatura desenvolvia-se em surtos, dependente do comércio. As indústrias maiores surgem na década de 80, destacando-se as fábricas de alimentos e têxteis. Nestas atividades produtivas estava presente a força de trabalho escrava. Este fato, aliado à multiplicidade de "oficinas de artistas", manufaturas e fábricas, é indício da existência de diferentes relações sociais de produção. Reforçam ainda esta heterogeneidade a presença da "manufatura comercial", pequena manufatura atrelada a uma grande casa comercial, a indústria doméstica rural exercida nas chácaras ao redor da cidade e o trabalho à domicílio, (1) - formas de trabalho numa etapa de transição.

No que diz respeito à acumulação urbana, isto é, aos capitais que se valorizam através dos elementos do espaço urbano, destacam-se os grandes capitais investidos em serviços públicos. A companhia City Improvements (rede de esgotos) a partir de 1864 e a Botanical Garden Railroad Comp. (bondes a burro) a partir de 1868 são exemplos entre outros, da presença dos capitais estrangeiros nesta acumulação. Outros capitais procuram atuar através da concessão de privilégio de exercer certos serviços, outros ainda vão se valorizar através do mercado fundiário e imobiliário.

Ao final do século XIX ocorrem no Rio de Janeiro transformações profundas no contexto econômico, social, político e ideológico.

As relações sociais de produção em mudança vão significar não somente a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, mas também o aparecimento de novas classes sociais. As classes dominadas não se constituem mais essencialmente de escravos, mas de assalariados e do exército industrial de reserva. Um pouco acima na escala social despontam as camadas médias. As classes dominantes, tendo à frente nobres proprietários e tradicionais comerciantes, cedem a vez e também parte da fortuna a arrivistas burgueses.

Em termos políticos, o período é marcado pelo fim do Império e proclamação da República. Na esteira destas mudanças destaca-se um fato breve e marcante: o Encilhamento.

É poca de grandes emissões para o financiamento da lavoura, que assim poderia ser recompensada pelo prejuízo causado pela abolição do trabalho escravo, caracterizou-se pela forte inflação e intensa especulação. (2) Fortunas se criaram, outras desapareceram; grandes recursos mudaram de mãos, beneficiando entre outros, os empreendimentos industriais, mas também favorecendo recursos escusos para o enriquecimento.

Dentre estes, as "garantias", "monopólios", "favores", "concessões", e "privilégios" que foram utilizados para práticas especulativas de todo tipo, inclusive imobiliárias.

Com alguns conhecimentos e contatos, estes recursos legitimavam a constituição de fortunas para alguns poucos privilegiados. Enquanto isso difundia-se a idéia de que o trabalho deixara de ser atividade aviltante e degradada, para se constituir na mais nobre das ações, a que dignifica e permite alcançar todas as riquezas.

1.3 A população - as camadas populares.

A crise e decadência da cafeicultura fluminense implicou em uma intensa migração para a cidade, principalmente de ex-escravos. Além da imigração interna o Rio de Janeiro, sede da Corte e depois capital da República atraiu também grande contingente de estrangeiros.

A população da cidade aumentou vertiginosamente. Em 1870 era de 235.381 habitantes, em 1890, de 518.292, em 1906 de 805.335 e em 1920 de 1.117.599 habitantes. Nas primeiras duas décadas acima citadas a população aumentou de 120%; nos aproximadamente 15 anos seguintes aumentou de 55% e nos seguintes, 42%.

Nesta vasta oferta de força de trabalho a proporção dos empregados domésticos (3) e a dos sem profissão era alta, refletindo a disponibilidade desta força de trabalho.

A categoria dos "sem profissão conhecida" foi tratada diferentemente nos censos e analisada em trabalhos recentes que apontam para a magnitude deste exército industrial de reserva.

O censo de 1870 apresentou a seguinte classificação ocupacional:

Eclesiásticos	424
Militares	7.646
Empregados públicos	3.066
Profissionais liberais	2.806
Comerciantes	21.583
Capitalistas	245
Proprietários	1.562
Lavradores	13.560
Pescadores	1.396
Marítimos	1.603
Manufaturas, artes e ofícios	44.381
Agências	3.275
Serviços domésticos	53.160
Sem profissão conhecida	80.717
Total	235.421

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Recenseamento de 1920. In: Lobo, Eulalia M. L. - Historia do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). R.J., IBMEC, 1978, v 1, p 229.

A última categoria (nao por acaso nesta posição em uma ordenação decrescente), é a dos sem profissao, que constituíam 34% do total. Somados aos que declararam viver de "agencias", ou seja de biscates, teremos 35% da população vivendo em constante busca de estratégias de sobrevivencia. Somando-se estes aos trabalhadores domésticos, teremos 58% da população nao absorvida pelos setores industrial e de serviços. Em 1890 as pessoas ocupadas no serviço doméstico e as sem profissao representavam 48% da população economicamente ativa. Em 1906, chegavam a 52%. (4) Embora estes dados devam ser relativizados, ainda assim este contingente se mostra considerável.

Se repararmos bem a classificação do censo de 1870, veremos que as sete primeiras categorias sao radicalmente diferentes das sete últimas. Estas representam claramente as categorias populares, subalternas e dominadas. Somadas - pescadores, marítimos, trabalhadores das manufaturas, artes e officios, de agencias, em serviços domésticos e sem profissao -, teremos uma estimativa aproximada dos "pobres" do Rio antigo: 84% da população.

A estimativa mostra que nao é sem razao que os relatorios da Policia do Município da Corte classificavam a população carioca nesta época em abastados, pobres e mendigos. (5)

Em meio a esta camada popular assinalamos mais uma vez a fração dos desempregados, subempregados, biscateiros e desocupados. Esta turba representava imenso numero de braços para trabalhar, mas nao significava uma força de trabalho à disposição do capital: a economia mercantil escravista havia formado homens

pobres, livres, mas não totalmente despojados dos meios de produção e de subsistência. (6) E os homens pobres e livres somente abandonariam a produção da própria subsistência, oferecendo sua força de trabalho no mercado, impelidos pela extrema necessidade. (7)

As condições que permitiam a sobrevivência no campo tem sido objeto de estudos, mas as que permitiam a sobrevivência na cidade são ainda pouco conhecidas. Cremos que aí também se desenvolveram múltiplas estratégias que permitiram a sobrevivência antes que não restassem aos trabalhadores outros recursos senão trocar no mercado a sua força de trabalho por mercadorias necessárias à sua subsistência.

Uma das marcas da transição é a generalização do mercado de trocas e a transformação dos produtos em mercadorias. Antes porém da completa transformação dos elementos necessários à reprodução da força de trabalho e da própria força de trabalho em mercadorias, boa parte da população viveu na cidade sem participar deste sistema, isto é, sem que o seu trabalho estivesse submetido diretamente ao capital.

Pouco sabemos sobre as formas de "viração", apesar das inúmeras referências a todo tipo de atividades exercidas pelos pobres. Mas cremos que a cidade tenha oferecido algumas condições para que estes pobres pudessem viver à margem da ordem burguesa; condições que desapareceram, à medida que a cidade se modernizou e que o capital as reformulou em proveito da acumulação.

1.4. A cidade do Rio de Janeiro.

Ao se iniciar a segunda metade do século XIX o Rio de Janeiro era uma cidade comercial de feição colonial; ao se

iniciar a primeira metade do século XX, o Rio, em vias de se tornar uma cidade industrial (8), ostentava aspectos de moderna metrópole capitalista. Diversas inovações que alteraram a vida e o espaço urbano do Rio de Janeiro foram introduzidas durante o período da transição: a construção das primeiras linhas de estradas de ferro e da rede de esgotos, o estabelecimento das primeiras linhas de bondes de burro, a inauguração do telégrafo, do novo abastecimento d'água, da rede de telefones, e da luz e dos bondes elétricos.

1.4.1 - O espaço urbano - a área central

A evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro tem um marco importante no surgimento dos meios de transportes coletivos modernos, os bondes e trens (9).

E' por volta de 1870 que são instaladas as primeiras linhas, permitindo a expansão urbana que acompanhou as suas direções. Uma, para a zona sul e a Tijuca, ao longo dos trilhos dos bondes, atendendo às classes altas e médias que se deslocavam para os bairros residenciais. Outra, para a região suburbana, ao longo da estrada de ferro, para onde se dirigiram classes médias e baixas. Estes meios de transporte tem papel fundamental na estruturação da cidade: não apenas induzem sua expansão, como também acentuam a dicotomia núcleo/ periferia, anteriormente apenas esboçada (10).

Até este momento de ruptura, a cidade apresentava um núcleo antigo e central constituído pelas freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, complementado pelas freguesias de Santo Antonio e Santana, e ainda Glória e Espírito Santo como que lhes fechando um cerco (Mapa 1). Nesta

zona em que ainda se mantinham residências, se concentravam as casas comerciais, as casas comissárias de café, bancos, escritórios, repartições públicas, oficinas, manufaturas, armazéns, o porto e uma infinidade de pequenos estabelecimentos afins. Era ainda nestas freguesias que as condições sanitárias eram críticas e que se concentravam as habitações coletivas. É portanto para esta parte que se volta a atenção deste estudo.

Esta zona não era homogênea; muito pelo contrário, as descrições ressaltam sempre a proximidade de cortiços com casas bancárias, ou com residências nobres e abastadas. Ou de residências austeras junto a lupanares bem no centro (11). Ou mesmo de pardieiros ^{↳ PROSTÍBULO} caindo aos pedaços junto a prédios do mais alto aluguel, em pleno centro comercial (12). Esta proximidade, esta mistura, esta alternância de usos e categorias sociais diferentes seria mais tarde considerada incômoda e incorreta do ponto de vista urbanístico.

Era neste ambiente heterogêneo que se concentravam as atividades econômicas e para onde convergia a cada dia uma multidão em busca do seu ganha-pão; escravos "ao ganho", funcionários, operários, carregadores, trabalhadores diversos, inclusive os livres que se ofereciam para as mais variadas tarefas e vendiam os mais variados produtos.

Esta multidão não só dependia da aglomeração para sobreviver, como também não poderia arcar com os gastos de transporte para se deslocar diariamente para os bairros (13). O fácil acesso ao centro era pois fundamental para grande parcela da população, e a localização no centro ou junto ao centro, fundamental para muitas atividades. Em consequência, adensava-se progressivamente esta área e agravavam-se as suas condições sanitárias.

E' nestas circunstancias que surgem e proliferam mortíferas epidemias de febre amarela, varíola, peste e outras doenças, tornando o Rio uma das cidades mais perigosas e insalubres dos trópicos (14). A questão da salubridade da cidade associava-se à pobreza e ao seu meio:

"Uma outra questão se liga ao exercício da policia sanitária e da internação dos imigrantes, sem a qual esta cidade continuará a apresentar o aspecto nada recomendavel da agglomeração de maltrapilhos nas ruas e cortiços desta cidade, em pleno verao, à espera de trabalho, offerecendo pasto à febre amarela e as pirexias palustres... (o que contribui) para o descrédito sanitário do nosso paiz..." (15)
(grifos nossos)

O "descrédito" causado pela cidade era um grave problema para as novas mentalidades, e, após a República, para as novas classes dominantes que desejavam uma metrópole à altura de suas ambições. Era ainda um impecilho para a atração dos capitais e técnicos estrangeiros introdutores das modernidades que a cidade carecia. Era premente a

"...necessidade de adequar o urbano, visto aqui em sua acepção mais abrangente, às necessidades de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia do país e da cidade, a intensificação das atividades de produção e circulação, e a integração cada vez maior da economia nacional no contexto capitalista internacional exigiam uma organização do espaço condizente com o novo momento de organização social pelo qual passava o país" (16).

A nova organização e forma espacial se definem, num processo que inicia lentamente e se acelera vertiginosamente durante a renovação urbana de 1902-1906, imprimindo no espaço urbano as marcas da transição em curso.

O descongestionamento das freguesias significará a expulsão de certos grupos sociais e certas atividades para a periferia e a apropriação daquele espaço por várias frações de capital. E' um dos primeiros movimentos do processo de

estratificação social no espaço que virá a caracterizar a cidade até hoje, assim como do processo de divisão e especialização funcional do espaço, característico das cidades capitalistas em geral.

1.4.2 - O traçado urbano - as ruas e as praças

No Rio Antigo os elementos geográficos marcavam mais fortemente a paisagem: o mar, a baía, os morros, os rios, os pantanos, as matas. As imposições do sítio urbano ainda se faziam sentir, pela presença em particular dos quatro morros que balizavam a cidade mais antiga (Castelo, Santo Antonio, São Bento e Conceição) e dos remanescentes de áreas pantanosas.

O traçado urbano apresentava vestígios de diferentes momentos: as pequenas ladeiras tortuosas do seu berço histórico (o morro do Castelo), as ruas estreitas que compunham o quadriculado irregular da cidade velha (17), os caminhos sinuosos de penetração para o interior que, fugindo aos brejos, acompanhavam o sopé dos morros. Havia também as ruas abertas nas chácaras, isoladamente ou em grupos nos loteamentos a partir do final do século XIX.

Na zona mais antiga e central, em boa parte conquistada aos pantanos e lagoas, as ruas eram estreitas e desalinhas, os becos escuros e sinuosos. A pavimentação das ruas eram muito irregular, assim como as calçadas, formadas por grandes lajes de pedra. Não havia arborização nas ruas.

O traçado e a estrutura fundiária antigos (lotes estreitos e compridos) se explicavam pela tradição portuguesa e pelos condicionantes físicos locais. Mas a parte da cidade um pouco mais recente - a cidade nova -, era em tudo semelhante a antiga e, no que se dizia seus defeitos, até pior. Por exemplo,

nas proximidades da praça Onze e em São Cristóvão, nos anos 80,

"Tudo quanto há de nescado, torcido, acanhado e grotesco allí tem-se posto em practica com o fim unico de aproveitar terreno para edificar, ou - melhor ainda - para mercadejar..." (18)

Aterrou-se boa parte do sítio urbano, mas aterrou-se mal (usava-se o lixo); a falta de nivelamento do solo e de escoamento das ruas ficava patente com qualquer chuva. A umidade do solo era geral.

Os lotes, já tradicionalmente de pouca testada e muita profundidade, ficavam cada vez menores à medida que se chegava à Cidade Nova (19), onde muitos terrenos e soleiras ficavam abaixo do nível da rua.

Entre as construções predominavam as casas térreas de porta e janela ou de três vaos, que não recebiam iluminação e ventilação suficientes, seja por conta de sua arquitetura ou do desenho das ruas.

Uma vez delineada a forma das ruas, resta apenas apresentar o seu conteúdo. A rua era um espaço de intensa vida. A rua fervilhava, invadida dia a dia pela ralé, cuja presença nas ruas, como já se viu, era uma necessidade. Além dos que circulavam, indo e vindo de seus empregos, e dos que perambulavam em busca de trabalho, dos carregadores que atravessavam a cidade em todos os sentidos, havia ainda um sem número de ambulantes que apregoavam mercadorias de todos os tipos e que foram registrados por diversos autores. (20). As mercadorias eram oferecidas nas portas pelos vendedores, que passavam embaixo das janelas continuamente: as mulheres de certa posição social, sempre recolhidas no interior das casas, nem para isso precisavam sair. O que não fosse oferecido à porta era mandado buscar no armazém ...pelo moleque ou outro criado.

As ruas formavam um emaranhado perigoso, um espaço de luta pela sobrevivência através de formas permitidas ou proibidas pela sociedade. Boa parte da turba era composta de capoeiras, vagabundos, indigentes, "mulheres da vida" e "moleques da rua". (21)

Este burburinho crescia nas ruas comerciais e junto ao porto, onde o espaço era disputado ainda por carros e carroças e carregadores transportando fardos, sacos e caixas.

Boa parte desta multidão convergia para as praças e os largos. Eram espaços mais amplos e arejados, onde se concentravam as feiras e os quiosques, e onde os pobres podiam encontrar um serviço público essencial: fontes, chafarizes, latrinas e mictórios. } cop.

Nesta época os sistemas de água e esgoto tradicionais eram substituídos por modernos e nas casas surgiam os w.c.s e os quartos de banho construídos com materiais importados. As classes populares não podiam entretanto contar com o uso deste luxo industrial. Nas suas casas o fornecimento d'água e o escoamento dos esgotos eram insuficientes, precários ou inexistentes. Para uma grande parte da população carioca das últimas décadas do século XIX, água e esgoto significavam meios de consumo coletivo fornecido gratuitamente pelo Estado. Mas por pouco tempo.

Efetivamente, em 1860 havia 1900 penas d'água e 670 torneiras nas ruas; (22) nas praças, os equipamentos sanitários indignavam os higienistas. A praça de D. Pedro II, ou largo do Paço em 1888 teria:

"Ao redor do jardim... um chafariz e dezesseis kioskes, oito latrinas e mictórios. Dentro do jardim, uma latrina, dois mictórios e um tanque" sempre secos e sujos. "É realmente lastimoso e bem pouco edificante o estado da

praça... Junte-se a isso o capim... as pretas bahianas... os vendedores de hortaliças que attirao por todos os lados cascas... um ou outro ebrio a dormir..." (23)

Esta era a porta de entrada e sala de visitas da cidade e do país. As demais descrições são semelhantes: da praça da Harmonia, a Gal. Osorio, o largo de São Domingos, o de Santa Rita, o de São Francisco de Paula, a praça da Constituição e a Onze de Junho, todas elas ostentando as odiosas "atalaias ammoniacaes", inclusive a praça Duque de Caxias ou largo do Machado, anteriormente

"...recreio predilecto das familias dos opulentos bairros de Botafogo e Laranjeiras... hoje nas mesmas condições que qualquer dos já descriptos". (24)

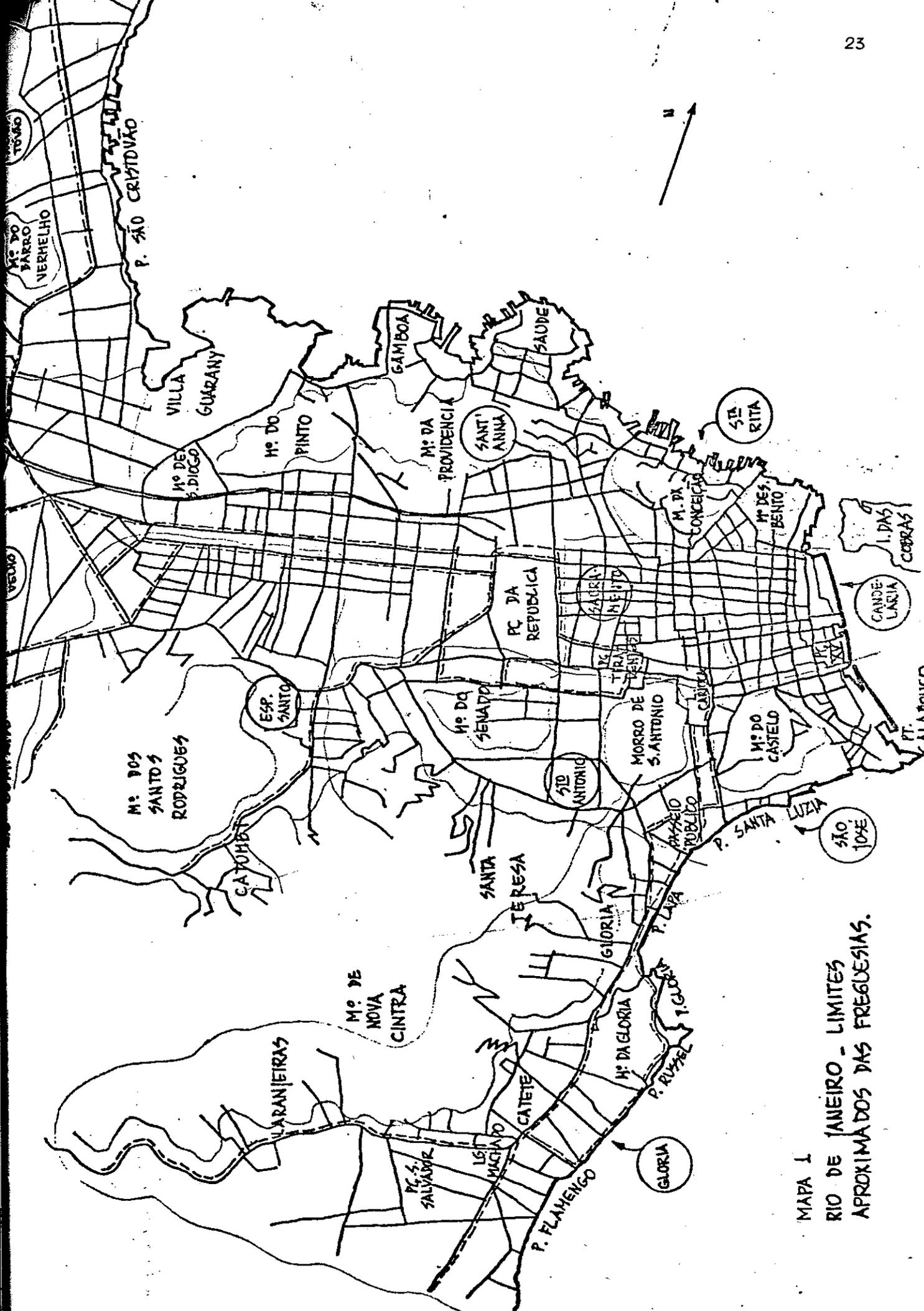
Com a notória falta d'água, as fontes se tornavam inúteis e os sanitários, infrequentáveis. O desserviço irritava a população usuária, que em 1902 atacou alguns registros d'água. (25)

Aos poucos estes equipamentos urbanos se tornaram insuficientes para atender a demanda. Relatórios e pareceres reclamavam a sua instalação em vários pontos da cidade (26), outros reclamavam sua eliminação. Foi o que realmente ocorreu: aos poucos foram desaparecendo, à exceção de alguns chafarizes que cumpriam papel apenas decorativo.

Nas ruas e praças os quiosques contribuíam também para dar condições de permanência à ralé no centro, aglutinando-a pela oferta de alimentos de consumo popular. Também atendiam a uma necessidade da massa, também foram condenados pela falta de higiene, também foram banidos da cidade.

A guisa de conclusão podemos resumir este capítulo ressaltando que se trata de uma época de profundas transformações e de intenso crescimento populacional. Uma das características da cidade durante a transição foi a presença desta massa popular

que viria a ser expulsa com a renovação urbana. Vejamos a seguir como e onde morava esta população. Antes porém, é necessário apresentar um panorama sobre a habitação e a crise da habitação nesta época.



MAPA I
 RIO DE JANEIRO - LIMITES
 APROXIMADOS DAS FREGUESIAS.

Notas parte 1.

1- Centro de Memória Social do Conjunto Universitário Candido Mendes - op. cit., pp 63 e ss.

2- Idem, p 126.

3- Fausto, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social. R.J./ S.P., DIFEL, 1977, p 27.

4- Os dados de 1870 devem ser tomados com reserva, pois a população ativa correspondia à população total. Para 1890 os cálculos são de Carvalho, José Murilo - O Rio de Janeiro e a República, versão preliminar apresentada ao seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. R.J., FCRB, p 3.

5- Linhares, Maria Yedda - História do Abastecimento no Brasil.

6- Franco, Maria Sylvia Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. Cit. em O Capitalismo Tardio.

7- Cardoso de Mello, Joao Manuel - O Capitalismo Tardio. S.P., Brasiliense, 1982, p 79.

8- Segundo Paul Singer em "Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino Americano", na evolução histórica destas cidades podemos identificar: a cidade da conquista, cidade comercial e cidade industrial. In: Economia Política da Urbanização. S.P., Brasiliense, 1977.

9- Abreu, Mauricio de A. & Bronstein, Olga - op. cit., p 50.

10- Idem, p 64.

11- A referência é sobre a rua Senador Dantas em 1916. In: Nava, Pedro - Balao Cativo: Memórias/2. S.P., Livr. Martins Ed., s/d, p 189.

12- Rebouças, André - Higiene Pública - Saneamento de Nápoles/Saneamento do Rio de Janeiro. In: Revista dos

Constructores, setembro 1889, p 124.

13- Abreu, Mauricio de A. - op. cit. p 8.

14- A febre amarela surge em 1849, a peste bubonica em 1899, a cólera reaparece em 1867 e a varíola ressurgia esporádicamente desde 1820. In: Santos, F. A. Noronha - Chorographia do Districto Federal. R.J., B. de Aguila Ed., 1907, p 160. O controle destas doenças só seria obtido a partir do início do século XX, com as medidas sanitárias conduzidas por Oswaldo Cruz durante a administração de Pereira Passos.

15- Gonçalves da Cruz, Bento & Pereira Fernando Lobo Leite - Relatorio dos Trabalhos da Inspectoria Geral de Hygiene (1891-1892). R.J., Imprensa Nacional, 1892, p 44

16- Abreu Mauricio de A. - op. cit. p 7

17- Em 1907, a cidade velha era constituída pelas freguesias da Candelária, Sacramento, Santa Rita, Sao Jose, Santo Antonio, e um trecho da Gamboa. A cidade nova, pela freguesia de Sant'Anna, e alguns logradouros do Espirito Santo e Gamboa. Os bairros da zona urbana se distribuïam pelas freguesias do: Espirito Santo (parte), Engenho Velho, Gloria, Lagoa, Sao Christovao e Engenho Novo. Mais além, se estendiam os suburbios ou zona rural. As informacoes sao de Noronha Santos. Chorographia, op. cit. p 181.

18- Inspectoria Geral de Hygiene - Hygiene das Habitacoes - Parecer sobre as Posturas de Construcçoes e Reconstrucçoes no Municipio Neutro Apresentado pelo Dr. Pires de Almeida.

R.J. Imprensa a Vapor de Lombaerts & Comp., 1886, p 4.

19- Idem, p 4.

20- Sao inúmeros os registros de tipos populares e ambulantes ao longo do século XIX e na virada do século. Debret, que aqui esteve por volta de 1825, desenhou "negras cozinheiras vendendo

angu", "vendedora de milho seco e verde", "vendedor de flores e fatias de coco", "vendedores de aves", "vendedoras de café torrado", "lavadeiras no rio Laranjeiras", "barbeiros ambulantes", "carregadores de leite", "quitandeiras diversas", "velha negra que carrega água", etc. Em 1908, Coelho Neto citava em suas lembranças o leiteiro com a vaca mugindo, o padeiro com o cesto, o moço do açougue, o caixeiro da venda, o homem do cisco, a quitandeira mina oferecendo verdura e frutas, o chin apregoando o peixe, a doceira, os negros do ganho, bafurinheiras minas, a preta da fressura com o tabuleiro de corações, bofes, fígados e tripas, a tia do angu com seu negro escrayo, o preto das empadinhas, o moleque do puxa-puxa, os mascates, as lavadeiras Quinta, os tropeiros, o peixeiro da Tijuca. E ainda pobres expondo mazelas, cegos remoinhando realejos, trios e quartetos de crianças italianas que cantavam, o negro do caldo de cana, a tia da canjica, o moleque das pipocas e do amendoim torrado. In: Bandeira, M. & Andrade, C. D. - op. cit., p 181/186.

21- Da Matta, Roberto - Casa, Rua & Outro Mundo: Reflexoes Sobre o Espaço e a Sociedade. In: Rev. PHAN 19, 1984, p 13.

22- Pimentel, A. M. Azevedo dr.- Subsidios para o Estudo da Hygiene no Rio de Janeiro. R.J., Typ. & Lyth. de Carlos Gaspar da Silva, 1890, p 260.

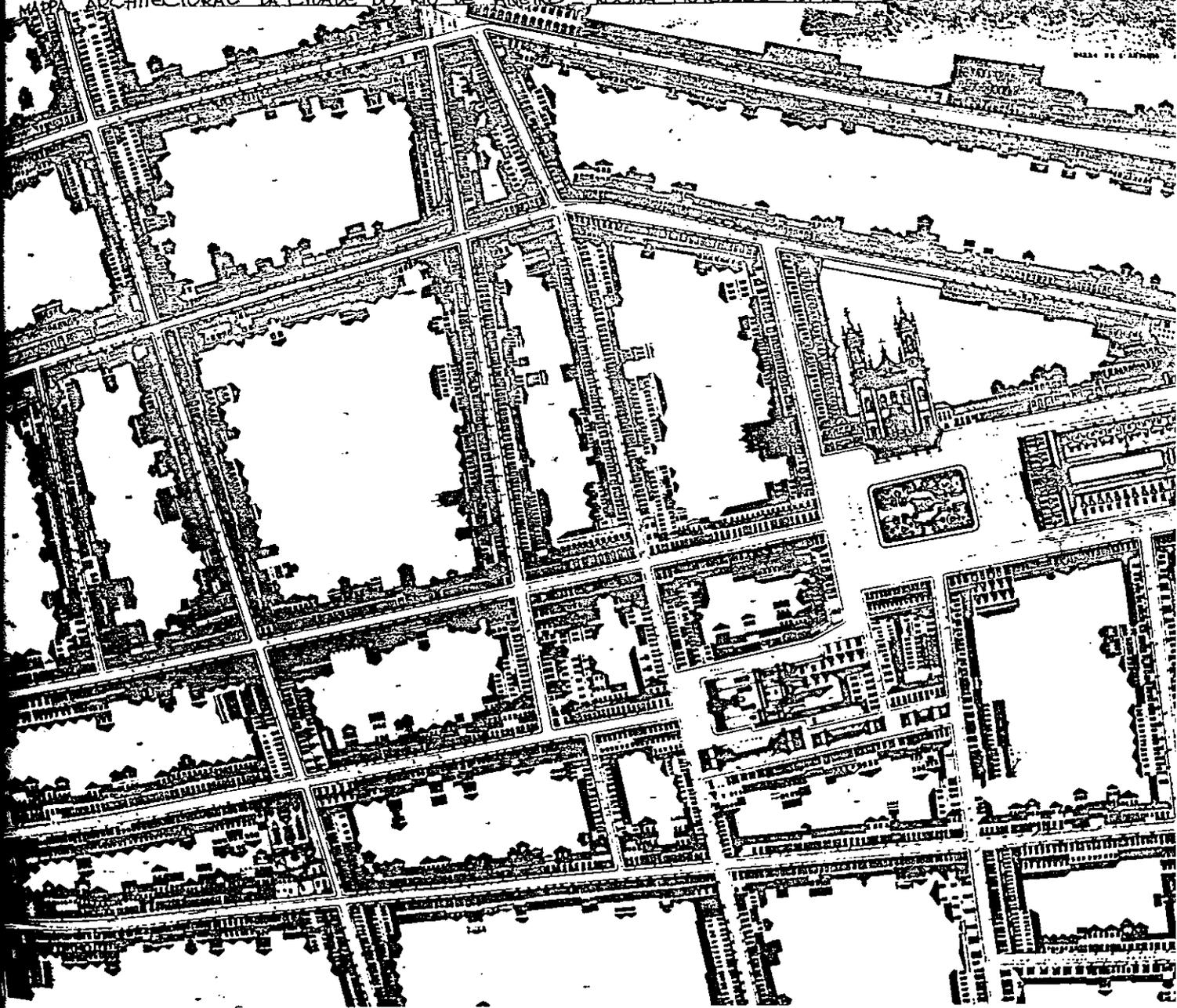
23- Idem, p 158.

24- Idem, p 163.

25- Carvalho, José Murilo de - As Revoltas de 1904. R.J., CEH/FCRB/IUPERJ, 1984.

26- Ibituruna, barao de - Projecto de Alguns Melhoramentos para o Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro apresentado Governo Imperial pela Inspectoria Geral de Hygiene. R.J., Typ. de Pereira Braga & C., 1886, p 18/19.

MAPA ARCHITECTURAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ROCHA FRAGOSO 1874 BIBLIOTECA NACIONAL



2. As casas - o espaço da habitação.

2.1. Introdução.

A habitação é uma condição básica da existência, e como tal é estreita sua ligação com outras condições gerais de vida na cidade, como o trabalho, os transportes, os serviços, o lazer.

As características específicas da habitação, bem como de suas atividades afins definem-se historicamente conforme o desenvolvimento das formações econômico-sociais em que se manifestam. É portanto fundamental relacionar a habitação ao modo de produção e às relações sociais dominantes. (1) Em uma fase histórica de transição a habitação também apresentará modificações.

Na segunda metade do século XIX e no início de século XX percebe-se profunda mudança no próprio sentido de habitar, e ainda alterações na habitação de toda ordem: formais, funcionais, técnicas, estéticas.

Assim como outros produtos, a habitação torna-se uma mercadoria no modo de produção capitalista. Além de se alterar o seu valor de uso, acentua-se o seu valor de troca. A importância da habitação será dada não somente por que esta ocupa a maior parte do solo urbano, mas também por que representa elemento fundamental dos processos de reprodução do capital e da força de trabalho.

2.2. Térreos e sobrados.

Sobre as casas de residência do Brasil no século XIX, diziam os visitantes que "...quem viu uma, viu quase todas", e que eram "...absolutamente idênticas, tanto interna quanto externamente, (e que) diferiam apenas pelo número de janelas".

(2) Esta uniformidade das casas urbanas, não era apenas referente ao aspecto exterior, mas principalmente ao arranjo interno dos

comodos. Outros autores confirmam esta semelhança, quase monotonia: "as habitações cariocas obedeciam ao princípio de ter uma grande sala dando para a rua e o resto distribuído em alcovas e corredores" (3). As casas eram geralmente "estreitas e compridas" e "feias e fortes". Eram construídas sobre os limites laterais dos lotes, isto é, encostadas umas às outras, a partir da testada dos lotes, o que formava o alinhamento da rua. Havia dois tipos básicos: os térreos e os sobrados. O primeiro viajante informa ainda sobre os moradores, numa outra sintetização feliz: "...le sobrado, c'est l'aristocratie, et la casa terreia, la plebe".

A marcante homogeneidade não era determinada apenas pela tradição da arquitetura colonial, transmitida e reproduzida através da atuação dos mestres-de-obras: no Rio, como em outras cidades de maior importância, a semelhança das fachadas era ditada pelas posturas municipais que determinavam o alinhamento, o pé-direito e as dimensões das portas e das janelas. (4) Quanto ao arranjo interno, a distribuição dos compartimentos era determinada em grande parte pela forma e pelas dimensões dos lotes, sempre estreitos e compridos nas áreas urbanas mais antigas. As exceções ficavam por conta de remanescentes de propriedades rurais. Realmente, sobre lotes cuja frente variava entre 4,40 e 7,00m, (5) as construções, iluminadas e ventiladas apenas nas duas extremidades menores, não poderiam apresentar grandes variações. A diversidade em planta e fachada seria encontrada nas casas de chácara, solares e mansões. Estes não serão analisadas aqui, por serem tipos de arquitetura dos arrabaldes (e não da cidade), habitados pelas classes abastadas. Além disso eram em número reduzido, comparado ao dos térreos e

sobrados tradicionais.

As casas térreas (casas de chão batido, chão de terra), mais comuns eram as de porta e duas janelas, e as casas de porta e janela. As casas mais pobres, quando não dispunham de vidro para a única janela, utilizavam uma treliça de madeira. Eram as casas de rótula, que, apesar de proibidas desde tempos remotos sobreviveram até que Lima Barreto testemunhasse sua presença ainda no século XX. Havia também casas de um só vão, sem janela: apenas uma porta cortada ao meio, cuja parte superior se abria como janela. Havia ainda as casas de 3, 4 e mais janelas, menos numerosas. A quantidade de janelas na fachada da frente era uma indicação das posses do morador.

A distribuição interna dos cômodos dependia basicamente da largura do lote, obedecendo sempre ao esquema seguinte: sala da frente ou de visitas dando para a rua, alcovas - sem janelas - no interior seguidas da sala de jantar ou dos fundos. Estes cômodos eram interligados por um corredor que conduzia, por vezes, da rua ao quintal dos fundos, onde havia o puxado de serviço. (Figura 1) As casas mais estreitas, em que os compartimentos se desenvolviam de um só lado do corredor eram chamadas de meia-morada; nas mais largas, moradas inteiras, a planta era simplesmente duplicada.

A sala dos fundos por vezes se transformava em larga varanda, onde se reunia a família. Era o espaço das refeições, do encontro, dos parentes, criados, crianças e agregados, e das atividades das mulheres - a sala de viver. As muitas atividades que se processavam neste local, principalmente as exercidas ou gerenciadas pelas mulheres - de subsistência da família, de educação, de transmissão de usos e costumes e dos muitos artesanatos domésticos - permitem considerar que "a casa

brasileira até o século XIX era um misto de unidade de produção e de consumo". (6) O que significa dizer, em linguagem de arquitetura, que se sobrepunham as funções de morar e trabalhar, sendo uma constante a sobreposição da zona de serviço com a zona de estar. Esta sobreposição trabalho-lazer podia ser observada em qualquer classe social (7), pois às mulheres não se ofereciam outras atividades além das domésticas.

Esta sala dos fundos, de jantar ou varanda era aberta para o exterior e dava acesso ao puxado de serviço. Este bloco era constituído pela despensa, eventualmente uma alcova e a cozinha. Num compartimento guardava-se o barril com os dejetos da casa. Depois da construção da rede de esgotos, foram substituídos por latrinas que também ficavam no quintal, junto à cozinha. (8) Era portanto fora do corpo da casa que se localizavam a bica, o fogão, a privada, os bichos e os escravos - na cozinha, na despensa, no depósito, no banheiro, no galinheiro, na latrina. O puxado, por vezes um telheiro, construção de qualidade inferior, era um apêndice quente, sujo e molhado da casa: o fogão à lenha produzia calor, fumaça e fuligem, a água de lavagens escorria pelo chão, as sobras e detritos ficavam à disposição das galinhas. Era a "zona suja satisfazendo a função limpeza". (9) A zona de serviço se abria sobre o pátio, área ou quintal, onde se realizavam outras atividades domésticas, como que expandindo o interior da casa para céu aberto.

A sala de viver era o espaço da família tradicional, com seu grande número de pessoas, mas era espaço reservado, onde os estranhos não podiam entrar. Para estes, havia a sala de visitas, junto à rua. Assim, é possível identificar um espaço que pode se tornar público e aberto, que se abre para o exterior, para a

rua. 'A medida que se passa ao interior da casa, passa-se também à área de domínio privativo, fechado da família. (10)

Nos sobrados a família se reservava os andares superiores: o rés-do-chão era ocupado para serviços, cocheiras, estrebarias, alojamento da criadagem e de hóspedes. Havia ainda um vestibulo que conduzia à escada de acesso ao sobrado, isto é, ao andar superior, onde se distribuíam as salas e alcovas segundo o mesmo esquema tradicional. (Figura 2)

Os térreos e sobrados podiam ser exclusivamente residenciais ou mistos (11). Era comum a ocupação para comércio e moradia ou oficina e moradia. Nestes casos, nas casas térreas, (casa de venda e tenda de artesanato), a loja ou oficina ocupava a sala da frente, e a família do comerciante ou artífice o resto da casa. As janelas transformavam-se em portas, abrindo a loja à clientela. Nos sobrados, quando a loja era ocupada para comércio, uma porta servia de entrada para a residencia, que ocupava outro andar. Muitas vezes abrigavam a loja no rés-do-chão, o escritorio no primeiro sobrado e as moradias nos seguintes, cada pavimento constituindo um domicílio. (Figura 2)

2.3. A permanencia dos espaços.

As casas urbanas praticamente não se modificaram durante séculos: tanto a sua produção quanto o seu uso dependiam do trabalho escravo (12), e só se alteraram com a progressiva libertação dos escravos. A persistencia da organização económica e social foi acompanhada pela permanencia das formas arquitetónicas: até a virada do século pouco havia mudado na arquitetura. No novecentismo foram introduzidas modificações nas fachadas, através de elementos de orientação neoclássica e romantica. Modificações estruturais e no sistema construtivo

surgiram com os novos materiais industrializados e com a instalação de equipamentos modernos de canalização de água, esgoto e iluminação. Procurando evitar a umidade do solo pelo afastamento do chão e buscando privacidade pelo afastamento da via pública, criaram-se as casas de porão alto, ou assobradadas, elevadas 50 ou 60cm do nível da rua. Era uma inovação marcante quanto à forma e quanto à função, pois

"...definido como de fins exclusivamente residenciais, esse novo modelo vinha evidenciar uma diferenciação clara entre os edifícios destinados para domicílio e os locais de trabalho" (13).

Mais tarde aumentou-se este afastamento, dando-lhe 2m e mais de altura. Eram as casas de porão habitável. As construções nos arrabaldes, sobre lotes mais largos eram afastadas de uma das divisas, permitindo iluminação lateral e construção geminada.

Todas estas novidades não chegaram porém a modificar a disposição básica da planta, o arranjo dos espaços internos. As inovações estéticas e técnicas anunciavam transformações mas não eram ainda suficientes para eliminar a força da permanência. A sociedade e a família estavam em vias de transformação, mas o espaço urbano e o espaço habitacional mantinham-se essencialmente tradicionais.

2.4. A crítica dos espaços.

Dentre os elementos que permaneciam, independentemente da forma, do tipo e das dimensões, estavam as alcovas, os corredores e os pátios. Para o discurso higienista estes elementos vão constituir os três " graves defeitos " da arquitetura tradicional: (14) eram os " laboratórios de insalubridade " que, somados às más condições do solo e do desenho das ruas, punham em risco a saúde de toda a população. As alcovas deixam de ser recintos

resguardados, os mais protegidos do interior da casa, onde a castidade das donzelas poderia ficar a salvo de qualquer olhar intruso ou indiscreto: passam a ser verdadeiras estufas, cubículos quentes, escuros e abafados. Os corredores não são mais vistos como solução de privacidade; são agora estreitos, escuros e compridos demais. As áreas, ou pátios, vazios que permitiam um mínimo de iluminação e ventilação no interior do prédio, passam a ser vistas como úmidas e infectas, sempre de proporções acanhadas e insuficientes.

No Rio, não somente os cortiços e a cidade velha foram criticados, condenados e renovados, mas também as casas em geral. A cidade moderna e burguesa que substituiria a cidade velha não poderia admitir as casas feias e fortes, estreitas e compridas, com alcovas abafadas, corredores esguios e pátios infectos. De nada adiantaria abrir novas vias de tráfego para envolve-las com o antigo casario. Esta era a preocupação de Olavo Bilac:

"O meu medo, o meu grande medo, quando vi que se ia rasgar a Avenida, foi que a nova e imensa área desapropriada fosse entregue ao mau gosto e a incompetência dos mestres de obras (...pois) as casas mais novas do Rio de Janeiro são ainda mais feias que as antigas..." (15)

O símbolo da nova cidade civilizada, a avenida Central, não devia ser apenas uma larga pista de rolamento, mas principalmente um novo espaço, enquadrado pelos modernos edifícios para o comércio e os serviços, renovando as construções urbanas, e abolindo de vez os velhos terreos e sobrados.

2.5. Os novos espaços.

Aos poucos a construção de casas passou a ser pautada por novas determinações, dispensando-se as antigas posturas que regiam o aspecto externo, e a atuação dos mestres de obra, que

garantiam o arranjo interno. O paradigma tradicional já não servia mais. A partir da postura municipal de 15 de setembro de 1892 (16), a legislação sobre construções, que anteriormente mantinha respeitosa omissão quanto ao interior das casas, passou a impor também elementos interiores, além de detalhes construtivos. Neste texto se identificam itens sugeridos pela Comissão de Melhoramentos de 1875 e itens extraídos das obrigações que se impunha às companhias de construção de casas higienicas desde 1882. Ambas baseavam-se em modelos estrangeiros e nas recomendações para melhor ventilação, iluminação e outros cuidados higienicos, que condenavam as alçovas, os pátios e os corredores. As posturas municipais fazem com que a casa passe a necessitar de uma série de mercadorias importadas: louças, vidros, tubulações, ferragens, etc. Desta maneira, a moradia, que deverá ser obtida no mercado, passa a ter o preço cada vez mais elevado à medida que atende às novas prescrições.

Através da higiene, as posturas sobre construções entravam agora no interior da moradia, criando novos espaços domésticos. Através de prescrições jurídicas sobre a construção procurava-se instituir maneiras de separar, distribuir, organizar e usar os espaços; com a obrigatoriedade de apresentação de projeto assinado por engenheiro, arquiteto ou construtor matriculado eliminava-se a figura do mestre de obra e instituiu-se maneira de separar o pensar e o fazer na construção vulgar. O pensar passa a ser pautado pela ciência médica e pela técnica da engenharia, visando um novo espaço, higienico e disciplinar, adequado a nova família idealizada, nuclear e burguesa. Renega-se a casa colonial e tradicional, que cede vez à casa higienica e moderna, moradia ideal de uma sociedade que se civilizava.

A casa passa a ser outra. Em vez de escravos, pau para

toda obra e sempre à disposição, utiliza os serviços modernos e os produtos industrializados. Ficam, porém, alguns vestígios: nos fundos ainda se encontra o quarto dos criados, embora a zona de serviço seja nitidamente separada da área social, criando-se as conhecidas circulações paralelas social e de serviço. Na nova sociedade burguesa todos os cidadãos são livres e iguais; por isso, as barreiras físicas, através da arquitetura, vão lembrar que, apesar da teórica igualdade, cada um tem o seu lugar: lugares diferentes para classes sociais diferentes. Separa-se dentro da casa os senhores dos servidores, e ainda os pais dos filhos: os meninos das meninas, os maiores dos menores. Cada qual no seu espaço determinado, disciplinado e exclusivo. Separa-se também os espaços de morar e de trabalhar.

2.4.5. Morar e trabalhar.

"Phillipe Ariés escreveu coisas que me parecem importantes à respeito do fato de a casa, até o século XVIII, continuar sendo um espaço indiferenciado. Existem peças: nelas se dorme, se come, se recebe, pouco importa. Depois, pouco a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional." M. Foucault, em "A Microfísica do Poder."

Dentre os processos espaciais que se desenvolveram após a Revolução Industrial, observamos dois no decorrer das transformações urbanas: separação das atividades de produção e de consumo e separação dos espaços destinados às diferentes classes sociais, simplificada e identificadas como classes produtoras e classes consumidoras. (17) No caso das habitações o que se observa é a separação dos espaços de múltiplas atividades em espaços específicos de trabalho doméstico e de lazer, como se procurou demonstrar. Mas também houve um processo de separação entre o espaço de trabalho e o espaço da moradia dentro das casas em geral. Não tanto no que diz respeito ao arranjo dos espaços,

mas ao uso que se faz deles.

As casas abrigavam mais de um uso : oficina e moradia, comércio e moradia, depósito e moradia, escritório e moradia - em suma, trabalho e moradia. Alguns exemplos são bem esclarecedores.

O mais comum, que persiste até hoje, diz respeito aos trabalhadores domésticos que se abrigam no local de trabalho. Trata-se do "quarto dos negros", "quarto das escravas", ou "quarto de engomar", hoje quarto de empregada, sempre reduzido, sempre nos fundos da casa.

Outro exemplo comum é o dos trabalhadores do comércio, ilustrado através deste trecho de romance da época:

"Compunha-se o vasto armazém do rés-do-chão e mais dois andares, no primeiro dos quais estava o escritório e à noite aboletavam-se os caixeiros e no segundo, onde morava o negociante com a mulher." (18)

A respeito da moradia destes trabalhadores no centro, observava um higienista que

"...as casas térreas e os primeiros andares dos sobrados são uma péssima morada no centro da cidade" e que a salubridade do avultado número de empregados corre sério risco nos armazéns, lojas e diversas oficinas industriais ..." (19)

No comércio de víveres chamava atenção o Mercado da Candelária, em especial a sua

"...decantada sobre-loja, onde, além de depósitos de gêneros, se encontram os dormitórios de empregados cujos leitos disputam espaço a aparelhos sanitários..." (20)

A proximidade do trabalho e da habitação tornava-se também objeto da intervenção dos higienistas, que vistoriavam e intimavam ao fechamento estabelecimentos como esta padaria:

"O estado hygienico desta casa é mau; não tem espaço sufficiente para o fabrico do pão; a latrina está encostada ao forno, e no lugar da sala onde trabalham tem a altura de 2,35m tendo por cima um sótão de 1,96m onde dormem os empregados e familia do proprietario da

fabrica". (21)

Os exemplos mostram que a própria crise fazia surgirem moradia e espaço de trabalho em quaisquer lugares, mesmo que não fossem apropriados para estes fins.

Trabalho e habitação constituíam um todo dificilmente dissociável. Até as propostas de modernização no final do século mantinham a unicidade. Nos pedidos de concessão de favores para construção de melhoramentos urbanos incluí-se, por exemplo, a

"...de edificios modelos, com todos os aperfeiçoamentos quanto à higiene, luz e ventilação, que se tornaram verdadeiros monumentos de arquitetura, embelezando a avenida central (...) destinados ao emporio do grande comércio, habitação dos seus empregados, etc." (22)

Neste ponto é preciso ressaltar que habitar não significava, como hoje, estar o tempo do não-trabalho, mas estar permanentemente, demorar, ficar tempo em um lugar, viver. Para a classe trabalhadora, viver trabalhando. A separação entre viver e trabalhar é, segundo David Harvey (23), historicamente determinada e imposta pelo modo de produção capitalista. Nos modos de produção anteriores havia estreita ligação entre o domínio do trabalho e o domínio da moradia. Historicamente e teoricamente os trabalhadores foram sendo destituídos das condições de realização de sua capacidade de trabalho: dos meios de produção, das suas ferramentas e da propriedade ou posse de sua moradia.

A medida que o modo de produção capitalista se torna dominante, processa-se a separação entre o espaço do trabalho e do não-trabalho, assim como do tempo do trabalho e do não-trabalho. Desta maneira, a casa não abrigará mais trabalho e habitação, mas apenas a habitação, enquanto que o trabalho se realizará na fábrica, na loja, no escritório. No Rio Antigo o verbo habitar ainda guardava seu antigo conteúdo - as casas

abrigavam trabalho e moradia.

Senao, como explicar este artigo do Código Penal de 1890, sobre o crime de

"incendiar edificio, ou construcção de qualquer natureza, propria ou alheia, habitada ou destinada a habitação", definindo-se estas como sendo "os armazéns, as oficinas, as casas de banho, as embarcações e as casas de maquinas, armazéns e edificios de estabelecimentos agrarios" (24)

... Ou entao a total ausencia de distincão entre lugar de moradia e de trabalho, como se pode perceber neste levantamento das habitações coletivas dos distritos da cidade, realizado em 1910? Informou o funcionário do 22º distrito, Campo Grande, que no rol das habitações coletivas existentes naquele distrito constavam 6 olarias, 5 fábricas de aguardente, fundos da fábrica de cerveja, 2 fábricas de massas, 1 fábrica de rapaduras, 1 fábrica de tecidos, 4 avenidas, 5 estalagens, 5 outros, 1 fábrica de sabao e 1 fábrica de cartuchos! (25)

Somos levados a crer que ainda no século XIX se morava em fábricas, padarias, mercados, armazéns e lojas em geral. Esta concepção é reforçada por este Cadastro das Habitações do Distrito Federal, de 1895. (Tabela 1) O quadro informa para cada freguesia, as quantidades de cada tipo de habitação, designando como tal todos os tipos de habitações, desde armazéns, armarinhos, alfaiatarias, açougues, arsenais, avenidas, botequins, etc., até padarias, residencias particulares, repartições públicas e teatros. Diz textualmente o autor:

"...por estas informações, verifica-se que o total de domicilios, ou por outra, o numero de fogos existentes na cidade attingem ao algarismo de 44.165, excluidos os cemitérios, jardins, praças e prédios fechados e em ruinas". (26)

O que o autor diz é que se habitava em todas as construções, se morava junto a todas as atividades produtivas.

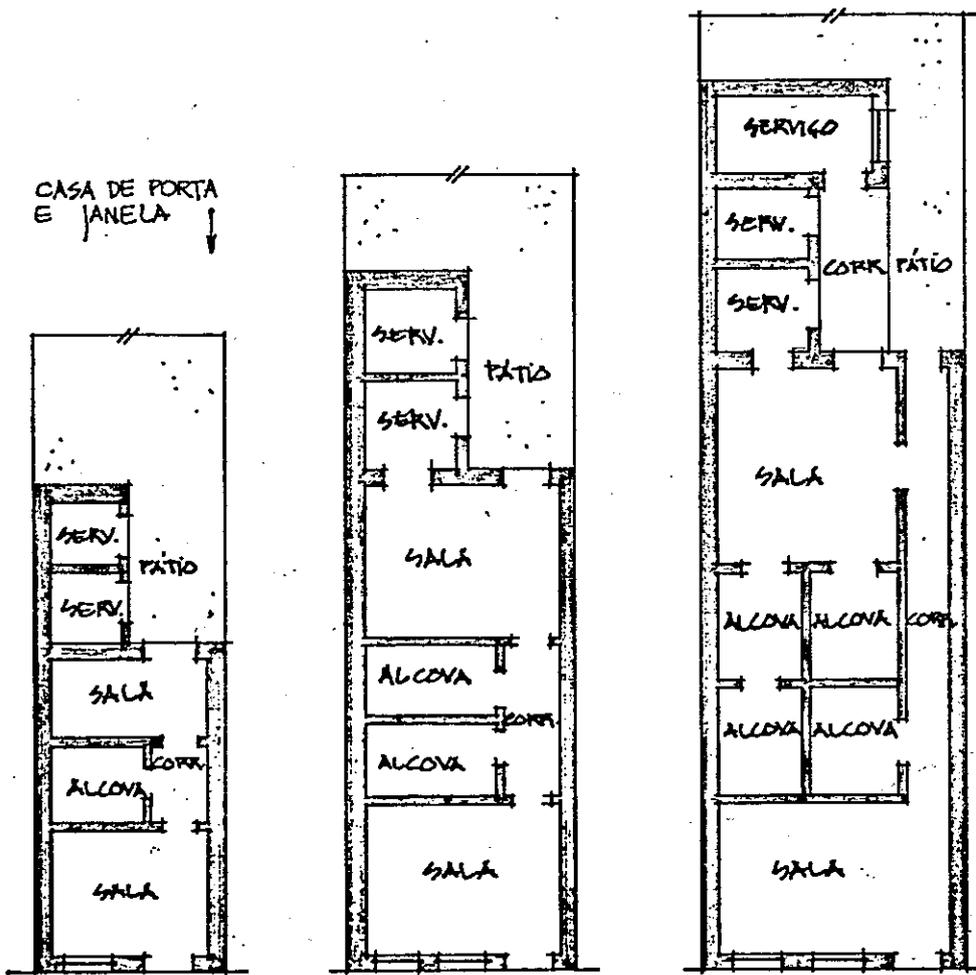
Não foi possível avaliar o sentido exato do termo habitação, que atravessou uma degeneração semântica. Para o dr. Bulhões, todos os estabelecimentos citados eram habitações, além das "residências particulares", que correspondiam a 70% do total. Os 30% restantes seriam de uso misto, abrigando moradia e trabalho. (27)

Mas aos poucos separam-se os espaços; o espaço do trabalho não pode mais ser o mesmo da moradia. Assim como são criados novos espaços de produção, a casa passa a ser espaço de reprodução.

A especialização dos espaços em espaços exclusivos para trabalho e espaços exclusivos para habitação como conhecemos hoje, se dá inicialmente reduzindo o número de moradias. Antes do surgimento dos prédios construídos especificamente para as novas atividades fabris, comerciais e de serviços - fábricas, edifícios de escritórios, magazines, bancos, estações, etc, estas atividades procuraram ocupar estruturas físicas já existentes. Localizaram-se num primeiro momento nas freguesias centrais, ocupando os térreos e sobrados, instalando-se nos lugares antes ocupados para habitação, e obrigando os seus moradores a buscarem outras opções de moradia. Num período de afluxo de população à cidade e intensa procura de alojamentos, o desaparecimento destes espaços de moradia se torna fator de sensível agravamento da crise de habitação.

Resumindo, podemos dizer que durante a transição a habitação tradicional será substituída por um paradigma moderno, higienico e disciplinar. A construção da nova moradia dependerá de um novo saber e de novos materiais. Nesta moradia não será lugar de viver e trabalhar, mas de recomposição da força de trabalho.

FIGURA 1. CASAS TÉRREAS - PLANTAS TRADICIONAIS.



esc 1/200

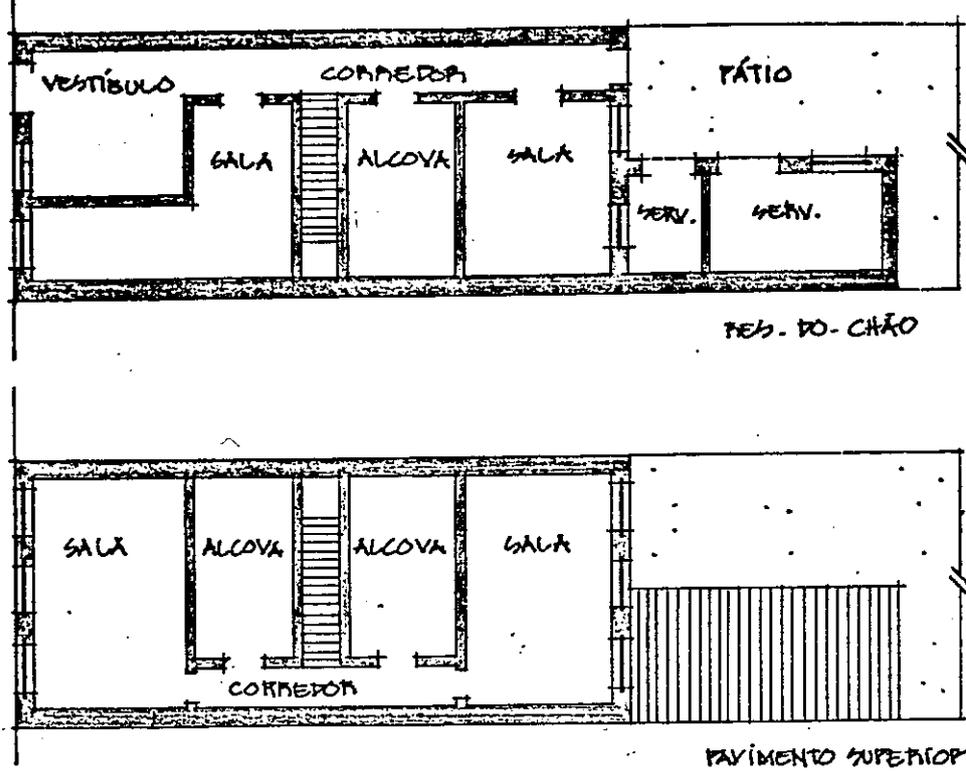
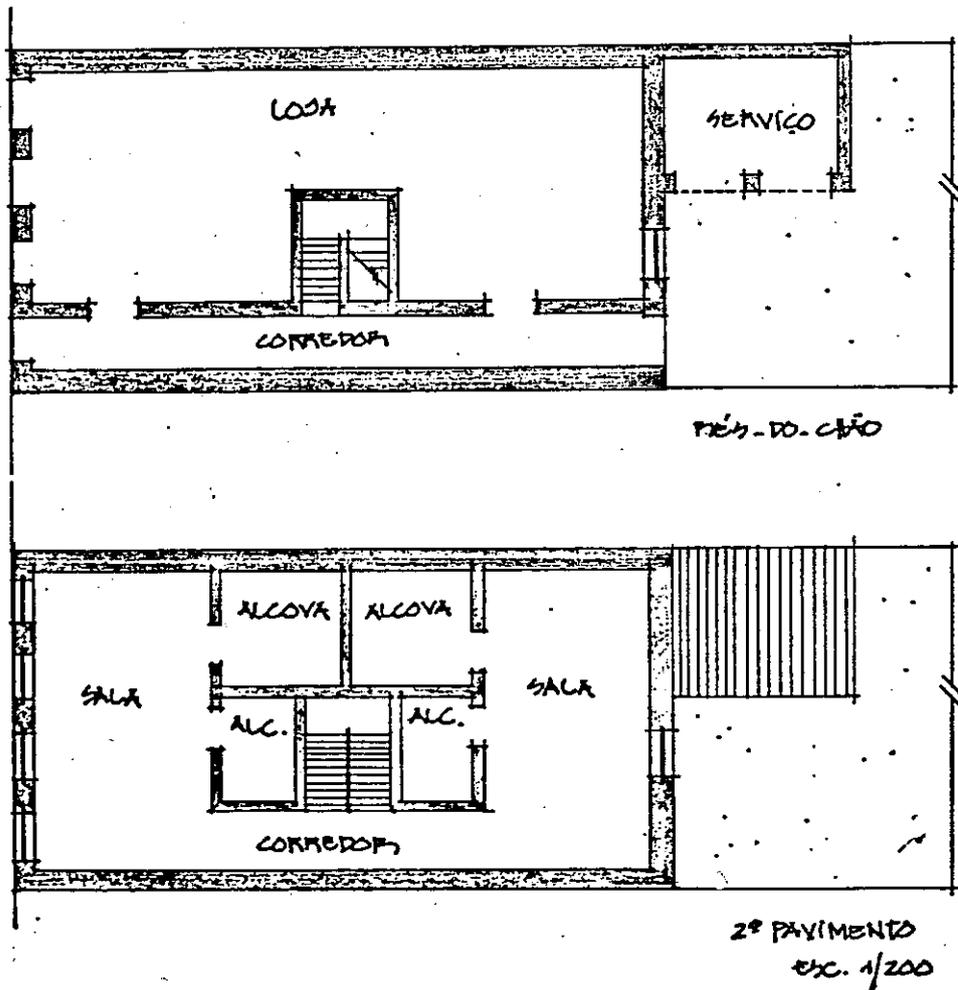


FIGURA 2. SOBRADOS -
PLANTAS TRADICIONAIS



1895

DESIGNAÇÕES

DESIGNAÇÕES	PREFEITURAS										URBANAS					PREFEITURAS SUBURBANAS							
	CARDELARIA	STA. RITA	SACRAMENTO	S. JOSE	STO. ANTONIO	CIUDAD	LIGUA	CAVEA	STA. ANA	ZEP. SANTA	S. CRISTOVAN	ENG. VIEHO	ENG. RICO	TOTAL DA CIDADE	INDUSTRIA	TRAFICO	JACARERANGA	COMARATIA	STA. CRUZ	GEO. GRANES	TOTAL DOS SERVICIOS	TOTAL GERAL	
Armadens e Tavernas	161	140	215	144	122	133	112	22	281	141	101	138	161	1,873	157	73	36	62	19	127	534	2,407	
Armadens Diversos	60	20	10	47	9	1	2	-	3	6	7	13	5	182	7	-	-	-	-	1	7	189	
Amaralhos	3	22	85	15	20	6	3	3	67	26	22	18	16	306	14	3	-	-	-	1	18	328	
Alfaiatarias	47	28	65	21	10	12	4	2	0	2	8	9	3	220	5	1	-	-	-	6	6	226	
Apoques	24	13	21	30	18	30	21	4	28	23	17	26	23	278	16	4	-	-	1	3	23	303	
Armadens e Quartels	1	1	-	3	1	-	1	-	5	1	2	4	-	19	-	1	-	-	2	-	3	22	
Avenidas e Estalagens	-	40	6	63	122	193	157	24	291	152	79	150	66	1,343	20	3	1	1	1	-	27	1,370	
Potequins e Edifícios	26	79	89	63	56	20	16	6	143	19	17	31	15	580	25	17	6	-	8	3	63	643	
Barbeiros	24	29	50	33	23	18	14	3	69	13	14	22	16	328	16	6	1	-	3	5	36	364	
Casa de Alugar Cômodos	1	164	53	185	163	106	49	8	111	22	16	31	11	920	-	-	-	2	-	-	2	923	
Casa de Fanto	13	38	6	35	27	26	18	4	77	14	7	29	12	306	12	3	3	-	4	-	22	323	
Casa de Inação	1	1	1	8	22	22	2	-	5	9	-	5	1	77	-	-	-	-	-	-	1	78	
Casa de Quitanda	86	24	32	34	31	44	34	4	89	36	26	35	33	503	25	3	-	2	-	-	32	543	
Carvoarias	-	16	14	24	20	12	7	-	39	10	-	4	-	144	-	-	-	1	-	-	-	144	
Charutarias	34	18	29	16	18	19	6	-	24	5	7	3	2	181	5	1	-	-	-	-	6	187	
Confitearias e Refinarias de Amarelo	1	4	39	4	6	10	4	1	14	8	3	1	3	93	3	-	-	-	-	-	6	104	
Cozilhão	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3	-	-	61	1	2	3	1	1	7	19	24	
Erarias e Farmacias	37	11	34	18	17	11	12	2	23	11	11	19	14	220	8	5	1	-	2	2	18	238	
Erarias Diversos	104	132	90	109	12	17	7	8	64	8	10	9	3	563	2	7	3	-	3	-	20	593	
Escritorios Diversos	255	55	49	3	2	6	1	-	11	1	2	-	1	306	-	-	-	-	-	-	-	366	
Estabelecimentos de Educação	2	8	8	25	15	21	19	6	18	20	10	37	21	210	17	17	11	10	8	10	85	275	
Estabelecimentos Diversos	204	291	151	79	20	28	13	27	40	14	12	101	10	990	5	3	-	1	8	-	17	1,007	
Erarias Diversas	2	5	6	7	4	10	11	3	12	4	-	13	8	85	14	7	2	2	6	1	34	119	
Estabulos e Cochelras	3	4	6	9	-	14	2	-	7	64	24	241	35	636	22	2	2	-	2	2	30	666	
Erarias Publicas	25	45	57	49	31	5	12	9	60	10	24	41	26	394	32	11	16	7	6	16	119	513	
Fabricas Diversas	36	7	83	39	6	7	6	1	20	-	-	3	-	208	3	2	1	1	1	3	12	320	
Hotelerias, Votels e Restaurantes	-	-	1	8	1	4	7	-	1	2	5	4	-	33	1	1	1	-	-	7	7	40	
Ferencias, Hospitais e Asylos	6	3	10	10	4	7	3	2	2	3	3	5	3	61	4	2	3	1	2	8	22	52	
Igrejas, Conventos, etc.	1	2	7	2	-	2	-	1	2	13	14	25	16	1,479	-	-	-	-	-	-	-	22	
Jardins e Praças	523	41	564	28	58	46	34	-	117	36	28	55	25	1,079	27	1	-	5	10	-	44	1,553	
Lojas Diversas	67	103	142	187	88	91	35	2	214	36	28	55	25	1,079	23	7	-	3	5	40	1,119		
Officinas Diversas	49	71	78	42	46	15	17	4	76	24	-	2	11	435	-	3	2	2	1	10	646		
Ferimentos Fegocios	43	24	43	31	21	11	17	7	13	5	35	7	29	206	-	-	-	83	-	-	45	351	
Feridos Facidos e em Huias	50	5	27	23	17	32	22	2	21	21	32	108	37	378	-	-	-	18	-	-	20	358	
Feridos em Construção e Obras	5	20	29	19	15	15	5	2	33	9	7	11	10	180	11	3	4	3	5	7	37	237	
Fedarias	111	1,538	1,112	1,527	1,551	2,850	2,082	400	3,864	3,720	1,735	3,994	4,781	29,283	4,414	1,403	1,329	1,134	1,285	2,334	2,225	41,618	
Zonificacoes Particulares	10	5	14	16	10	11	2	6	10	5	4	7	4	112	3	5	1	4	4	4	29	161	
Participações Publicas	-	-	-	3	5	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	17	
Theatros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
S C K X A	2,023	9,030	3,245	2,961	2,625	3,930	2,836	577	5,901	4,471	2,287	5,207	5,406	44,479	4,877	1,601	355	1,432	1,305	1,422	2,538	3,740	58,219

Notas parte 2.4.

- 1- Debiagi, Moema C.- A Produção e o Consumo da Habitação
In: Projeto n° 29, maio 1981, p 12.
- 2- "Quem viu uma, viu quase todas": Vauthier, L.L. - Casas de Residência no Brasil. In: Wash Rodrigues et alii, Arquitetura Civil I- S.P., FAUUSP, MEC-IPHAN, 1975, p 37.
"São absolutamente idênticas": Debret, J.B. - Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, citado por: Vasconcellos Sylvio - Vila Rica. S.P., Ed. Perspectiva, 1977, p 133.
- 3- Nizza da Silva, M.B.- Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro 1808-1821. Col. Brasileira, vol 363, S.P., Cia. Ed. Nacional, 1977, p 45.
- 4- Vauthier, L.L., op. cit. p 6.
- 5- Ribeiro de Freitas, B.- Higiene das Habitações. In: Revista dos Constructores, março/dezembro 1886.
- 6- Costa, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar- R.J., Graal, 1983, p 82.
- 7- Lemos, Carlos -Cozinhas, etc-S.P., Ed. Perspectiva, 1978, p 60.
- 8- A instalação da rede de esgotos iniciou-se em 1866 e a rede de abastecimento d'água, em 1880. Fimentel, A.M. de Azevedo, op. cit., p 73.
- 9- Lemos, C.- op. cit., p 36.
- 10- Esta graduação público/privado está presente não só na arquitetura colonial, mas em geral nas culturas mediterrâneas e nos atuais recortes tradicionais de nossas cidades. Ver a respeito: Da Matta, Roberto - Casa, Rua & outro Mundo: Reflexões sobre o Espaço e a Sociedade- In: rev. PHAN n. 19, 1984 e Vogel, Arno e Mello, Marco Antonio da Silva - Lições de Rua, o que um Racionalista pode Aprender no Catumbi In: Arquitetura Revista, n°

1, 1983.

11- Morales de los Rios Filho, A. - Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira. R.J., A Noite, 1941, p 191.

12- Reis Filho, N. Goulart - Quadro da Arquitetura no Brasil S.P., Ed. Perspectiva, 1978.

13- Reis Filho, N. Goulart - op. cit. p 127.

14- Inspectoria Geral de Hygiene - Hygiene das Habitacoes - Parecer sobre Posturas de Construccoes no Municipio Neutro apresentado pelo dr. Pires de Almeida. R.J., Imp. a Vapor de Lombaerts & Comp. 1886, p 6.

15- Revista Kosmos, abril 1904.

16- Grupo de Pesquisa em Habitacao e Uso do Solo - Legislacao Urbana 1838/1930. PUR UFRJ, Xerox, 1983.

17- Choay, Françoise - Sémiologie et Urbanisme- in: Le Sens de la Ville- Paris, Ed. du Seuil, 1965, p 23.

18- Azevedo, Aluisio - Casa de Pensao. S.P., Livr. Martins Ed., s/d, p 15.

19- Pimentel, A.M. de Azevedo, op. cit., p 180.

20- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 32-4-29.

21- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 58-4-16.

22- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 38-2-42, fl.30: Relatório do Chefe do 2º Distrito Sanitário, 1898.

23- Harvey, David - Trabajo, Capital y Lucha de Clases en Torno al Medio Construido en las Sociedades Capitalistas Avanzadas.

Efetivamente, na etimologia da palavra habitar estao contidas as noçoes de viver, ocupar, e de ter repetidamente.

Foram consultados os seguintes dicionários, que confirmam esta concepção:

Machado, José Pedro - Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa, ed. Confluencia, 1967, v II.

Cunha, Antonio Geraldo da - Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. R.J., N. Fronteira, 1982.

Nascentes, Antenor - Dicionário de Sinónimos. Coimbra/R.J., Livr. Atlantida/ Livros de Portugal, 1957.

Corominas, J.- Dicionário Crítico Etimológico de la Lengua Castellana. Madrid, Gredos, 1954, v II.

24- Brasil, Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, promulgado pelo dec. nº 847 de 11 de outubro de 1890. Art. 136, Capt.1, Tit. III, Livro II.

25- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11.

26- Bulhões de Carvalho, dr., Anuário de Estatística Demographo-Sanitaria do D.F. e algumas Capitães do Brasil- anno I, 1895. R.J., Imp. Nacional, 1897, p 17.

27- Os dados constantes da tabela do dr. Bulhões são, à primeira vista espantosos; se comparados a outros dados compatíveis, revelam-se bem mais prováveis. O censo de 1890 considerou 81% dos prédios de "aplicação domiciliar" e 10% mista. Em 1906, 91% dos prédios eram de serventia domiciliar e 6% mista; os restantes eram de aplicação pública e industrial.

DURANTE A CRISE APROVEITAVAM-SE
TODOS OS ESPAÇOS EDIFICÁVEIS:

APROVEITAMENTO DA ALTURA: UMA
CASA TÉRREA COM 2 PAVIMENTOS →
(RUA DO RIACHUELO, 14)

APROVEITAMENTO DO VÃO DO TELHADO:
CASA TÉRREA COM SÓTÃO ↓

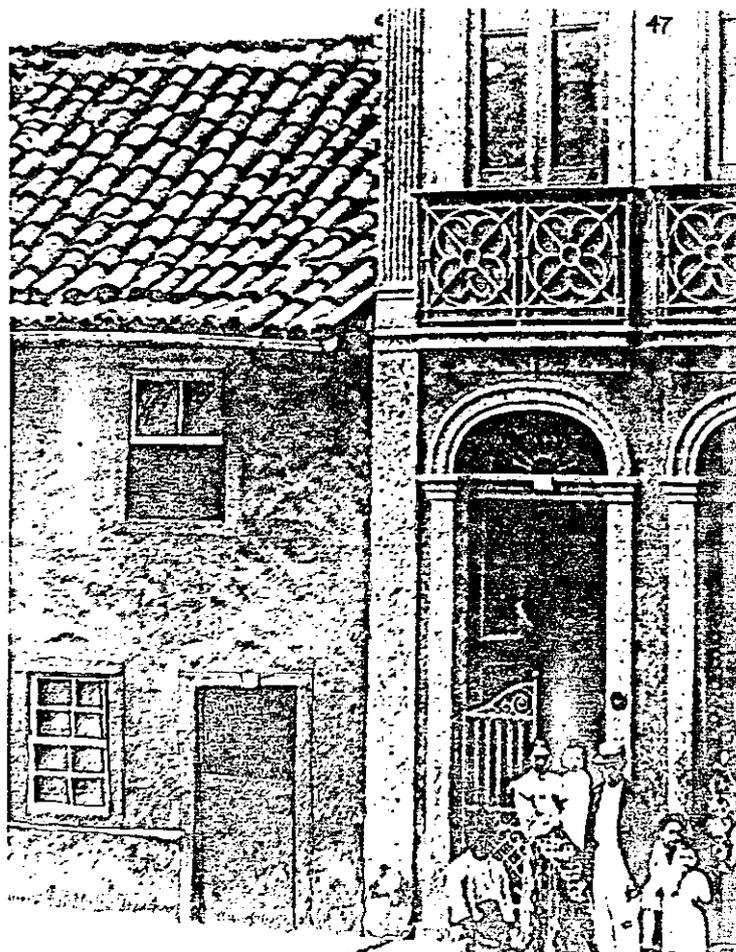
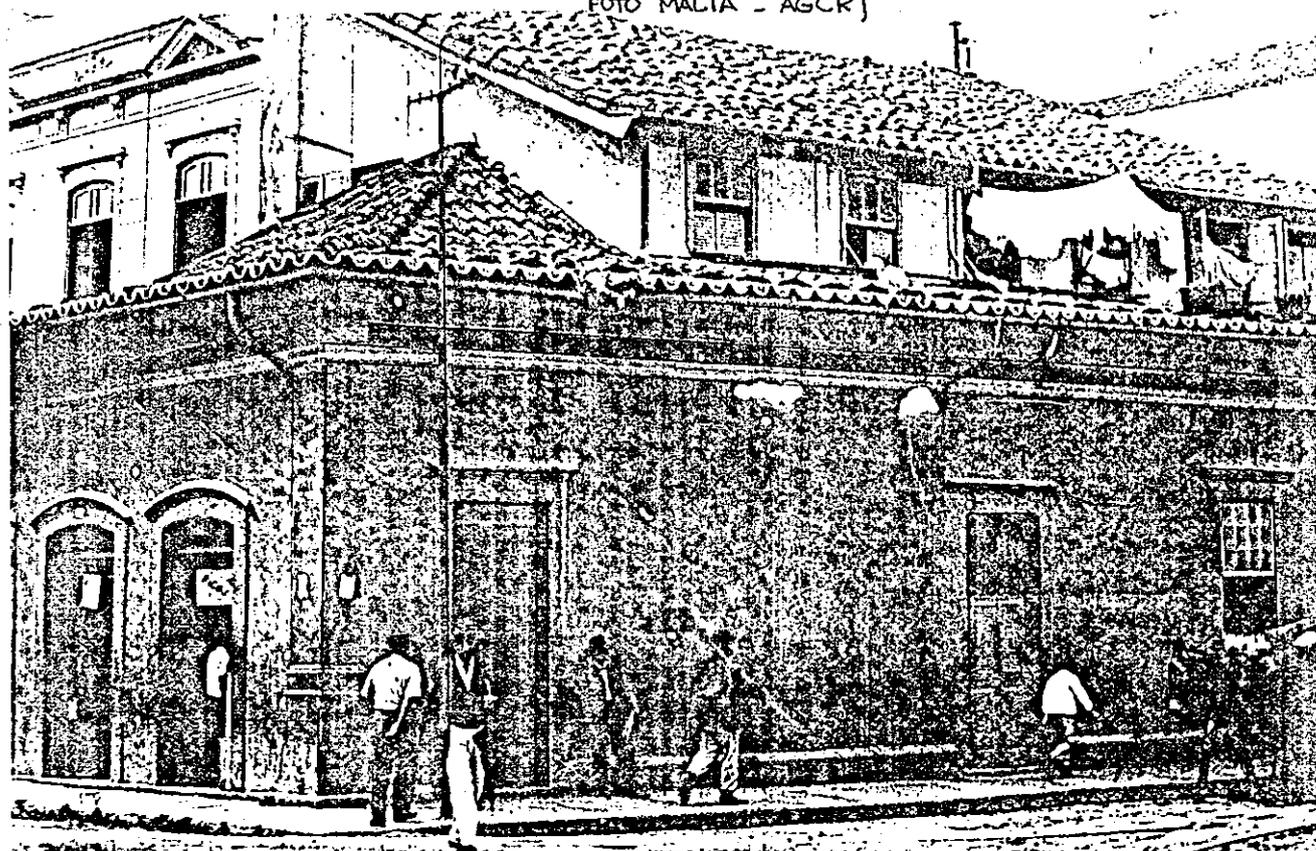


FOTO MALTA - AGCRJ

FOTO MALTA - AGCRJ



3. A crise da habitação no Rio de Janeiro.

3.1. A crise da habitação.

Um traço marcante no período de transição é a manifestação da crise de habitação. Dentro dos limites de validade da comparação da situação carioca com a "clássica", cremos que o seguinte trecho de Engels permite delinear, em traços gerais, este quadro:

"A época na qual um país de velha cultura passa assim com rapidez acelerada por circunstâncias favoráveis, da manufatura e da pequena empresa à grande indústria é também por excelência a da "penúria de habitações". De um lado, massas de trabalhadores são de súbito atraídas às cidades que se transformam em centros industriais; por outro lado, as construções das velhas cidades já não correspondem às condições da nova grande indústria e do tráfico que ela determina; as ruas são alargadas, abrem-se outras novas e vias férreas atravessam a cidade. Na mesma altura em que as massas de trabalhadores afluem, são demolidas as habitações operárias. Daí, uma repentina carencia de alojamentos para os trabalhadores, para o pequeno comércio e para o artesanato que dependem da clientela operária."(1)

Dentre os aspectos captados por Engels - transformações económicas, movimentos migratórios, transformações urbanas e carencia de alojamento para os trabalhadores -, vamos nos deter neste capítulo nos dois últimos: a moradia e a falta de moradia na cidade em transição e as questões suscitadas por esta crise.

Na situação descrita, as habitações disponíveis passam a ser ocupadas por mais habitantes; à medida, porém, que aumenta o número de moradores por prédio, reduzem-se suas condições de conforto e mesmo de habitabilidade. Multiplicam-se as habitações coletivas e as moradias adaptadas, precárias e provisórias. O acúmulo de moradores sem uma correspondente ampliação da infraestrutura e dos serviços urbanos básicos, faz com que se tornem críticas as condições de higiene - tanto em termos restritos, casa a casa, quanto em termos mais amplos, em toda a cidade. Há ainda um agravante: dos prédios existentes, que poderiam servir para moradia, muitos passam a ser ocupados pelas

novas atividades fabris e de serviços, reduzindo ainda mais a oferta de habitações.

A população trabalhadora mal alojada em habitações superlotadas - as habitações coletivas populares e insalubres -, eis a imagem mais conhecida da crise. Mas é preciso notar, com Engels, que os demais indícios e o contexto da urbanização em que se manifestam é que vão caracterizar o momento: "o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores; (...) um enorme aumento dos aluguéis", o amontoamento de locatários por casa e mesmo a impossibilidade de encontrar alojamento. (2)

A multidão aglomerada era associada à duas ameaças potenciais: da propagação de epidemias e da convulsão social, uma vez que a concentração tendia a se tornar incontrolável. Para evitar estes desastres potenciais, procurava-se eliminar as aglomerações de habitações insalubres, embora se reduzisse, desta maneira, a disponibilidade de moradias. Apesar disso, e mesmo para atender às imposições da produção e circulação de mercadorias, iniciam-se as renovações urbanas. Os processos de renovação urbana, quer sejam drásticos e rápidos, conduzidos pelo Estado, quer sejam lentos, intermitentes e de pequeno alcance, realizados pelas empresas de construção civil, contribuem para a destruição do parque imobiliário existente, justamente aquele que comporta as moradias cujo preço e localização são acessíveis aos trabalhadores. Estes processos vão contribuir para a reprodução da crise da moradia.

Além dos mecanismos de produção e reprodução da crise, há ainda outros elementos presentes, que tornam a questão não apenas crônica, mas inerente ao novo modo de produção. Ainda

segundo Engels, o instável e reduzido poder aquisitivo das classes trabalhadoras é o que torna estrutural a crise da habitação no capitalismo. Na concepção de L.C. Ribeiro (3), há que se considerar ainda a própria característica do setor de construção de habitações, cujo desenvolvimento se depara com obstáculos específicos nas esferas da produção e da circulação - obstáculos que impedem o atendimento da demanda sempre existente.

3.1.1. Manifestação da crise no Rio de Janeiro.

A manifestação da crise no Rio pode ser percebida neste texto, de 1892, em que o observador assinalava que

"...os restritos recursos urbanos de lotação, viação, locomoção, transporte, alimentação, abastecimento e conservação em geral em confronto com a invasão rápida de sucessivos e extraordinários contingentes de população imigrante e flutuante e o movimento assombroso de empresas novas, comerciais, industriais e fabris, remoções de terra, demolições e construções em larga escala..." (4)

seriam fatores ameaçadores ao nosso "regimen sanitario" e perturbadores da nossa sociedade. Este precioso texto capta vários aspectos notáveis da época: falta de habitações, carencia de serviços públicos e alimentos, novos empreendimentos não só industriais, mas também comerciais e principalmente de construção civil - atuação do capital industrial, comercial e imobiliário -, e ainda as ameaças ao status quo: doenças que reduzissem o contingente de força de trabalho e atingissem também as classes dominantes, e a perda do controle destas classes sobre as dominadas. Estas duas ameaças, da doença e do descontrole estarão presentes durante todo o período da transição. O afastamento destas ameaças através de várias medidas, inclusive a renovação urbana, é que permitirá à cidade se proclamar "civilizada" e ingressar numa nova fase, em

que a crise parece superada, ou, ao menos, esquecida.

Para compreender a situação do Rio de Janeiro é necessário considerar algumas especificidades:

- em termos demográficos, um crescimento populacional de 122% em 20 anos, (período de 1870 a 1890), sem que o número de habitações aumentasse proporcionalmente: o crescimento domiciliar neste período foi de 74%, (Tabela 2)
- em termos sociais, a dicotomia ricos/pobres bastante acentuada, sendo que o contingente da população pobre, de poucos recursos para pagar a moradia, constituía a grande maioria da população, (5)
- em termos físico-territoriais, um sítio urbano constituído de morros e lagoas, com poucas áreas planas, secas e edificáveis; nestas condições o traçado urbano resultou bastante irregular, os poucos terrenos, de alto valor, com as construções procurando o máximo aproveitamento, especialmente na restrita área central,
- um deficit de moradias crónico, já assinalado por Debret em 1825 (6) e por H. de Beaurepaire Rohan em 1843, (7) agravado com as migrações e com a progressiva libertação dos escravos, que, libertos também das senzalas, passam a disputar com os demais trabalhadores livres trabalho e habitação,
- os aluguéis exorbitantes, consequência dos itens anteriores, já na primeira metade do século XIX (8).

Estes dados e a inter-relação entre eles caracterizam um quadro de precariedade, de carencia e de crise habitacional, porquanto cada uma destas circunstâncias era também um agravante da própria crise.

3.1.2. Lotes e casas: novas mercadorias.

Dois fatos fundamentais para o processo de transformação do espaço e ligados à crise da moradia precisam ser referidos, pois indicam transformações não reversíveis que vão se delineando lentamente e que bem ilustram a transição. No caso, a passagem de um certo elemento de uma categoria para outra.

O primeiro diz respeito aos imóveis urbanos em geral. A medida que aumenta a população em busca de espaços para habitação e trabalho e que a construção em geral não atende a esta procura, aumenta o preço dos imóveis disponíveis. O aumento de preço é proporcional ao aumento da demanda e inversamente proporcional à existência de prédios, à disponibilidade de terrenos, e à possibilidade de construí-los. No caso da cidade do Rio, a valorização da terra foi acentuada devido à própria conformação física do sítio urbano, e à intensidade e rapidez do seu crescimento. Paralelamente, o período que antecedeu à Abolição foi marcado pela decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba e pela transformação da riqueza rural em urbana.⁽⁹⁾ Este fato contribuiu para a valorização dos imóveis urbanos.

A intensa procura e valorização, em especial dos terrenos mais centrais, faz com que a terra passe a ser encarada de uma maneira diferente: não mais como um patrimônio familiar, mas cada vez mais como uma mercadoria. Com a intensa e rápida valorização, aparecem novos agentes sociais buscando participar da apropriação deste valor acrescido. A própria cidade se torna objeto de acumulação. Surge a acumulação urbana - formas de acumulação que têm no espaço urbano o seu objeto de valorização, transformando-o em mercadoria (10). Delineia-se um mercado de terras e um nascente capital imobiliário (11).

Um outro ângulo deste processo, em termos de classes

sociais, é apontado por R. Faoro. Até a Abolição e o Encilhamento, a classe proprietária (detentora das terras), "desfrutava rendas, representadas por aluguéis, juros, dividendos e prestações" (12). Esta classe porém, tende a desaparecer, enquanto outra ascende na pirâmide social: a dos especuladores e traficantes. Entre eles, muitos constituirão fortuna com transações imobiliárias.

Há portanto um salto qualitativo, um antes e depois no conteúdo econômico e social do solo e suas benfeitorias. Como tantos outros elementos que, no modo de produção capitalista, se transformam em mercadoria, os imóveis passam a ser vistos não mais como bens de raiz, mas como objetos de transação comercial. A terra será negociada, retalhada, transformada em seu uso, sempre buscando conferir maior renda ao seu detentor.

O segundo fato diz respeito às construções, em especial às moradias. Aqui, as mesmas engrenagens vão provocar outra inversão em um dos seus atributos fundamentais. A habitação passa a ser produzida não mais em função do seu valor de uso, mas visando, sobretudo, o seu valor de troca. Pois a moradia transforma-se também em mercadoria, produzida por agentes que buscam a renda ou o lucro, e é obtida no mercado, geralmente em troca do salário do trabalhador. A transformação da moradia em mercadoria se observa no Rio de Janeiro, com o desenvolvimento das chamadas habitações coletivas, justamente as opções que se oferecem à população afluyente, e que garantem altos ganhos aos seus proprietários.

3.1.3. Os indicadores da crise no Rio de Janeiro.

Os dados estatísticos são os mais precisos indicadores

da crise. Já foi visto que há um aumento acentuado da população entre os anos 70 e 90. Este crescimento continua, mas com menor intensidade nos períodos intercensitários seguintes: 1890/1906 e 1906/1920. No entanto, a julgar pelas densidades domiciliares (Tabela 2), - 5,71 habitantes /domicílio em 1870, 6,04 em 1872, 7,21 em 1890, 9,62 em 1906 e 8,90 em 1920 -, é por volta da última década do século XIX que a crise apresenta maior gravidade.

O acirramento da crise é sentido no tempo e também no espaço. Entre 1872 e 1906 o aumento total da população foi de 544.612 habitantes, dos quais 359.416 (66%) se estabeleceram nas oito freguesias urbanas mais centrais. Nestes 34 anos estas freguesias absorveram mais população do que ao longo dos 340 anos anteriores.

Considerando apenas as freguesias de Candelária, Sacramento, São José, Santa Rita, Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo, vemos que entre 1872 e 1906 a sua população praticamente dobrou, (Tabela 2) passando de 182.605 para 359.416 habitantes, enquanto que o total de domicílios se reduziu de 31.476 para 30.542 moradias. Ou seja: para abrigar o dobro da população, isto é, mais 176.811 pessoas, não havia nenhuma moradia a mais, porém cerca de 1.000 moradias a menos.

Mas estas pessoas não estavam ao relento: abrigavam-se onde houvesse condições. Novamente os dados numéricos ilustram a situação: para estas mesmas freguesias calculamos a densidade domiciliar média em 1872, de 5,8 hab/dom e em 1906, de 11,4 hab/dom - quase o dobro. Apesar deste número ser uma média, é portanto, uma abstração, pode-se dizer que onde morava uma pessoa, passaram a morar duas. As densidades domiciliares mais altas foram alcançadas em 1906: 18,22 e 19,22 hab/dom em São

José e Santa Rita, refletindo a violenta e mais acentuada deterioração das condições de moradia.

Observando estes mesmos dados e utilizando apenas este indicador - a densidade domiciliar -, podemos ainda localizar as áreas mais afetadas pela crise nos dois momentos. Em 1890 as piores condições eram nas quatro freguesias mais antigas, Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, pois eram as que apresentavam as mais altas concentrações de moradores. Já em 1906, apesar das condições mais graves serem nas freguesias de São José e Santa Rita, nas restantes quatro freguesias do entorno do centro - Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo - as densidades domiciliares atingiram índices bem superiores aos de 16 anos antes no centro. Percebe-se assim como as zonas de incidência da crise se deslocam no espaço: das freguesias mais centrais, ainda no século XIX, para as freguesias ao redor do centro, no início do século XX.

Em termos concretos, a crise de moradia se revelou no Rio de Janeiro através do aumento do número de estalagens, cortiços, avenidas e casas de comodos, considerados o padrão de habitação das classes pobres na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Mas estas não são as únicas formas novas de moradias; houve várias outras formas não convencionais ou não divulgadas de moradia em que, bem ou mal, a cidade abrigou o novo contingente de população que acolheu e que deu o colorido ao quadro que se quer delinear. São as muitas alternativas de alojamento que foram criadas em resposta a crise. Dentre as formas de alojamento que se desenvolveram na época, algumas podem ser consideradas como resultados de práticas sociais e outras, resultantes de verdadeiros sistemas de produção de moradias.

E' no período da transição que se multiplicam, além das habitações coletivas, os sótãos e porões, os chalés, as pequeníssimas casas de porta e janela ,além dos casebres e barracos. Surgem também algumas vilas operárias junto às fábricas, e grande número de avenidas, vilas e correr de casas, produtos da incipiente indústria da construção civil, e que passam a ocupar novas áreas que se incorporam a malha urbana.

3.2. As alternativas de alojamento.

As estatísticas são reveladoras da multiplicação das possibilidades de alojamento nas mais diversas circunstâncias. Na freguesia do Sacramento, por exemplo; o número de prédios em 1890 era praticamente o mesmo de 50 anos antes; mas neste mesmo número de prédios se abrigaram 30% mais domicílios (eram 3.843 domicílios em 1838, passaram a 5.400 em 1890). Na freguesia de São José o aumento do número de prédios neste período foi de 20% e o aumento do número de domicílios, de 95% (Tabela 2). Mas este acréscimo é anulado em pouco tempo: em 1906 o número de moradias no centro reduz-se a níveis inferiores aos de 1838. O aumento de moradias na área central e o seu rápido desaparecimento é uma das transformações do período da transição. É indício de um grande movimento social, ilustrativo de como o coração da cidade recebeu e em seguida expulsou o novo contingente de população. Vejamos algumas das alternativas de alojamento mais importantes.

Quartos de alugar.

Para a cidade e para os cidadãos a crise revelou-se através de práticas que se tornaram corriqueiras e que resultaram na criação de muitas modalidades de moradia. A mais habitual era o aluguel de quartos em residências particulares. Não se trata da produção de quartos para esse fim, como no caso das estalagens e das casas de comodos, mas da cessão de espaços disponíveis para alojamento. São inúmeros os anúncios de quartos nos jornais:

"Alugao-se quartos mobiliados com frente para a rua; na travessa do Paço n. 24, casa particular."
(Jornal do Commercio, 27/1/1871)

"Alugao-se, na rua Formosa n. 43, dous bons quartos independentes, forrados e pintados de novo, em casa de familia capaz e mais outro quarto nos fundos da casa, com

serventia d'agua e do quintal." (Jornal do Commercio, 27/1/1871)

"Alugao-se commodos com ou sem pensao, em casa de familia, a pessoas decentes; na Rua de S. Pedro, n. 115." (Jornal do Commercio, 5/5/1886)

"Aluga-se commodo a uma senhora so, em casa de outra senhora so: Rua do Lavradio n. 168." (Jornal de Commercio, 17/5/1886)

A maior parte destes anúncios nos deixam porém, na dúvida se se tratava de um simples quarto em uma residencia qualquer ou um quarto de cortiço. Duvida que, por sinal, não é privilégio nosso: na época era tao generalizada a prática de se alugarem quartos, que muitos proprietários eram tomados por corticeiros nestas circunstancias. O que era motivo de indignação. Um cidadão que foi multado por não recolher o imposto devido para habitação coletiva, defendia-se, alegando que sua casa não era uma estalagem, mas

"...uma moradia particular, na qual o supplicante apenas subloca alguns commodos como acontece hoje na maioria das casas de familia..." (13).

Observe-se a afirmação: "...na maioria das casas de familia...". Era realmente uma rotina. As oportunidades de criar um quarto eram geralmente aproveitadas e propiciavam uma renda considerável. Sendo os quartos de alugar fato comum na vida carioca da época, causa estranheza não se encontrar mais registros a este respeito. Isto pode ser explicado pelo fato de ocorrer na órbita privativa, no interior das residencias particulares. Além disso, os quartos não se revelavam ao exterior; não eram vistos, apenas se sabia deles. Não agrediam a regularidade e a formosura das construções e das ruas; preocupação fundamental das posturas municipais.

Sótaos.

Outro tipo de moradia que se tornou comum na época da crise foi o sótão, forma particular que assumiam os compartimentos do último andar. Ao contrário dos quartos, os sótãos eram bem visíveis, revelando o aproveitamento de todos os espaços inclusive dos vaos dos telhados. Originalmente, devido ao pé-direito reduzido, eram utilizados para depósitos; no final do século, porém, eram anunciados como habitações e reconhecidos legalmente como imóveis independentes, pagando inclusive o imposto predial. Isto, apesar de proibidos pelas posturas municipais (14), mas apenas da cumeeira para a frente, que poderiam ser vistos da rua. As vistas panorâmicas do Rio de Janeiro no século XIX mostram a presença de muitos sótãos nos grandes telhados da arquitetura colonial, elementos que não se observam nos mesmos telhados de cidades como Ouro Preto ou São Luís, nas quais quase não se manifestou o processo de urbanização / industrialização.

Porões.

Outra forma de moradia adaptada às circunstâncias era o porão. Em São Paulo, as vilas, os cortiços e os porões constituíam a habitação típica operária (15). Não se pode dizer o mesmo do Rio de Janeiro; aqui o porão era o espaço da criadagem (16).

Os porões eram privilégio das casas assobradadas, construções novas, modernas e higienicas. Sua finalidade era de afastar os demais compartimentos do solo, permitindo a ventilação entre o chão e o assoalho. Era um espaço vazio. Para aproveitá-lo, aumentava-se este afastamento, até obter um pé-direito de cerca de dois metros; eram as chamadas casas de porão habitável.

Os poroes atendiam à diversas finalidades, entre elas a de servir para depósitos, instalações sanitárias e quartos dos empregados domésticos. Apesar da postura municipal de 15 de setembro de 1892 proibindo a residência nos "poroes ou lojas". É possível que o uso do termo porao, em substituição a loja e andar térreo, tenha divulgado o termo como um tipo de moradia bem mais difundido do que na realidade possa ter sido. Mas o uso indiferenciado destes termos não se deu sem razão: todos eles designavam o rés-do-chão e não um pavimento subterrâneo como nas casas européias. O próprio tipo do solo dificultava este tipo de aproveitamento do subsolo apenas com os recursos tradicionais de construção.

"As casas são habitadas das caves aos telhados", disse Engels referindo-se às de Manchester (17). Mas poderia ter dito o mesmo das casas do Rio no final do século.

Quartos de alugar no interior das casas, dos poroes aos sótãos, são partes de prédios, compartimentos que foram transformados em moradias. São aproveitamentos que permitiam aos proprietários de casas uma renda, tirando partido da situação de carência: não foram, porém, construídos para este fim. As moradias produzidas especificamente para a obtenção de rendimentos são as estalagens, os cortiços, as avenidas e as casas de comodos.

Nesta listagem dos tipos de moradia da época torna-se por vezes difícil distinguir casas particulares com quartos de aluguel e casas de alugar comodos. Na freguesia da Candelária, por exemplo, não havia nenhuma habitação coletiva registrada; no entanto, de 1872 a 1890 enquanto a população se manteve estável o número de domicílios reduziu-se a uma terça parte do

inicial, e a sua densidade domiciliar triplicou (Tabela 2). Vale dizer que em cada casa triplicou o número de moradores. Mas não há como determinar se seriam casas coletivas clandestinas, casas particulares ou alojamentos para comerciários.

Arcos, ruínas e jiraus.

A iconografia e as descrições da cidade permitem recompor vários pequenos exemplos de aproveitamento do espaço construído ou por construir. Havia construções em nergas de terreno que, de tão estreitas, mais pareciam passagens. Havia casas tão estreitas que sua largura era a da própria porta ou da janela. Estas construções se multiplicaram durante a crise, mas eram possibilitadas por condições muito antigas, pois a própria estrutura fundiária da cidade admitia terrenos de mínimas dimensões, como as "moradinhas" e as casas de "braça-e-meia" (1 braça = 2,2m).

Há registros de subdivisão e aproveitamento de todas as dimensões dos prédios, inclusive a altura. Construíam-se dois andares no pé-direito destinado a um só, ou então jiraus para moradia, liberando o térreo para área de trabalho.

Como exemplo do aproveitamento de estruturas físicas destinadas originalmente para outros fins, um dos mais pitorescos é sem dúvida, a utilização dos arcos do Aqueduto da Carioca: muitos se transformaram em casas. Isto, além do aproveitamento de outros cantos, recuos, vaos, ruínas e até cavernas.

Casebres.

A carencia impelia os não-proprietários, os completamente despossuídos, a construir também. Construções rústicas, humildes, precárias, de pau, barro e palha - choupanas, choças

e casebres -já eram observados no início do século XIX (18), nas áreas menos urbanizadas.

Meio século depois, os arredores eram outros, mas as construções, as mesmas: a Penha era

"...um povoado miserável de alguns casebres que se desmanchavam em pé..." (19), e Copacabana, "...um bairro a criar-se (...) a excepção de um ou outro prédio bom, os demais (eram) na verdade, pequenas e podres choupanas." (20)

Os casebres localizavam-se fora da cidade ou em seus vazios, principalmente os morros. Este fato já havia sido observado em 1865, numa tese sobre a classe pobre do Rio de Janeiro:

"...ha uma parte de nossa população pobre, que, fugindo do centro da cidade onde as casas são caras, vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade". (21)

Esparsos a princípio, os casebres foram se aglutinando em certas áreas. No final do século os casebres já estavam concentrados em alguns morros, formando favelas. Para alguns historiadores, o principal evento explicativo seriam os soldados da guerra do Paraguai (1870), ou da Campanha de Canudos, na virada do século, que, retornados e sem moradia, auto-construíram seus barracos à espera de soluções do governo. Além destas ocorrências, é preciso considerar, na origem das favelas, as transformações urbanas do período da transição, de que resultou um novo arranjo espacial.

Chalés.

Casebres, casas pequenas, casas térreas de porta e janela, casas de rótula havia em toda a cidade, com maiores ou menores dimensões, de menor ou maior grau de recursos de seus moradores. Entre uma casa térrea habitual e um casebre há uma grande

variação englobando muitos tipos de casas. Um deles é o chalé. Este termo, por sua vez, abrange construções de diversos tamanhos e materiais, mas com o mesmo tipo de telhado: de duas águas e caimento para as laterais, ao contrário das construções tradicionais. Em alguns textos, chalés são simples barracas de mercado; noutros, são construções ligeiras de madeira; noutras ainda, quase mansões. Surgiram na década de 70, fazendo muito sucesso, espalharam-se pela cidade, vulgarizaram-se e em 1904 causavam indignação. Olavo Bilac, um dos porta-vozes da burguesia carioca, reclamava do "enfadonho e revoltante" chalé, que havia tomado conta de todo o centro da cidade, "... até no andar superior das tavernas, dos açougues, das mercearias..." (22) Na realidade, sua queixa revela mais um indicador da falta de moradias: a necessidade de utilizar as coberturas por meio de uma construção extremamente leve.

Mas chalé significava, em especial, casa rústica de construção ligeira - casa de pobre - que deveria ser banida. Em 1900, o Código de Polícia proíbe chalés na zona urbana. Em 1903, pelo art.14 do dec. n.º 391, o chalé é expulso da cidade, da Praça Mauá até Botafogo, exceto quando fosse recuado ou não fosse visível dos logradouros públicos. (26)

Assim como os sotaos e os casebres, os chalés mais precários incomodavam a antigas e novas mentalidades. As antigas, porque preocupadas apenas com a regularidade das fachadas e homogeneidade das ruas, e as novas, porque preocupadas em criar a imagem da cidade burguesa e cosmopolita, onde não haveria lugar para a pobreza. Apesar do empenho em afastar as pequenas construções como casebres, chalés e casas de madeira, eles ainda permaneceriam por muito tempo na cidade: em 1933, 23 % dos

prédios eram casas de madeira e barracões. (27)

Para concluir, podemos dizer que foram várias as manifestações da crise da moradia, foram muitos também os seus indicadores. Estes que aqui se apresentou, no entanto, não suscitaram debates, não se tornaram objetos da questão da moradia. Este papel estava reservado às habitações coletivas chamadas cortiços.

TABELA 2

Densidade predial e domiciliar do Rio de Janeiro nas diversas circunscrições civis (1838—1906)

	1838				1870				1872				1890				1906			
	População	Numero de predios	Densidade da população por predio	Densidade da população por domicilio	População	Numero de predios	Numero de domicilios	Densidade da população por predio	Densidade da população por domicilio	População	Numero de predios	Numero de domicilios	Densidade da população por predio	Densidade da população por domicilio	População	Numero de predios	Numero de domicilios	Densidade da população por predio	Densidade da população por domicilio	
FREGUEZIAS																				
Candelaria.....	10.113	1.153	8,77	7,85	9.239	1.175	1.406	7,86	6,57	9.818	1.499	1.745	6,55	5,63	9.701	1.163	575	8,34	16,87	
S. José.....	14.410	1.647	8,75	6,89	20.220	1.876	3.773	10,78	5,36	30.010	1.871	3.118	10,69	6,42	42.017	1.588	4.083	20,12	9,80	
Santa Rita.....	14.557	2.095	6,95	7,06	23.810	2.619	4.351	9,09	5,47	30.865	2.669	4.425	11,56	6,98	46.161	2.568	4.514	17,05	9,70	
Sacramento.....	24.256	3.322	7,30	6,31	24.429	3.393	5.783	7,40	4,22	26.909	3.493	5.092	7,91	5,28	30.663	3.320	5.400	9,23	5,67	
Gloria.....	6.568	982	8,69	7,69	18.624	1.920	3.146	9,70	5,92	21.115	1.950	3.583	11,35	6,18	44.105	3.327	5.779	13,25	7,63	
Sant'Anna.....	15.773	2.499	6,31	6,24	31.686	3.362	5.461	9,72	5,99	38.446	3.468	7.597	11,09	5,06	67.533	4.858	10.345	13,90	6,52	
Santo Antonio.....	—	—	—	—	17.427	1.642	3.495	10,61	4,99	20.629	1.667	3.447	12,37	5,98	37.660	2.157	6.536	17,45	5,76	
Esprito Santo.....	8.166	1.212	6,74	9,54	13.195	1.429	2.143	9,23	5,47	13.793	2.290	2.469	6,13	5,60	31.389	4.173	6.051	7,52	5,18	
Engenho Velho.....	3.319	512	6,48	8,47	11.394	1.373	1.683	8,23	6,16	15.428	2.283	2.385	6,76	6,47	36.988	4.287	5.794	8,62	6,38	
Lagôa.....	—	—	—	—	9.272	1.367	1.574	6,78	5,89	10.833	1.852	1.702	5,85	6,36	21.202	2.466	3.582	11,65	8,02	
S. Christovão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.712	661	643	7,09	7,32	
Gavea.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27.873	3.774	4.008	7,38	6,95	
Engenho Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13.130	1.753	1.704	7,49	7,70	
Irajá.....	5.094	430	11,71	16,50	5.746	933	984	6,16	5,84	5.782	921	921	6,28	6,28	13.130	1.753	1.704	7,49	7,70	
Jacarepaguá.....	7.302	647	11,29	11,41	7.633	909	984	8,40	7,66	7.993	1.114	1.106	7,18	7,23	16.070	1.422	1.429	11,30	11,24	
Inhaúma.....	3.091	333	9,28	9,23	7.199	964	935	7,46	7,69	7.220	1.133	1.110	6,37	6,50	17.448	2.586	2.421	6,74	7,20	
Guaratiba.....	9.388	815	11,59	11,57	6.918	1.124	1.145	6,15	6,04	7.091	1.201	1.186	5,90	5,98	12.654	1.371	1.378	9,22	9,18	
Campo Grande.....	7.519	767	9,80	10,77	9.593	1.312	1.339	7,31	7,16	9.686	1.467	1.467	6,60	6,60	15.950	2.023	2.021	7,88	7,89	
Santa Cruz.....	3.677	237	15,51	15,38	3.445	409	417	8,42	8,26	2.631	353	335	7,45	7,85	10.954	1.322	1.303	8,28	8,40	
Ilha do Governador.....	2.391	261	9,14	9,68	2.594	415	414	6,25	6,27	2.782	432	423	6,44	6,58	3.991	692	614	5,76	6,50	
Ilha de Paqueta.....	1.517	142	10,68	9,25	1.260	224	190	5,63	6,63	1.333	214	182	6,23	7,32	2.709	336	318	8,06	8,51	
	137.078	17.066	8,04	7,90	235.381	27.679	41.200	8,50	5,71	266.831	30.918	44.211	8,63	6,04	518.292	48.576	71.807	10,66	7,21	
															805.335	84.375	83.686	9,544	9,623	

FONTE: RECENSAMENTO REALIZADO EM 20 DE SETEMBRO DE 1906.

Notas parte 3.

1- Engels, Friedrich - A Questao da Habitacao. B.H., Aldeia Global Ed., 1979, p IX.

2- Engels, F.- op.cit., p 1.

3- A discussao da questao da habitacao está em Queiroz Ribeiro, L.C. e Pechman, R.M.- O Que é a Questao da Moradia. S.P., Ed. Brasiliense, 1983.

4- Cruz, Bento Gonçalves - Relatorio dos Trabalhos da Inspeçao Geral de Hygiene 1891-92, R.J., Imp. Nacional, 1892, p 6.

5- Em A Historia do Abastecimento no Brasil, M. Yedda Linhares analisa a composicao social da populacao carioca, baseado em dados sobre a distribuicao de profissoes em 1870, avaliando o grande contingente de "pobres".

6- O seguinte texto acompanha uma gravura de casa para alugar: "Raramente permanecem mais de vinte e quatro horas as folhas de papel branco coladas por fora das janelas de uma casa de alugar. Quando de nossa chegada, esse sinal de casa para alugar só se encontrava em casebres insalubres e úmidos, pois as casas eram alugadas com antecedencia, antes de se esvaziarem." In Coaracy, Vivaldo - Memórias da Cidade do Rio de Janeiro, p.443.

7- Henrique de Beaurepaire Rohan, diretor das obras municipais, em relatório apresentado a Camara, assim defende seu projeto de uma enorme hospedaria:

"Além de sua crescida populacao, aflui a esta cidade o grande número de estrangeiros e provinciais, atraídos uns pelo comércio, outros pela presença da corte, dos tribunais supremos e das escolas científicas. Tudo isso dificulta a aquisicao de casas, cujo aluguel, tornando-se um preço exorbitante, desvia muita gente de habitar entre nós por nao ser a todos possivel pagar um pesado tributo a esses hotéis estabelecidos por especuladores, que, aproveitando-se das circunstancias dificeis de seus

hóspedes, os obrigam a uma extraordinária despesa."

In: separata do Vol.275 da Revista do IHGB, abril-junho de 1967.

8- Considerando-se os "defeitos" apontados nas habitações em geral e as muitas referencias aos altos aluguéis, pode-se dizer que, para os cariocas não abastados, pagar caro e morar mal é uma tradição.

9- Faoro, R. - Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio.

S.P., Companhia Editora Nacional, 1974, p 200.

10- Queiroz Ribeiro, L. C. et alii- Formação e

Transformação do Espaço Construído e Sistemas de Produção e

Circulação da Moradia - dos Cortiços, Estalagens e Casas de

Comodos à Formação dos Subúrbios - 1870 / 1930 - Xerox,

PUR UFRJ, 1983 p 77.

11- Queiroz Ribeiro, L. C. et alii- op. cit. p 1

12- Faoro, R.- op. cit. p 212.

13- Arquivo Geral da Cidade. Códice 43-1-25, 1878.

14- Posturas municipais de 17 de junho de 1851 e de 11 de março

de 1856. In: Prefeitura do D.F. -Código de Posturas - Leis,

Decretos, Editais e Resoluções da Intendencia Municipal do

Distrito Federal. R.J., Pap. e Typ. Mont'Alverne, 1894.

15- Guzzo Decca, M.A. - Vilas, Cortiços e Porcos: Habitação

Operária em São Paulo. Xerox, 1979.

16- Santos, Paulo - Quatro Séculos de Arquitetura. R.J.

IAB, 1980, p 71.

17- Engels, Friederich - A Situação da Classe Trabalhadora

na Inglaterra. Porto, Afrontamento, 1975, cap. As Grandes

Cidades.

18- Rugendas, M.- Voyage Pittoresque. Cit. in: N. da Silva, M.B.-

Cultura e Sociedade na Rio de Janeiro, 1808-1821. Col.

Brasiliana, vol. 363. S.P., Cia. Ed. Nacional, 1977, p 16.

O pintor, descrevendo os arredores pobres do Saco do Alferes, Mata-Porcos e Catumbi, refere-se às moradias:

"les demeures sont pour la plupart que de miserables huttes, jettés ça et là au hasard, ou entassés les uns contre les autres entre les colines et la mer."

19- Pompéia, Raul - In Bandeira, M. e Drummond de Andrade, C. - Rio de Janeiro em Prosa e Verso. R.J., Liv. J. Olympio, 1965, p 476.

20- Relatório da Cia. Jardim Botânico, 1894. In: Pereira da Silva, M.L. - O Estado e o Capital Privado na Disputa pelo Controle e Administração dos Transportes Coletivos; a Resposta dos Usuários e a Face da Cidade. R.J., tese apresentada ao PUR UFRJ, 1979.

21- Costa, A. Correa de Souza - Qual a Alimentação que usa a Classe Pobre do Rio de Janeiro e sua Influência sobre a mesma Classe. R.J., Typ. Perseverança, 1865, p 31.

22- Bandeira, M. e Drummond de Andrade, C., op. cit., p 389.

23- Santos, Paulo, op. cit., p 68.

24- Estatística Predial do Rio de Janeiro, 1933.

HABITAÇÃO COLETIVA

FOTO MALTA - AGC/PI



4. As habitações coletivas.

4.1. Informações básicas sobre as habitações coletivas.

4.1.1. Origens e primeiras notícias.

O período de mudança da base económica do setor primário para os setores secundário e terciário, de urbanização rápida e de crise de habitação tem um marco essencial: as habitações coletivas. Surgidas bem antes deste momento histórico, e existentes até hoje, é na segunda metade do século XIX e no início do século XX que florescem e se multiplicam no Rio, abrigando grande contingente das camadas populares, especialmente trabalhadores. As habitações coletivas assumem diversos nomes, correspondendo a diferentes formas arquitetónicas e conteúdos ideológicos distintos - estalagens, cortiços, avenidas, casas de comodos. Um termo, porém, é o mais generalizado - cortiço - que por isso mesmo é visto como um símbolo desta época.

Sobre as suas origens, apenas alguns aspectos puderam ser levantados. Há uma versão que remete a genese do cortiço aos colonizadores portugueses e espanhóis (1), que o teriam trazido junto a outras práticas de edificação. Tais práticas só se difundem mais tarde, com o crescimento urbano. A respeito das origens ibéricas destas habitações, verificamos que "desde o fim do século XVIII proliferavam em Madrid as chamadas casas de corredor", que abrigavam uma população constituída principalmente por artesãos. (2) Alguns testemunhos antigos indicam que aqui os cortiços eram ocupados por trabalhadores, mas não exclusivamente pela classe operária ou pelos trabalhadores surgidos após a Revolução Industrial, como comumente se acredita.

Bem antes de qualquer surto de urbanização, no entanto, outra forma de alojamento de trabalhadores construída pelos colonizadores chama a atenção. Trata-se da senzala, que traz notável analogia com as estalagens em geral: uma sucessão de quartos, em fila, com acesso por um só lado, que forma uma

passagem ou alpendre.

Ambas as construções eram de qualidade inferior às demais existentes em seu meio, em ambas o espaço interno era reduzido e se observava a aglomeração de corpos, e a iluminação e ventilação deficientes. (3) A comparação entre plantas e vistas de antigas senzalas e de alguns corredores de quartos do Rio Antigo aponta para tantas semelhanças que aparentemente a única diferença seria a posição da chave na fechadura. Na senzala a porta é trancada por fora, na estalagem, por dentro. Um pequeno detalhe arquitetônico que mostra a diferença nas relações sociais de produção em dois momentos distintos. No primeiro, o trabalhador por inteiro, seu corpo e sua vida pertencem ao senhor, que o guarda à noite para uma nova jornada de trabalho; no segundo, o trabalhador dispõe ele mesmo de sua pessoa e de seu corpo, para fazer uso da sua condição de homem livre - vender sua força de trabalho - para o que se guarda até a nova jornada de trabalho.

Mas além de observar as semelhanças e diferenças formais, importa assinalar o fator que determina estes paralelos. A lógica que preside ambas as construções é, por um lado, a lógica da economia - quartos pequenos, celados uns aos outros - por outro lado, a lógica do controle - visibilidade permitindo a vigilância dos quartos (4). No decorrer do trabalho veremos que, no caso das habitações populares coletivas, a lógica da economia reina soberana, enquanto que a do controle assume maior ou menor importância conforme os agentes sociais presentes.

A origem das habitações coletivas está em momento bem anterior àquele em que estas habitações se tornam conhecidas. Mas não se trata aqui apenas da busca de um modelo arquitetônico, e sim de formas determinadas por fatores específicos que se

manifestam em diferentes contextos.

As habitações coletivas receberam várias denominações diferentes. Na citação anterior consta o nome espanhol - casa de corredor - que foi o termo que se utilizou no Rio de Janeiro, no início do oitocentismo, como sinônimo de cortiço. Outros sinônimos segundo o Novo Dicionário Aurélio são: casa de comodos, cabeça de porco, caloji, estância, quadro, zungu. Chama a atenção o último termo, porque, como a senzala, também associa esta habitação aos escravos. O mesmo dicionário informa que zungu (do quimbundo nzangu - barulho) significa cortiço e cita: "são os míseros escravos das senzalas, dos zungus e cafundós..." Não há dúvida que se trata de cortiço, o que é confirmado pelo Dicionário de Arquitetura Brasileira (5); no entanto não se trata apenas de um espaço de moradia, mas também de espaço de encontro, reunião e celebração dos negros. Senão, como compreender a postura municipal de 1838 que proíbe as "casas conhecidas vulgarmente pelos nomes de casas de zungu e batuques"? (6) Esta mesma postura cita ainda as casas de corredor, no título referente a segurança: "Todos os que morarem em casas de corredor, que depois de Ave-Maria não tiver luz, estando aberto," pagarão multa. Estranhas casas, que precisavam ser controladas para não fazer barulho nem ficar no escuro...

Os termos zungu e casa de corredor desaparecem por volta de 1840; são denominações de época. Outro sinônimo, o caloji (7), não aparece na documentação, apesar de registrado na literatura; é de se supor que fosse uma denominação popular.

As primeiras notícias encontradas sobre a presença de habitações coletivas na cidade do Rio de Janeiro foram um anúncio de 1823 e documentos de 1824 e de 1830 (8). Até 1850 aproximadamente, o termo mais utilizado é estalagem e para os

seus responsáveis, os estalajadeiros. Cremos que nesta época a estalagem ainda guardava seu significado original (casa para hóspedes, pousada), tanto que, na Estatística do Comércio do Município do Rio de Janeiro de 1852, as estalagens constam sob a rubrica de Serviços de Hotelaria (9). Reforça esta concepção, o conteúdo dos primeiros documentos encontrados, em que estalajadeiros pobres solicitam à Câmara Municipal dispensa do depósito referente a licença de funcionamento de estalagem, alegando não terem o lucro suficiente. (10)

O termo cortiço foi encontrado em documentos a partir de meados do século, e o termo casa de comodos ou casa de alugar comodos, apenas no final do século.

4.1.2. Tipologia das habitações coletivas.

Dizíamos que as habitações coletivas são um marco da crise. Realmente, a necessidade de moradias para o crescente contingente populacional, a disponibilidade limitada de terrenos e sobrados, e a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos proprietários de prédios e terrenos existentes; são alguns dos fatores que fizeram com que se difundissem os grupos de quartos ou casinhas.

Em textos da época foram encontradas algumas conceituações. Em 1892, uma postura municipal faz distinção entre casas particulares e casas coletivas (11) definindo estas como sendo:

"...todas as que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes..."

Incluía-se sob esta rubrica os "cortiços com as diversas denominações de vilas, avenidas ou estalagens", e ainda, os prédios que abrigassem outras atividades além da moradia, como

colégios e quartéis. O "Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo da União", de 8 de Março de 1904 caracteriza as "habitações insalubres de natureza coletiva": avenidas, estalagens, cortiços, albergues, hospedarias, casas de comodos, casas de pensão e hotéis. (12)

Estas definições se referem apenas às moradias coletivas, mas não distinguem as de estadia permanente daquelas de estadia eventual e passageira. Excluindo-se estas últimas, teremos as habitações coletivas populares e permanentes - cortiços, estalagens, casas de comodos e avenidas -, que constituem o universo empírico desta pesquisa.

A esta qualificação resta ainda acrescentar a pobreza, sua característica fundamental. Nos dizeres dos higienistas Fontenelle e Barreto, eram

"...moradas comuns a varias familias que, não tendo posses para a vida em lar isolado - célula normal do organismo social - procuravam economizar dividindo entre si as despesas, sem perceberem que partilham, ao mesmo tempo as condições indispensaveis à vida, cabendo assim a cada pessoa uma quota abaixo das necessidades organicas." (13)

Em outras palavras, eram moradias coletivas, permanentes, pobres e em condições discutíveis de salubridade. Eram conhecidas pelo nome comum de cortiço, termo cujo uso se generalizou, muitas vezes confundindo as suas principais formas arquitetônicas. Justamente estas modalidades de habitação popular, presença constante no discurso higienista, estavam no centro da questão da moradia, e se tornaram o seu verdadeiro objeto.

Neste ponto é preciso assinalar que apesar das diferenças que apontamos entre os cortiços e as estalagens, tanto no linguajar corriqueiro como na literatura os dois termos se confundem. O termo cortiço tem forte conteúdo ideológico e assume diferentes sentidos no tempo. Cronistas e técnicos da

época, e o romancista Aluisio Azevedo, no clássico " O Cortiço" utilizam indistintamente um e outro substantivo.

4.1.2.1. Estalagem.

Para compreender a semelhança e a diferença entre estalagem e cortiço é preciso caracterizar a estalagem enquanto objeto arquitetónico. Trata-se basicamente de uma sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela, alinhadas de um ou ambos os lados do pátio/corredor, construção de um ou dois pavimentos, com instalações sanitárias (quando existiam), nos fundos ou nos cantos. (Figuras 3 e 4) Esta simples estrutura física adquire outro nome, cortiço, enquanto sofre sucessivas alterações que a tornam cada vez mais inferior e deformada.

A reconhecida decadência das condições de moradia de muitas destas edificações dá margem a construção de um conteúdo ideológico cada vez mais depreciativo, de desprezo e de condenação. O termo cortiço se generaliza, designando todas as habitações coletivas, insalubres ou não, na forma de estalagem ou não. É somente com o surgimento do termo avenida que a estalagem, forma arquitetónica inicial, poderá se desvincular da sua conotação negativa. (14)

4.1.2.2. Casa de comodos

A casa de comodos ou casa de alugar comodos, considerada "a mais anti-higiénica, a mais detestável das habitações colectivas", era apenas uma casa internamente dividida no maior número possível de compartimentos. Não se tratava de construção de quartos no quintal, mas de criação de quartos no interior da casa. O corredor era uma constante nestas casas; por

ser interno, era mais escuro e abafado que o da estalagem. A adaptação para multiplicação de comodos era levada aos extremos, para indignação dos higienistas:

"Que dizer das paredes de taes quartos de improviso, que sao limitados por divisoes de madeira tosca, de panno e até de folhas de zinco! Que dizer da morada em poroes e sotaos baixissimos, sem luz nem ar! Que dizer do aproveitamento de vaos por baixo das escadas, de despensas, de areas, de copas, de cozinhas, e até de gabinetes de latrina, para de tudo fazer dormitorios!" (15)

Térreos, sobrados e "palacetes de feição afidalgada" se transformavam em casas de comodos. (Figura 5) De início no centro da cidade e proximidades, mais tarde também nos bairros.

Estas casas atravessavam todo um processo de transformação que correspondem a um rebaixamento na escala social. Pedro Nava descreve a trajetória de um destes casaroes:

"... a primeira (etapa) e inaugural era sempre a residencia de grande do Império ou figurao da República. A segunda, pensao familiar. A terceira, casa de comodos. Depois, cabeça de porco - substituida pelos arranha-céus de hoje". (16)

A casa de pensao, neste seu estágio nao era em absoluto uma habitação popular (17), mas a seguir transformava-se

"..num daqueles melancólicos sobrados de alugar quartos, que se observam a cada canto do Rio de Janeiro" (18), repletos de moradores pobres. E' neste estágio que a casa de comodos passa a ser chamada também de cortiço.

4.1.2.3. Cortiço.

O cortiço se identifica a partir do modelo arquitetônico da estalagem. Aparentemente, são a mesma coisa; mas ao atentar a vários detalhes, verificamos as diferenças. O critério de distinção é bastante simples; nao passa de uma avaliação do observador sobre as condições gerais de moradia. Aquela em que as condições forem inferiores, é o cortiço. Nas palavras de um

técnico em habitação de baixa renda da época:

"...na estalagem e no cortiço o facies é igual, si bem que neste as condições higienicas sejam mais inferiores. As alcovas são mais quentes, mais baixas e mais escuras, a separação das famílias é muito menos acentuada, a vida em comum, diurna ou noturna, por isso mesmo mais promiscua." (19)

Para uns, identificar um cortiço era uma questão científica a partir do volume de ar contido no quarto (20).

Para muitos, era apenas a construção de qualidade inferior, de madeira ou de materiais precários; para outros, a construção de dimensões reduzidas (21). O cortiço era ainda caracterizado pela irregularidade, o atravancado e o desalinhado de casarões subdivididos junto a vários grupos de casinhas ou blocos de difícil acesso, improvisados ou adaptados às condições do local. Por isso mesmo eram prédios "sem forma nem figura de construção" (22). A planta de um grande cortiço situado no morro do Castelo (Figura 6), ilustra a disposição dos blocos.

A somatória de conotações negativas acumuladas no termo fez com que seu conteúdo fosse cada vez mais ideológico e mais desligado do tipo de construção. Qualquer prédio podia ser um cortiço. Por ser um termo essencialmente ideológico, era indefinível. Todos sabiam o que era um cortiço, mas ninguém o definia. Esta ambiguidade criava dificuldades, embaraços e impasses entre proprietários e o Poder Público. (23)

4.1.2.4. Avenida.

Sobre a avenida, diz Backheuser que se trata de uma estalagem aperfeiçoada, isto é, uma estalagem com melhoramentos nos sistemas de distribuição de água, de esgoto e no arranjo dos compartimentos, melhores materiais de construção e acabamento. (Figura 7) No Registro de Estalagens do final do

século já se encontram muitas referencias a casinhas alinhadas em avenida; nos Relatórios sobre Habitações Coletivas há por vezes, distinção entre estalagens, avenidas e casas de comodos. Nesta época, por imposição dos serviços de higiene muitas estalagens foram fechadas para reforma ou reconstrução, reabrindo com o nome de avenida. E' o que ocorre no romance de Aluisio Azevedo: a Estalagem de Sao Romao se transforma na Avenida de Sao Romao.

A avenida era encarada como uma estalagem higienizada ou higienica; para tanto deveria atender a certos requisitos técnicos. Nas primeiras manifestações da legislação sobre o assunto, recomendava-se a construção de latrinas, mictórios (1 para cada 30 pessoas), banheiros (1 para cada 35 pessoas) (24) e cozinhas coletivas (25).

Segundo o decreto n° 244 de 20 de abril de 1896, que regula a construção de "casas para proletários", cada casa deveria ter sua própria latrina, tanque e cozinha; as casas maiores poderiam ter também banheiro (26). Segundo o decreto n° 842 de 9 de dezembro de 1901, que regula a construção de "avenidas economicas" ou "avenidas para habitação de proletarios e operarios", cada casa deveria ter latrina, cozinha e banheiro. Já o decreto n° 391 de 10 de fevereiro de 1903 reduz novamente as exigencias: apesar de reafirmar as características de casas de avenidas conforme o decreto anterior, acrescenta no art° 30:

"...os pateos (...) nos terrenos em que forem edificadas habitações coletivas (...) terao pelo menos, uma latrina, um banheiro e um mictorio para cada grupo de 20 pessoas" (27).

Estas observações mostram que também neste ponto havia indefinição: uma estalagem com instalação sanitária adequada podia legalmente ser denominada avenida. Mas à medida qu

aumentassem o número destas instalações, reduzia-se a coletivização da moradia; a avenida-padrão deveria ter fogos completamente isolados e independentes.

A avenida surge portanto como uma forma indefinida, de transição, entre as habitações coletivas e os novos tipos, grupos de habitações independentes, com um mínimo de dependências de uso coletivo. Guarda, no entanto, grande semelhança com a estalagem, não só no arranjo dos espaços, como também no aspecto exterior. A figura 8 permite observar esta semelhança, entre a fachada de uma antiga estalagem e de uma avenida modelar, construída pelo Estado.

Neste ponto é preciso retomar o termo cortiço, e frisar que entre estes termos havia semelhanças e diferenças; até a década de 80 do novecentismo cortiço era sinónimo de estalagem, e a partir de então, com a propagação das casas de alugar cómodos, passa a ser sinónimo também de casa de cómodos. Além dos conjuntos em que se misturavam estas duas formas principais, o termo cortiço designava também as primeiras avenidas. Para alcançar maior clareza, pode-se dizer que as condições sociais dos moradores e as más condições de habitabilidade eram o elemento de identificação, enquanto que as características arquitetónicas eram o elemento de diferenciação das habitações coletivas.

4.1.3. Conceituação.

O panorama das muitas formas de habitações coletivas que existiam no Rio no período em estudo dá condições para que se possa conceituá-las. De início é preciso considerar o próprio nome, que indica por um lado o grupamento de moradores, e por outro, o uso coletivo de uma série de equipamentos. Além disso, na época, a qualificação de "coletiva" era de natureza

aumentassem o número destas instalações, reduzia-se a coletivização da moradia; a avenida-padrão deveria ter fogos completamente isolados e independentes.

A avenida surge portanto como uma forma indefinida, de transição, entre as habitações coletivas e os novos tipos, grupos de habitações independentes, com um mínimo de dependências de uso coletivo. Guarda, no entanto, grande semelhança com a estalagem, não só no arranjo dos espaços, como também no aspecto exterior. A figura B permite observar esta semelhança, entre a fachada de uma antiga estalagem e de uma avenida modelar, construída pelo Estado.

Neste ponto é preciso retomar o termo cortiço, e frisar que entre estes termos havia semelhanças e diferenças; até a década de 80 do novecentismo cortiço era sinónimo de estalagem, e a partir de então, com a propagação das casas de alugar cómodos, passa a ser sinónimo também de casa de cómodos. Além dos conjuntos em que se misturavam estas duas formas principais, o termo cortiço designava também as primeiras avenidas. Para alcançar maior clareza, pode-se dizer que as condições sociais dos moradores e as más condições de habitabilidade eram o elemento de identificação, enquanto que as características arquitetónicas eram o elemento de diferenciação das habitações coletivas.

4.1.3. Conceituação.

O panorama das muitas formas de habitações coletivas que existiam no Rio no período em estudo dá condições para que se possa conceituá-las. De início é preciso considerar o próprio nome, que indica por um lado o grupamento de moradores, e por outro, o uso coletivo de uma série de equipamentos. Além disso, na época, a qualificação de "coletiva" era de natureza

jurídica; considerava-se coletiva a casa, terreno ou propriedade que abrigasse indivíduos de famílias distintas, em unidades sociais diferentes.

Não é apenas a qualificação jurídica de coletiva, nem a duvidosa qualificação ideológica de cortiços que as coloca dentro de uma mesma categoria. Estalagens, cortiços, casas de comodos e as primitivas avenidas eram o resultado de uma forma específica de produção de moradias. É neste sentido que podemos compreender a estalagem e a casa de comodos, formas tão diferentes, serem iguais em sua essência: na primeira, os quartos eram criados no terreno, na segunda, os quartos eram criados sob o teto existente. No primeiro, encortiçava-se um terreno, no segundo, encortiçava-se uma construção. São os mesmos fatores que propiciam uma e outra forma e são os mesmos agentes sociais que produzem uma e outra forma. Por isso mesmo aparecem muitas vezes juntas, em conjuntos de construções onde estas formas se misturam e confundem como na figura 6.

As habitações coletivas vão se distinguir dos demais térreos e sobrados pelas características decorrentes desta produção: geralmente as construções são em série, utilizam ao máximo a possibilidade de aproveitamento do espaço, empregam materiais de qualidade inferior aos tradicionais e simplificam a construção, de que resultam a sua barateza, fragilidade e precariedade, suas reduzidas dimensões e a deficiência, a insuficiência ou mesmo a inexistência dos sistemas de água e esgoto. Este espaço construído terá efeitos prejudiciais sobre as condições de vida da população moradora.

A construção de "quartos" e "casinhas" nos fundos dos estreitos lotes urbanos, assim como a subdivisão de prédios,

tornou-se comum na cidade. O grupamento de casinhas e a relativa fragilidade da construção anunciava novas formas de prédios que iriam substituir os térreos e sobrados.

A quantidade de quartos variava de um a mais de uma centena; a qualidade dos prédios variava de barracos de madeira a sobrados de pedra-e-cal. Em nenhum documento é definida a habitação coletiva quanto ao tamanho da construção, ao número de quartos, equipamentos ou instalações; muito pelo contrário. Uma postura municipal de 1876, (28) ao proibir "as construções de habitações chamadas cortiços", enfatiza: "quer sejam assim denominados, quer sejam chamadas casinhas, ou com nomes equivalentes". Queremos portanto assinalar que ao conceituarmos habitações coletivas, nos referimos às quatro formas básicas descritas, disseminadas largamente pela cidade, e não apenas às construções com várias dezenas de quartos localizadas no centro, estes sim, foco da polémica que os consagraria na história carioca.

4.1.4. Observação sobre outras modalidades de moradias coletivas.

Uma vez descritas as formas que consideramos básicas, resta comentar alguns tipos que consideramos como variações dos anteriores, mas não incluídos na categoria das habitações coletivas.

Os albergues e hospedarias eram bastante semelhantes às casas de comodos, mas de moradia intermitente, não permanente. Alugavam-se quartos, vagas, camas ou esteiras por dia, ou melhor, por noite. Sobre hospedagem para os pobres na Bela É'poca, há notícia de "casas de dormida", da conhecida hospedaria da "Corda", que usava uma corda em substituição a travesseiros (29) e dos "zungas" (30), as hospedarias baratas dos becos imundos

junto ao morro do Castelo. Estas seriam as habitações mais degradadas: aqueles que não pudessem pagar nem por estas dormidas, restava o recurso dos casebres e barracos nas favelas, último degrau da descendente escala social que a habitação expressa.

Não foi encontrado nenhum registro sobre dormitórios públicos, mantidos pelo Estado ou por iniciativa particular filantrópica, bastante comuns nos países europeus. O que mais próximo estaria deste alojamento estatal para os absolutamente sem-teto seria o Asilo da Mendicidade, com sua capacidade para abrigar mendigos esgotada já em 1897. (31) Em 1906, a Polícia informava que não havia albergues noturnos na cidade. (32)

Ainda quanto aos dormitórios, merecem referência os mantidos pelas fábricas e outras companhias para alojamento dos seus empregados. Trata-se do cortiço-dormitório, por vezes uma casa de comodos, por vezes uma estalagem, ou então uma vila operária. A observação de muitos destes exemplos leva a crer que bem antes das vilas operárias eram comuns os dormitórios que não eram mais que simples cortiços. Assim, o cortiço-dormitório pode ser encarado um antecessor da vila operária.

4.1.5. Evolução das habitações coletivas.

O seguinte quadro da evolução das habitações coletivas esboça em linhas gerais os momentos marcantes que compoem a trajetória destas moradias na história carioca.

O período inicial é anterior a 1855; é tempo de livre expansão das estalagens, em que praticamente não havia restrições à sua construção e ao seu funcionamento. Eram ainda em número reduzido e se concentravam junto com as atividades produtivas urbanas, nas freguesias mais antigas e centrais.

Com o progressivo crescimento urbano multiplicam-se as estalagens e adensa-se a sua população. Tornam-se críticas as suas precárias condições sanitárias, permitindo que as doenças epidêmicas que assolavam a cidade causassem muitas vítimas entre seus moradores. (33)

Em meados do século, as primeiras denúncias sobre as más condições higiénicas das estalagens são publicadas em editoriais de órgãos de imprensa da Corte. (34) A Polícia se manifesta através de reclamações e sugestões para regulamentos "dos estalajadeiros e de suas respectivas cazas" (35), que são encaminhadas à Ilustríssima Câmara Municipal. Em 1º de agosto de 1855 é editada a postura recomendando que não fosse permitida

"...a construção de novos cortiços sem licença da Ilustríssima Câmara, guardando-se nessas construções todas as condições higiénicas, e que não seriam habitáveis sem aprovação da Junta de Hygiene Pública." (36)

A partir de então a expansão das habitações coletivas é controlada, aprovando-se grande número de pedidos de licença para construção de estalagens. Utilizava-se largamente a palavra cortiço nos pedidos de licença para construção, o que mostra não apenas a difusão do termo, mas também o fato de que não havia ainda a forte conotação ideológica negativa que viria a

caracterizar estas habitações. Nos pedidos de licença se solicitava textualmente permissão para construir cortiços. (37) A Câmara Municipal obteve nova fonte de recursos com o pagamento dos alvarás para obras cobrados para cada quarto construído.

A concentração de população extremamente pobre em pleno coração da Corte preocupava a polícia. Para controlar e vigiar esta massa, a Secretaria de Polícia exigia mais providências; pedia

"...um plano de construção dispersando as habitações para localidades mais espaçosas, já dispersando as habitações, já regulando a polícia interna das casas que compreendem muitas dezenas de habitantes que não podem conservar os privilégios de domicílio particular". (38)

A Junta Central de Higiene Pública, órgão responsável pelos serviços de higiene, limitava-se inicialmente a recomendar que se atendessem às posturas em vigor. Sem prestígio nem força política, aos poucos este órgão firmou sua presença e seu poder no cenário em que se desenrolava a questão da habitação. Sob a presidência do barão do Lavradio durante longo tempo, a Junta impôs restrições cada vez mais severas ao desenvolvimento das habitações coletivas insalubres e à sua concentração nas freguesias centrais. No entanto era aí que se concentravam as oportunidades de trabalho. Embora já se iniciasse nos bairros o processo de retalhamento de chácaras e a oferta de terrenos para construção, os transportes coletivos apenas iniciavam sua expansão e eram lentos e caros. Era portanto fundamental para a massa trabalhadora estabelecer-se o mais próximo possível daquela área de concentração. À medida que aumentava a densidade demográfica, reduziam-se as condições higiénicas e repetiam-se as epidemias. Qualquer aglomeração, qualquer meio insalubre representava um perigo. Os cortiços, em que se concentrava a

massa proletarizada, inclusive muitos estrangeiros (as maiores vítimas da febre amarela), passam a ser considerados como focos de epidemias. Em outras palavras, além de meio de propagação das doenças, os cortiços eram vistos também como geradores das epidemias. Os higienistas os chamavam de "focos pestilenciais", onde se reproduziam os "germens das epidemias como em viveiros cuidadosamente guardados". (39)

Para reduzir a concentração proibiram-se novas habitações coletivas em área cada vez maior, através dos editais de 1873, 1876, 1877, 1878 e 1892. Como as posturas impediam a "construção e reconstrução", à medida que as estalagens se deterioravam, as obras de melhoramentos, em vez de significarem reforma, significavam praticamente reconstrução. Eram proibidas e, se realizadas, imediatamente embargadas e seus responsáveis multados. A legislação funcionava neste caso impedindo novos cortiços e condenando ao desaparecimento as estalagens mais antigas ou mais necessitadas de melhoramentos.

Enquanto os médicos higienistas e os engenheiros sanitaristas usavam todos os meios legais de que dispunham para combater as habitações insalubres, a Ilustríssima Câmara mantinha-se omissa e benevolente para com os proprietários, furtando-se à sua competência de atuação contra os cortiços. Em várias ocasiões a Junta Central de Higiene buscou apoio junto ao Governo Imperial para forçar a Câmara a cumprir suas próprias posturas.

No início da década de 70 a Junta tornou obrigatórias e fez cumprir diversas medidas para melhorar as condições higienicas dos cortiços. A partir de 1879, a Junta intima os proprietários de muitos cortiços a realizarem melhoramentos sob ameaça de fechá-los. Desta maneira, no início da década de

80 vários cortiços são fechados e alguns reabrem, depois de realizadas obras de melhoramentos, com o nome de avenidas.

A medida que aumentava a população e a demanda por casinhas, aumentavam também as restrições à expansão destas moradias. A proibição de novos junto ao centro, o fechamento dos insalubres, a constante vigilância e repressão às construções clandestinas desencorajam a produção nesta zona. Muitas das antigas estalagens se deterioram. Devido à inexistência de lotes vazios e edificáveis, ao aumento dos preços dos imóveis e à demanda de espaços para novos usos, os terrenos ocupados por prédios deteriorados e frágeis estalagens vão ser cobiçados pelos construtores e especuladores, interessados em participar da renda imobiliária e fundiária. A deterioração dos quartos e seu baixo valor enquanto imóvel contribui decisivamente para a substituição das estalagens por outros tipos de prédios. Na luta pela apropriação do espaço das áreas valorizadas definem-se novos agentes, novos vencedores e vencidos.

Os cortiços passaram a ser vistos como "espeluncas", "pocilgas" e "antros". Os pedidos de licença para construção de quartos deixam perceber outra conotação no termo cortiço:

"...porquanto não é nem nunca como tal se considerou em tempo algum - cortiço - mas sim uma estalagem em ponto pequeno, e em sua maior parte ocupado por empregados da casa, e em outra por artistas que sahem de manhã e entram de noite - só homens ..." (40)

O termo se tornara uma pecha. qualquer habitação coletiva em que se fizessem melhoramentos teria que renovar também a sua designação. A figura 9 é exemplo eloquente.

É importante assinalar que já antes de 1860 os aluguéis eram considerados muito altos e os ganhos dos proprietários de

cortiços, exagerados. Já nessa época, o governo cogitava de medidas para fornecer habitações salubres para "artistas e pessoas pobres por quantia modica" (41). Em 1876 um relatório do Ministério de Negócios do Império recomendava, "entre as medidas tendentes a melhorar o estado sanitário da capital do Império, a extinção dos cortiços." (42) Em 1884 já se clamava pela "destruição completa da cortiçada". (43)

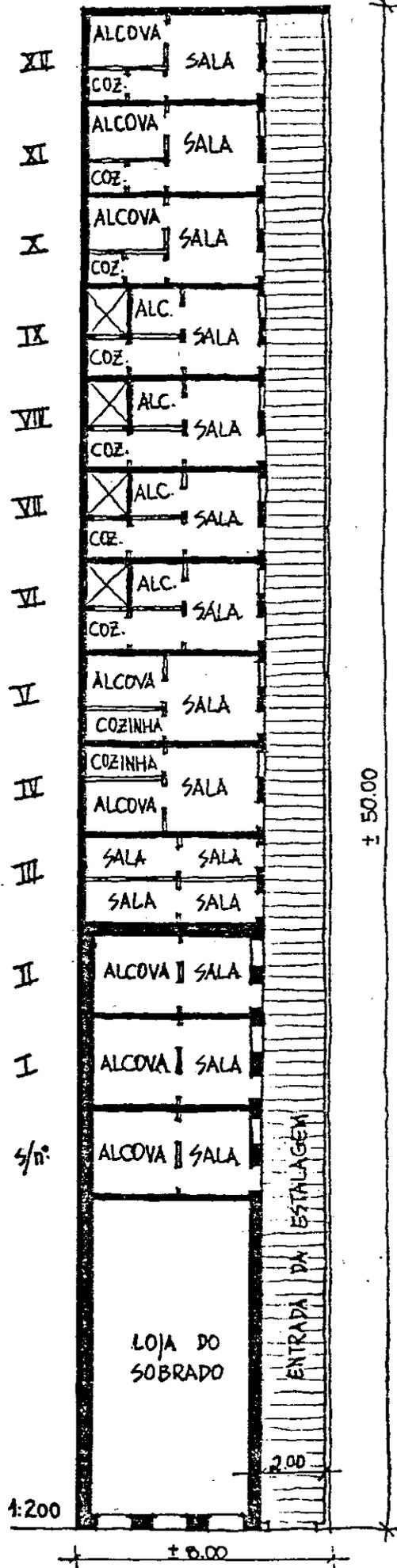
Para acabar com os cortiços, substituindo-os por casas higienicas a preços acessíveis, tornava-se necessário que o governo oferecesse algumas vantagens e garantias às empresas que se propusessem a tal tarefa; o dec. n° 2686 de 30 de outubro de 1875 concedia algumas e o dec. n° 3151 de 9 de dezembro de 1882 já listava outras mais. (44)

Onde porém construir as vilas higienicas e avenidas economicas? Se nos arrabaldes, os moradores teriam que arcar com custos impensáveis de transporte; e no centro e arredores nao havia terrenos disponíveis. A solução seria substituir os antigos cortiços insalubres por novas casas higienicas. Como os seus proprietários nao se mostrassem dispostos a se desfazer dos imóveis, fontes de alta e constante renda, tornava-se necessário recorrer à desapropriação por utilidade pública. Difunde-se a idéia de que os cortiços nao deveriam apenas ter suas condições sanitárias melhoradas, ou entao serem fechados; deveriam ser exterminados.

O período de erradicação dos cortiços ocorre numa conjuntura política em que os serviços sanitários e a administração pública municipal se uniram para atingir este objetivo, especialmente durante a administração de Pereira Passos. Os limites e desdobramentos deste processo serao analisados mais detidamente.

Na virada do século desaparecem as casinhas das
estalagens. As casas de comodos proliferam nas areas mais
centrais e mais antigas; nos bairros multiplicam-se as avenidas,
nos morros tomam forma as favelas. A gravidade da crise da
moradia atinge niveis alarmantes; mas no rol das questoes em
discussao na época já nao se enquadram mais os cortiços.

FIGURA 3 -



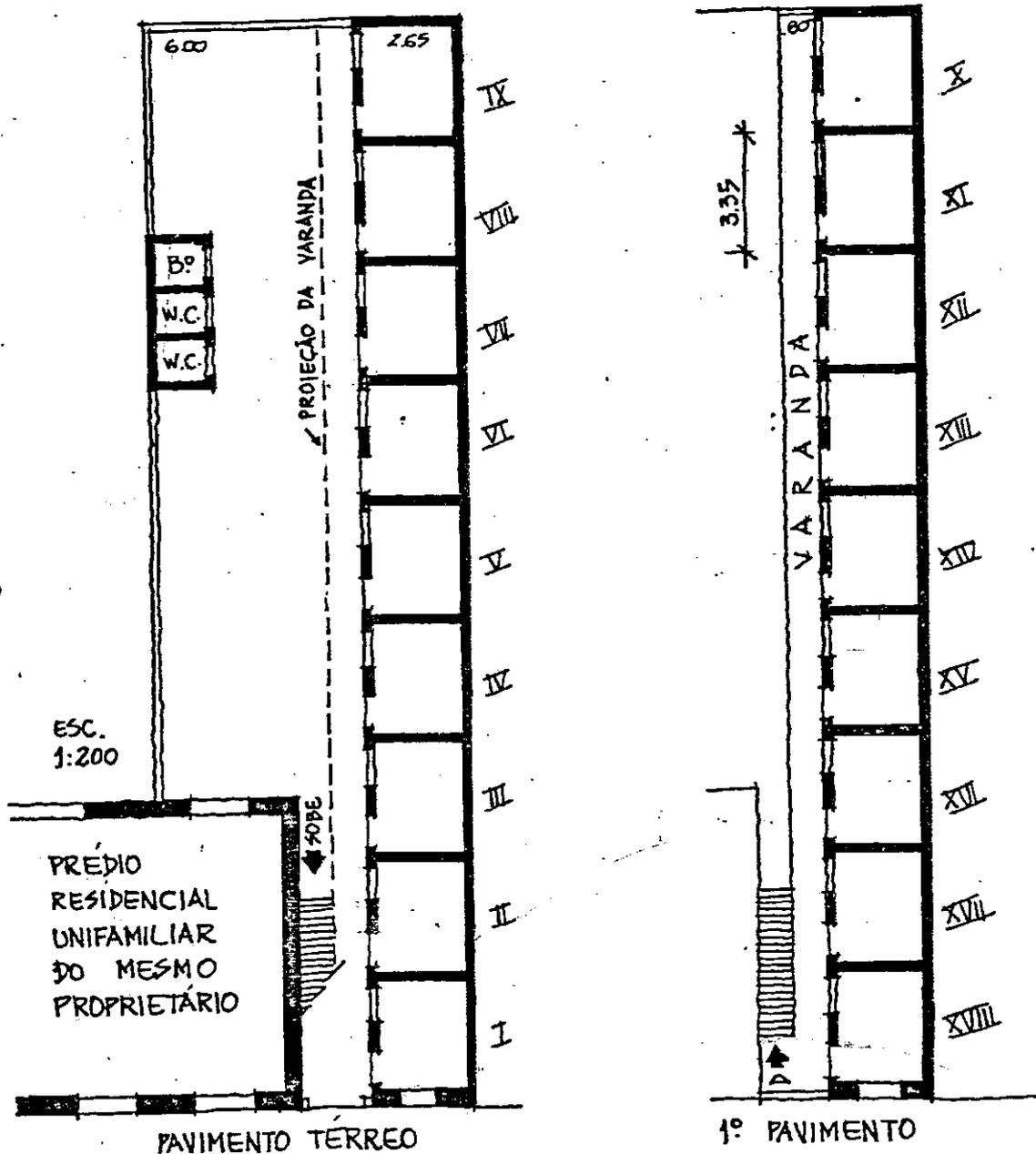
PLANTA DA ESTALAGEM EM 1906 ANTES DA REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE MELHORAMENTOS.

CARACTERÍSTICAS :

- AS CASINHAS nº I, II e s/nº SÃO PARTE DA LOJA DO SOBRADO. O PÉ DIREITO É DE 5.00m E AS DIVISÓRIAS DE TABIQUE À MEIA ALTURA.
- AS CASINHAS III, IV e V TEM PAREDES DE FRONTAL DE TIJOLO E PILARES. O PÉ-DIREITO É DE 3.35m.
- AS CASINHAS VI, VII, VIII e IX TEM PAREDES DE FRONTAL E PILARES. O PÉ DIREITO É DE 3.50m. CADA UMA TEM UM PEQUENO PATIO PARA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DA COZINHA.
- AS CASINHAS X, XI e XII TEM PAREDES DE FRONTAL E PILARES. O PÉ DIREITO É DE 3.75m.
- OS CONJUNTOS DE CASINHAS FORAM PROVAVELMENTE CONSTRUÍDOS EM MOMENTOS DIVERSOS, EM QUE SE IMPONHAM DIFERENTES MEDIDAS DE PÉ DIREITO E SE FORMAVAM DIFERENTES ARRANJOS INTERNOS. NÃO HÁ INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.

O PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS OBRAS (EXIGIDAS PELA DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA) FOI CONCEDIDO PESSOALMENTE PELO PREFEITO PEREIRA PASSOS.

FIGURA 4 - "CORRER DE COMMODOS" - R. INVALIDOS n. 41.



PLANTA DE UMA ESTALAGEM DE DOIS PAVIMENTOS.
(1903)

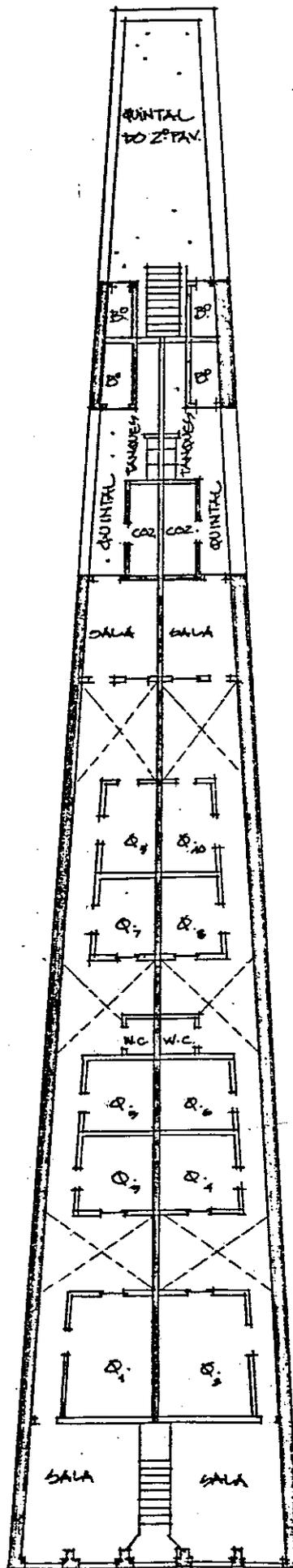
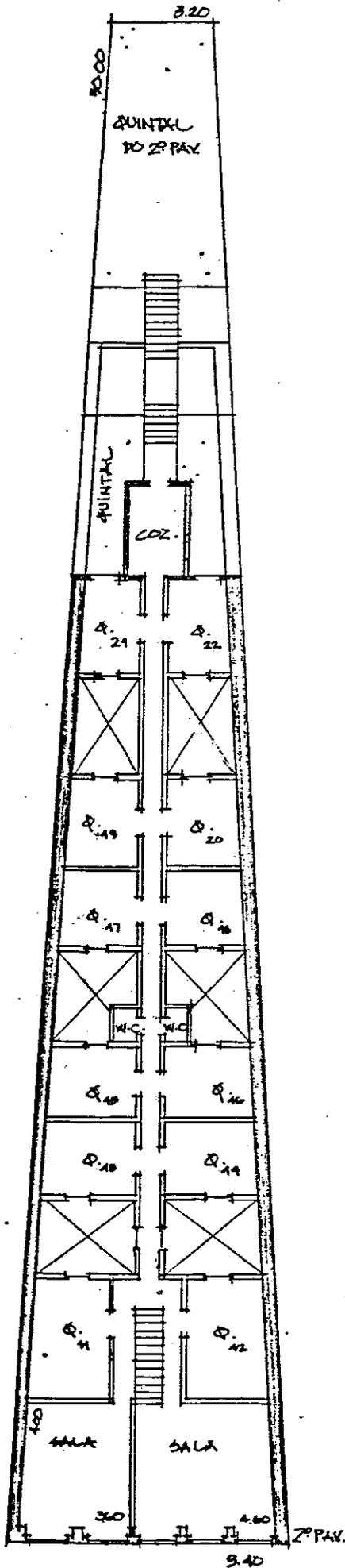
O PROPRIETÁRIO DESTA ESTALAGEM ENCAMINHOU DIVERSOS PEDIDOS PARA LEVANTAMENTO DA INTERDIÇÃO DE SUAS CASINHAS, PEDIDOS PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIAS E PEDIDOS PARA LICENÇA DE OBRAS. TODOS OS PEDIDOS FORAM INDEFERIDOS, POIS O PRÉDIO SE ACHAVA EM ZONA PROIBIDA

FONTE: A.GCRJ., CÓDICE 43-1-35, fls 117 a 126.

FIGURA 5 - CASA DE COMODOS

"PROJECTO PA RECONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DA RUA DA CONCEIÇÃO n.º 12". APROVADO EM 24/7/1907.

O PROJETO É PARA ABERTURA DE PRISMAS VERTICAIS PARA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS QUARTOS, SEMELHANTES AOS ATUALMENTE EXIGIDOS NOS PRÉDIOS DE APARTAMENTOS. HAVIA ANTERIORMENTE 40 COMODOS (EM DESENHO) .

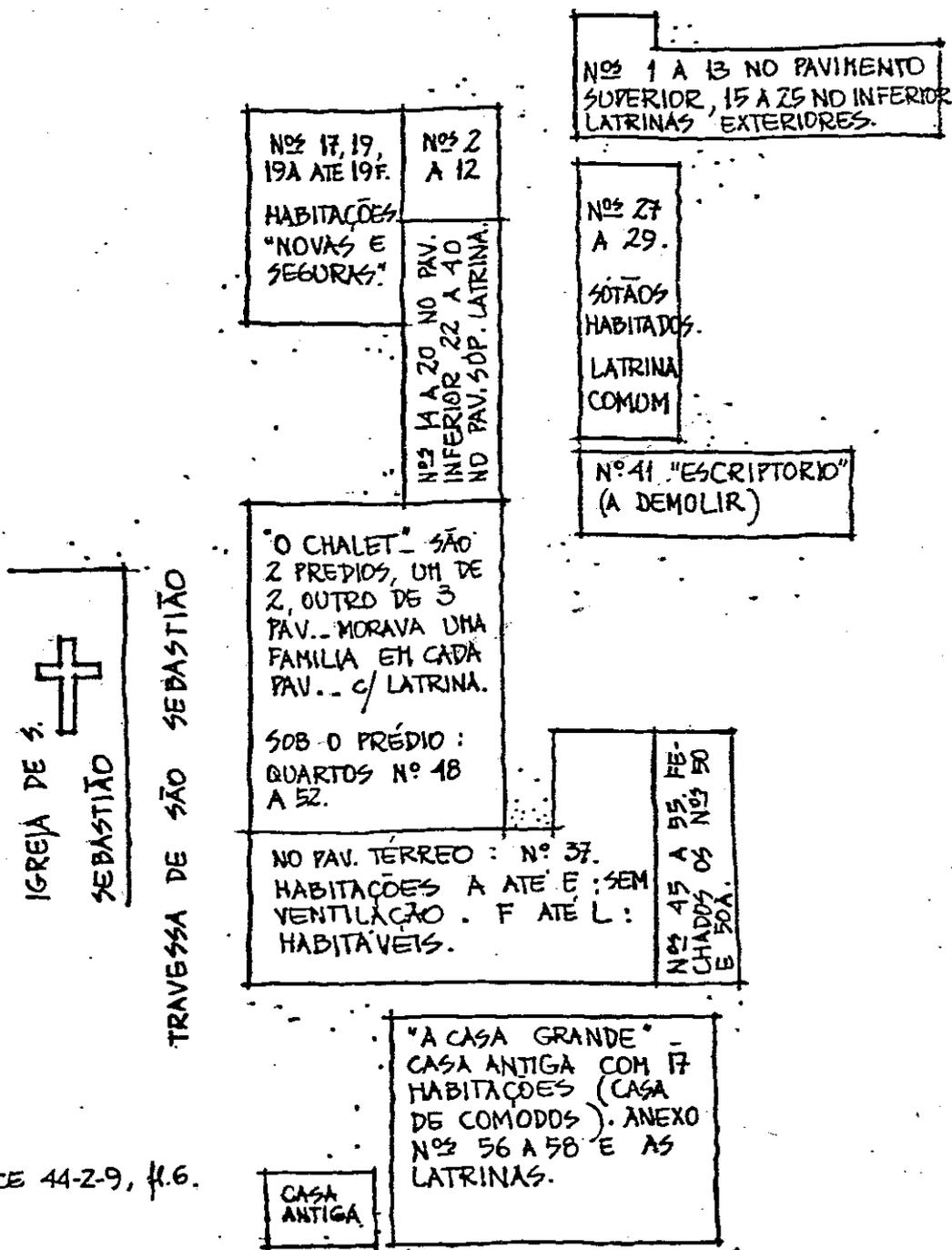


FONTE: AGCR), PASTA 38, DOCUMENTO 21, ANO 1907.

1º PAVIMENTO

ESC. 1:200 .

CROQUIS SEM ESCALA, BASEADO EM DOCUMENTO DE VISTORIA DE 1893. A INDICAÇÃO É DOS VÁRIOS PRÉDIOS QUE CONSTITUÍRAM TALVEZ O "MAIOR NÚCLEO DE HABITAÇÃO QUE EXISTE NO RIO DE JANEIRO". NESTE ENDRHE CORTIÇO HAVIA DIVERSOS TIPOS DE CONSTRUÇÕES E HABITAÇÕES: PRÉDIOS DE 1, 2 E 3 PAVIMENTOS, PRÉDIOS SÓLIDOS E ANTIGOS, NOVOS E FRÁGEIS, QUARTOS SEM JANELAS, MORADIAS MUITO BOAS, CASA DE COMODOS, "PUXADOS", SÓTÃOS E PORDES E ATÉ UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR. HAVIA AINDA ALGUMAS LATRINAS AFASTADAS DOS PRÉDIOS. SEUS HABITANTES, "AVULTADO NUMERO DE FAMILIAS E INDIVÍDUOS DE TODA SORTE" DISTRIBUÍAM-SE POR CERCA DE UMA CENTENA DE HABITAÇÕES.



FONTE: AGCR, CÓDICE 44-2-9, fl. 6.

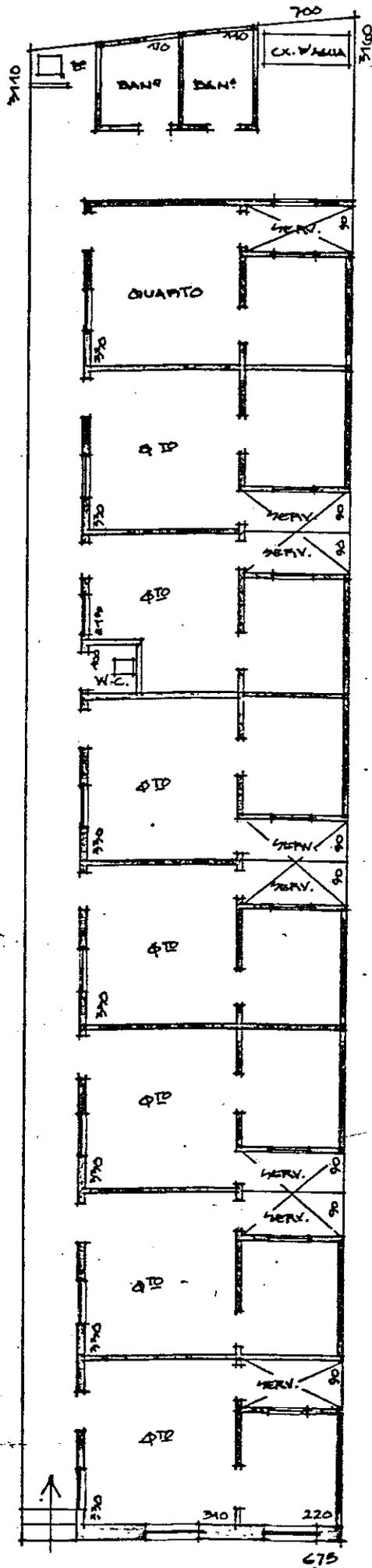
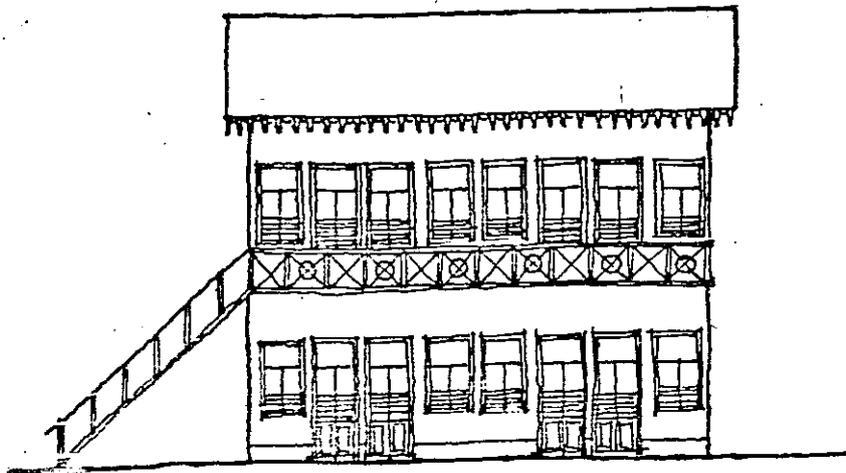


FIGURA 7 - AVENIDA

"MELHORAMENTOS" DA AVENIDA DA RUA SANTO ANARO n.º 61.

FONTE: AGCRJ, CÓDICE 43-1-27 fl. 156.

ESC 1/25



← RUA DA GOARDA VELHA n.º -
 - LICENÇA PARA OBRAS, 1883.
 "ESTALAGEM EM PONTO PE -
 QUENO?"

AGCR] - COD. 41-3-35.

┌ CASAS PARA OPERÁRIOS,
 AD. SALVADOR DE SA'.
 └ CONSTRUÍDAS DURANTE A
 ADMINISTRAÇÃO DO PRE-
 FEITO PEREIRA PASSOS.

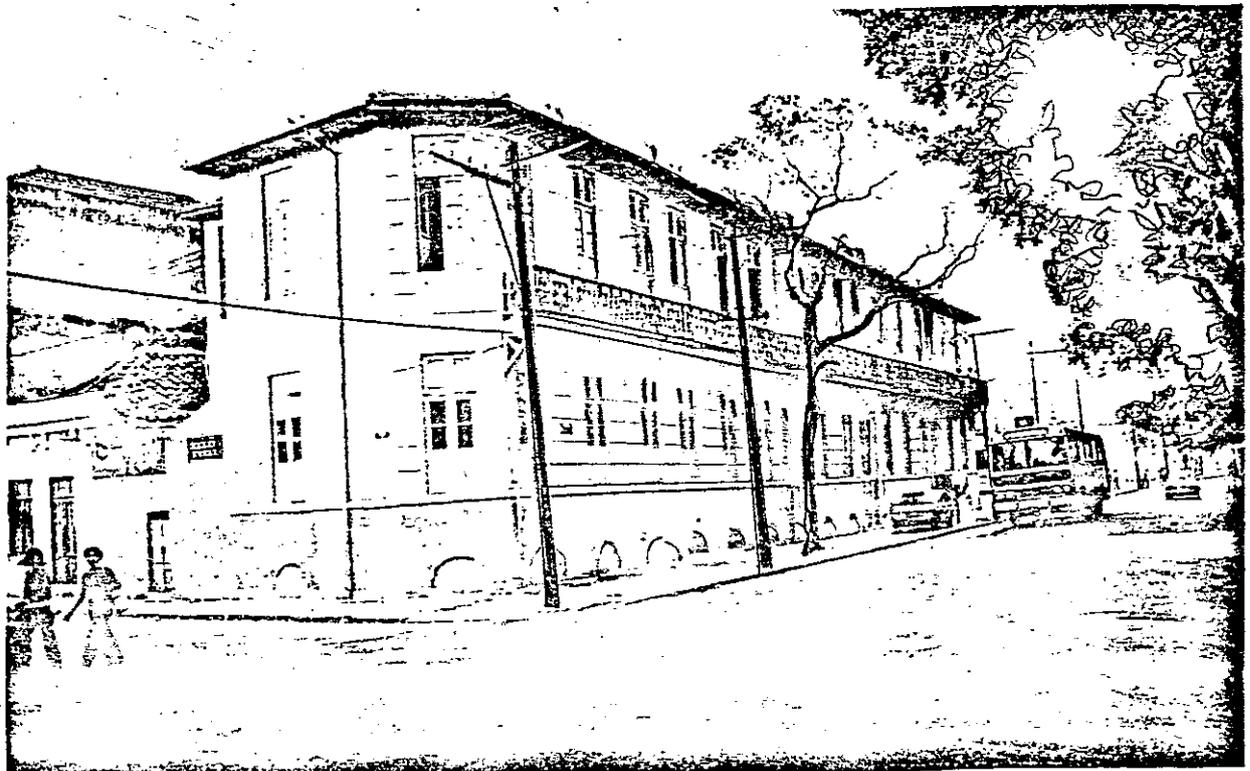
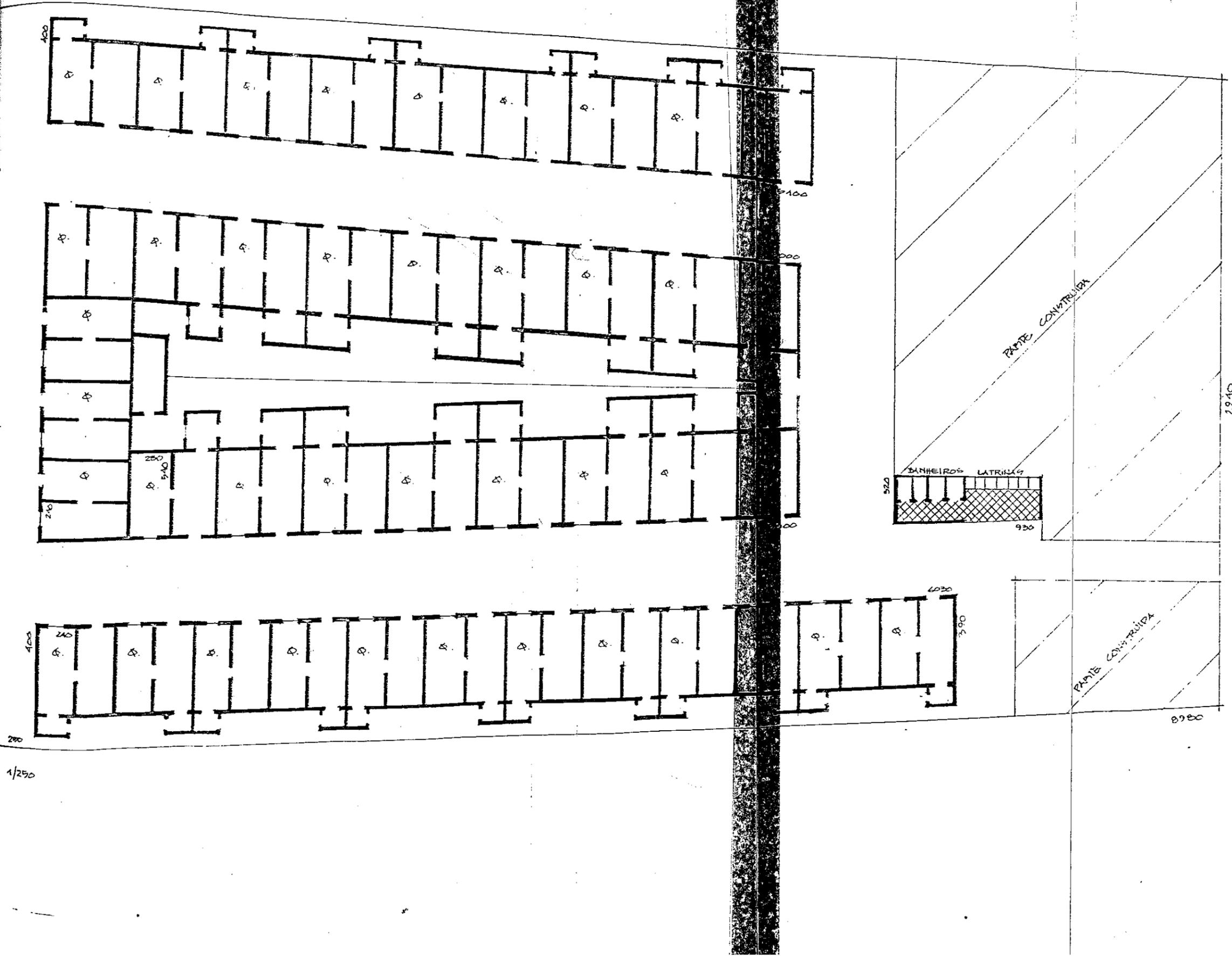


FIG. 9. - CORTIÇO - VILA OPERÁRIA



ESTA HABITACÃO COLETIVA ERA "UMA DAS MAIS VASTAS DO RIO DE JANEIRO". ESTENDIA-SE POR DETRÁS DOS PRÉDIOS Nº 87, 89, 91, 93, 95, 97, 101 e 103 DA RUA DO GAL CALDWELL, COM 114 QUARTOS. QUASE TODOS MEDIAVAM 3,80 x 4,18 E ERAM DIVIDIDAS POR TAPAMENTO DE MADEIRA EM 3 COMPARTIMENTOS: SALA, QUARTO E COZINHA. HAVIA CASAS TÊRREAS COM SÓTÃOS E ALGUMAS COM DOIS PAVIMENTOS. HAVIA 12 LATRINAS PARA AS 114 MORADAS.

O DESENHO É DO PROJETO PARA MELHORAMENTOS DO CORTIÇO, TRANSFORMANDO-O EM "VILA OPERÁRIA" E REDUZINDO O NÚMERO DE CASINHAS PARA 41. O PEDIDO FOI INDEFERIDO.

ESTE CORTIÇO FICAVA NOS FUNDOS DA CASA DA NOBIA, PRÓXIMO AO QUARTEL. ERA HABITADO EXCLUSIVAMENTE POR SOLDADOS E SUAS FAMÍLIAS. O SEU PROPRIETÁRIO ERA O CONDE MODELOAL.

FONTE: AGCR), CODICE 43-1-27, VÁRIAS FOLHAS DATADAS DE 1891 A 1895.

1/250

Notas parte 4.1

1- "O cortiço no Brasil assim como o conventillo na Argentina e em todos os lugares de lingua castelhana é uma forte tradição. Foram trazidos pelos primeiros povos colonizadores." "Fanfulla", 3 de abril de 1913, citado em: Pinheiro, P.S., e Hall, M.M.- "A Classe Operária no Brasil 1889-1930", S.P., Brasiliense Funcamp, 1981, p 97.

2- Goitia, Fernando Chueca - Breve Historia do Urbanismo. Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes, 1982, p 165.

3- Machado, Roberto et alii - Danação da Norma R.J., Graal, 1978, p 362.

4- A observação, feita para um outro contexto, é de J. S. Leite Lopes, em: Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Servidão Burguesa.

4- Zungu- "Casas de pequenos compartimentos que sao alugadas a diferentes familias, cortiço", in: Lemos & Corona - Dicionário da Arquitetura Brasileira. S.P., Edart, 1978, p 479.

6- Cidade do Rio de Janeiro - Consolidação das Leis e Posturas Municipais 1838-1894. R.J.

7- Caluje- "Abrigo, casinha ou rancho de palha", in: Lemos & Corona, op. cit.

Dois personagens "...tinham encontros misteriosos num caloji, de uma velha miserável da rua de Sao Joao Batista que lhes cedia a casa mediante esmolas." In: Azevedo, Aluisio - O Cortiço. B.H., Ed. Itatiaia Ltda., 1980 p 184

8- 1823: Anúncio de uma venda de livros na loja "da rua de Sao Pedro, defronte da estalagem...", in: Bandeira, M. & Drummond de Andrade C., op. cit., p 417.

1824: No Livro de lançamento da Décima Urbana das freguesias de

Santa Rita, Candelária e Santana encontramos o registro de

"...propriedade de ..., que consta de hua loja e hum corredor arrendado a..."

Nesta época, a maior parte dos prédios eram lojas, isto é, térreos, e eram arrendados. Nos livros de 1841 ainda aparece o termo corredor e também estalagem.

1830: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 49-1-7.

9- Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer - História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). R.J., IBMEC, 1978, v. 1, p 342.

10- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-25, fl 1 e fl 20.

11- Postura de 15 de setembro de 1892, art. 4º, parágrafo 3.

12- Backheuser, E., Habitacoes Populares, R.J., Imprensa Nacional, 1900, p.105.

"Avenida - E uma construcção moderna, permittida pela Prefeitura, constituida por domicilios particulares, independente, de pequenas dimensoes, com installações sanitarias e fogos completamente separados, dando todas as casas para uma rua central ou lateral.

Estalagem - (Construcção prohibida pela Prefeitura). E' uma habitação collectiva onde geralmente ha um pateo, area, ou corredor, maior ou menor, com quartos uni ou bi-lateraes, divididos em sala e alcova, tendo cozinha interna ou externa, com aparelhos sanitarios communs e lavandérias installadas nos pateos e quasi sempre por meio de tinas.

Cortiço - (Construcção prohibida pela Prefeitura). E' uma habitação collectiva, geralmente constituida por pequenos quartos de madeira ou construcção ligeira, algumas vezes installados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difficil accesso; sem cozinha, existindo ou nao pequeno pateo, area ou corredor, com aparelho sanitario e lavanderia commum. Tambem se considera cortiço um prédio de construcção antiga, onde clandestinamente sao construidas divisoes de madeira (construcção prohibida pela Prefeitura), formando quartos ou cubiculos sem mobilia, que muitas vezes se estendem aos sotaos, forros, porcos, cozinhas, despensas, banheiros, etc, e habitados geralmente por individuos de classe pobre e com o nome de casa de commodos, sem direcção, onde tambem ha lavanderia e aparelhos sanitarios internos ou externos, em numero

insuficiente, não havendo banheiros e cozinhas.

Albergue - É uma habitação colectiva que funciona ordinariamente a noite, onde por baixo preço se dá dormida em quartos, salões e mais dependências de um prédio, mediante a aquisição de camas ou simplesmente esteiras, notando-se sempre aglomeração e promiscuidade de indivíduos adultos ou crianças de ambos os sexos.

Hospedarias - São habitações colectivas mobiliadas, onde são alugados aposentos, por hora, dia e noite, onde se recebem, agasalham e sustentam hóspedes adventícios por dias.

Casas de commodos - São habitações colectivas installadas em prédios grandes ou mesmo pequenos, com divisões de madeira, cujos aposentos são alugados com ou sem mobília, por tempo indeterminado, a indivíduos solteiros, de qualquer sexo, e a pequenas famílias de diversas classes sociais, quasi sempre em más condições de hygiene e asseio, onde não se encontra o dono ou seu principal responsável, ficando assim completamente abandonadas. Têm aparelhos sanitarios em numero insufficiente e quasi sempre sem banheiro. (...)

Casas de pensão e hotéis - São habitações colectivas onde se alugam quartos, salas ou salões mobiliados, fornecendo-se comida, onde geralmente ha boa hygiene e asseio, encontrando-se, entretanto, algumas divisões de madeira."

13- Fontenelle, J. P. e Barreto, J. B. - Salubridade das Habitações Collectivas no Rio de Janeiro. R.J., Revista dos Tribunais, 1918.

14- A recuperação do conteúdo positivo e saudável da habitação coletiva passa pela incorporação de um novo termo, vila, que também designa uma construção de status elevado: grande casa de recreio nas cercanias de cidades europeias.

15- "Matadouros de Gente", A Noite, 3 de fevereiro de 1919.

16- Nava, Pedro - Balao Cativo: Memórias / 2. R.J., J. Olympio, 1977, p 188.

17- Segundo Pedro Nava (Balao Cativo, p 188), os moradores da casa de pensão eram

"...altos funcionários, militares entre major e general, comerciantes na altura da gerencia, viúvas remediadas, solteiros abastados e de comportamento exemplar, senhoras - só de reputação ilibada".

18- Azevedo, Aluisio - Casa de Pensao. S.P., Liv.

Martins Ed., s/d, p 258.

19- Backheuser, E. - op. cit. p 110

20- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-26

21- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-26

22- Ibituruna, Barao de. "Parecer de Inspectoria geral de Hygiene sobre as Estalagens ou Cortiços e Necessidade Urgente de as Substituir por Habitacoes construidas segundo as Prescripcoes Hygienicas, para os Operarios e Classes Pobres de nossa Sociedade". In Ibituruna, Barao de - Projecto de Alguns Melhoramentos para o Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro apresentado ao Governo Imperial pela Inspectoria Geral de Hygiene. R.J., Typ. de Pereira Braga & C., 1886.

23- Alguns exemplos ilustram esta indefinição:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35 :

Um proprietário, em 1883:

"Porquanto nao é nem nunca como tal se considerou em tempo algum - cortiço - mas sim uma estalagem em ponto pequeno."

Códice 41-3-35 - Pedido de licença de construção, 1871:

"Cesar Farani, querendo edificar vinte e seis casas, nao se entendendo - cortiços - dentro de seus terrenos..."

Códice 43-1-25 - Fiscal da freguesia de Sao José, 1876:

"...verdadeiramente nao se acha bem definido o que seja cortiço..."

24- Postura de 15 de Setembro de 1892.

25- Instruções dos serviços de higiene.

26- Backheuser, E. - op cit., p 99.

27- Backheuser, E. - op cit., p 104

28- Postura de 1º de Setembro de 1876.

29- Hospedaria/Albergue noturno.

"Ali, por um tostao os sem abrigo certo entravam às dez

horas, deitavam-se no chão e apoiavam a cabeça numa corda estirada que servia de travesseiro. Ao romper do sol o encarregado dava o primeiro toque de despertar. Em seguida, os mais sonolentos eram sumariamente acordados com o afrouxamento da corda."

In: Maul, Carlos - O Rio da Bela Epoca. R.J., Liv. Sao José, 1968, p 95.

30- Assim Joao do Rio descreve um "zunga": no rés-do-chão,

"...salas com camas enfileiradas como nos quartéis", onde dormem os "marinheiros, soldados e trabalhadores de face barbada". No segundo andar há a "seção dos quartos reservados e a sala das esteiras (...) onde se dorme por 800 réis" . Cerca de oitenta pessoas dormiam em meio a forte mau cheiro . No terceiro andar, que se alcançava por "uma escada cheia de corpos", via-se uma "sala cheia, onde não havia mais divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo".

Citado por Sevckenko, N., - op. cit., p 56.

31- Sevckenko, N. - op. cit., p 61.

32- Brasil - Habitacoes Populares - Relatorios apresentados ao Exmo. Sr. Dr. J.J.Seabra, Ministro da Justiça e Negocios Interiores. In: Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J.J.Seabra, março fr 1906. Vol III, Diretoria do Interior, R.J., Imprensa Nacional, 1906.

Agradeço a Sergio Pechman, que localizou este documento e me forneceu uma cópia. O livro Habitacoes Populares, de Backheuser, é um resumo deste relatório.

33- Cabe aqui uma nota importante sobre as doenças e as habitações coletivas. Apesar da sempre repetida afirmação de que as epidemias tinham nos cortiços seus principais focos, este fato não pode ser comprovado. Dentre todas as fontes consultadas para este trabalho, nenhuma informação foi encontrada que mostrasse os coeficientes de mortalidade e morbidade por doença nos cortiços, nem que fossem maiores do que em outras habitações no século XIX. Para o século XX há as informações de Barros e Fontenelle sobre o alto coeficiente de mortalidade por tuberculose nas habitações

coletivas.

Em 1889 informava o higienista dr. A. Pimentel:

"A carencia de dados pathologico-demographicos sobre as as estalagens e freguesias urbanas e suburbanas, me impede de fazer o estudo comparativo dda morbidade e mortalidade de cada agglomeraçao deste genero: de avaliar a influencia das causas de insalubridade, permanentes ou accessorias, dos cortiços sobre a morbidade e a mortalidade da freguesia a que pertencem (se tal influencia existe ou pode existir) segundo sua topographia, densidade de populaçao, falta de hygiene, etc." (op. cit. p 189)

Uma informação intrigante é prestada pelo dr. Toledo Dodsworth em 1891: demonstra que foram "os quartéis os focos de irradiação e alimentação da varíola". Que uma grande estalagem habitada exclusivamente por soldados e suas famílias constituiu-se num dos maiores focos. Diz ainda que a freguesia de Santana apresentava o maior número de focos porque

"...é a freguesia que possui mais numerosas habitações de soldados e tendo sido os quartéis da guarnição militar desta capital, como sempre costuma succeder, onde o desenvolvimento da molestia mais se accentuou..." (Bulhoes de Carvalho - op. cit. p 191)

A noção de foco da doença era a de núcleo irradiador e causador da doença. Confundia-se a causa com as condições de sua propagação, facilitadas pelo acúmulo de moradores e pelas más condições de hygiene.

Sobre estas condições, supomos que fossem precárias em toda a cidade e em muitas outras casas e não exclusivamente nas habitações coletivas. Afinal os serviços sanitários realizavam mais vistorias nas residencias particulares e estabelecimentos comerciais do que nas estalagens, avenidas e casas de comodos. (Relatório dos Chefes dos Distritos Sanitários, 1898. Códice 38-2-42, fl 19 e outras.)

34- Editoriais do Correio Mercantil no ano de 1855,

35- Códice 43-1-25, fl. 15.

36- Prefeitura da Cidade - Código de Posturas 1838/1893.

R.J., Papelaria e Typographia Mont'Alverne, 1894.

37- Pedido de "licença para construir cortiço no terreno da rua das Flores...", 1859. Códice 41-3-35.

Pedido para "...fazer cortiços no interior do prédio..." 1860. Códice 41-3-35.

38- Ofício da Secretaria de Polícia à Ilustríssima Camara em 30 de agosto de 1866. Códice 41-3-35.

39- Pareceres - op. cit., p 2.

40- Licença de obras, 1883. Códice 41-3-35.

41- Códice 44-3-36.

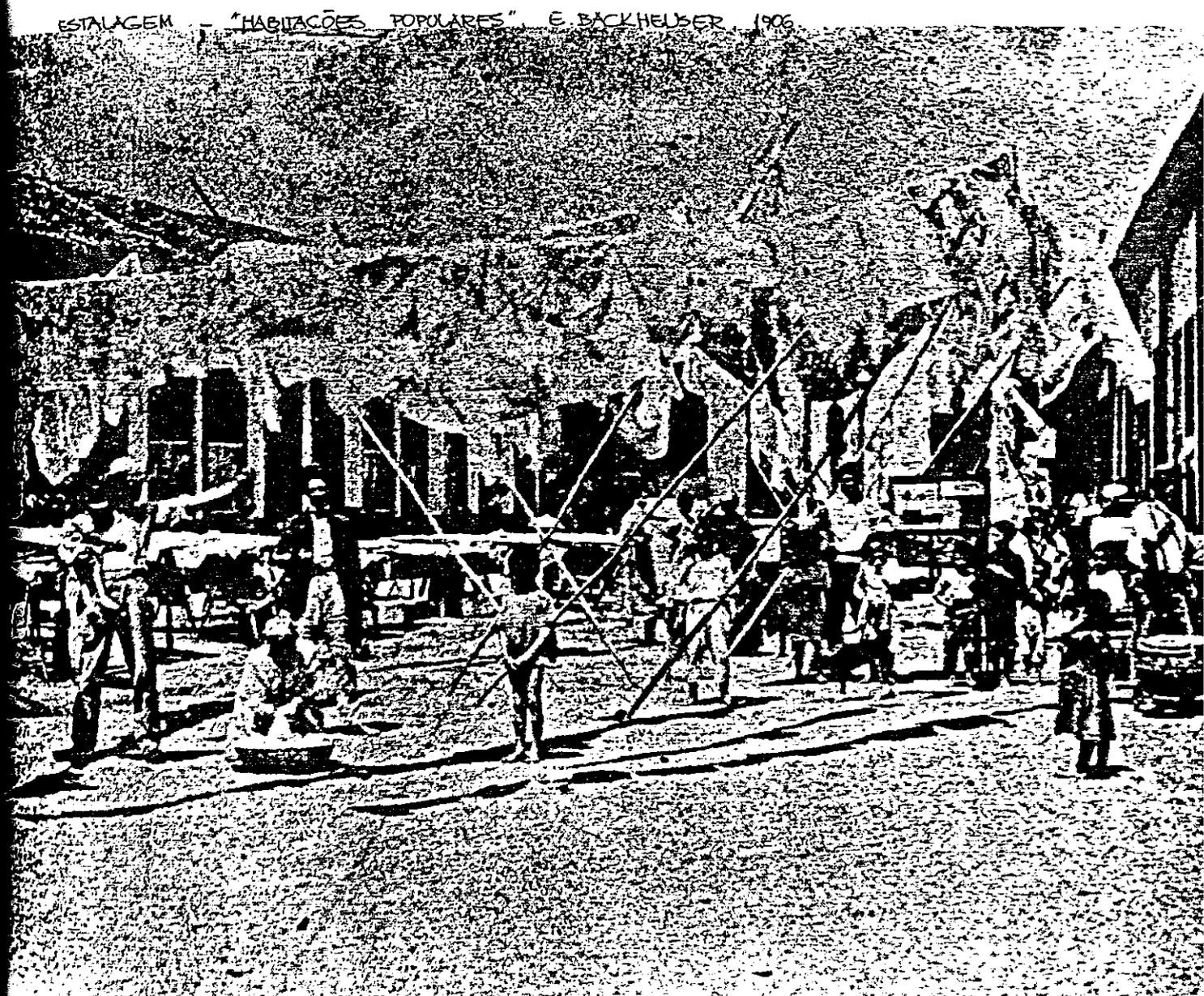
42- Relatório do Ministério dos Negócios do Império in:

Carvalho, Lia de Aquino - Contribuição ao Estudo das Habitacoes Populares, Rio de Janeiro, 1886/1906.

Dissertação de Mestrado, ICHF, UFF, 1980, p 43.

43- Ibituruna, barão de - op. cit., p

44- O dec. n° 2686 de 30 de outubro de 1875 concedia isenção da deécima urbana por 10 anos a Américo de Castro ou empresas que se organizassem para a construção de "Evonias", edifícios para pobres e artistas. O dec. n° 3151 de 9 de dezembro de 1882 concede: isenção por 20 anos do imposto predial e do imposto de transmissão; direito de desapropriação de terrenos particulares e cessão por 20 anos do domínio útil dos terrenos do Estado necessários às construções.



4.2. As habitações coletivas no contexto urbano.

4.2.1. Introdução.

Neste capítulo são analisadas as habitações coletivas a partir dos dados estatísticos disponíveis. Como já dissemos anteriormente, estas moradias eram frequentemente denominadas cortiços. Mantivemos esta mesma denominação nas tabelas de época; por isso, numa sequência temporal de dados o objeto algumas vezes se intitula habitação coletiva, outras vezes, cortiço. Esta análise permite uma revisão e discussão das noções geralmente aceitas sobre estas moradias.

As informações disponíveis sobre o número total de habitações coletivas e sua distribuição pelas freguesias foram extraídas dos "Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro", do Parecer do Barão de Ibituruna e do levantamento realizado em 1910. (1) Do primeiro utilizamos as informações referentes a dois momentos distintos: 1869 e 1888, apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5. A tabela 3, acrescentamos mais uma coluna, contendo a média do número de quartos por estalagem. Na Tabela 4 mantivemos as mesmas categorias e acrescentamos a mesma coluna das médias de quartos por estalagem. A Tabela 5 foi reproduzida integralmente; foram apenas introduzidos alguns dados mantidos entre parênteses para melhor distingui-los dos dados originais. A Tabela 6 foi montada a partir dos dados constantes no parecer citado.

Para facilitar a visualização da distribuição espacial das habitações coletivas foram elaborados os Mapas 2 e 3, em que estas se localizam em duas épocas: 1886 e 1906. Como estes dados se referem a momentos específicos, procuramos trabalhar com sequências de modo a identificar as tendências e os processos na distribuição espacial.

4.2.2. Distribuição espacial das habitações coletivas.

A maior parte das as habitações coletivas distribuíam-se nas freguesias urbanas que constituíam a área mais antiga da cidade. Em todos os anos em que se fizeram levantamentos o maior contingente de cortiços se localizava na freguesia de Santana; em em segundo lugar nas freguesias da Glória (em 1869), e Glória e Espírito Santo (em 1884 e 1888). Quanto aos moradores de cortiços, os maiores contingentes eram os de Santana e Santo Antonio tanto em 1869 quanto em 1888, secundados pelos das freguesias de Santa Rita, Gloria, Sao José e Espírito Santo, mantidas as mesmas em 1888, apenas com participação diferente.

Podemos detalhar esta distribuição especificando melhor a localização do conjunto das habitações coletivas no contexto urbano da época. As freguesias de Sacramento, Candelária, Sao José e Santa Rita constituem parte da chamada cidade velha: são as 4 freguesias consideradas urbanas desde o final do século XVIII. É a área mais antiga, consolidada, e que concentra as atividades comerciais, oficinas de manufaturas, repartições públicas e o porto. A freguesia da Candelária apresenta claros indícios de especialização em atividades centrais: em nenhum destes momentos se registraram cortiços nesta freguesia. Circundando esta área, as freguesias de Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo formam como que uma periferia. As freguesias restantes são principalmente residenciais, formadas pelos bairros, arrabaldes e subúrbios. Vejamos agora como se distribuem nestas zonas as habitações coletivas. A apresentação condensada e esquematizada dos dados das Tabelas 3,4,6 e 7 facilita a compreensão.

1869 - Cortiços e sua população. Total: 642.

Area central.....	Sacramento	
	Candelária	19,47% dos cortiços
	Sao José	24,98% da população dos cortiços
	Santa Rita	
Periferia.....	Santana	
	Santo Antonio	61,52% dos cortiços
	Gloria	65,10% da população dos cortiços
	Espírito Santo	
Bairros.....	Lagoa	
	Sao Cristovao	19,11% dos cortiços
	Engenho Velho	9,76% da população dos cortiços

Fonte: Fimentel, A. - op. cit., p 187.

1884 - Habitações coletivas. Total prejudicado.

Area central....	Sacramento	
	Candelária	19,53% das habitações coletivas
	Sao José	
	Santa Rita	
Periferia.....	Santana	
	Santo Antonio	63,53% das habitações coletivas
	Glória	
	Espírito Santo	
Bairros.....	Gávea	
	Sao Cristovao	16,92% das habitações coletivas
	Engenho Velho	
	Engenho Novo	

Fonte: Ibituruna, Barao - op. cit. Nao há dados s/ a população.

1888 - Cortiços e sua população Total: 1331.

Area central....	Sacramento	
	Candelária	16,09% dos cortiços
	Sao José	18,39% da população dos cortiços
	Santa Rita	
Periferia.....	Santana	
	Santo Antonio	56,80% dos cortiços
	Glória	64,16% da população dos cortiços
	Espírito Santo	
Bairros.....	Lagoa e Gávea	
	Sao Cristovao	27,12% dos cortiços
	Engenho Velho	17,42% da população dos cortiços
	Engenho Novo	

Fonte: Pimentel, A. - op. cit., p 188.

1910 - Habitações coletivas. Total: 3145.

Area central.....	Sacramento	
	Candelária	13,22% das habitações coletivas
	Sao José	
	Santa Rita	
Periferia.....	Santana e Gamboa	
	S.Ant.e S.Teresa	52,12% das habitações coletivas
	Glória	
	Espírito Santo	
Bairros.....	Lagoa e Gávea	
	Sao Cristovao	16,92% das habitações coletivas
	E.Velho, Andaraí e Tijuca	
	E.Novo e Méier	

Fonte: AGCRJ Códice 44-2-11. Não há dados s/ a população.

Observe-se que, em todos os momentos registrados não é no centro propriamente dito que se concentram os cortiços, mas ao seu redor, na sua proximidade mais imediata. (Mapas 2 e 3) E nesta área central a distribuição de cortiços não é homogênea: eles não existem na freguesia da Candelária, espalham-se pela de Sacramento e se concentram nas imediações degradadas do morro do Castelo (Sao José) e do litoral junto a praça Mauá, Saúde e Gamboa (Santa Rita). (2)

Estes trechos efetivamente não podem ser considerados iguais ao restante da área central: pelos seus usos e conteúdo social estão muito distantes de um emergente centro de comércio. Muito pelo contrário, são como descontinuidades, trechos que não se incorporaram à expansão da zona central e comercial. Neste processo de modernização do espaço da cidade velha surgiram as brechas em que se alojaram os "usos sujos" e as classes de renda inferior, como o morro do Castelo, ao sul, e o litoral onde se construiria no início do século o novo porto, ao norte. Pela sua localização nos extremos da área central, estes trechos, mais identificados com a periferia do que com esta área,

acentuam a formação de um anel de contorno interrompido pelo mar. Para esta zona de múltiplas atividades transferiam-se aquelas que, aos poucos, se viam expulsas do velho centro. Buscavam este entorno os que não podiam participar da apropriação do valorizado espaço central, que expulsava a cada momento os indesejáveis. Como já havia percebido Engels ao analisar a questão da moradia, estes usos e estas classes ressurgiam sempre um pouco adiante. Era o processo Haussmann (3) de reforma urbana em doses homeopáticas, tão eficiente quanto qualquer cirurgia urbana. O resultado desse processo, a que muito contribuiu a legislação urbanística, proibindo certas atividades numa área central cada vez mais abrangente, foi percebido em muitas cidades integradas ao modo de produção capitalista: a formação de uma periferia, que pode ser considerada como a zona de transição e de degradação no modelo espacial de Burgess (4). Partes deste entorno podem até lembrar o que Le Corbusier, com menos sofisticação, chamou de "os cinturoes piolhentos de nossas cidades".

Os mapas 2 e 3 mostram claramente esta conformação. Através deles se percebe melhor a distribuição espacial das habitações coletivas. É também a partir deles que se pode compreender melhor e relativizar a sempre repetida afirmação de que era no centro do Rio que se localizavam os cortiços. Entre as freguesias ditas centrais, a mais central delas, e a primeira a concentrar comércio e serviços e a expulsar o uso residencial foi a da Candelária, em que não havia cortiços até 1910. As freguesias geralmente consideradas centrais - Candelária, Sacramento, São José, Santa Rita, Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo - já não são mais vistas desta maneira. Trabalhos recentes levam a reconsiderar a

generalização da área central (5). R. Bodstein lembra que o centro da cidade era confundido propositalmente no discurso oficial com a cidade inteira. M. Abreu exclui destas freguesias as da Glória e Espírito Santo, que constituiriam a periferia do centro. Na Estatística Predial de 1933 a freguesia da Glória se inclui na Zona Residencial Sul e a freguesia do Espírito Santo na Zona Residencial Norte. Nesta Estatística Predial já está caracterizada a Zona Comercial Central como sendo constituída pelas freguesias da Candelária, Sacramento, São José, Santa Rita e Santo Antonio, excluindo portanto também a freguesia de Santana, que, com os bairros da Gamboa e Santo Cristo constituíam a Zona Industrial Central. A freguesia de Santo Antonio, à semelhança de Santana, sofreu uma redução acentuada de seus domicílios; no entanto, no início do século, o número de domicílios torna a aumentar (Tabela 2) de maneira vertiginosa, invertendo a tendência de esvaziamento residencial que caracteriza a formação das áreas centrais. Isto, apesar do distrito de Santa Teresa ter se desmembrado de Santo Antonio o que significou uma redução considerável do total de domicílios de Santo Antonio.

A falta de dados sobre outros usos não permite caracterizar melhor as freguesias. Quanto do uso residencial, porém, fica claro que as freguesias de menor conteúdo residencial eram Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita. É nesse sentido que consideramos a área central no final do século XIX e início do século XX como sendo constituída por estas quatro freguesias que, por sinal, se aproximam da atual II Região Administrativa - Centro. Consideramos as freguesias de Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo constituindo a

periferia do centro, com seu acentuado conteúdo habitacional. Assim se pode compreender porque um estrangeiro como Lindsay-Bucknall comentou em 1874:

"...esses bondes de dois animais estão sempre lotados, o que é natural devido ao fato de quase toda a população obreira residir fora da cidade." (6)

Fato que já havia sido observado em 1865:

"Não é no centro da cidade, sobretudo da cidade velha que habitam os indivíduos que merecem a denominação de pobres: nesses lugares, centro da actividade e do commercio, as habitações, posto que geralmente detestaveis, são de preços de tal maneira fabulosos, que a classe pobre não comporta. É pois nos lugares um pouco afastados do centro da cidade que residem os pobres livres." (7)

Se esta presença residencial já é marcada pelas moradias unifamiliares, este uso se acentua quando a ele se acrescentam as habitações coletivas. Pois é nesta zona de entorno que se concentram praticamente duas terças partes da população moradora em habitações coletivas do Rio Antigo. Esta periferia abrange a zona portuária, Cidade Nova, Estácio, Catumbi e as áreas outrora ocupadas pelas classes abastadas próximas ao maciço de Santa Teresa e ao morro do Senado. Além desta zona diluem-se as restantes moradias coletivas pelos bairros: discretamente em 1886 (Mapa 2) e mais acentuadamente em 1906 (Mapa 3):

Inicialmente é pequena a proporção de cortiços e seus moradores nos bairros mais afastados; com o passar do tempo porém, será nestas áreas que se multiplicarão as avenidas sucessoras das estalagens.

Observe-se que os quase 20% dos cortiços da área central em 1869 abrigavam uma população muito maior do que os quase 20% dos cortiços dos bairros. Isto porque nas novas áreas de ocupação predominavam estalagens e avenidas com número menor de quartos ou casinhas. Nas tabelas 4 e 6 chamam a atenção as baixas médias de casinhas por estalagem nas novas áreas de ocupação

(Engenho Novo e Gávea com menos de 6,5 casinhas em cada estalagem), se comparadas com São José e Santo Antonio, onde as médias são de 25 casas por estalagem. Isto porque alguns cortiços ocupavam grandes chácaras antigas, e nos bairros novos, pequenos lotes resultantes do desmembramento das chácaras.

Distribuindo-se por estas mesmas 3 zonas as habitações catalogadas em 1910, verificamos que as proporções praticamente se mantêm as mesmas, com pequenas alterações que apenas acentuam as tendências esboçadas. A maior concentração continua na periferia imediata do centro; a pequena redução se explica pelas grandes transformações sofridas na região do porto e do morro do Senado. Nos bairros mais distantes houve um acréscimo sensível. Na área central, o decréscimo se explica pelas obras de reforma urbana, que, confirmando previsões, faria "irradiar os acumulos insalubres de moradores".

No entanto, observando a Tabela 7, em que se apresentam o número de cortiços por freguesia e os totais em vários momentos diferentes, chama a atenção o constante progresso das habitações coletivas, sempre em maior número, apesar das campanhas higienistas, das obras de renovação urbana e do fato de em 1920 as casinhas de avenida terem sido consideradas habitações unifamiliares e portanto excluídas da rubrica e do total das habitações coletivas.

Nas freguesias centrais, justamente naquelas em que se tornara mais grave a questão da moradia e que havia maior empenho em expulsar os cortiços, houve após 1910 novo acréscimo no número de cortiços, surgindo inclusive alguns na seleta freguesia da Candelária (Tabela 7). Veremos adiante que a redução de moradias insalubres foi apenas de frágeis casinhas

de estalagens. A medida que estas desapareciam, os antigos prédios eram encortiçados, transformando-se em novas casas de comodios. Apesar de muitas terem sido demolidas para abertura, alargamento e prolongamento de ruas, logo outras as substituíam; no Censo de 1920 foram discriminadas as habitações coletivas: 90% eram casas de comodios e de pensão. Após 1920 não há mais dados específicos sobre as habitações coletivas; no entanto elas existem ainda hoje em todas as Regiões Administrativas da cidade.

4.2.3. Ocupação dos quartos ou casinhas.

Sobre os predicados atribuídos aos cortiços o mais conhecido é a sua insalubridade; em seguida sua constante e excessiva lotação.

Repetidas denúncias se referem à "circunstancia da aglomeração de individuos" em cubiculos "onde existem acumuladas muitas pessoas" em condições de promiscuidade, e mesmo "onde infelizes apodreciam às pilhas, aos montoes". Se no entanto nos reportarmos às estatísticas (Tabelas 3 e 4), veremos que as médias de habitante por quarto não parecem tão altas a ponto de justificar tantas e tão incisivas referências ao excesso de moradores. Em 1888 há 2,6 habitantes em cada casinha, índice ligeiramente superior ao de 1869, de 2,33 habitantes por casinha. Seriam então falsas as denúncias reproduzidas nos Pareceres do Conselho Superior de Saúde Pública sobre "cubiculos ocupados por cinco a seis pessoas que allí dormem", ou nas publicações operárias, referindo-se aos casulos onde (B)

"...com frequencia se comprime toda uma familia de trabalhadores, as vezes composta de oito ou nove pessoas"?

Há que se encarar com reservas tanto as denúncias quanto as médias, para não generalizar o que poderiam ser ou casos

esparços ou então abstrações. E fato que a crise de moradias se agravava, que os aluguéis subiam e que mais pessoas sem teto procuravam dividir os alojamentos disponíveis e as despesas de ocupá-los. Diante dos clamores quanto ao excesso de habitantes e das suas graves consequências nos casos de epidemias, os serviços de higiene adotaram uma forma "científica" para controlar a lotação dos aposentos. Calculava-se o volume interno de cada comodo (cubagem) e estabelecia-se o número máximo de pessoas que poderiam respirar este volume de ar, isto é, habitar estes quartos. Esta lotação máxima deveria ser afixada em cada quarto, e nas Comissões Sanitárias Paroquiais deveria haver um mapeamento indicativo da população por quarto, e portanto também por estalagem e por freguesia. Reduzir a lotação significava controlar a ocupação.

A lotação máxima foi estabelecida através do art. 14º do dec. n.º 6405 de 13 de outubro de 1876, depois alterado pelo dec. n.º 7532 de 28 de outubro de 1879. Estas foram as bases legais utilizadas pela Junta Central de Higiene Pública para forçar uma redução de moradores, o que foi obtido algumas vezes através da cobrança de multa ou da ajuda policial. (9) Mas só raras vezes, como se admitiu na década seguinte, no "Relatório dos Trabalhos da Inspeção Geral de Higiene":

"Um dos grandes embaraços encontrados nas diligências sanitárias de que foram objeto as estalagens, consistiu na impossibilidade de corrigir os excessos de lotação, em consequência de não dispor o governo nem a municipalidade de estabelecimentos apropriados onde recolher, em caso extremo, os moradores que alegassem dificuldades económicas ou de outra ordem, para mudar de alojamento. E, só por esse motivo, raríssimas foram as habitações colectivas que puderam cingir-se a lotação restrita que lhes estava marcada, nem se podia com justiça punir os proprietários, que sistematicamente allegavam falta de meios repressivos, mesmo com o auxílio da policia, para cumprirem-se as intimações dos delegados." (10)

Todos os meios eram utilizados para ocultar informações

aos representantes dos serviços de higiene, coletores de impostos municipais e policiais, que denunciavam:

"...nao se encontra em uma casa de alugar commodos pessoa capaz de dar esclarecimentos fidedignos por que a isso se oppoem os alugatarios, ora com a ameaça de fazer mudar incontinenti o inquilino informante ou entao com o augmento do aluguel..." (11)

Outras vezes os proprietarios incumbiam os encarregados de vedar a entrada ou dar falsas informacoes aos funcionários. (12)

O resultado do empenho em controlar a ocupação foi a ocultação do número real de moradores e a impossibilidade de se trabalhar com dados estatísticos confiáveis.

O descompasso entre os poucos moradores revelados pelas médias e os muitos moradores apontados pelos relatórios se explica tanto pela redução dos primeiros quanto pelo realce dado aos segundos. É que, como assinala B. Turkienicz referindo-se aos cortiços ingleses, era necessário criticar, denegrir e acentuar os males de um padrao de habitação antes de substituí-lo por outro. Para isto colocava-se em evidencia o adensamento predial, realçando a promiscuidade que propiciava os hábitos imorais. Assim como ao congestionamento era associada a promiscuidade, a ambos se associava imediatamente a característica morfológica da habitação. (13)

Retornando aos dados estatísticos, repetimos que convém encará-los com reserva. As médias são provavelmente inferiores às reais e as denúncias sobre lotação são provavelmente reais; mas a ênfase dada a este excesso, claramente tendencioso.

4.2.4. Total de cortiços e população moradora.

Numa avaliação sobre as habitações coletivas, informa o dr. Azevedo Pimentel que em 1869 os cortiços representavam 3,1%.

dos prédios da cidade e sua população correspondia a 9,65% da população carioca. Em 1888 os cortiços passaram a 3,96% do parque imobiliário e sua população a 11,72% do total da cidade. Estes cálculos cuidadosos não exprimem a realidade, uma vez que se basearam numa estimativa da população total do Rio de Janeiro muito inferior a realmente existente: a população carioca foi estimada em apenas 400.000 habitantes em 1888, quando em 1890 o censo revelou uma população superior a 500.000 habitantes. Se o dr. Pimentel utilizasse os números divulgados dois anos depois, concluiria que a população dos cortiços seria inferior a 10% do total da população carioca.

Além destes dados oficiais há ainda algumas estimativas que elevam esta proporção. Segundo o construtor Jannuzzi (14), 17% da população moravam em cortiços pouco antes de 1890. Outro higienista, (15) ponderava que esta população teria dobrado entre 1888 e 1890, e poderia ser de mais de 100.000 em 1891, o que corresponderia a proximadamente 20% do total. A. Passos Guimarães analisando os dados de 1890, estima em 25% da população carioca os moradores de cortiços. (16) Desenvolvendo o mesmo tipo de raciocínio para os dados de 1906, teríamos 36% dos cariocas morando em habitações coletivas nesta data. (17)

Outras estimativas (18) mantêm esta proporção em torno de 30% nesta data. (1906)

Entre dados estatísticos oficiais duvidosos, estimativas talvez capciosas e cálculos sem bases consistentes para averiguação, podemos apenas dizer que, no final do século XIX entre 20% e 25% dos cariocas eram moradores de cortiços, e que esta proporção pode ter sido bem maior no início do século XX.

É interessante comparar estas estimativas com o total dos "pobres". Apesar de as habitações coletivas serem a habitação

típica dos pobres do Rio Antigo, estas moradias certamente não abrigavam nem a metade das camadas populares. Possivelmente abrigavam apenas uma terça parte (estimada em 75% da população total a parcela proletarizada). Neste caso é de se supor que outras formas de habitação popular já abrigavam parte considerável da população, maior ainda que aquela moradora em cortiços. Assim os casebres, dormitórios, quartos nos sótãos e nos porões, as casas isoladas em que sempre cabia mais um tem um peso e uma importância igual à das habitações coletivas no problema da moradia no Rio de Janeiro.

Talvez pela inconsistência dos dados numéricos sobre cortiços que, nos censos de 1890, 1906 e 1920 encontramos estas moradias sob a rubrica de Habitações Coletivas. No Cadastro das Habitações de 1895 se faz distinção entre "avenidas e estalagens" e "casas de comodos" (Tabela 1). Os levantamentos das habitações coletivas por freguesia de 1910 também distinguem os diversos tipos. Com a multiplicação das avenidas e vilas higienicas, com suas unidades residenciais claramente individualizadas, e mais tarde com o surgimento dos seus sucessores verticais, os edificios de apartamentos, cada moradia passou a ser registrada apenas como unidade domiciliar.

Paradoxalmente, a medida que se coletivizava a moradia em geral, pela difusão dos prédios residencias multifamiliares em detrimento dos tradicionais unifamiliares, a rubrica habitação coletiva desaparecia.

4.2.5. Pequenos e grandes cortiços.

Baseados nos Livros de Registro das Estalagens e em fragmentos de levantamentos para alguns distritos de diferentes

freguesias, foram montadas as Tabelas 8, 9, 10, 11, 12 e 13. A análise destas informações permite caracterizar melhor as habitações coletivas.

Dela resulta a constatação de que em todas estas freguesias, em cada uma destas épocas, os cortiços mais frequentes eram os menores, com menos de 10 quartos cada um. Os cortiços menores representavam de 34% (Santo Antonio em 1884), até 61,8% (Sao Cristóvão em 1900) dos cortiços da freguesia. (Tabelas 8 e 12).

Mais raros eram os maiores, se assim se considerar os de mais de 40 moradias. Veremos que estes representavam 16% dos cortiços de Santo Antonio em 1884 e nao mais de 6,2% dos cortiços das freguesias restantes. Os famigerados cortiços da cronica fluminense com uma centena ou mais quartos, sao raros. Foram encontrados registros de apenas 10 cortiços nesta faixa. (19)

A constatação de que a maior parte dos cortiços da cidade tinham no máximo 9 casinhas e de que os maiores cortiços eram tao poucos traz a curiosidade de saber quais abrigavam maiores contingentes de população; se os muitos pequenos ou os poucos grandes. Verifica-se que os cortiços maiores (com mais de 40 quartos) abrigavam parcela substancial da população de Santo Antonio em 1884, e de Engenho Velho em 1901; nas demais freguesias, as estalagens menores, somando mais quartos no total, abrigavam maior parcela da população. (Tabelas 8 e 13)

A existencia de uma grande quantidade de pequenos conjuntos de casinhas faz crer que se tratava de muitos investimentos de pequenos capitais. Esta difusao por toda a cidade de conjuntos de quartos nos fundos dos quintais é o que caracteriza um panorama dos cortiços cariocas da época.

4.2.5. Padroes de construcao.

Ainda com base nas tabelas mencionadas no item anterior, observa-se que no 1° distrito da freguesia de Santana em 1894, 75% das estalagens eram de tijolo ou frontal de tijolo, 1% de pedra e cal, 2,5% de madeira. (Tabela 9) Os restantes combinavam paredes externas de tijolos com divisoes internas de estuque ou frontal. No 1° distrito da freguesia de Sao Cristovao em 1900, (Tabela 12) 82% das estalagens eram de frontal de tijolo, 5,6% de madeira e 12,3% de frontal com madeira. Algumas foram designadas por chalets. No 1° distrito da freguesia do Engenho Velho em 1901, (Tabela 13) 84% das estalagens eram de frontal de tijolo, 7,8% de madeira e 7,8% de pedra e cal.

Para avaliar o padrao destas construcoes é necessário compará-las ao restante das construcoes na cidade. Num painel resumido sobre padroes de edificacao, as "Anotacoes sobre os sistemas construtivos no século XIX", a autora ressalta a persistencia das técnicas construtivas, condizente à "unidade característica de nossa arquitetura civil", (20) a que nos referimos anteriormente. Esta persistencia se traduz na tradiçao das seguintes técnicas construtivas:

- alvenaria de tijolos, a mais usual nas cidades do litoral, em que se usavam tijolos de grandes dimensoes e de boa qualidade, permitindo a construcao de paredes estruturais de 3 e 4 andares;
- alvenarias de pedra: pedra e cal e pedra e barro, utilizadas em edificios de grande porte;
- a combinaçao destas técnicas, em que o uso destas alvenarias era acompanhado de tijolos: em meio à pedra nas paredes, ou formando arcos.

Voltando às habitaçoes coletivas, verifica-se que é mínima a parcela que possa ser considerada de alta qualidade

(cantaria de pedra ou pedra e cal): entre 1% e 7,8%. Causa surpresa verificar que também é mínima a parcela das mais frágeis, as casas de táboas, de madeira e de estuque: entre 2,5% e 7,8%. Neste ponto é necessário lembrar que estes dados são parciais, referindo-se apenas a três freguesias na virada do século. Outros dados também parciais referentes apenas às freguesias de Espírito Santo, Santo Antonio e Santana em 1886 informam sobre os quartos de táboas, que representavam respectivamente 10%, 13% e 12% do total de quartos destas freguesias. (21)

A grande maioria das casinhas era de tijolo ou frontal de tijolo: 75% no 1º distrito de Santana, 82% no 1º distrito de São Cristóvão e 84% no 1º distrito do Engenho Velho. (Tabelas 9, 12 e 13) Por frontal de tijolo compreende-se uma parede interna e portante de tijolos, mais estreita que as comuns, tendo muitas vezes estrutura de madeira. (22) Este detalhe construtivo caracteriza as casinhas, em que se combinavam tijolo e madeira em qualidades e proporções diversas. Estas edificações eram sem dúvida de qualidade inferior à dos grandes sobrados, no entanto eram consideradas razoáveis por uns e recomendadas por outros. Em 1866, nas recomendações do barão do Lavradio, permitia-se paredes divisórias de frontal; em 1927 Jannuzzi atestava a resistência deste sistema construtivo, que havia sido adotado na construção da vila Marechal Hermes. (23)

4.2.7. Condições Higiênicas.

As condições higiênicas das habitações coletivas serão tratadas ainda em outros pontos deste trabalho. Por ora só procuramos salientar os dados estatísticos sobre estas condições.

Os únicos dados existentes são os da Tabela 5, em que se distingue as habitações coletivas conforme suas condições higiénicas: boas, regulares, sofríveis e más.

As consideradas boas constituem 21,9% do total, as regulares 36,8%, as sofríveis 16,7%, e as más 24,5%. Como em tantos outros elementos de análise, neste item havia também grande variação, de um extremo a outro da qualificação adotada.

A análise dos dados revela aspectos curiosos. Na freguesia do Sacramento, 2/3 das estalagens apresentavam más condições higiénicas. Era a freguesia que apresentava maior proporção de estalagens em más condições. Em nenhuma outra se podia dizer que a maior parte estivesse em mau estado de higiene. Por outro lado, a freguesia de Santana, alvo permanente das críticas pelo seu grande contingente de cortiços, apresentava 78% deles em "boas" e "regulares" condições de higiene.

Esta observação sugere o aspecto transitório destas moradias nas zonas efetivamente centrais; uma vez que não havia preocupação com as condições higiénicas, que implicavam em asseio e em qualidade de construção. Nas moradias restantes das áreas centrais aparentemente não havia preocupação com sua manutenção: deterioravam-se aguardando o seu fim iminente.

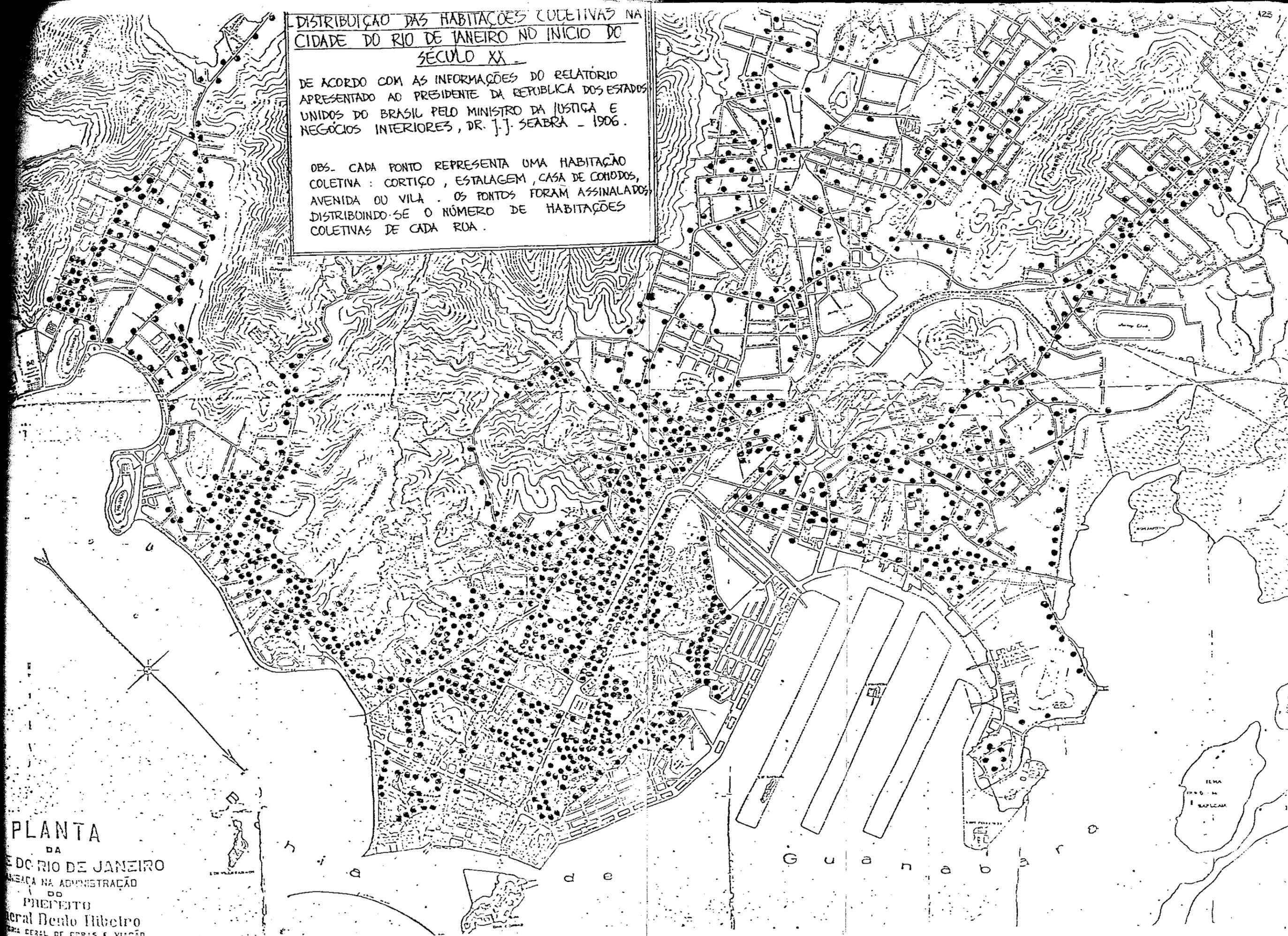
Resumindo este capítulo, respaldado nas informações disponíveis, enfatizamos alguns pontos que relativizam e por vezes contrariam algumas noções correntemente aceitas: apenas uma parte das camadas populares moravam nas habitações coletivas; a maior parte das habitações coletivas se concentra ao redor da área mais comercial da cidade e não em seu centro; a maior parte das habitações coletivas eram pequenas, com 9 ou menos moradias; maior parte das habitações coletivas era de alvenaria de tijolo; a maior parte das habitações coletivas apresentava

condições higienicas "razoáveis" e "boas". Esta observação se torna necessária porque, ao se designar as habitações coletivas pelo nome genérico de cortiços, generaliza-se também as suas características mais negativas, depreciadas e criticadas, isto é, absorve-se boa dose do discurso higienista, reproduzindo uma imagem que corresponde a uma parte mas não ao todo.

DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES COLETIVAS NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO
SÉCULO XX

DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO
APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL PELO MINISTRO DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS INTERIORES, DR. J. J. SEABRA - 1906.

Obs. CADA PONTO REPRESENTA UMA HABITAÇÃO
COLETIVA: CORTIÇO, ESTALAGEM, CASA DE COINHOS,
AVENIDA OU VILA. OS PONTOS FORAM ASSINALADOS,
DISTRIBUINDO-SE O NÚMERO DE HABITAÇÕES
COLETIVAS DE CADA RUA.



PLANTA
DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
ELABORADA NA ADMINISTRAÇÃO
DO
PREFEITO
General Bento Ribeiro
SECRETARIA GERAL DE OBRAS E VIAGEM

Guaíba

ILHA
DO
PAQUETA

TABELA 3

1869 - N° DE CORTICOS, QUARTOS, LOCALIZACAO E POPULACAO

FREGUESIAS	Est. ou Cort.	Qtos. ou Cas.	Hab.	Hab. p/ Est.	Hab. p/ Qto.	Qtos. p/ Est.
SANTANA	154	2661	6458	41,9	2,4	17,2
SANTO ANTONIO	69	1587	3558	51,4	2,2	23,0
SANTA RITA	50	1043	2763	55,2	2,6	20,8
GLORIA	107	1133	2376	22,2	2,0	10,6
SAO JOSE	44	929	2022	45,9	2,1	21,1
ESP. SANTO	65	758	1918	29,5	2,5	11,6
ENG. VELHO	42	458	769	18,3	1,6	10,9
LAGOA	45	268	733	16,3	2,7	5,9
SACRAMENTO	31	491	693	22,3	1,4	15,8
S. CRISTOVAO	35	343	639	18,2	1,8	9,8
CANDELARIA						
TOTAIS/MEDIAS	642	9671	21929	32,12	2,33	15,06

Fonte: Pimentel, Antonio Martins de Azevedo - Subsidios para o estudo de Hygiene no Rio de Janeiro - R.J., Typ. e Lyth. de Carlos Gaspar da Silva, 1980, p 187. (acrescentamos a última coluna, com médias calculadas).

TABELA 4

1888 - N° DE CORTICOS, QUARTOS, LOCALIZACAO E POPULACAO

FREGUESIAS	N° de Est.	Qtos. ou Cas.	Hab.	Hab. p/ Est.	Hab. p/ Qto.	Qtos. p/ Est.
SACRAMENTO	74	1201	1818	24,5	1,5	16,2
CANDELARIA	-	-	-	-	-	-
SAO JOSE	74	1822	3957	53,4	2,1	24,6
SANTA RITA	66	1378	2811	42,5	2,0	20,8
SANT'ANNA	329	4949	13055	39,6	2,8	15,0
SANTO ANTONIO	115	2415	6269	54,5	2,5	21,0
ESPIRITO SANTO	158	1914	5360	33,9	2,8	12,1
SAO CRISTOVAO	100	944	2250	22,5	2,3	9,4
ENGENHO VELHO	72	796	2088	29,0	2,6	11,0
ENGENHO NOVO	44	287	693	15,7	2,4	6,5
GLORIA	154	2009	5268	34,2	2,6	13,0
LAGOA	119	1038	2508	21,0	2,4	8,7
GAVEA	26	113	603	23,1	5,3	4,3
TOTAIS/MEDIAS	1331	18866	46680	35,0	2,6	14,17

FONTE: Pimentel, Antonio Martins de Azevedo - Subsídios para o estudo de Hygiene no Rio de Janeiro - R.J., Typ. e Lyth. de Carlos Gaspar da Silva, 1980, p 188. (acrescentamos a última coluna, com médias calculadas).

TABELA 5

1888 - CONDICÖES HIGIENICAS (CONTINUACAO DA TABELA 4)

FREGUESIAS	Boas	Régula- res	Sofri- veis	Quant.	Más N° Qtos	Habit.
SACRAMENTO	(11%) 8	16	-	(67%) 50	742	1115
CANDELARIA	-	-	-	-	-	-
SAD JOSE	(11%) 8	35	10	(28%) 21	396	888
SANTA RITA	(26%) 17	33	8	(12%) 8	85	167
SANT'ANNA	(37%) 122	143	-	(19%) 64	1222	2965
S. ANTONIO	(19%) 22	51	11	(27%) 31	548	1386
ESP. SANTO	(1%) 1	5	126	(16%) 26	351	740
S. CRISTOVAD	(28%) 28	44	21	(7%) 7	58	86
ENG. VELHO	(13%) 10	36	-	(36%) 26	254	627
ENG. NOVO	(20%) 9	19	-	(36%) 16	100	212
GLORIA	(26%) 40	82	-	(21%) 32	395	812
LAGOA	(12%) 14	17	47	(34%) 41	379	768
GAVEA	(46%) 12	9	-	(19%) 5	31	61
TOTAIS	292	490	223	326	4547	9827

FONTE: Pimentel, Antonio Martins de Azevedo - Subsídios
para o estudo de Hygiene no Rio de Janeiro - R.J., Typ. e
 Lyth. de Carlos Gaspar da Silva, 1980, p 188 (acrescentamos os
 percentuais sobre o total por freguesia).

TABELA 6

1884 - NUMERO DE CORTICOS E QUARTOS

	N° Estalagens	N° Quartos	Quartos/Est.
CANDELARIA	-	-	-
SANTA RITA	68	1498	22
SACRAMENTO	111	1992	17,9
SAO JOSE	75	1258	16,8
SANTO ANTONIO	125	2748	21,9
GLORIA	160	1811	11,3
SANTANA	392	4241	10,8
ESPIRITO SANTO	149	1570	10,5
SAO CRISTOVAO	79	787	9,9
ENGENHO VELHO	85	859	10,1
ENGENHO NOVO	50	314	6,3
LAGOA	-	-	-
GAVEA	6	40	6,7
TOTAL:	-	-	13,1

FONTE:

Ibituruna, barao de - Projecto de Alguns Melhoramentos para o Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro Apresentado ao Governo Imperial pela Inspectoria Geral de Hygiene. R.J., Typ. de Pereira Braga & C., 1886.

TABELA 7

EVOLUÇÃO DO NUMERO DE HABITAÇÕES COLETIVAS POR FREGUESIAS

	1869	1884	1888	1895	1906	1910	1920
CANDELARIA	-	-	-	-	5	-	25
SANTA RITA	50	68	66	204	178	137	210
SACRAMENTO	31	111	74	59	182	139	454
SAD JOSE	44	75	74	248	240	141	236
SANTO ANTONIO	69	125	115	285	355	288	307
SANTA TERESA	-	-	-	-	14	43	37
GLORIA	107	160	154	299	357	400	343
LAGOA	45	*	119	206	217	284	219
GAVEA	-	6	26	32	68	48	-
SANTANA	154	392	329	402	223	210	158
GAMBOA	-	-	-	-	296	310	188
ESPIRITO SANTO	65	149	158	174	192	239	193
SAD CRISTOVAD	35	79	100	95	120	154	147
ENGENHO VELHO	42	85	72	181	136	190	115
ANDARAI	-	-	-	-	76	187	79
TIJUCA	-	-	-	-	18	6	26
ENGENHO NOVO	-	50	44	77	39	55	82
MEIER	-	-	-	-	62	50	26
INHAUMA	-	-	-	20	188	205	48
IRAJA	-	-	-	5	21	16	32
OUTRAS RURAIS	-	-	-	-	-	19	44
TOTAL:	642	-	1331	2293	3041	3154	2967

* Não há dados.

** Os dados correspondem à soma das "avenidas", "estalagens" e "casas de alugar comodas". Se fossem acrescentados as "hospedarias, hotéis e restaurantes", o total seria 2523.

FONTES:

1869 - Pimentel, A.M.Azevedo - op. cit., p 186.

1884 - Ibituruna, barão de - op. cit.

1888 - Pimentel, A.M.Azevedo - op. cit., p 188.

1895 - Bulhões de Carvalho J.L.S. - op. cit., pp 18/19.

1906 - Recenseamento realizado em 1906.

1910 - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11

1920 - Recenseamento realizado em 1920.

TABELA 8

FREGUESIA DE SANTO ANTONIO - 1884

Número total de habitações coletivas.....	126
Número total de quartos ou casinhas.....	2450
Quartos por prédio.....	19,9

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O NUMERO DE MORADIAS:

Até 9 moradias.....	42	34%
Entre 10 e 19 moradias.....	36	30%
Entre 20 e 29 moradias.....	15	12%
Entre 30 e 39 moradias.....	14	11%
Entre 40 e 99* moradias.....	8	6,5%

* A maior de todas.

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRACAO:

Rua dos Inválidos.....	587 casinhas
Rua Diogo Feijó.....	389 casinhas
Rua do Riachuelo.....	320 casinhas
Rua do Conde d'Eu.....	293 casinhas

FONTE: Relação dos Cortiços de Santo Antonio - 1884

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.

TABELA 9

FREGUESIA DE SANTANA (1° distrito) - 1894

Número total de habitações coletivas.....	231
Número total de quartos ou casinhas.....	3237
Quartos por prédio.....	13,5

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O NUMERO DE MORADIAS:

Até 9 moradias.....	114	49,3%
Entre 10 e 19 moradias.....	70	30,3%
Entre 20 e 29 moradias.....	26	11,2%
Entre 30 e 39 moradias.....	13	5,6%
Entre 40 e 87* moradias.....	8	3,5%

* A maior de todas, na rua Gal. Pedra; seguem-se uma de 80 e uma de 48 moradias.

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRACAO:

Rua do Gal. Pedra.....	702 casinhas
Rua do Gal. Caldwell.....	318 casinhas
Rua Visconde de Itauna.....	247 casinhas
Rua Visconde de Sapucaí.....	149 casinhas

HABITACOES COLETIVAS DE QUE CONSTAM O NOME DOS ARRENDATARIOS...

.....	82	35%
-------	----	-----

FONTE: Registro das Estalagens do 1° Distrito de Santana - 1884 .
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-29.

TABELA 10

FREGUESIA DA GLORIA - 1895

Número total de habitações coletivas.....	190
Número total de quartos ou casinhas.....	2814
Quartos por prédio.....	14,8

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O NUMERO DE MORADIAS:

Até 9 moradias.....	78	41%
Entre 10 e 19 moradias.....	70	37%
Entre 20 e 29 moradias.....	20	12%
Entre 30 e 39 moradias.....	10	5%
Entre 40 e 155* moradias.....	6	3%

* A maior de todas - tudo indica ser a Vila Operária da Fábrica Aliança. Seguem-se uma de 54, uma de 52 quartos.

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O TIPO:

Estalagens.....	102	53,4%
Casas de comodos.....	43	22,6%
Casas de pensao.....	18	9,4%
Avenidas.....	25	13,1%
Hotéis.....	2	1,0%

INFORMACOES SOBRE OS PROPRIETARIOS:

Portugueses.....	120	63%
Brasileiros.....	52	27%
Outras nacionalidades.....	18	10%

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRACAO:

Rua Bento Lisboa, do Catete e das Laranjeiras.

FONTE: Estatística Municipal - Recenseamento das Habitações Coletivas - setembro de 1895 - AGCRJ, Códice 44-2-11.

TABELA 11

FREGUESIA DE SAO JOSE (1° Distrito) - 1895

Número total de habitações coletivas.....	157
Número total de quartos ou casinhas.....	1852
Quartos por prédio.....	11,8

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O NUMERO DE MORADIAS:

Até 9 moradias.....	86	54,7%
Entre 10 e 19 moradias.....	46	29,3%
Entre 20 e 29 moradias.....	14	8,9%
Entre 30 e 39 moradias.....	6	3,8%
Entre 40 e 89* moradias.....	5	3,2%

* A maior de todas; seguem-se uma de 60 e tres de 43 moradias

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O TIPO:

Casas de comodos.....	123	78,3%
Cortiços e estalagens.....	16	10,1%
Hospedarias.....	12	7,6%
Hotéis e dormidas.....	6	3,8%

INFORMACOES SOBRE OS PROPRIETARIOS:

Portugueses.....	85	54%
Brasileiros.....	47	30%
Outras nacionalidades.....	25	16%

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRACAO:

Rua da Misericórdia, ladeira, rua e praça do Castelo e travessa de Sao Sebastiao, todas no morro do Castelo.

FONTE: Estatística Municipal - Recenseamento das Habitações Coletivas - setembro de 1895 - AGCRJ, Códice 44-2-10.

TABELA 12

FREGUESIA DE SAO CRISTOVAO (1° distrito) - 1900

Número total de habitações coletivas.....	89
Número total de quartos ou casinhas.....	954
Quartos por prédio.....	10,7

HABITACOES COLETIVAS CONFORME O NUMERO DE MORADIAS:

Até 9 moradias.....	55	61,8%
Entre 10 e 19 moradias.....	24	26,9%
Entre 20 e 29 moradias.....	9	10,1%
Com 30* moradias.....	1	1.1%

* A maior de todas.

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRACAO:

Rua Bela de Sao Joao.....	101 casinhas
Rua de Sao Cristóvão.....	96 casinhas

HABITACOES COLETIVAS DE QUE CONSTAM O NOME DOS ARRENDATARIOS...

.....	5	5,6%
-------	---	------

FONTES: Registro das Estalagens do 1° Distrito de Sao Cristóvão -
1900- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-30

TABELA 13

FREGUESIA DO ENGENHO VELHO (1° distrito) - 1901

Número total de habitações coletivas.....	64
Número total de quartos ou casinhas.....	923
Quartos por prédio.....	14,4

HABITAÇÕES COLETIVAS CONFORME O NÚMERO DE MORÁDIAS:

Até 9 moradias.....	37	57,8%
Entre 10 e 19 moradias.....	20	31,3%
Entre 20 e 29 moradias.....	3	4,7%
Entre 30 e 39 moradias.....		
Entre 40 e 189* moradias.....	4	6,2%

* A maior de todas; seguem-se uma de 109 e uma de 48 moradias.

RUAS EM QUE HAVIA MAIOR CONCENTRAÇÃO:

Rua Barão de Itapagipe.....	399 quartos e 30 casinhas
Rua de São Cristóvão.....	125 quartos e 60 casinhas

HABITAÇÕES COLETIVAS DE QUE CONSTAM O NOME DOS ARRENDATÁRIOS...

.....	23	36%
-------	----	-----

FONTES: Registro das Estalagens do 1° Distrito do Engenho Velho -
1901 - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 43-1-33

Notas parte 4.2.

1- Azevedo Pimentel, dr.- op.cit., pp 187/188.

Ibituruna, barao de - op.cit., pp 11/32.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11.

2- Sobre o conteudo do conceito de área degradada e sobre os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, ver:

Rabha, Nina Maria Elias - Cristalização e Resistencia no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Geociencias da UFRJ, 1984. Sobre a zona portuaria, ver:

Lamarao, Sergio T. de Niemeyer - Dos Trapiches ao Porto: uma Contribuicao ao Estudo da Producao da Zona Portuaria do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional PUR UFRJ, 1984.

3- Engels, F. - op. cit., pp 3 e 48/49.

4- Sobre este modelo, ver Rabha, N. - op. cit.

5- Bodstein, Regina C.de A - Condições de Saúde e Prática Sanitária no Rio de Janeiro. 1890/1934. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de História, ICHF, UFF, 1984.

Abreu, Mauricio de Almeida - Da Habitação ao Habitat: uma Interpretação Geográfica da Evolução da Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro (1850-1930). R.J, FCRB, 1984, Tabela 2.

6- Lindsay-Bucknall, Hamilton - Um Jovem Irlandês no Brasil em 1874. R.J., Hachette do Brasil, 1976, p 64.

7- Correa da Costa, dr.- op. cit., p 31.

8- Pareceres... - op.cit., p 11, e Pinheiro, P. S. e Hall, M. - op. cit., p 43.

9- Em 9 de janeiro de 1880, uma comissão sanitária comunica a Junta Central de Hygiene Publica que multou em 216\$000 o

arrendatário e administrador Joao Narcizo de Mello e o proprietário Barao do Rio Doce, de um cortiço com mais de 100 quartos. Destes, 43 abrigavam 1 a 5 pessoas além do admitido. Para cada pessoa excedente a multa era de 3\$000. Códice 43-1-25.

Carta do presidente da Comissao Paroquial do 2° Distrito Sanitário da Freguesia de Santana, ao Presidente da Junta Central de Higiene Publica, barao do Lavradio:

"Pedi a autoridade policial para fazer observar a lotação que foi marcada à estalagem da rua do General Caldwell n° 79, por isso que à noite, me consta, que os moradores dos quartos admittem outros individuos para pernoitar..."

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-25.

10- Cruz, Bento Gonçalves e Pereira, Fernando Lobo Leite -

Relatorio dos Trabalhos da Inspetoria Geral de Hygiene.

R.J., Imp. Nacional, 1892, p 42.

11- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11.

Reclamação feita pelo encarregado do lançamento do 9° distrito, em 18 de julho de 1896.

12- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11.

Reclamação feita pelo encarregado do lançamento do 4° distrito, em 21 de julho de 1896.

13- Turkienicz, Benamy - A Forma da Cidade : Agenda para um

Debate. Cadernos Brasileiros de Arquitetura n° 12, setembro de 1984, pp 11/12.

14- Jannuzzi, Antonio - O Problema das Casas Operarias em 1890.

(Estudo que acompanhava o prospecto da Cia. Evoneas Fluminense)

in: Pelo Povo, Monographia sobre Casas Operarias, s/d.

15- Gonçalves da Cruz, B.- op. cit., p

16- Passos Guimaraes, Alberto- A Cidade Industrial (século

XX) Fábricas e Cortiços. In: Cadernos JB do IV Centenario

R.J., 1965.

A população total da cidade em 1890 era de 522.651 habitantes.

17- 3041 cortiços x 14 quartos/cortiço x 7 pessoas/familia=
298.018 pessoas

A população total da cidade em 1906 era de 811.443 habitantes.

18- Uma das informações do dr. A. Pimentel é de que cerca de 25% das estalagens teriam condições higienicas "más". Em 1906, Backheuser se refere a 60.000 pessoas vivendo em "cortiços sordidos" e "repelentes casas de comodos". Se esta população fosse equivalente à moradora nos 25% das habitações coletivas de "más" condições, o total da população dos cortiços seria de 240.000, correspondendo a aproximadamente 30% da população total.

19- R. B. de Itapagipe, 20	189 quartos.	Cod. 43-1-33	1901
R. da Ajuda, 61	160 quartos.	Ch. Floresta	1896
R. Gal. Caldwell, 4/16	142 quartos.	Imp. Predial	1884
R. Gal. Caldwell, 77/79.	116 quartos.	Imp. Predial	1884
R. Gal. Caldwell, 87/103	115 quartos.	Imp. Predial	1900
Tr. S. Sebastiao, 15/31.	109 quartos.	Estalagem do Bastos	
R. B. de Itapagipe, 24	109 quartos.	Cod. 43-1-33	1901
Lad. Seminario, 43/45	130 quartos.	Imp. Predial	1884
R. B. Sao Felix, 154	104 quartos.	Cabeça Porco	1890
R. Invalidos, 65/67	100 quartos.	Imp. Predial	1884

Obs.: Quartos, casinhas, térreos, sobrados e lojas eram tipos de imóveis registrados para cobrança da décima urbana, depois imposto predial. Estes cortiços listados certamente tinham mais moradias do que o número de quartos assinalados, porque estes quartos formavam conjuntos com outros térreos e sobrados subdivididos em outros comodos mais. Supomos que outros cortiços também tivessem mais de uma centena de quartos. São poucas as probabilidades de se obter o número correto de moradias destes

conjuntos. Esta lista poderia ser ainda acrescida de algumas estalagens vizinhas interligadas, que na realidade também formavam grandes cortiços. Observe-se ainda que dentre estes enormes cortiços, tres se situavam no morro do Castelo e os restantes nas freguesias de Santana e Santo Antonio, junto ao morro do Senado e Engenho Velho.

Há registro de 1906 sobre uma habitação coletiva na rua dos Inválidos n° 22 e 24 com 325 quartos e 145 casas - era a Vila Ruy Barbosa, construída pela Companhia Saneamento. Há registro de 17 sobrados, lojas e 121 térreos na das Laranjeiras n° 179 - era a Vila Operária da Fábrica Aliança.

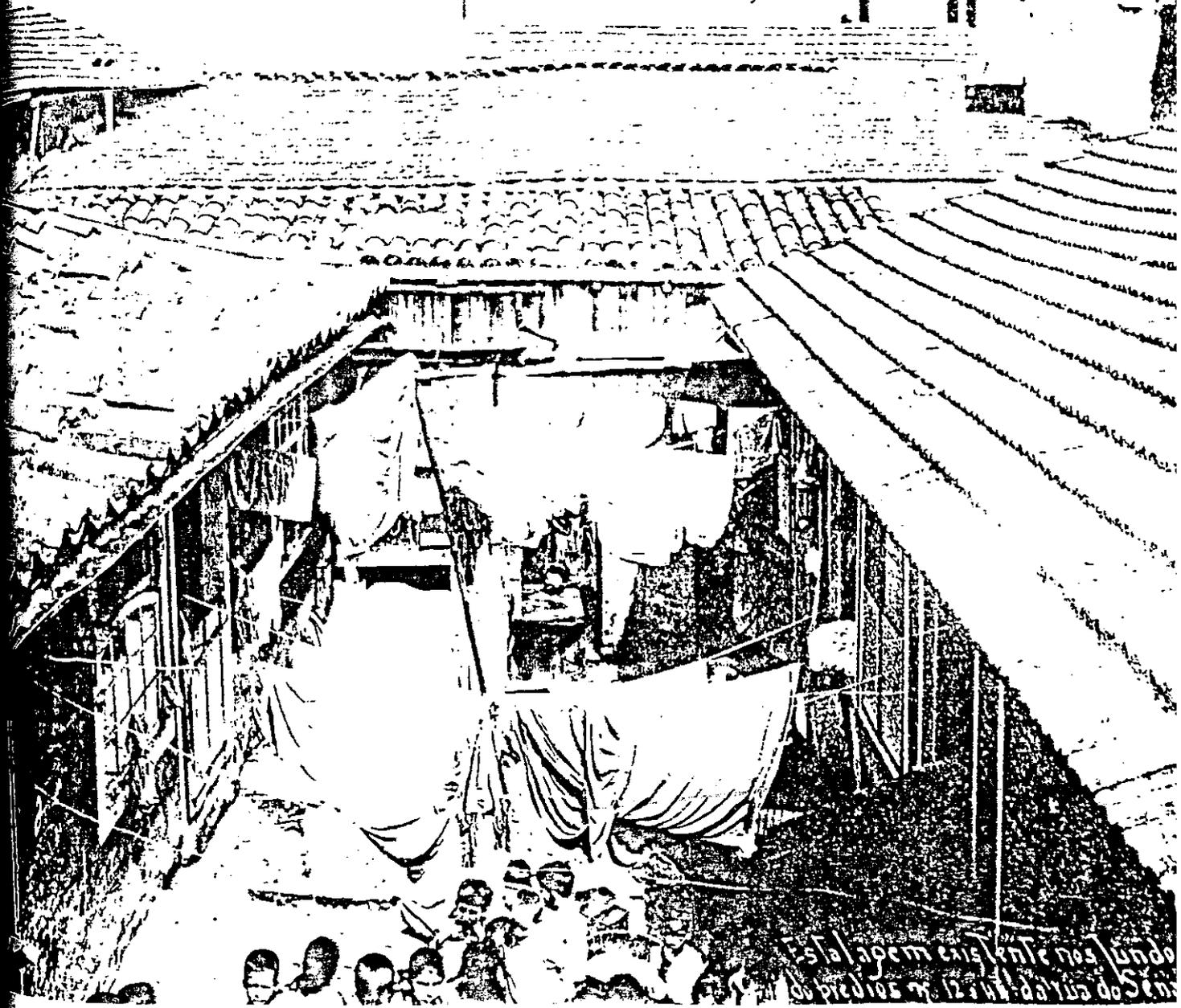
20- Alcantara, Dora - Anotações sobre os Sistemas Construtivos no Século XIX. R.J., FCRB, s/d.

21- Ibituruna, Barao - op. cit.

22- Baseado no verbete do Diconário de Arquitetura Brasileira.

23- Jornal do Commercio, 21 de agosto de 1927.

ESTALAGEM - RUA DO SENADO - FOTO MALTA - AGCR)



Estalagem existente nos fundos do prédio n. 12, rua do Senado

4.3. No interior da habitação coletiva.

4.3.1. Introdução.

Referencias, comentários e descrições das estalagens se encontram nos pareceres, relatórios, recomendações e denúncias que compoem as páginas do discurso dos médicos higienistas e engenheiros-construtores sanitaristas. O conjunto formado pelos corredores de quartos, pátios e banheiros era visto como "ninho de brutos", "tristes abrigos", "repugnantes pocilgas", "antros de miséria"; expressões em que importava mais o adjetivo e menos o substantivo, pois o que visavam era mais qualificar do que descrever, e ao descrever, revelar apenas o que contribuisse para dar uma conotação negativa. Desta maneira, divulgou-se os itens mais condenáveis destas moradias, enquanto outros ficaram no esquecimento. O capítulo que se segue analisa os seus espaços internos, buscando delinear outros enfoques além daquelas imagens divulgadas pelo discurso higienista.

4.3.2. Os quartos ou casinhas.

Se, para alguns aspectos das habitações coletivas temos muitas informações, sobre outros pouco sabemos. Por exemplo, o interior das moradias. Eis uma das poucas descrições da época é esta, utilizada por muitos autores:

"As moradas de mínimas dimensões, em alguns (cortiços e estalagens) compoem-se de uma saleta, um ou dois pequenos quartos ou alcovas, cozinha com fogão de tijolos para uma ou duas panelas, n'outras nem ha fogão, mas um simples fogareiro de ferro, e na maioria dos cortiços, porém, falta a saleta e o fogão de tijolos e tudo se reduz ao quarto de porta e janela e uma recâmara sem ar, sem luz, humida e doentia". (1)

O arranjo destes espaços internos está representado nas plantas e na Figura 10. Na estalagem da rua do Catumbi, cada grupo de casas tem uma disposição interna diferente: sala/ alcova / cozinha; sala/ alcova/ cozinha/ pequeno pátio; ou somente

sala e alcova. (Fig. 3) Na estalagem da rua dos Inválidos, as moradias reduzem-se literalmente ao quarto. (Fig.4)

Nestes exemplos, a largura de cada casinha (cerca de 3m), permite abrir dois vaos na parede da frente, o que lhe dá o aspecto característico da estalagem, a sucessão de portas e janelas. Quando esta largura é reduzida, o quarto tem como abertura apenas uma porta. Por vezes as dimensões se reduzem a cubículos com cerca de 2m de comprimento por 1m de largura, caso em que "mal cabe uma cama estreitíssima e mal se pode mover o morador". (2) Nas casas de comodos, em que o aproveitamento é máximo, os espaços resultantes são irregulares e geralmente menores e menos habitáveis que os cubículos das mais pobres estalagens. A exiguidade do espaço interno e a aglomeração dos moradores fazia ressaltar a mistura entre pessoas de sexo, faixa etária e laços familiares diferentes, numa convivência vista como promíscua.

As casinhas de estalagem são adaptações reduzidas das casas térreas tradicionais; o esquema sala/alcova/cozinha tanto pode se referir a uma casa térrea qualquer como a casinhas de estalagens. A diferença está no exterior imediato da casa: enquanto que na casa tradicional há um quintal nos fundos do lote, que permite a ventilação da cozinha e a expansão das atividades domésticas ao ar livre, na casinha de estalagem todo o terreno é construído. Não há quintal, não há área privativa, não há como ventilar o comodo interno: é máximo o aproveitamento do terreno.

Para obter um mínimo de iluminação e ventilação havia a possibilidade de criar um poço de ventilação nos fundos ou abrir uma clarabóia no telhado. Ou, o que devia ser mais comum, levar o fogão, isto é, a cozinha, para fora da casa. Neste caso

formava-se no avarandado ou alpendre uma sequencia de cozinhas externas, abrindo-se diretamente para o pátio, como no caso do cortiço do morro do Castelo (foto). Desta maneira evitava-se que o interior da casa fosse negro de fuligem e tivesse o desagradável "cheiro de casa defumada"(3); reduzia-se ainda, as consequencias de possíveis incendios, uma vez que seriam logo vistos do pátio. Os fogareiros dentro dos quartos foram proibidos pelos serviços de higiene, que impunham à criação de cozinhas coletivas. Assim, alguns quartos foram transformados em cozinhas e algumas cozinhas foram construídas no centro do pátio.

Neste caso, o elemento central, em torno do qual se organiza a moradia - o fogão, que sintetiza a recuperação dia a dia da força dispendida no trabalho - deixa de individualizar a moradia e torna-se também elemento coletivo. (4) A exceção destes casos, a casinha de estalagem, como em geral a casa do pobre, gravita em torno da cozinha. Na casa abastada, ao contrário, a cozinha é menosprezada e posta para fora do espaço de convivência. (5) Na casa popular, por isso mesmo, o misturar e alternar das funções da habitação (estar, repouso e serviço) é mais acentuado do que na moradia burguesa, mesmo sendo esta de mínimas dimensões. (6)

Voltando às estalagens, uma descrição de 1905 confirma esta acentuada sobreposição de funções: a sala,

"...onde se recebem visitas, onde se come, onde se engomma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos" ... é separada da alcova por um tabique de madeira ... e do "quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio... Dorme-se em todos os aposentos". (7)

As atividades não somente se sobrepunham no interior do conjunto como também no interior de cada moradia, expandindo-se

para onde fosse possível: nas estalagens para o pátio aberto, nas casas de comodos para os corredores escuros.

Esse uso indiscriminado dos espaços internos, essa indeterminação funcional, essa "irracionalidade no morar", com "hábitos execráveis, promiscuidade excessiva e comportamentos imorais", se agravava à medida que se reduziam os quartos, que a fragilidade da construção permitia adaptações e que desaparecia o espaço livre, isto é, o pátio-corredor. Os espaços internos das estalagens, cortiços e casas de comodos por si só já constituíam um padrão de habitação indesejável pelos preceitos higienicos que aspiravam a um espaço sanitário e disciplinar. Mas é o conjunto de todos os elementos constitutivos que vai caracterizar estas habitações coletivas como os mais condenáveis padrões de moradia.

4.3.3. As instalações sanitárias.

As instalações sanitárias eram o elemento mais real e concreto em que recaíam as críticas sobre as condições de salubridade das habitações coletivas.

Era quase sempre nos fundos do pátio que ficavam "as imundíssimas retretas, sempre repletas e disputadíssimas". (8) Isto porque eram sempre insuficientes. Um relatório da Delegacia de Hygiene de 1893 informa sobre as estalagens da freguesia de Sant'Anna: havia uma de 27 quartos com 3 latrinas, uma de 43 quartos com 2 latrinas e uma de 47 quartos com 2 latrinas. (9) Alguns documentos permitem calcular médias parciais: 5,8 quartos por latrina na rua de Santa Luzia e 6,3 quartos por latrina na rua da Misericórdia, em 1895. (10) As médias são porém, enganadoras: outros relatórios mostram que não guardavam uma proporção regular entre o número de moradias e o de w.c. Pode-se

dizer que havia pequenos grupos de latrinas, 1,2,3 ou 4 para cada grupo de quartos, a critério da disposição e do bolso dos proprietários e da insistência dos órgãos do Poder Público. Pode-se ainda perceber que, quanto maior a estalagem, isto é, maior o número de quartos, pior era esta proporção e piores eram as condições sanitárias. Por exemplo, na rua do General Caldwell n° 89, onde a proporção era de 12 vasos para 114 casinhas com dois ou quatro moradores: lá, as latrinas

"... contém bancas de cimento corridas, onde estão implantados vasos de esgoto ordinários, sem divisões entre um e outro, de modo que, além da imundície, são também da mais completa indecência". (11)

A legislação considerava satisfatória a proporção de 1 vaso sanitário para cada 30 moradores, depois reduzida para 20. A Companhia City Improvements, responsável pela instalação da rede de esgotos, deveria instalar também "1 gabinete de latrina" para cada 20 habitantes de casas proletárias. No entanto há notícias de que apenas uma terça parte das habitações coletivas atendia a estas exigências no início do século XX. (12) Havia ainda habitações, coletivas ou não, sem nenhum mictório ou vaso sanitário. Algumas destas se mantiveram apesar da atuação dos higienistas, que constataram em 1918 que apenas 15% das habitações coletivas possuíam um banheiro para cada 20 pessoas, conforme as posturas vigentes, e 10% não tinham banheiros. (13)

Quanto aos banheiros, isto é, quartos de banho, há menos informações ainda. Poucas eram as exigências quanto ao número de banheiros. Banhos, pelo visto, só de bacia ou gamela no interior dos quartos, ou nos poucos banheiros coletivos.

Merecia ainda a atenção dos Poderes Públicos o número de penas d'água. Não pelo seu aspecto higiénico, mas porque o pagamento de taxa por pena d'água, representava uma receita para

a municipalidade. A eterna falta d'água obrigava as mulheres à constantes viagens aos chafarizes públicos e fazia com que as condições higienicas ficassem insuportáveis. (14) Aparentemente, a descoletivização destes tipos de moradia começou pelas latrinas, enquanto banheiros e tanques continuavam sendo de uso comum. Neste caso, a obrigatoriedade de consumir particular e não coletivamente ocorre justamente a partir do elemento da construção mais dependente da indústria européia - o w.c.

E' preciso ter em conta que as instalações sanitárias em geral passavam por uma fase de transformações. Abastecimento d'água e infra-estrutura de esgoto significavam ainda no século XIX escravos buscando água nos chafarizes públicos e levando em baldes o conteúdo das latrinas para despejá-los no mar. A construção da rede de esgotos foi iniciada em 1866 e em 1880 o novo abastecimento d'água. Muitas casas se utilizavam de fossas negras ou faziam o despejo diretamente nos rios, praias e terrenos baldios. As louças sanitárias, tubulações, conexões, caixas de descarga e elementos afins eram importados e inacessíveis a boa parte dos proprietários de imóveis. A Comissão de Melhoramentos, no seu 1º relatório, de 1875, limitava-se a lamentar que na cidade "poucas eram as casas providas de closets" e recomendar que cada habitação fosse dotada de uma latrina. Não havia ainda condições para impor esta instalação dentro das casas. Ainda assim, há informação de que em 1887, nas 33.713 casas da cidade 86% já eram equipadas com latrinas (15).

Por esta e outras razões, chafarizes, latrinas e mictórios foram meios de consumo coletivo das camadas populares e fizeram parte do equipamento das praças públicas até a virada do século

Foi no final do século que os modernos sistemas de água e esgoto passaram a fazer parte das casas em geral. Aos poucos foram sendo construídas latrinas ou "casinhas" no fundo dos quintais e instaladas as tubulações. Construções antigas, cuja reforma seria muito dispendiosa, eram deixadas pelas famílias de maior poder aquisitivo e se transformavam em casas de comodos. Portanto, quanto as condições das instalações sanitárias é preciso reconhecer que eram insatisfatórias nas casas em geral, deficientes nas habitações coletivas e tanto mais insuficientes e insalubres quanto maior o número de moradores atendido.

4.3.4. O pátio/corredor.

O pátio e/ou corredor é o elemento central das habitações coletivas. Era onde se encontrava a vida da estalagem:

"...(onde) se aglomera(vam) num caos terrível, pranchas, cavaletes de madeira, tinas cheias d'água, bacias de enxaguar, alguidares para o preparo do anil, tabuas, mesas, bancos, cadeiras, todo um mundo de cacarecos em meio à vasos com tinhorões, tinas com samambaias, gaiolas com passarinhos..." (16)

Era também nos pátios atravessados de varais carregados de roupa a secar, que ficavam as fontes e os tanques, carroças e animais domésticos e detritos em geral.

Esta outra citação, apesar de referente às casas de corredor paulistas, é sugestiva e reveladora da vida no interior da estalagem:

"Nada do que acontecia naquele pequeno mundo podia ser reservado e secreto. Tudo era de todos, e as debilidades mais íntimas que o homem esconde eram ventiladas no pátio. A roupa suja não se lavava em casa mas sim à vista de todos, e punha-se a enxugar..." (17)

"Roupa suja se lava em casa"! Estaria nas estalagens a origem deste ditado popular que simboliza a intriga, a revelação e discussão de intimidades através do ato de lavar roupa?

A intensa atividade de lavagem de roupa e a falta de escoamento adequado das águas servidas deixava os patios cheios de poças d'água. A realização de obras para o recolhimento e o esgotamento da água com sabão se tornou uma das exigências dos serviços de higiene. As lavadeiras eram vistas como causadoras ou colaboradoras das péssimas condições de salubridade. Tal idéia se propagou a ponto de se editar uma postura em 1891, reprimindo esta atividade: proibía-se lavar roupas em casa sem quintal e nas estalagens em geral, até que se criassem lavandarias públicas. (18) Neste sentido, propunha-se modernas lavandarias nos projetos de vilas operárias: na vila Rui Barbosa construiu-se uma lavandaria a vapor que nunca chegou a ser utilizada. (19)

Pelas descrições percebe-se que, embora denominado de corredor ou rua interna, o pátio não era uma via exclusiva de circulação: muito pelo contrário, era um espaço de trabalho coletivo. Luis Edmundo relata e depoimentos recentes confirmam que os pátios das estalagens eram lugares onde se realizavam festas concorridas e famosas em toda a redondeza. (20) Era portanto um espaço de circulação, de trabalho e de lazer. Era um espaço sobre o qual transbordavam as atividades e os moradores da estalagem, por isso mesmo sempre cheio e fervilhante.

Este seria o pátio convencional; muitas vezes, porém, ele se reduzia a um estreito corredor. A forma deste pátio/corredor se definia a partir da distribuição dos corredores de casinhas e suas características arquitetônicas. Os pátios/corredores merecedores das críticas mais contundentes se constituíam da sucessão e do encontro de vários deles, de que resultava um ou mais pátios completamente irregulares (como no caso do grande cortiço na travessa S. Sebastião, no Morro do Castelo, fig.6). Ou então resultavam num emaranhado de ruelas,

caminhos, acessos e espaços desordenados e confusos, onde só os moradores sabiam se orientar. Policiais, fiscais, médicos e cobradores que se aventurassem nestes labirintos certamente encontravam dificuldades para se guiar e encontrar qualquer pessoa ou saída. É de se supor que fosse o caso dos grandes cortiços onde várias pessoas diferentes construíam grupos de casinhas, ou nos grandes conjuntos formados pela contiguidade de várias estalagens vizinhas. (21) A estes cortiços é que se dirigiam as críticas agudas e as denúncias frequentes.

Não eram apenas os pequenos pátios retangulares com seu excesso de atividade e pessoas que se visava combater, mas todo um meio construído, uma mistura de terreos, sobrados, quartos, pátios, caminhos - espaços abertos e fechados, múltiplos, disformes e confusos - enfim, o espaço da desordem. Além os cortiços eram um meio construído que se queria casa de morar, mas que se constituía de uma mistura e somatória daqueles apêndices domésticos "quentes, sujos e molhados" e de alcovas, corredores e pátios: justamente os elementos desprezados e os condenados da morada carioca. Nada mais contrário a uma nova ordem social que busca se impor controlando, disciplinando e vigiando as populações. O cortiço, e principalmente o grande cortiço era a antítese da organização espacial almejada pela nova sociedade em formação.

4.3.5. A venda/ taverna.

Alguns outros elementos estão intimamente associados aos cortiços e estalagens, sendo o mais comum um pequeno estabelecimento comercial - venda e/ou armazém, taverna e/ou casa de pasto, ou mesmo armazém e casa de pasto, como n'0 Cortiço.

Estes estabelecimentos se localizavam na testada do lote, junto à rua e serviam de entrada, ou limitavam o estreito corredor que desembocava no pátio da estalagem, que por isso mesmo poucas vezes era visível da via pública.

Não há dados numéricos sobre a ocorrência da dobradinha venda/estalagem, mas é de se supor que fosse muito comum. Assim é na Estalagem de S. Romão de A. Azevedo, na Vila N.S. da Lapa dos Navegantes de L. Edmundo e assim afirma este relatório da Comissão Sanitária do 2º Distrito da Freguesia de Santo António, de 1879:

"Presentemente os cortiços são negócios anexos aos armazéns de secos e molhados denominados tavernas. Todo arrendatário tem este género de comércio a entrada dos ditos cortiços, ordinariamente com a porta de comunicação para o mesmo, sendo uma das condições de permanência do inquilino, ter uma conta corrente e ser assíduo fregues da respectiva taverna que, sem consciência, tudo vende pelo preço por ele taxado, e ordinariamente géneros de inferior qualidade e corruptos, assaz prejudiciais à saúde pública". (22)

Portanto o dono do cortiço de certa maneira dominava as condições de fornecimento da habitação e também da alimentação. Desta maneira, não havia morador "cujo ordenado não fosse inteirinho para as mãos do velhaco" (25), que exercia, desta forma, um notável poder de dominação sobre os moradores. Além disso, a sua presença física na venda durante o dia e numa das casas, durante a noite, possibilitava o controle e a vigilância constante sobre toda a população.

A figura e a ação do comerciante explorador exemplifica a atuação do pequeno capital mercantil, que associava ao estabelecimento comercial um empreendimento imobiliário. Corticeiros e taverneiros, em geral portugueses, eram acusados de monopolizar a moradia e a alimentação popular. Este verdadeiro domínio das condições de subsistência de parcela considerável

da população fez da colônia portuguesa alvo predileto do movimento jacobino, que chegou a propor o não-pagamento de aluguéis e contas devidos aos portugueses.

Não bastassem estas vantagens, a estratégia de associar o comércio ao aluguel de moradias atendia às intenções básicas das antigas posturas municipais, que, procurando uniformizar as fachadas para "aformosear" e "embellezar" as ruas, proibiam construções que não fossem de sobrados na testada dos lotes da área central. (24) Nestas condições, seria, pelo contrário, de se admirar que estas "acanhadas" construções não se mantivessem num plano secundário. A partir da década de 70, quando são editadas sucessivas posturas reprimindo e proibindo estalagens no centro da cidade, estes prédios se tornam clandestinos e com mais razão se torna necessário disfarçá-los e escondê-los atrás de outras construções.

As estalagens e cortiços estavam unidas a outros empreendimentos comerciais além dos referidos. Na "Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro" de 1879, estão assinalados, além de um grande número de "venda e quartos", boticas, padarias, oficinas de sapateiros, quitandas, pedreiras, fábricas, etc., junto a conjuntos de quartos dentro de um mesmo lote. Era comum encontrar-se cortiços junto a estábulos, cocheiras, cavalariças, pedreiras, hortas e capinzais.

Para finalizar e resumir o capítulo, podemos dizer que o interior da habitação coletiva permite observar o efeito do máximo aproveitamento do espaço; as moradias são de dimensões mínimas e em número máximo; fora delas todo o resto é insuficiente e de uso coletivo. Nos espaços está patente a multiplicidade de usos e os limites indefinidos entre morar e trabalhar, entre público e privado e entre interior e exterior.

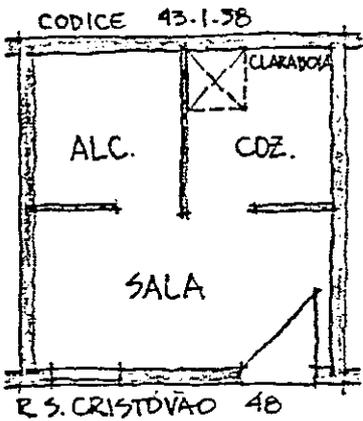
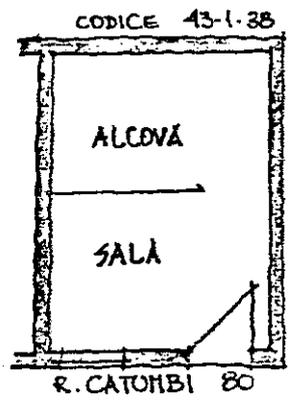
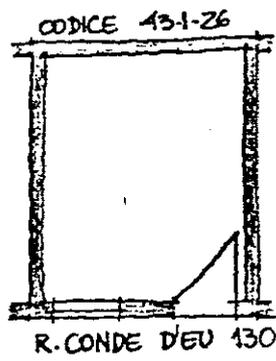
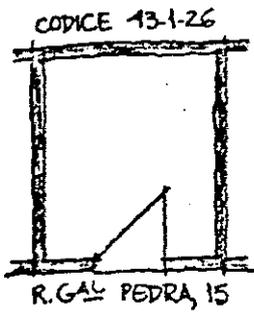
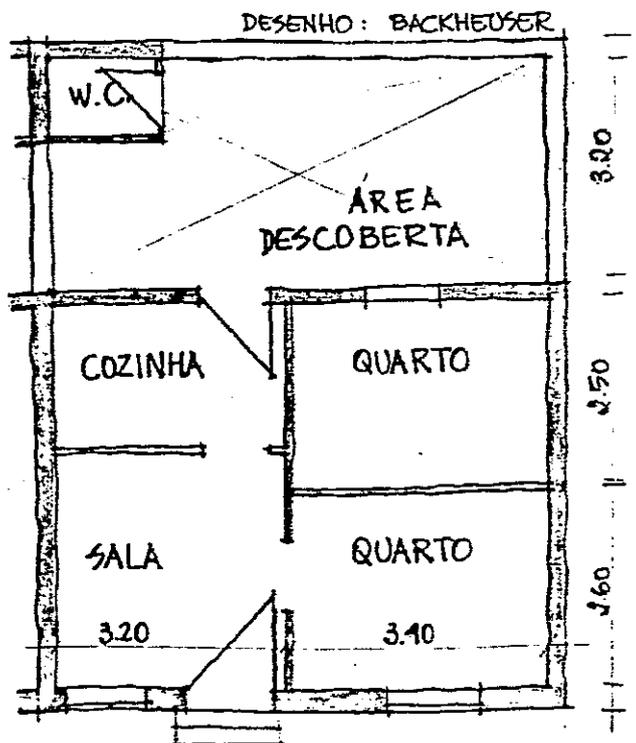
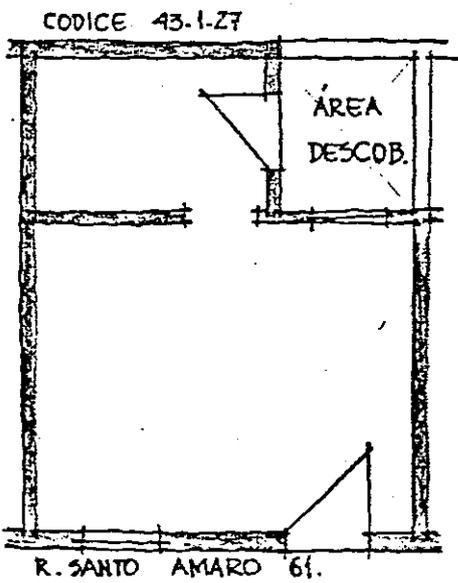
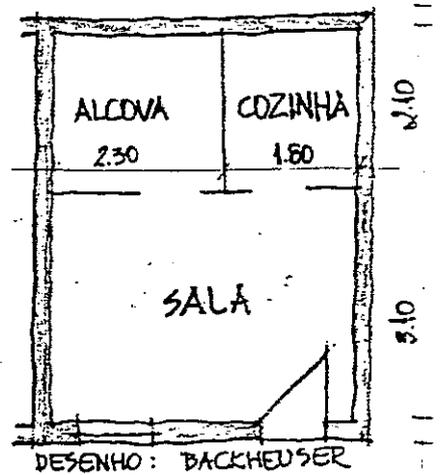


FIGURA 10 -
ESPAÇOS INTERNOS.
PLANTAS DE QUARTOS
DE ESTALAGENS
E CASAS DE AVENIDA.



CASAS DE AVENIDA

Notas parte 4.3.

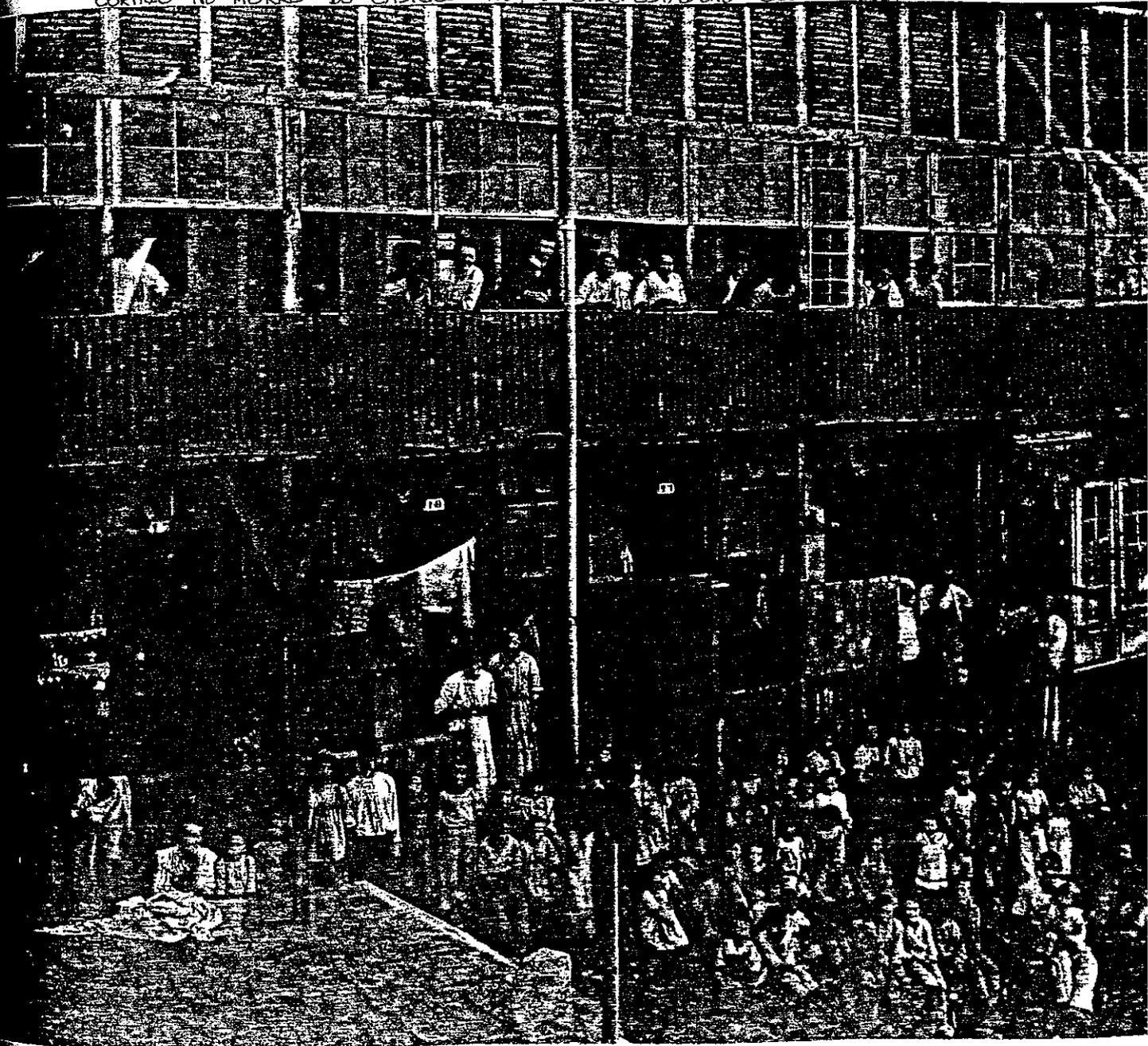
- 1- Pimentel, A. M. de Azevedo - op. cit., pp 185/186.
 - 2- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-26.
 - 3- Depoimento da sra. Olga Resende, referindo-se a uma estalagem que visitou na sua infancia.
 - 4- A coletivização da cozinha tem um significado de grande importancia pois indica uma radical transformação no morar. Basta lembrar que contraria hábitos centenários traduzidos pela própria língua portuguesa. Até o século XIX o termo FOGO (de fogao) era sinonimo de moradia: os censos domiciliares arrolavam o número de fogos por paróquia. Muito antes disso já havia se incorporado à língua o termo LAR (de lareira), bastante atual em seu conceito de moradia, e que, segundo o Dicionário Aurélio é "a parte da cozinha onde se acende o fogo" para preparar o alimento. O fogao, e por extensao, a cozinha, podem ser considerados o núcleo inicial e central da habitação.
 - 5- Lemos, C.- op. cit., p 67.
 - 6- Lemos, C.- op. cit., p 16.
 - 7- Backheuser, E.- op. cit., p 109.
 - 8- Edmundo, L.- op. cit., v 2, p 366.
 - 9- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-27.
 - 10- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-10.
 - 11- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-27.
 - 12- Centro de Memória Social - op. cit., p 110.
 - 13- Centro de Memória Social - op. cit., p 100.
 - 14- Ibituruna, Barao de - op. cit., p 5.
 - 15- Rio de Janeiro (cidade) - 1º Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Typ. Nacional, 1875, p 20.
- Os dados numéricos são de A. Pimentel - op. cit., p 179:

"Em 1889, havia nesta cidade cerca de 34.000 casas com 22.167 latrinas, e apenas 9.894 pennis d'água, ao passo que em 1887 existiao 33.713 casas com 29.261 latrinas e 37.080 pennis d'agua."

- 16- Edmundo, L.- op. cit., p
- 17- Goitia, F. C.- op. cit., p 187.
- 18- Postura de 20 de julho de 1891.
- 19- Backheuser, E.- op. cit., p 91.
- 20- Depoimento do sr. Carlos Martins Alves, referindo-se a uma estalagem que existiu na rua Marques de Valença.
- 21- Na Nova Numeracao dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro encontramos informacoes sobre estalagens contiguas.
- na rua da Relacao, no n° 75A havia 4 térreos e 60 quartos de um proprietário; no n° 75A1 havia 3 térreos e dois grupos de quartos, num total de 56, todos de outro proprietário que também possuía prédios no n° 75 e 75A.
- na rua do Riachuelo, certo proprietário possuía 1 térreo e 6 quartos no n° 59, 1 térreo e 35 quartos no n° 61 e 1 térreo e 14 quartos no n° 61A. No n° 61B outro proprietário possuía 1 térreo e 14 quartos.
- Nestes casos, comuns na cidade, dificilmente deixaria de haver comunicacao entre estes imóveis, contiguos e do mesmo proprietário. Assim, o que constava legalmente como 3, 4, 5 ou mais, aparentavam ser um único e imenso cortiço.
- 22- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 38-2-32.
- 23- Azevedo, A.- op. cit., p 44.
- 24- Postura de 11 de setembro de 1838, Seção 2a, Titulo I, Art.8:

"Todo o que fizer casas da valla para a cidade, levantara um sobrado, ao menos na frente: as casas, sendo térreas, se nao poderao reedificar sem se levantar ao menos o dito sobrado a frente; e ninguém podera assentar portadas, vergas e soleiras que nao sejam de cantaria."

CORTIÇO NO MORRO DO CASTELO. 1904. BIBL. ESTADUAL CELSO KELLY



4.4. A população moradora e seus espaços.

A habitação coletiva ou cortiço era considerada o padrão de habitação das classes populares do Rio Antigo. Uma parte desta camada social formava o conjunto de moradores que se procura esboçar. Este esboço será, no entanto, parcial, uma vez que as fontes de informação são fragmentadas. Só foi possível obter dados estatísticos sobre a população referentes a dois momentos distintos, e estes dados referem-se apenas às categorias sócio-profissionais e nacionalidades. Outras fontes de dados são utilizadas, permitindo apresentar não um perfil completo desta população, mas várias pinceladas.

4.4.1. Os moradores - uma população trabalhadora.

Cortiço s.m. 1- Caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera. 2. Bras. Habitação coletiva das classes pobres;...

A se deduzir do verbete do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, na essência do termo cortiço estão contidas, em primeiro lugar, as noções de morar e trabalhar, e em segundo lugar, de gente pobre. Portanto, de trabalhadores pobres.

Aqueles que "se não trabalham são uns desclassificados e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos."

(1) Entre eles, os que carregavam a marca do universo capitalista, trabalhando indiferentes ao produto final, visando unicamente o pagamento material que recebiam em troca do esforço dispendido. E todos carregando a marca do universo escravista, a desvalorização deste trabalho (2) e o solene desprezo pela figura do trabalhador, encarado como cidadão de categoria inferior.

No cortiço como na colméia reinava a atmosfera de trabalho de muitas pessoas, de uma aglomeração em intensa e eterna atividade. Textos e documentos da época louvam este constante labutar, lamentando que outras características também façam

parte da noção de cortiço: a

"...qualidade heterogenea de sua população e seus frequentadores (...) a desordem habitual que ali reina e a imundicie a mais patente...", que em nada lembram o "exemplo de asseio, ordem e disciplina representado pelas abelhas". (3)

4.4.2. Caracterização sócio-profissional.

Para avaliar as profissões dos moradores das habitações coletivas torna-se necessário referir-se a certos recortes no tempo: a classificação apresentada de meados do século XIX pode ser bem distinta da observada no início do século XX. Afinal, são momentos que estão próximos aos dos limites temporais da fase da transição, ou seja, de transformação das relações sociais e técnicas de produção.

Para o período inicial dispomos das informações do Censo da Secretaria da Polícia da Corte de 1856 (4). Nesta data os moradores dos cortiços se enquadravam nas seguintes classificações socio-profissionais:

oficiais ou artífices	38%
sem ofício	21%
costureiras	14%
operários fabris	12%
carroceiros	6%
lavadeiras e engomadeiras	5%
quitandeiras	3%

Estas categorias indicam uma estrutura ocupacional pré-industrial, não só pela forte presença dos oficiais e artífices que serão substituídos pelos operários fabris, mas também pela presença dos carroceiros e das quitandeiras, que tendem a desaparecer, os primeiros por força dos modernos serviços públicos, as segundas pelas novas lojas comerciais, que começam a surgir na cidade. Os carroceiros eram em grande parte lixeiros - que conduziam carroças de lixo -, e as quitandeiras eram

vendedoras ambulantes de diversos tipos de viveres.

Nesta época os cortiços eram apenas estalagens, com uma população constituída predominantemente por artesãos. Como já dissemos, lembram em muito as casas de corredor madrilêhas, que são anteriores à fase da industrialização. Assim, os cortiços cariocas, não são um elemento característico do desenvolvimento fabril, mas anterior, anterior ainda à fase que M.E. Lobo chamou de "processo de transição da manufatura para a indústria". (de 1888 à década de 20 do século XX) (5)

Para os momentos posteriores não dispomos de dados estatísticos. A avaliação das categorias profissionais não será portanto uma análise de estatísticas, mas uma leitura das mais diferentes informações.

Como parâmetro para balizar esta avaliação lembramos das informações dos capítulos anteriores sobre a grande quantidade de "pobres" e do grande contingente dos "sem profissão" observado nos censos do final do século.

Algumas informações sobre o trabalho dos moradores já foram transmitidas através das descrições, pois que a própria estrutura física em que se processa a vida revela também aspectos do seu conteúdo humano.

A impressão inicial, de grande atividade nas estalagens, nos é dada pelas lavadeiras que transformam os pátios em grandes lavandarias. As inúmeras referências ao trabalho dessas mulheres e à importância que assumem no romance de Aluísio Azevedo faz supor que uma grande quantidade de moradoras recorresse a este expediente, não apenas como uma das "estratégias complementares" de obtenção de recursos para complementar os ganhos insuficientes para o seu sustento e reprodução, (6) mas também como atividade profissional principal.

No romance título, a tabuleta sobre o portão anuncia: "ESTALAGEM DE SÃO ROMÃO. ALUGAM-SE CASINHAS E TINAS PARA LAVADEIRAS". Tanto moradoras quanto outras mulheres exerciam o ofício no pátio do grande cortiço.

Além das lavadeiras e engomadeiras, havia entre as mulheres as "costureiras de baixa freguesia", doceiras, quitandeiras e "mulheres de vida reles". Entre os homens, "trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas ...", "vendedores de jornais (...), peixeiros e vendedores de hortaliças...", "ferreiros e hortelões e cavouqueiros..." e "uma infinidade de agentes subalternos da administração pública...". Há indicações quanto a presença de soldados, bombeiros, guardas, barbeiros, remendões, artistas, oficiais, artesãos e operários - sendo esta última, a mais assídua das referências. Outro personagem típico era o capoeira. A Polícia acrescenta os criminosos, vagabundos e negros fugidos. (7) Em resumo, eram pessoas "pertencentes em sua generalidade às classes proletárias...", "jornaleiros de baixo salário, pobre gente miserável que mal podia matar a fome com o que ganhava", e que se intitulavam "humildes criados operários" (8).

Neste ponto é necessário fazer uma referência à categoria dos operários, que, no Rio de Janeiro de então, se constituía de artesãos, empregados das manufaturas e da indústria (9), sob as mais diversas relações de produção e portanto de classe. Escravos, artistas e operários da grande indústria eram designados por operários, o que indica a diversidade da categoria, ilustrada pelas muitas citações que se seguem. Os pobres não podiam deixar de ser trabalhadores e, no cortiço,

trabalhadores eram operários. Como também no cortiço em que se fabrica o mel e a cera, as abelhas são operárias.

O cortiço como padrão de habitação do moderno operariado fabril parece estar mais de acordo com o caso paulista, em que nove em cada dez operários se viam obrigados a viver nestas moradias (10). Se em muitas cidades industriais os cortiços e estalagens eram a moradia padrão dos trabalhadores das emergentes indústrias, no Rio de Janeiro o cortiço era a moradia das camadas populares em geral, que, como vimos, constituía uma grande parcela da população total e da qual o operariado representava apenas parte reduzida.

Não é sem razão que o higienista que compara os moradores às abelhas se lastima da "qualidade heterogênea de sua população e de seus frequentadores": a classe dos "desfavorecidos da fortuna" se via forçada a exercer todos os tipos de atividades para sobreviver, em face das poucas oportunidades de emprego formal. A cansativa lista de profissões apresentada não consegue englobar toda a variedade de ocupações dos moradores. Pois contrariando as expectativas, até

"...a criadagem fluminense, para gozar de um excesso prejudicial de liberdade prefere ter os seus cubículos imundos em qualquer cortiço (...) do que dormir em melhores condições higienicas nas casas dos amos." (11)

A variedade de atividades exercida pelos moradores permite caracterizar esta camada popular como essencialmente heterogênea. No entanto é necessário deixar claro que ainda não se trata dos mais pobres, que não podiam pagar os altos aluguéis exigidos pelos proprietários das habitações coletivas. Os moradores se situavam portanto dentro de uma faixa mínima de ganhos dos quais pudessem retirar regularmente o montante do aluguel.

Se as categorias sócio-profissionais representadas pelos

moradores eram muitas e diversas, assim eram também os seus vencimentos, que lhes permitiam escolher alojamento nas habitações coletivas, que variavam desde vagas em repletas casas de comodos até casinhas que não diferiam das habituais casas térreas de porta e janela. Portanto, ali morava todo tipo de gente que saía cedo para suas oficinas, vendas, repartições ou para realizar trabalho braçal, para apregoar suas mercadorias ou para obter algum ganho no constante exercício da viração.

Dentre os trabalhadores é importante assinalar os que permaneciam nas casas realizando seu trabalho no interior da estalagem. Além das lavadeiras, há referências a

"italianos (...) trabalhando na fabricação de charutos e cigarros..."(12). Na estalagem de São Romão havia "um alfaiate (...) que cosia na sua máquina entre oficiais ajudado pela mulher, (...) um relojoeiro calvo, de óculos, que (...) trabalhava de manhã até a tarde, (...) um pintor de tetos e tabuletas, (...) um cigareiro (com) quatro filhas e dois filhos a fabricarem cigarros, e mais três operárias que preparavam palha de milho e picavam e desfiavam tabaco."(13)

João do Rio refere-se às costureiras pálidas, doentes e de olheiras que trabalhavam à domicílio nas casas de comodos, e que "cosem para os arsenaes pesadas tarefas" (15). Já Lima Barreto descreve, entre outros, as

"...valentes napolitanas a sopesar na cabeça fardos de costuras que levavam a manufaturar em casa...", (nas casas mediocres das) "...tristes estalagens" da Cidade Nova. (15)

Estes exemplos mostram a outra face da presença do trabalho nas estalagens: não mais o trabalho doméstico, a pequena horta, a criação de pequenos animais como forma de obtenção eventual de recursos, mas a realização de diversos ofícios dentro das casinhas - o trabalho a domicílio. As moradias abrigavam tanto o trabalhador individual quanto pequenas oficinas ou manufaturas. Como no setor da produção artesanal e

manufatureiro "a regra situava-se no pequeno patrao, que trabalhava junto com seus operários", numa média de dois operários por patrao (16), as descrições apresentadas poderiam corresponder a algumas destas pequeninas unidades de produção; outras, aos muitos estabelecimentos clandestinos que escapavam à fiscalização municipal. Há notícia de oficinas sem licença que funcionavam em cortiços. (17)

Não foi possível obter mais dados que permitam avaliar estas hipóteses, mas nos parece claro que as estalagens tiveram um papel considerável no que diz respeito ao trabalho a domicílio em geral, assim como às seções externas da manufatura industrial que se utilizavam da força de trabalho de baixa qualificação abundante na cidade. (18)

Estas atividades representavam, nestes casos, uma extensão da empresa mercantil. No entanto, noutros casos eram unidades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços paralela à estrutura formal, atuando para a própria comunidade e para as camadas populares em geral.

No Cabeça de Porco, um dos maiores cortiços da cidade, sabe-se que havia um armazém, cocheiras, dez oficinas de remendar sapatos, barbearia, criação de carneiros e galinhas, boa parte dos quais atendiam à população local. (Capítulo 5)

Outros, certamente produziam "para fora". Era o caso de um grande cortiço, a Chácara da Floresta, situado próximo à avenida Central, no qual havia, além de uma centena de moradias, estábulos para vacas e

"...1 machina a vapor que move um moinho para fazer fuba, 1 dita para torrar e moer café e 1 serra circular, etc..." (19)

O que equivale, para os padroes da época, a duas fábricas de alimentos e uma serraria. A presença de tres industrias dentro de

um cortiço com centenas de moradores corrobora a imagem de uma singular coletividade, de um núcleo de produção e de consumo difícil de qualificar. Algo em torno de um enclave, um condomínio dentro de um bairro, uma república dentro da cidade.

As repetidas citações falam por si mesmas: a estalagem, além de espaço de moradia, era também um espaço de trabalho. Não se tratava de um trabalho organizado, controlado e hierarquizado conforme os padrões da grande indústria; muito pelo contrário, eram outros e múltiplos os padrões de organização destas formas de trabalho.

Afinal, a cidade neste período significava tempo e lugar de transição, em que coexistiam diferentes relações de produção e de propriedade dos meios de produção, que se revelavam através da diversidade de formas e técnicas de trabalho. Tempo e lugar de um grande contingente de população pobre, à margem da estrutura formal de produção, e que se via forçada a buscar os mais variados meios de sobrevivência. Buscando estratégias de obter dinheiro com as mercadorias que podia inventar e vender. (20) Criando, dentro de suas possibilidades, seus próprios meios de produzir e distribuir bens e serviços para a própria grande massa sem recursos.

Significava ainda tempo e lugar em que se processava a separação dos trabalhadores da propriedade e posse dos meios de produção e subsistência. As possibilidades de trabalho não diretamente submetidas ao capital, que os homens não totalmente expropriados buscavam, ainda podiam ser encontradas na cidade. Uma das condições para a realização dessas virtualidades foi a existência de um espaço compatível. Neste sentido é lícito

supor que as habitações coletivas contribuíram para a permanência destas possibilidades de sobrevivência marginal dentro da cidade. As estalagens, enquanto espaço de trabalho, propiciavam a possibilidade de uma restrita produção informal; as habitações coletivas em geral, devido a sua localização propiciavam outra possibilidade: a da presença cotidiana dos trabalhadores nas ruas do centro da cidade, onde se ofereciam oportunidades de trabalho.

O trabalho doméstico, o trabalho a domicílio, os trabalhos de viração, todos exercidos nas habitações coletivas caracterizam-nas portanto como espaço de trabalho e moradia. Se o papel representado por estes espaços não apenas em termos de moradia, mas em termos de possibilidade de existência na cidade, pudesse ser melhor avaliado, seria certamente considerado como relevante. Neste sentido deve-se também considerar que a sua eliminação tenha contribuído para a redução das alternativas de sobrevivência das camadas populares na cidade, e para o aumento da insatisfação popular que se manifestou através da Revolta da Vacina.

Há outra fração da população das moradias coletivas que merece referência: a dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris, de comércio e de serviços, moradores nos alojamentos mantidos pelas empresas. Como estas habitações coletivas tinham esta finalidade específica, consideramo-las precursoras das vilas operárias. São os muitos corredores de quartos que abrigavam os trabalhadores de trapiches, pedreiras, fundições, serrarias, destilarias, fábricas e cocheiras, (21) que diferem bastante dos quartos associados às tavernas, pois nesses os quartos não eram destinados aos trabalhadores deste estabelecimento, como nos anteriores. Para o alojamento de trabalhadores construam-se quartos no quintal, como nas

estalagens, ou então adaptavam-se térreos e sobrados.

Verificamos que empresas conhecidas mantinham habitações coletivas para seus funcionários. Por exemplo, a Companhia Luz Stearica possuía duas "casas grandes" que alojavam 90 pessoas (22), em sala denominada "dormitório dos operários". (23) Em outros exemplos, os dormitórios eram mais modestos e deixavam a desejar, como o caso de uma padaria que mantinha o alojamento em meio a um pátio/chiqueiro (24), ou então o caso das grandes tanoarias do centro da cidade, frágeis barracões em que eram obrigados a dormir os empregados, (25) e que eram verdadeiras casas coletivas tipo prisão. (26) Além dos operários e padeiros, também os "empregados internos" de várias empresas de bondes e da Companhia Gary de limpeza viviam nestas moradias. (27) Estes moradores eram provavelmente solteiros, que habitavam isoladamente ou em pequenos grupos nas casinhas ou ainda em grandes grupos nas casas coletivas.

Os trabalhadores das empresas de transportes formavam um considerável grupo a que se destinavam estas moradias. Uma das empresas era a Companhia Vila Isabel: no Registro das Estalagens do 1º Distrito do Engenho Velho de 1901, esta empresa consta como proprietária de 42 quartos na rua Fonseca Lima e 15 quartos na rua de São Cristovão. (28) Outra, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico mantinha em 1906 10 quartos na avenida N.S. de Copacabana e 14 quartos na Praia de Copacabana. (29) Há notícias sobre "telheiros para trabalhadores" e "barracões", alguns de propriedade de companhias de construção. Outro grupo era formado pelos operários das grandes empresas de tecidos, muitas das quais construiriam vilas operárias. O primeiro exemplo é o da Companhia Fiação e Tecelagem Carioca que possuía

em 1890 22 quartos na rua Faro e 16 quartos na rua D. Castorina; em 1906, estes quartos já haviam sido aprimorados e acrescidos, pois o registro é de 35 térreos neste mesmo local. A Companhia possuía outros imóveis, além de uma casa de 5 comodos na rua Lopes Quintas. (30) Bem próximo, a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado possuía 53 quartos na rua Jardim Botânico, além de vários térreos e, na rua Faro, um sobrado dividido em 14 comodos! (31) Portanto até casas de comodos foram mantidas pelas fábricas.

Estes cortiços precursores podem ser considerados como autenticas (?) vilas operárias, uma vez que dificilmente se destinariam a outros fins que nao alojamento dos trabalhadores, que é o conceito habitual de vila operária.

Estes cortiços-vilas operárias sao exceções à regra de heterogeneidade dos moradores anteriormente referida; sao antes exemplos de homogeneidade sócio-profissional quanto a população moradora. Outro caso de estalagem habitada por pessoas de mesma profissao é o da rua Gal. Caldwell n.89 "habitado exclusivamente por soldados do exército e suas famílias", assim como outras na freguesia de Sant'Anna. (32) Neste caso, é patente a indicação da presença das famílias, como em muitas vilas operárias. O exemplo permite ainda que, além de identificar alguns cortiços com as primeiras vilas operárias, possamos também identificar outros com as primeiras vilas militares. Mesmo nestes casos, há ainda outra razão para atribuir a conotação de heterogeneas às habitações coletivas populares: a nacionalidade dos seus moradores.

4.4.3. Nacionalidade e outras características.

A análise de alguns dados estatísticos traz outros

dados sobre as pessoas que moravam em cortiços. Dados de 1869 mostram que o contingente masculino era maior que o feminino: os homens representavam 61,8% dos moradores das habitações coletivas e as mulheres apenas 38,2%. (33)

A convivência de brasileiros com estrangeiros era uma característica das habitações coletivas. Os estrangeiros eram presença constante nas áreas mais próximas ao centro: em 1890, nas freguesias de Sacramento, Santa Rita e São José (34), a proporção de estrangeiros era de 34,58%; em 1906 era ainda maior: 42,66%. Se, entre a população presente no centro e cercanias praticamente uma em cada três pessoas era estrangeira, nas habitações coletivas esta proporção teria que ser forçosamente maior, uma vez que era onde se hospedavam grande parte dos imigrantes. Os dados de 1869 confirmam: 56,1% dos moradores dos cortiços eram imigrantes estrangeiros. (35) Em 1856 os portugueses eram maioria; entre as minorias havia a dos africanos e escravos aos quais se proibia alugar quartos de cortiço. (36)

O fato da maioria dos moradores ser de estrangeiros e estes serem as principais vítimas da febre amarela, certamente contribuiu para a difusão da idéia de que as habitações coletivas eram mortíferas.

Entre os brasileiros havia diversidade quanto a cor, entre os estrangeiros a diversidade era dada pela nacionalidade. Cronistas referem-se às negras, creoulas, portuguesas, italianas e uma ou outra espanhola (37). Uma reportagem intitulada "A Nova Babel", sobre o Seminário de São José, que havia sido transformado em casa de comodos, informa que entre seus 335 moradores havia portugueses, italianos, sérvios e alemães.

Destes, 20% eram mulheres, 36% homens e 44% crianças. (38) Apesar da precariedade e da imparcialidade da informação, recolhida junto a população ameaçada de despejo e defendida pelo jornal, a reportagem acrescenta ainda o importante dado acerca da forte presença de jovens nestas habitações.

Há que se fazer uma referencia à organização familiar destes moradores. Há uma distinção entre os solteiros, isto é, homens sós, e as famílias. Muitos pedidos de licença para obras informavam que os quartos se destinavam a trabalhadores individuais; nas vilas de "casas para operários e proletários", havia moradias de diferentes dimensões, para solteiros e para famílias ou grupos (de 5 a 12 pessoas). O número de moradores homens bem maior do que o de mulheres nas estatísticas mostra a importância do contingente dos solteiros. Há pouca informação sobre a família. Estatísticas adotam a média de 7 pessoas/ família, mas denúncias se referem a 8 ou 9 pessoas comprimidas nos quartos. Mas a simples distinção entre solteiros (indivíduos sós) e famílias (grupo ligado por laços de parentesco), provavelmente não correspondia à situação real dos ocupantes das casinhas. Pois eram comuns os grupos de pessoas que dividiam os quartos assim como agregados que habitavam junto com famílias. Diga-se de passagem que a própria organização familiar passava por uma reestruturação (da família extensa para a família nuclear), e entre as classes populares os casamentos não eram muito comuns.

4.4.4. Organização social e modo de vida.

Há algumas impressões pessoais resultantes da leitura do objeto de estudo que convém ficarem registradas.

A primeira diz respeito a organização social dos moradores. Trata-se da idéia do cortiço associado a de uma república. Esta conotação esta presente no desenrolar do romance-título, em que a população moradora se organiza em um improvisado exército para se defender do inimigo, representado pelos moradores de outro cortiço e pela policia. A resistencia do Cabeça de Porco às investidas realizadas pelo Poder Público para combate-lo, e o fato de alguns grandes cortiços terem se constituído em verdadeiros enclaves na cidade reforçam esta concepção. Se realmente houve cortiços que chegaram a adquirir a força e o relativo espaço de poder que esta imagem transmite é difícil de avaliar. O grande cortiço era visto como uma ameaça latente à ordem. Era uma ameaça remota de insurreição, mas uma ameaça concreta à ordem que se procurava estabelecer: a nova ordem burguesa. Na cidade burguesa não podiam ser permitidos recortes de pequenos (e muito menos de grandes) espaços de heterogeneidade, desordem e indisciplina.

A segunda diz respeito a um aspecto do modo de viver na estalagem. É a tradição de festejar. Festas de aniversário, batizado, casamento, carnaval, Semana Santa, São João; forrós por qualquer motivo e sem motivo algum. Este fato permite considerar a estalagem também como um espaço de celebração. Sobre os moradores, diz Luiz Edmundo que

"...mesmo sem as festas de tradição, o cortiço pobre, o cortiço imundo, o cortiço foco de moléstias é sempre um ajuntamento de gente feliz e alegre", (39)

o que em muito contraria as imagens de infelicidade associada a miséria retratada pelos higienistas. No entanto a alegria era

fugaz: as festas acabavam sempre em bebedeira, a bebedeira em confusão e a confusão na Polícia. (40)

Aliás as relações entre a Polícia e o cortiço eram assíduas, intensas e ambíguas: as festas acabavam na Polícia, policiais buscavam marginais nos cortiços, policiais invadiam e depredavam cortiços, policiais eram chamados para executar despejos nos cortiços, mas policiais eram também moradores dos cortiços.

O cortiço era em si um lugar de ambiguidade e um lugar difícil de classificar; era de tudo um pouco, era de morar e trabalhar, era de seriedade e festança, era espaço público e privado, era casa e era rua. E, enquanto espaço da rua, era da competência da Polícia, enquanto espaço da casa, era da competência da higiene. 'A instituição policial cabia estabelecer a nova ordem burguesa na rua (41), combatendo o império da desordem; aos serviços de higiene cabia criar a casa burguesa, higienica e disciplinar, fazendo desaparecer seu oposto, o cortiço e os seus moradores, que em nada lembrava o "exemplo de asseio, ordem e disciplina representado pelas abelhas". (42)

Notas parte 4.4.

1- Schwarz, Roberto - A Velha Pobre e o Retrartista, in: Novos Estudos CEBRAP v 1, n 2, abril 1982, p 36.

2- Schwarz, R. - op. cit., p 37.

3- Conselho Superior de saúde Pública - Pareceres sobre meios de melhorar as condicoes das habitacoes destinadas as classes pobres. R.J., Imp. Nacional, 1886.

Parecer do dr. José A. de Souza Lima.

4- Lobo, M.E.L.- Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentacao no Rio de Janeiro 1820 a 1930. In: Revista Brasileira de Economia n° 27(4), out./dez. 1973, p 161.

5- Lobo, M.E.L.- História do Rio de Janeiro, op. cit.

6- Ribeiro, Ana Clara T.- O dia a dia na cidade. As Incertezas do Trabalho. Texto apresentando à XXI Reuniao da SBPC, Fortaleza, 1979.

7- Backheuser, E.- op. cit., p 108.

Lima Barreto, A. H. - Cidade Nova, in: Costa, Nelson - Páginas Cariocas. R.J., Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1961, p 64.

Pareceres - op. cit., p 32.

Azevedo, A. - op. cit., p 179.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.

8- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-38, fl. 88.

9- Lobo, E. M. L.- Condições de Vida dos Artesãos e do Operariado no Rio de Janeiro na Década de 1880 à 1920.

In: Nova Americana, n. 4, 1981, p 302.

10- Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. In: Pinheiro

Paulo S. e Hall, Michael M. - A Classe Operária no Brasil, 1889 - 1930. Brasiliense/ Funcamp, 1981, v. 2, p 106.

11- Pareceres - op. cit., p 21.

12- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-27.

13- Azevedo, A. - op. cit., p 266.

14- Edmundo, Luiz - O Rio de Janeiro do meu Tempo. R.J., Conquista, 1957, v 2, p 207 e Backheuser, E. - op. cit., p 109.

15- Lima Barreto, A. H. - op. cit., p 63.

16- Centro de Memória Social, Conjunto Universitário Candido Mendes - A Assistência Médica no Rio de Janeiro: uma Contribuição para sua História no Período 1870-1945.

R.J., Xerox, 1980, p 56.

17- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-7, fl. 5.

18- Centro de Memória Social - op. cit., pp 64/67.

19- Imposto Predial, 1906. A Chácara da Floresta ocupava um dos flancos do morro do Castelo, com acesso pela rua da Ajuda. As casinhas pertenciam aos padres M. de Paiva, e o terreno ao Conde de Wilson. Em 1878 era formado de 2 terreos, 2 sobrados e mais de 127 quartos.

20- Santiago, Silviano - Imagens do Remediado. In: Novos Estudos CEBRAP, v 1, n 2, Abril 1982, p 34.

21- Trapiche: Códice 44-2-7.

Fundição: Códice 43-1-26, fl. 18.

Serraria: Códice 43-1-27.

Distilaria: Códice 43-1-27.

Fabrica de cerveja: Códice 43-1-25.

Cocheiras: Códice 58-4-16.

22- Backheuser, E. - op. cit., p 96.

- 23- Doc. 16, pasta 51. 1895, AGCRJ.
- Planta de um prédio da Cia mostra uma grande sala de 8,50m x 25,30m denominada "dormitório dos empregados".
- 24- A Voz do Padeiro, fev. 1915, cit. por Ribeiro, A.C.- op.cit.
- 25- Pimentel, A. M. de Azevedo - op. cit., p 182.
- 26- A expressao é de M. Eulalia L. Lobo, em Condições de Vida, etc, p 302.
- 27- Pimentel, A. M. de Azevedo - op. cit., p 183.
- 28- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-33.
- 29- Imposto Predial, 1906.
- 30- Imposto Predial, 1890 e 1906.
- 31- Em 1906, a Companhia Progresso Industrial do Brasil possuía 10 quartos na rua da Olaria, 20 quartos na travessa da Olaria e 10 quartos na praça da Olaria. Imposto Predial, 1906.
- 32- Carvalho, Bulhoes - Anuario de Estatistica Demographo Sanitaria. Anno I, 1895. R.J., Imp. Nac., 1897, p 190.
- 33- Pimentel, Azevedo - op. cit., pp 186/187.
- 34- Recenseamento realizado em 20 de Setembro de 1906, p 123.
- A freguesia central da Candelária foi excluída porque nao possuía nenhuma habitação coletiva.
- 35- Pimentel, Azevedo - op. cit., pp 186/187.
- 36- Lobo, M.E.L.- Estudo das categorias... op. cit., p 161.
- 37- Backheuser, E. - op. cit., p 109.
- 38- Correio da Manhã, 5 de janeiro de 1905.
- 39- Edmundo, L.- op. cit., p 394.
- 40- Idem.
- 41- Estudos PUC n. 3 -A Policia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930. R.J., PUC, 1981.
- 42- Ver nota 1.



-ABENIDA?! ORA NAO ME FALE, AS MINHAS
 ABENIDAS, AS BERDADEIRAS SAO OS QUARTITOS
 QUE ALUGO A VINTE MIL REIS NA GAMBOA!
 "TAGARELA" 7/7/1904 - CHARGE DE RAUL.
 COLECAO FLINIO DOYLE, REPROD. MAURICIO SEIDL.

LUGA-SE ou vende-se o grande terreno da rua de
 A. Cattete n. 34, muito proprio para um vasto cortico.
 Trata-se na rua do Rezende n. 27.
 JORNAL DO COMMERCIO - 16 DE JANEIRO DE 1874

4.5. A producao das habitacoes coletivas.

4.5.1. Um parenteses: o capital imobiliário.

O desenrolar da história das habitações coletivas, seu surgimento, expansão e extinção não pode ser analisado sem que se coloque em evidência a formação do capital imobiliário.

A produção das habitações coletivas constituiu um dos capítulos iniciais da formação do capital imobiliário no Rio de Janeiro. Por capital imobiliário entendemos uma das frações do capital que busca formas de acumulação através do espaço urbano. Este capital imobiliário dedicou-se inicialmente à produção de moradias de aluguel e à compra, parcelamento e venda de lotes de terras anteriormente rurais. (1)

No Rio de Janeiro observa-se dois momentos importantes em que capitais se deslocaram para a acumulação urbana. No primeiro momento, por volta de 1850, o capital antes dedicado ao tráfico negreiro, diante das medidas de extinção deste comércio, busca outras oportunidades de acumulação. Segundo Joaquim Nabuco,

"...grande parte do mesmo capital realizado foi empregada na edificação do Rio de Janeiro e da Bahia..." (2)

No segundo momento, já na década de 80, o capital mercantil que comandava a economia cafeeira fluminense, diante da estagnação da produção agrícola de exportação, voltou-se também para a produção de objetos imobiliários. O vertiginoso crescimento da população, as poucas oportunidades de investimento no setor industrial, o desenvolvimento do setor de comércio e serviços e a garantia de riqueza que os imóveis urbanos significavam atraíram os capitais para a cidade.

Uma outra tentativa de redirecionamento dos capitais ocorre na fase do Encilhamento, quando inúmeras empresas de obras públicas e construções civis tentam se constituir amparadas em favores e privilégios. (3) Foram tentativas precoces

de especulação imobiliária que apenas reafirmam a natureza deste capital. Segundo Queiroz Ribeiro,

"Este capital investirá segundo sua lógica mercantil, o que muitas vezes irá significar buscar aquelas atividades que lhe permitisse desfrutar de situações monopolistas e/ou práticas da especulação. Assistimos pois, ao surgimento de uma economia urbana que funcionará segundo a lógica da acumulação mercantil." (4)

A acumulação urbana do capital mercantil nas últimas décadas do século terá efeito considerável sobre a alteração do espaço urbano. A acumulação urbana, que tem no espaço urbano o seu objeto de valorização, atua, transformando seus elementos em mercadorias. (5)

Podemos também distinguir estes capitais conforme o seu montante. O grande capital mercantil passa a atuar na criação e exploração dos serviços públicos, através das concessões de privilégios dados pelo Estado: transportes coletivos, esgotos, iluminação, lixo, água, grandes obras públicas, produção de materiais de construção e alguns loteamentos. (6) Alguns grandes capitais de origem estrangeira atuam na construção da rede de esgotos e instalação de linhas de carris. Já o pequeno capital é constituído de grande número de pequenos capitais dispersos, muitas vezes originados no comércio. Seus detentores se associam aos proprietários fundiários: estes serão os responsáveis pela criação das estalagens, cortiços e casas de comodos. (7)

A produção destas habitações coletivas pode ser considerada uma produção rentista de moradias. (8) É uma forma de produção de habitações em que a condição básica da produção - a terra edificável - é controlada pelo proprietário da terra. É uma forma de aproveitamento da propriedade fundiária, mas apenas daquela que goza de uma situação de monopólio,

devido à sua localização. Era o caso daqueles terrenos situados na restrita área que concentrava a maior parte das atividades urbanas, como já vimos, justamente onde a população de menos recursos procurava se localizar. Pelo acesso à localização privilegiada, os proprietários recebiam excelentes rendas.

Os proprietários de terras são secundados por pequenos investidores - o pequeno capital mercantil -, que, sobre os terrenos geralmente arrendados, constroem as moradias. Estas moradias, por serem edificadas sobre terreno alheio, para uso de terceiros de pouquíssimos recursos, são construções reduzidas em tamanho, em qualidade e em equipamentos. O mínimo em investimento e o máximo em aproveitamento - esta premissa explica inclusive o seu uso coletivo, afinal a característica básica desta habitação. Apesar disso, devido à intensa demanda, os pequenos capitais investidos são remunerados com altos lucros.

Este é o sistema de produção de que resultam as habitações coletivas em estudo, e que se detalha neste capítulo. O sistema rentista entra em declínio devido à ação do mercado (expansão da oferta de terras, aumento dos preços de terras no centro) e à ação do Estado (a política higienista).

Com o desenvolvimento do mercado de terras, oferecendo novos lotes edificáveis incorporados à malha urbana, e dos transportes urbanos, tornando estes lotes acessíveis, o poder de monopólio dos proprietários pode afinal ser rompido. As habitações coletivas seguintes, - avenidas higienicas, vilas e correres de casas -, passam a ser produzidas por um pequeno capital nos bairros, em lotes resultantes do desmembramento de chácaras. Esta nova produção não é mais submetida aos designios dos proprietários, mas às condições gerais de

produção. Trata-se de uma pequena produção imobiliária, forma de transição para a produção capitalista da moradia. (9)

Estas seriam, em linhas gerais, as formas de atuação do emergente pequeno capital imobiliário. Resta ainda fazer uma referencia ao grande capital e às suas tentativas de se realizar saneando a cidade e a moradia, isto é, produzindo moradias populares. Este capital imobiliário, pela sua própria característica, sua dimensão e a dimensão dos seus investimentos, necessita de grandes terrenos para grandes construções, ou de grandes obras públicas. Durante décadas seus agentes - engenheiros, construtores, empresários da construção civil -, lutaram para obter o elemento básico para a produção da construção, a terra urbana. (10) Por isso os empresários valem-se de vários meios para obter terrenos de porte junto ao centro, inclusive solicitando ao governo a desapropriação. Estes terrenos eram muitas vezes ocupados por frágeis construções - os cortiços.

Os empresários-construtores procuraram realizar grandes obras públicas (alargamento, retificação, abertura de ruas, aterros, túneis, etc.) em zonas de concentração de cortiços, valorizando a terra até então desvalorizada. Para atingir estes objetivos, os agentes do capital imobiliário se apropriaram do discurso higienista e ocuparam postos de importância do Poder Público.

Muitos pedidos de obtenção de favores do governo para a realização de grandes e por vezes utópicas obras públicas buscavam justificar as pretensões, explicando os melhoramentos propostos, como no projeto de um grande bulevar do Campo de Santana até a rua São Francisco Xavier, que representaria

"...um grande melhoramento, visto atravessar a zona desta

cidade onde abundam as habitações insalubres vulgarmente conhecidas sob a denominação de cortiços, que aqui são da pior espécie, devendo, para dar lugar ao boulevard, serem demolidas e substituídas por habitações elegantes e salubres." (11)

Outro peticionário argumentava que os cortiços eram

"...verdadeiros antros de podridão e insalubridade... e fazê-los desaparecer com novas edificações foi um dos fins principais que teve muito em consideração o suplicante." (12)

A "intuitiva conveniência" de extinguir os cortiços legitimava a pretensão. Na verdade confundiam-se as propostas e as justificativas e não ficava claro se o melhoramento era a abertura de rua ou a demolição de cortiço. Isto ocorria não somente com as propostas dos empresários mas também com os pareceres das comissões do Clube de Engenharia. (13)

No local antes ocupado por cortiços seriam edificadas casas higienicas, em grandes vilas para operários. Pensava-se que a construção de vilas seria a alternativa viável de desenvolvimento do capital imobiliário. No entanto esta atuação foi efêmera. Poucas companhias conseguiram criar as vilas.

Com as obras de renovação urbana, quando as casas populares se fazem mais necessárias, este capital ressurge, não mais à procura de concessões de favores para construção de vilas para operários e proletários, mas em grandes empreendimentos fundiários e na construção dos novos prédios nas modernas avenidas do centro comercial.

4.5.2. A produção da habitação.

A análise da produção da habitação se decompõe em duas partes: a análise da produção da moradia em si e a análise da produção da terra a ser edificada.

Ao pensarmos sobre a produção e o consumo da habitação coletiva, ou seja, sobre o seu processo de criação, multiplicação e uso, identificamos três agentes sociais diferentes. O proprietário do terreno e o proprietário das casinhas pelo lado da produção, e os moradores, pelo lado do consumo.

Consideremos inicialmente a maneira como se produzia uma estalagem. A condição primeira para a edificação do prédio é o solo sobre o qual se assenta; pelas relações de propriedade vigentes isto significava que para construir era necessário a propriedade do terreno. Num período em que o solo urbano era encarado como patrimônio familiar e não ainda como mercadoria, era dado aos proprietários de terrenos bem localizados, não construídos ou apenas parcialmente edificados, a possibilidade de obtenção de rendimentos sobre este patrimônio, sem se desfazer dele. Este ganho era obtido passando o direito de construção de imóvel a outro, na forma de arrendamento do terreno. Neste caso, o arrendatário promovia a construção das casinhas e as alugava: este seria o proprietário das casinhas/ explorador do cortiço. Este personagem faz sua entrada no processo com um pequeno capital, forma embrionária do capital imobiliário. O aluguel pago pelos moradores remunera a ambos: ao proprietário fundiário, a parte correspondente à renda fundiária; ao arrendatário (proprietário imobiliário ou corticeiro), a parte correspondente ao lucro do capital investido.

4.5.3. Os agentes da produção.

Na documentação existente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro referente a habitações coletivas (pedidos de licenças para obras), encontramos os termos proprietário e arrendatário. Como era comum a construção de prédio sobre terreno de propriedade de outra pessoa, os pedidos de licença para obras trazem apenas o nome do requerente, o endereço e a obra pretendida. A distinção entre os agentes por vezes é clara, como neste exemplo em que um cidadão solicita

"...licença para construir cortiço no terreno da rua das Flores, pertencente a ..." ou:

"..., locatario do terreno pertencente aos herdeiros de..." (14)

Outras vezes a separação entre um e outro proprietário não era tão simples, como neste caso em que

"Dizem Souto & Andrada, moradores e estabelecidos na rua dos Invalidos n..., que pretendem edificar uns quartos nos fundos da casa n° 40 da rua acima, a fim de alugarem a diversas pessoas, vem respeitosamente...", ao que acrescenta o contador da Ilustrissima Camara:

"O terreno em que esta a casa n° 40 da rua dos Invalidos he de subemphiteuse de Dona ...", ou entao:

"O terreno em que o supplicante quer fazer obra he foreiro à Illustrissima Camara; o proprietário d'elle, Visconde de Estrella, não tem carta de aforamento." (15)

Encontramos também escritura de arrendamento de terreno a uma pessoa, que em seguida requer licença para a construção de alguns quartos no mesmo terreno. (16) Há ainda casos de arrendatários surgirem legalmente sob a forma de procuradores: esta procuração de 1876 permite

"...assignar qualquer termo de responsabilidade quanto a obtenção de licença que solicita da referida Illustrissima Camara para construção de diversos quartos ou casas em terreno de minha propriedade..." (8)

O corticeiro surge sob os mais diversos nomes: arrendatário, co-proprietário, locatário, condômino,

procurador ou ainda encarregado. Os Livros de Imposto Predial pouco esclarecem sobre a delimitação dos dois personagens. Trazem apenas o nome do cidadão responsável pelo pagamento do imposto e, por vezes, a indicação: "sublocação de" ou "benfeitoria de".

Muitas vezes fundem-se os dois agentes num só, como neste requerimento em que certa pessoa pede para

"...construir algumas cazas de porta e janellá dentro de seu terreno...", ou neste pedido de

"...edificação de 28 pequenos chalets destinados a habitação de homens solteiros, no interior do seu terreno à rua ... (18)

Aos poucos os terrenos vazios e o interior dos terrenos foram sendo ocupados. Desapareciam os quintais. Onde houvesse um espaço edificável, construía-se uma casinha:

"Já nao basta qualquer nesga de terreno devoluto, já se lança mao dos quintais para neles levantar-se um cortiço..." (19)

No final do século XIX começaram a proliferar as casas de comodos. Neste caso, ocorre o arrendamento do terreno e do prédio (20), como neste requerimento em que o

"... arrendatário da casa da rua ... cuja casa pertence a ..., quer licença para edificar quartos no interior do mesmo prédio..." (21)

Os agentes ainda assim se mantêm os mesmos; um é o proprietário do bem imóvel cedido, o outro é o que vai encortiçá-lo e explorá-lo comercialmente.

A relação entre os proprietários e os arrendatários é extremamente confusa. Muitas vezes era impossível fazer a distinção entre um e outro e entre a propriedade de um e de outro. Com o passar do tempo e a intensificação da campanha higienista os proprietários procuravam se eximir das suas implicações com os cortiços, mandando eliminar seus nomes dos registros e levantamentos. Por outro lado, os arrendatários

se associavam, constituindo pequenas companhias como "Almeida & Cia", "Marques & Paiva" (22), e comercializavam seus imóveis, vendendo as casinhas para outros sem que se conheça os registros destas transferencias de propriedade. Desta maneira, ao raiar o século XX, nao se sabia mais quem era dono de terreno e quem era dono de casinhas.

Muitas estalagens eram construídas por etapas, à medida que os recursos permitissem: construía-se duas, tres ou quantas casinhas fosse possível por vez. Houve casos em que um arrendatário começava a construir uma estalagem e outro a terminava. O resultado desta construção em etapas, é a formação de pequenos subgrupos diferenciados, além da dificuldade de se identificar quem é quem naquele conjunto de proprietários. No exemplo da figura 3 identifica-se quatro subgrupos diferentes no mesmo bloco. Mais confuso ainda é o caso dos grandes cortiços edificados em grandes terrenos onde várias pessoas edificavam grupos de casas: no Cabeça de Porco, por exemplo, a Prefeitura contactou 20 proprietários quando de sua demolição.

Os órgãos públicos, resolviam a questão enviando as intimações para realização de melhorias, multas e comunicações "ao proprietário ou arrendatário". No início do século XX, estes documentos eram encaminhados simplesmente "... ao proprietário, arrendatário ou morador..."

É de se supor que esta forma pouco clara de propriedade de imóveis, contribuía para tornar mais inconsistente a já frágil propriedade dos arrendatários.

Entre os proprietários e arrendatários de cortiços encontramos representantes de diversas parcelas da sociedade, príncipes, plebeus, nobres, entidades religiosas, empresas e personagens de destaque nacionais e estrangeiros como

conselheiros, comendadores, religiosos e militares de diversas patentes, um consul, um juiz, um presidente de república, a Mitra Episcopal, o Governo Municipal e o Governo Imperial.

(Anexo 1)

A análise de alguns levantamentos de habitações coletivas mostra que os nomes dos proprietários pouco se repetem. Isto significa que poucos possuidores de cortiços tinham mais de um, ou mais de dois deles. No entanto havia entre eles os pequenos e os grandes proprietários, pois havia os donos de cortiços de 1 quarto, de 10 quartos e de 100 ou mais quartos. Apenas nas virada do século, quando os grandes cortiços iam desaparecendo, detecta-se a tendência à concentração desta propriedade imobiliária. Foi o caso de um grande proprietário que comprou vários cortiços vizinhos, provavelmente com o intuito de obter área suficiente para a construção de uma grande vila operária, da mesma forma que o fizera a Companhia Saneamento. A concentração da propriedade também decorre devido ao encerramento dos contratos de arrendamento de terrenos. Assim, algumas grandes estalagens que durante décadas estiveram registradas em nome de um mesmo proprietário, ao raiar o século XX aparecem nos livros de Imposto Predial em nome dos antigos proprietários fundiários, por vezes entidades religiosas, que eram grandes proprietárias de terrenos na cidade.

A variedade de personagens e instituições que obtinham rendimentos através dos cortiços mostra que se tratava de prática corrente na cidade. Além da grande quantidade e diversidade de personagens entre proprietários de casas e de terrenos, verificamos que em 1902, entre os 15 maiores contribuintes do imposto predial, ao menos 13 possuíam habitações

coletivas. (Anexo 2)

Sobre a categoria dos arrendatários - donos das casinhas ou corticeiros -, verificamos que são poucos aqueles que exploravam mais de um conjunto de moradias. As raras ocorrências referiam-se a cortiços situados muito próximos uns dos outros, na mesma rua ou ruas vizinhas. Alguns corticeiros moravam nas estalagens que exploravam ou nas proximidades. No 2º distrito da freguesia de Santo Antonio em 1879, 52% dos cortiços eram dirigidos pelos arrendatários. (23)

Quando a campanha higienista se intensificou, o nome dos proprietários passou a ser omitido, figurando muitas vezes o arrendatário como único agente. Verificamos que na freguesia da Glória em 1895, 63% dos corticeiros eram portugueses, assim como 54% na freguesia de São José. (Tabelas 10 e 11)

A presença do corticeiro português foi enfatizada através da literatura e da política. Na literatura foi retratada no personagem João Romão, o taverneiro que se torna rico e nobre graças ao seu cortiço. No plano político, o movimento jacobino exacerbava a figura do corticeiro e vendeiro português. A associação comércio de víveres e aluguel de moradias está presente também nas críticas dos empresários, que se referem ao monopólio cruel de alimentos e de moradias a que se submete a população. (24)

Sobre a relação entre proprietários e arrendatários há a dúvida se não houve situação em que um proprietário de terreno, depois de construir ele mesmo um cortiço, o tenha arrendado a terceiros; neste caso, o arrendatário, não seria proprietário das casinhas. Como nenhum documento encontrado responde a esta hipótese, somos levados a crer que, se de fato houve, não se tratava de prática difundida. Afinal os

proprietários que não exploravam diretamente seus cortiços deixavam-nos aos cuidados de um "encarregado". Os "encarregados de cobrar os aluguéis" recebiam provavelmente uma remuneração mínima, visto que no início este trabalho era por vezes realizado por escravos dos proprietários. (25)

4.5.4. Os processos de produção.

A produção das habitações coletivas no Rio Antigo tem no intenso crescimento da população sua principal razão de ser. Seu resultado foram os tipos básicos de construção: cortiço, estalagem, casa de comodos e avenida. À estas formas de construção correspondem também variantes nas maneiras de produzir.

O cortiço seria o resultado da "produção rentista da moradia"; em que o agente que comanda o processo é o proprietário da terra, utilizando o privilégio de sua localização. Esta localização em área que concentra a demanda é o fator que viabiliza esta produção e que garante o seu consumo.

Uma vez assegurado o "ponto" e sua demanda, a lógica mercantil de comprar no atacado e parcelar vendendo a varejo, faz maximizar o número de alojamentos oferecidos, com o mínimo de investimento. Como resultado, as condições de habitabilidade da moradia são desprezadas:

"Essas casas são porém construídas extravagantemente, sem observância dos preceitos higiénicos, tendo-se apenas em vista o maior número possível de aposentos a fim de produzirem a maior renda ao proprietário..." (26)

Este conjunto de informações remete à imagem dos cortiços. Efetivamente, corresponde à idéia mais corrente de que os cortiços eram as habitações precárias e mal cuidadas das

freguesias antigas e centrais. Corresponde tambem a ideia das construções que se diziam feitas de

"... madeiras velhas, com telhas, tijolos e outros materiaes que sao productos das demolições de predios arruinados..." (27), "...material usado, cansado ou antigo, caixas velhas, decrépitos portais, portas em desaprumo, grades tortas, telhas enegrecidas... Um montao de remendos." (28)

Justamente por nao atenderem as exigencias minimas de ventilação, iluminação, dimensoes e construção, por se constituirem em construções simplificadas e reduzidas, é que podiam ser consumidas pelas camadas populares em busca de moradias mais baratas que as demais oferecidas no mercado.

Mas como vimos estes cortiços eram apenas uma parte das habitações coletivas e apenas uma parte delas se situava nas privilegiadas freguesias centrais.

A avenida corresponde ao resultado da "pequena produção imobiliária". Nesta, o ganho nao decorre tanto da renda, mas em maior grau do lucro obtido pelo capital empregado nesta produção. Capital que um pequeno investidor utilizou comprando um lote e construindo as casinhas. Nao sao mais provisórias nem precárias, mas construídas de acordo com a lei. Por isso mesmo fora da area de concentração/proibição, nos arrabaldes em que outra fração do capital imobiliário loteava chácaras, que se tornavam acessiveis graças ao desenvolvimento dos transportes. A expansao dos transportes coletivos torna-se fator fundamental nao só no espraiamento da população pela cidade, mas também do rompimento do monopólio exercido pelos proprietários de terras nas áreas centrais.

A pequena produção pressupoe um tempo e/ou um lugar diferentes dos observados para a produção rentista. As duas formas coexistiram certo tempo - eram realizadas na mesma época -

mas em pontos diferentes das cidade. Estas formas se sucederam depois que a ação do mercado e a política higienista inviabilizaram a produção de cortiços e incentivaram a produção de avenidas.

A produção rentista de moradias ocorreu mais nas freguesias centrais, nos primórdios das habitações coletivas; já a pequena produção imobiliária se desenvolveu nos bairros e nos subúrbios, em momentos mais recentes. Alguns dados reforçam esta distinção no tempo e no espaço entre as formas de produzir moradias coletivas populares. Dizíamos que na produção rentista o comando do processo é exercido pelo proprietário fundiário e que na pequena produção, por um pequeno investidor. Assim, o primeiro terá papel de destaque nas áreas mais antigas, em tempos mais remotos; e o segundo se revelará nas áreas fora do centro, mais recentemente. Em 1884, na freguesia de Santo Antonio, 80% das habitações coletivas eram arrendadas, já em São Cristovão, em 1900, apenas 5.6% o eram. Ou seja, destas moradias, 94,4% resultavam da atuação de um só agente, na sua grande maioria, pequenas avenidas, frutos de pequenos investimentos. (Tabelas 8 e 12)

4.5.5. O consumo das habitações coletivas.

Quanto ao consumo deste tipo de moradia, só foram encontrados registros de uma única forma de sua realização: o aluguel. Numa época em que os proprietários constituíam uma pequena, seleta e fundamental categoria da sociedade, os trabalhadores e não-proprietários em geral não cogitavam da possibilidade de aquisição de casa própria. Somente ao raiar do século XX é que surge e se vulgariza este modo de consumo da habitação.

Os aluguéis eram considerados de modo geral bastante altos no Rio desde o início do século XIX. Os aluguéis das habitações coletivas não fugiam à regra, pelo contrário, a reforçavam: sempre foram considerados excessivos. Mesmo antes do grande aumento populacional do final do século, em 1860, afirmava o Chefe da Polícia da Corte:

"... os alugueres de casas n'esta cidade são de tal modo exaggerados que a classe do povo menos favorecida da fortuna não pode supportal-os... (por isso procura os cortiços; mas mesmo assim), "...o povo já não pode pagar o aluguer das espeluncas em que vegeta, dos immundos cortiços..." (29)

Este quadro, que associa o alto custo do aluguel às más condições de moradia é também a ótica dos inquilinos, ao menos os da classe operária. Como assinala A.C. Ribeiro, o movimento operário incorporava a questão da habitação enquanto denúncia e enquanto reivindicação. (30) A denúncia era contra o instituto do aluguel e a figura do senhorio, a reivindicação era por melhores condições de moradia. No meio século transcorrido entre a declaração do Chefe de Polícia e a do movimento operário, período em que se agudiza a crise de moradia, apesar de algumas poucas iniciativas no sentido de baixar os aluguéis melhorando as condições higienicas, os aluguéis se

mantiveram reconhecidamente altos. A tal ponto que, em 1907, quando os inquilinos reclamaram uma redução de 40% nos aluguéis das casas de comodos e estalagens, os locatários pleitearam uma redução de impostos e taxas "a fim de concordar com a diminuição exigida pelos inquilinos" (31)

Os aluguéis puderam ser avaliados em dois momentos: em 1882 e em 1905.

Em 1882 os aluguéis nos cortiços variavam de 7\$000 (quarto para solteiro) a 22\$000 (quarto, sala e cozinha) aproximadamente. Eulalia Lobo calculou que um servente de pedreiro ou carpinteiro, que recebia em média 49\$400, despenderia 11\$248 de aluguel, ou seja, 22,8% de sua renda mensal. (32)

Em 1905, o aluguel de um quarto em casa de comodos era de 20\$000 a 25\$000, e o aluguel de uma casinha de cortiço, de 50\$000 a 60\$000, preço máximo admitido para habitação popular. (33) Considerando-se ainda os dados apresentados por Backheuser sobre a remuneração de trabalhadores, com um rendimento médio mensal estimado em 150\$000, veremos que este trabalhador pagaria 33,3% do seu ganho para cobrir o aluguel do quarto de cortiço. Para uma casa de avenida, pagaria entre 80\$000 e 100\$000, um "verdadeiro luxo", inacessível às camadas populares.

A acumulação devida à exploração das habitações coletivas e a situação dos moradores diante dos proprietários esta bem expressa nesta sentida frase de um parecer emitido por um pequeno funcionário da Camara:

"... a classe menos favorecida da fortuna, (...) infelizmente he a que mais concorre para a satisfação dos gozos dos ricos e a que mais soffre." (34)

Aluguéis altos e habitações de má qualidade - se, para os moradores isto significava pagar caro e morar mal, para os produtores significava altos ganhos para pequenos investimentos.

Se, para os proprietários isto significava um bom negócio, para os críticos significava "lucros fabulosos". Realmente, era um investimento com alta liquidez e assegurada garantia. Os proprietários não desprezavam as oportunidades de multiplicar os alojamentos mesmo prejudicando suas condições de higiene e habitabilidade:

"... e o proprietário dessas estalagens indo sempre por diante, e construindo pequenos quartos separados por tabiques de madeira, onde faltam todas as condições precisas, exigindo somente do locador uma só condição, a importância do aluguel, que elle considera a única e essencial." (35)

Irritava aos higienistas o

"... cynismo desses proprietários de estalagens que, desprezando os preceitos da sciencia que lhes são aconselhados, e só attendendo aos lucros que lhes podem prover, não hesitam um só momento em sacrificar as vidas dos locadores." (36) Eram os "...plebeus e nobres que, a troco de fabulosas rendas, envenenam lenta e progressivamente a saúde da população." (37)

Se, por um lado, os proprietários para receberem mais aluguéis tendiam a subdividir as construções, diminuindo os níveis de conforto e higiene, o Poder Público impunha medidas restritivas a este processo. Isto, no entanto, não prejudicava a maioria dos proprietários, que recorriam "... a elevação abusiva dos aluguéis após qualquer conserto." (38)

Uma avaliação destas rendas fabulosas nos é apresentado pelo engenheiro André Rebouças:

"Os predios do littoral do Rio de Janeiro rendem 12% a 20%; os das ruas commerciaes 10% a 30%; os atrozes cortiços rendem 20% a 50% do mesquinho capital nelles empregado..." (39)

Doutros, como Jannuzzi, se referem, com exagero, a juros de 50% a 100% ao ano sobre o capital investido em cortiços. (40) O fato é que uma aplicação que rendesse 10% a 12% (taxa de juros em 1882), era considerada satisfatória. Era inclusive a base do

raciocínio econômico caracterizado como mercantil: sendo de 12% a aplicação mais comum e garantida, qualquer bem aceito no mercado que propiciasse rendimento maior se tornava mais interessante.

Tomando-se como referência 50% ao ano (o ganho máximo apontado por Rebouças e o mínimo, segundo Jannuzzi), não há como negar que se tratava de excelente investimento, ainda mais que rapidamente amortizado. Nestas condições, explica-se o empenho dos construtores de casas higienicas em eliminar a concorrência dos corticeiros, e o destes, em não abrir mão de suas verdadeiras minas de ouro.

4.5.6. Os efeitos do mercado.

Os lucros obtidos através das habitações coletivas foram certamente fabulosos, mas por tempo limitado. Aos poucos foi se modificando esta conjuntura, e os valores destes imóveis se alteraram, através da ação do mercado imobiliário.

Referimo-nos à evolução que Engels descreveu em poucas linhas:

"A extensão das grandes cidades dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, que cresce por vezes em enormes proporções; as construções que aí estão edificadas em lugar de aumentarem este valor, pelo contrário, o diminuem, pois já não correspondem às novas condições e são demolidas para serem substituídas por edifícios modernos. E isso se verifica sobretudo com respeito aos alojamentos operários situados no centro, e cujo aluguel, mesmo nas casas superlotadas, não pode nunca ultrapassar um certo máximo, ou pelo menos só o pode de maneira extremamente lenta. Por isso são demolidos e nos lotes são construídos grandes armazéns, lojas, edifícios públicos. (41)

O Rio de Janeiro não foge à regra. Para mostrar este processo, recorreremos aos dados de lançamento do Imposto Predial. Os valores obtidos referem-se portanto aos prédios, não aos terrenos. Realizamos um levantamento de valores dos anos de 1873, 1878, 1884, 1890, 1900 e 1906 em ruas de quatro áreas

selecionadas.

Para cada área, todas marcadas pela presença das habitações coletivas, escolhemos uma ou duas ruas que permitissem observar a oscilação dos valores dos imóveis nas datas consideradas. Os números obtidos, representados em tabelas e gráficos são as médias dos valores locativos dos prédios existentes naquelas ruas: quartos (de estalagem), térreos e sobrados.

O valor locativo corresponde ao rendimento de um ano de aluguel. Estes valores permitem avaliar a sua evolução, e comparar os de diferentes tipos de prédios, mas não permitem calcular aluguéis, uma vez que se trata de valores artificiais, para efeito fiscal, e portanto tradicionalmente mantidos abaixo do real. É preciso considerar que o Encilhamento provocou uma certa distorção nestes valores.

Area I - Santana/ Santa Rita.

Esta área está representada pelos dados referentes aos imóveis das ruas Mato Grosso (no morro da Conceição, lado do mar) e Cajueiros (entre a estação de D. Pedro II, hoje Central do Brasil, e o morro da Providencia). É uma zona da periferia do centro marcada pela presença do porto e da estação ferroviária, com seus pátios de manobras, oficinas e depósitos.

Valor locativo médio em mil réis

	Quartos	Térreos	Sobrados
1873	95\$	280\$	415\$
1878	95\$	290\$	445\$
1884	100\$	300\$	475\$
1890	105\$	340\$	650\$
1900	270\$	584\$	1105\$
1906	280\$	742\$	1200\$

Fonte: Livros de Lançamento do
Imposto Predial, AGCRJ.

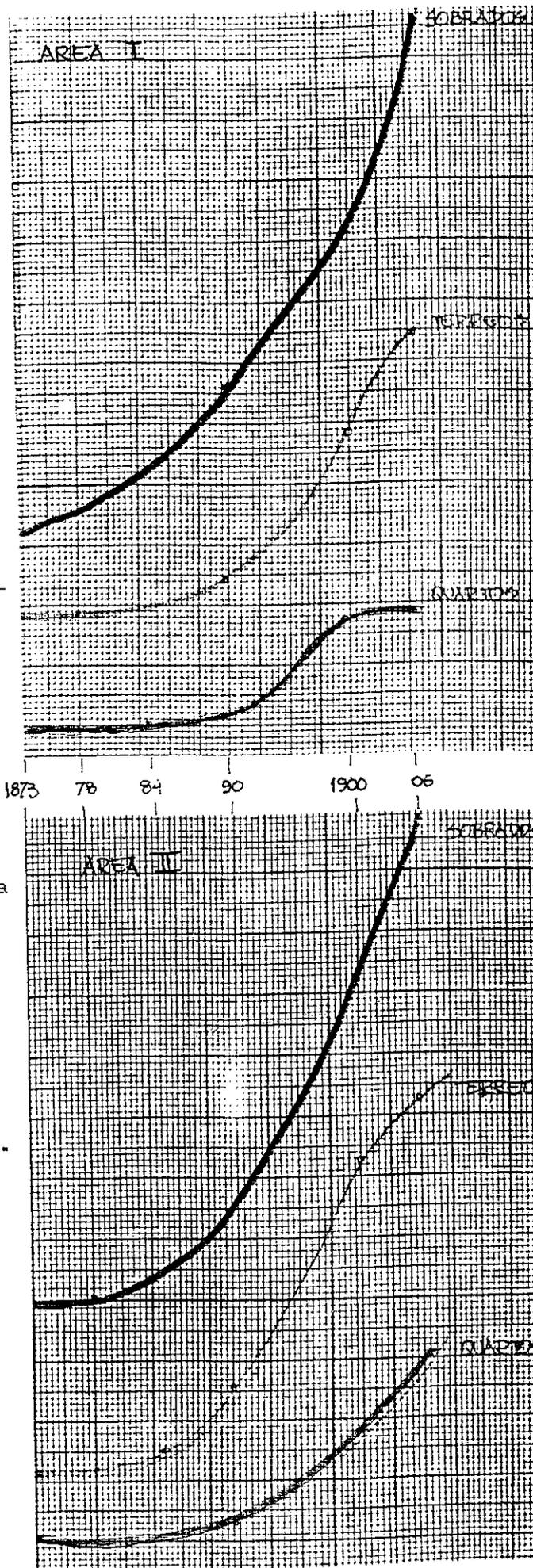
Area II-S. Antonio/Espirito Santo.

Esta área está representada pelas ruas D. Júlia, hoje Aníbal Benévolo, no Estácio e Paraíso, no Catumbi. Esta área é também periférica ao centro, mas vizinha aos bairros residenciais da zona norte.

Valor locativo médio em mil réis.

	Quartos	Térreos	Sobrados
1873	105\$	220\$	500\$
1878	105\$	220\$	500\$
1884	-	250\$	800\$
1890	130\$	365\$	800\$
1900	285\$	720\$	970\$
1906	400\$	825\$	1250\$

Fonte: Livros de Lançamento do
Imposto Predial, AGCRJ.



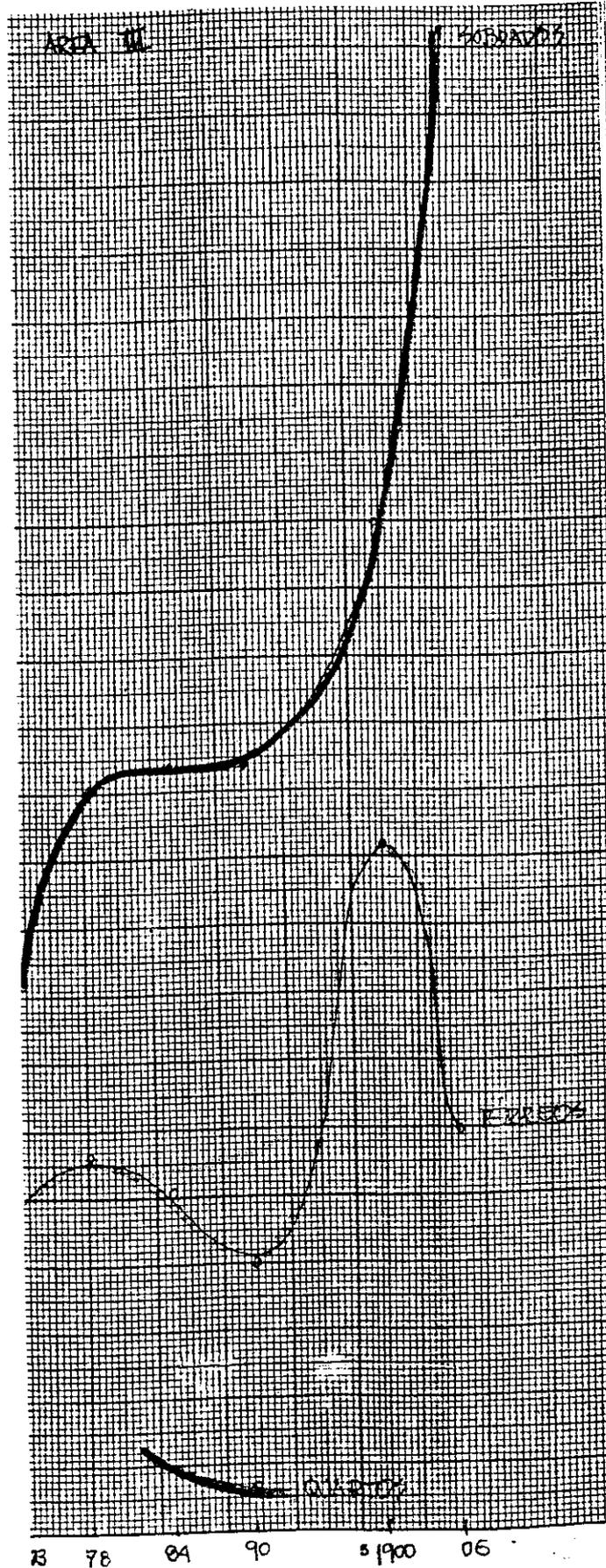
Area III - Sao José (área degradada)

Para esta área foram utilizados os dados referentes ao Beco dos Ferreiros. Era uma ruela das mais antigas da cidade, entre o morro do Castelo e o mar, próximo ao Paço. Esta área pode ser vista como limítrofe entre o centro e a zona degradada do morro do Castelo. Era um trecho condenado e abandonado pelo Poder Público, que depois da reforma urbana do período de Pereira Passos se tornou praticamente uma favela.

Valor locativo médio em mil réis.

	Quartos	Térreos	Sobrados
1873	-	470\$	830\$
1878	-	555\$	1100\$
1884	80\$	500\$	1130\$
1890	110\$	370\$	1120\$
1900	-	1050\$	1490\$
1906	-	585\$	2200\$

Fonte: Livros de Lançamento do Imposto Predial, ABCRJ.



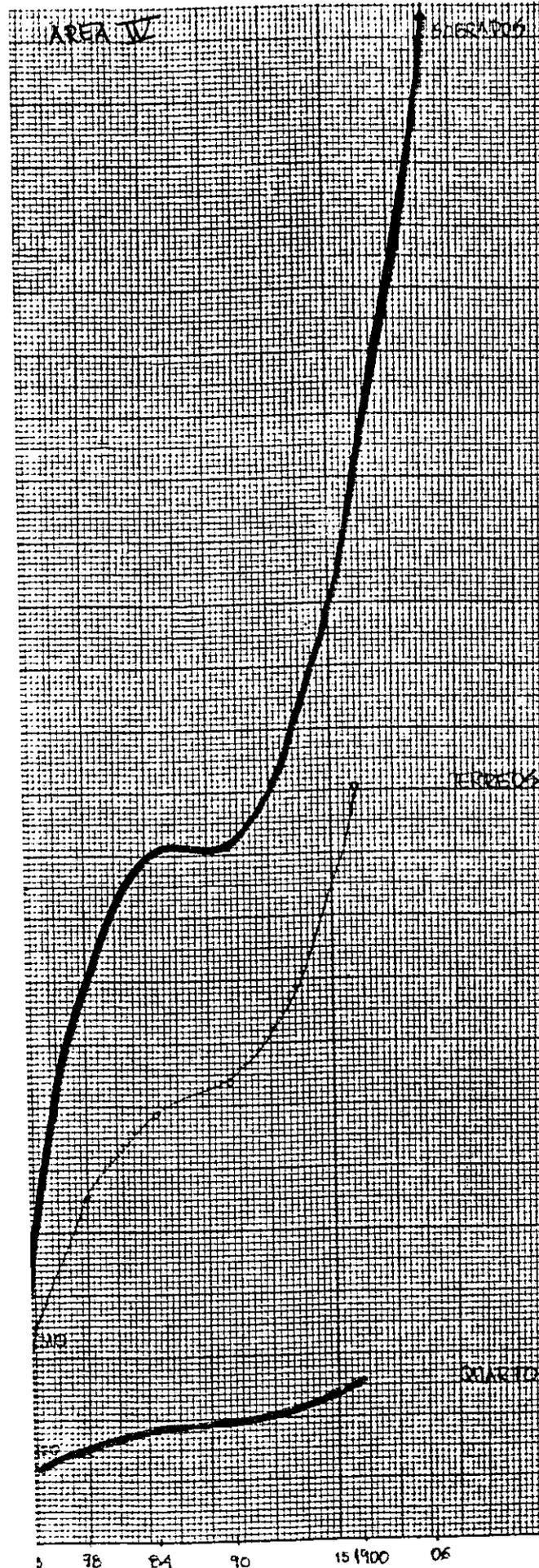
Area IV - Sao José/Candelária.

Esta área representa o trecho do centro da cidade afetado direta e indiretamente pela reforma urbana. As ruas escolhidas são o Beco do Carmo, pequena rua na freguesia da Candelária (próxima à rua 1° de Março e à avenida Central, as mais comerciais e valorizadas, respectivamente antes e depois da reforma urbana), e a rua da Guarda Velha, hoje 13 de Maio.

Valor locativo médio em mil réis.

	Quartos	Térreos	Sobrados
1873	120\$	310\$	1035\$
1878	145\$	550\$	2210\$
1884	170\$	690\$	2760\$
1890	180\$	730\$	2760\$
1900	255\$	1246\$	4305\$
1906	-	-	6020\$

Fonte: Livros de Lançamento do Imposto Predial, AGRJ.



Há várias informações transmitidas pelas tabelas e pelos gráficos. A primeira é quanto à valorização dos imóveis em geral nestas áreas. Esta valorização pode ser percebida desde a década de 70 nas zonas mais centrais e um pouco mais tarde, no seu entorno. Da mesma forma, a valorização é mais acentuada no centro e nos trechos mais próximos à avenida Central, reduzindo-se à medida que nos afastamos para a periferia. Observe-se que a valorização dos imóveis na área central próxima ao local onde seria aberta a avenida Central é bem anterior à cirurgia urbana. (Area IV)

Outra informação é mais pertinente: trata-se da tendência à redução do valor dos imóveis ditos quartos no centro, e ao seu aumento nas áreas residenciais. É importante ressaltar que se tratam de quartos de estalagem, pois os compartimentos das casas de comodos não puderam ser avaliados pois não eram imóveis independentes: estavam no interior dos térreos e sobrados. Sabendo-se, no entanto, da grande quantidade de casas de comodos nestas áreas, podemos dizer que os valores das estalagens tendem a cair, enquanto os valores das casas de comodos tendem a subir. Em consequência, os investimentos na produção de estalagens tendem a desaparecer e em casas de comodos a aumentar.

Portanto ao se cogitar das razões que levaram ao desaparecimento dos cortiços ditos estalagens e à multiplicação dos cortiços ditos casas de comodos nas áreas centrais, é fundamental considerar-se, entre outros fatores, a evolução dos valores dos imóveis que revela a atuação do mercado imobiliário. A série de valores locativos analisada revelou a redução gradual dos valores dos quartos das estalagens, até o seu virtual desaparecimento. Efetivamente, são as estalagens os

primeiros prédios a se desvalorizarem e serem substituídos, ao que se seguem os térreos e os sobrados. A gradual eliminação das estalagens foi um sintoma da renovação urbana que se acelerou com as obras do período Pereira Passos. A intenção de fazer desaparecer os antigos térreos e sobrados de maneira indireta, acelerando o processo de eliminação, estava explícita na proposta de renovação urbana, pois entre os seus objetivos se incluía:

"...impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas por onde passa hoje o mais forte movimento urbano, permitindo a sua substituição em época não remota." (42)

A livre força do mercado não foi suficiente para eliminar os prédios velhos e cortiços; foi preciso a aliança com o Estado, conduzindo o processo que denominamos de erradicação dos cortiços.

Ainda quanto aos valores dos quartos de estalagens, observa-se que não havia grandes variações em função de sua localização; cremos que as pequenas diferenças eram devidas mais ao estado geral do prédio, uma vez que todo o entorno do centro era um cinturão de concentração de cortiços.

Este capítulo está sintetizado na sua própria introdução; para finalizar, assinalamos que aos fatores geralmente apontados como responsáveis pelo processo de eliminação das habitações coletivas se acrescenta a ação do mercado e das condições que incentivaram e retraíram a atuação do seu sistema de produção.

Notas parte 4.5

- 1- Queiroz Ribeiro, L.C., Vaz, L.F., Albernaz, M.P., Pechman, R., e Aizen, M.- Dos Cortiços, Estalagens e Casas de comodos à Formação dos Subúrbios - 1879/1930. Relatório de Pesquisa, PUR UFRJ, 1983, p 60.
- 2- Citado por Faoro, R. - op. cit., p 191.
- 3- Sevcenko, N. - op. cit.
- 4- Queiroz Ribeiro, L.C.- Capital Imobiliário, Propriedade Fundiária e Espaço Urbano. PUR UFRJ, 1984, p 8. Versão resumida do relatório anterior.
- 5- Idem, p 15.
- 6- Idem, p 8.
- 7- Idem, p 8.
- 8- Idem, p 15.
- 9- Idem, p 32.
- 10- Vaz, Lilian F., e Dezouzart, Elisabeth C. - Obras de Melhoramentos no Rio de Janeiro: um Debate Antigo e um Privilégio Concorrido. R.J., Xerox, 1985.
- 11- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 32-4-45, fl. 214. (1891)
- 12- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 32-4-45, fl. 146. (1891)
- 13- Revista do Clube de Engenharia, ano 95, fevereiro 1891, p 22. Citado por: Porto Rocha, O.- op. cit., capt. II.
- 14- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35, sem numeração.
- 15- Idem.
- 16- Idem.
- 17- Idem.

- 18- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-26.
- 19- Ibituruna, barão de - op. cit., p 17.
- 20- Não somente térreos e sobrados foram transformados em cortiços; outros prédios também perderam seu uso específico e dividiram em moradias. Era o caso de uma antiga senzala da fazenda de Vila Isabel e das cavalariças do antigo Joquei que haviam sido transformados em cortiços.

Há ainda notícias de vários prédios subdivididos não só em sua superfície, mas também em sua altura. Era o caso da estalagem da rua dos Cajueiros n° 8. Uma vistoria nesta antiga estalagem constatou que o pé direito dos quartos do andar térreo era de 2.50m, e o do andar superior 1,90m, cuja soma, 4,40m era o pé direito exigido pelo Código de Posturas de 1838. Os arrendatários transformaram uma estalagem que originalmente teria apenas 20 quartos em outra de 40 quartos! (Códice 43-1-27 fl 135) Outra forma de aproveitamento em altura era a construção de sótãos e jiraus.

- 21- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.
- 22- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-29, Livro de Registro de Estalagens.
- 23- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 38-2-32. Citado por: Ribeiro, Marcus Venício, Centro de Memória Social, op. cit.
- 24- Rebouças, André - Saneamento de Nápoles- Saneamento do Rio de Janeiro. In: Revista dos Constructores.
- 25- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-7, fl 5.
- 26- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-36.
- 27- Pareceres - op. cit., p 25.

- 28- Edmundo, L.- op. cit., p 366.
- 29- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-36.
- 30- Ribeiro, Ana Clara T. e Teixeira, Amélia - A Habitação no Movimento Operário. Comunicação apresentada à XXVII reunião anual da SBPC, R.J., 1980.
- 31- Idem.
- 32- Lobo, Eulalia Maria L. et alii - Evolução dos Preços e do Pdrao de Vida no Rio de Janeiro: 1820/1939 -Resultados Preliminares. In: Revista Brasileira de Economia, R.J., (4), p 235/265.
- 33- Backheuser, E.- op. cit., p 107.
- 34- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-27, fl 116.
- 35- Pareceres - op. cit., pp 9/10.
- 36- Idem.
- 37- Ibituruna, barao de - op. cit., p
- 38- Gonçalves da Cruz, B.- op. cit., p 25.
- 39- Rebouças, A. - op. cit.
- 40- Jannuzzi, Antonio - Pelo Povo: Monographia sobre as Casas Operarias. R.J., Typ.Jornal do Commercio, 1909, p 41.
- 41- Engels, F.- op. cit., p 2/3.
- 42- Rio de Janeiro - (Prefeitura do D.F.) Melhoramentos da Cidade Projetados pelo Prefeito do D.F. dr. Francisco Pereira Passos. R.J., Typ. da Gazeta de Noticias, 1903, p 2/3. Citado por Porto Rocha, O.- op. cit.



"PROTESTO! PROTESTO! ISTO É UM ASENTADO A PROPRIEDADE!"

"MAS SUA PROPRIEDADE É IMPRÓPRIA ... PARA FIGURAR NUMA AVENIDA!"

O MALHO 11-3-1905
NOSSO SÉCULO 1900-1910

Por mais de uma vez nos temos referido á calamidade da interdicção de casas em perfeitas condições de habitação, só porque lhes falta, por exemplo, a forração de uma sala ou o ladrilhamento da cozinha ou a caiação de um porão.

Nestas condições ha muitas residencias desoccupadas. Muitas vezes o proprietario não pode attender de prompto á imposição da hygiene; outras, entende que a exigencia é absurda; outras, que pode ser satisfeita quando a casa occupada.

Ha inquilinos que se promptificam a realisar algumas exigencias da hygiene uma vez que esta dá — habitação — á casa. Mas essa repartição que, sob a direcção do Sr. Osvaldo Cruz, parece funcionar unicamente para torturar a população desta cidade; que se não importa com a afflicção alheia; que timbra em ser perversa; essa repartição, diziamos, finca os pés á parede e não consente que a casa seja habitada.

Resultado: escassez cada vez maior, alúguéis cada vez mais caros e os milhares de contos a sahir do Thesouro para custear os carrascos de uma população de carneiros!

O MALHO 26-1-1906.

4.6. A erradicação — a campanha higienista.

4.6.1. Um parenteses: a higiene.

A evolução da questão da moradia e dos cortiços no Rio de Janeiro é um capítulo da formação da medicina social no país. Historicamente, a medicina social se desenvolveu tendo por suporte a urbanização e suas decorrências. Foi na Corte, a maior cidade do Império e elo de ligação com a Europa, que se deu uma de suas primeiras manifestações.

Distingue-se nesta evolução duas discussões distintas: a questão da salubridade da cidade e a questão da salubridade das habitações. A noção de salubridade se refere ao

"...estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível aos indivíduos." (1)

Nesta concepção ressaltam os elementos físicos: o ar e a água, a decomposição, a fermentação e a evaporação, que se revelam com os problemas de ventilação, de esgotamento de águas servidas e dejetos, de umidade.

A questão da salubridade da cidade é anterior à das habitações. O saneamento do solo, a eliminação de pantanos e de barreiras aos ventos dominantes, como os morros, a largura das ruas e sua orientação, o abastecimento d'água potável e proteção dos mananciais, a eliminação dos despejos em geral e por fim, a própria habitação eram os temas que se repetiam no debate sobre a salubridade da cidade. E como um dos objetivos da medicina urbana era detectar os pontos de amontoamento, confusão e perigo na cidade, as habitações coletivas tornaram-se um de seus alvos prediletos. A cidade, seus espaços e sua população foram incorporados ao saber médico e passaram a ser normalizados. Para isto se desenvolvem práticas discursivas e regras de ação prática - técnicas e regulamentos.

Foi nas primeiras décadas do século XIX que a higiene iniciou sua expansão com a fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Em 1838 suas recomendações se incorporaram ao Código de Posturas Municipais, considerado um dos primeiros regulamentos da legislação sanitária. (2)

Em 1849 uma epidemia de febre amarela atingiu a cidade e levou à criação da Junta Central de Higiene Pública. Além da febre amarela, a cidade foi assolada até início do século por outras moléstias, entre elas a varíola, e a peste (esta a partir de 1900). A cidade era considerada pestífera e as habitações coletivas, focos das epidemias.

Na década de 80 os serviços sanitários foram reorganizados: foi criado o Conselho Superior de Saúde Pública, incumbido de apreciar e dar pareceres quando consultado. A atuação sanitária sobre a população e o espaço foi dividida entre dois órgãos: a Inspectoria Geral de Saúde dos Portos e a Inspectoria Geral de Higiene, cabendo à esta a salubridade em terra através de suas delegacias espalhadas nas freguesias urbanas e suburbanas. Estes órgãos foram responsáveis pelas medidas de restrição às habitações coletivas.

O quadro sanitário da cidade do Rio de Janeiro pode ser caracterizado a partir de 1890, quando foi publicado o 1º Anuário de Estatística Demográfico-sanitário, trazendo dados sobre a mortalidade e suas causas. Em 1891, ano particularmente epidêmico, as doenças que causaram mais de 1000 óbitos/ano foram a febre amarela, a varíola, a tuberculose, e a malária. A febre amarela havia feito 95% das suas vítimas entre os imigrantes. O autor recomendou medidas de combate à febre amarela (internação dos recém-chegados), de combate à varíola (vacinação), mas nenhuma medida quanto à tuberculose. Assinalou a

sua estreita ligação com a qualidade de vida da população e a dificuldade de seu combate. A tuberculose era a principal causa da mortalidade na cidade desde o século XVIII; ao longo da segunda metade do século XIX a mortalidade por tuberculose foi aproximadamente 30% maior do que a causada pela febre amarela. (3) No entanto esta doença da pobreza não mereceu a atenção dos serviços sanitários.

Na época da proclamação da república o saber higienista passava a se assentar sobre bases científicas modernas e abandonava a teoria dos miasmas (emanações mefíticas) que conduzia à associação das condições de salubridade às condições de habitação, de trabalho, e de vida.

"A emergência da bacteriologia esclareceu o problema da causação biológica da doença e permitiu, por outro lado que, a partir de fins do século XIX os programas de saúde pública pudessem ser efetivados ignorando a relação entre doença e condições de trabalho e habitação." (4)

Enquanto alguns itens da pauta do saneamento recebiam solução empresarial, o quadro sanitário da capital era visto como grave prejuízo à economia interna e externa do país. A má reputação no exterior era um entrave ao seu desenvolvimento econômico, que se acreditava dependente de capitais e força de trabalho estrangeiros.

A febre amarela com sua preferência por estrangeiros, matava marujos no porto, dificultando o comércio internacional, eliminava os imigrantes redentores da economia e, além disso, impedia desta maneira a "depuração do sangue mestiço" nacional.

O saneamento e a remodelação da capital, empreendida por Rodrigues Alves com o auxílio de Pereira Passos e Osvaldo Cruz, seria considerado como o "elemento primordial para reerguimento da vida econômica do país". (5)

4.6.2. O processo de erradicação dos cortiços.

O que se delinea sob este título e compoe este capítulo é o desenrolar dos fatos e circunstancias que culminam com a erradicação dos cortiços. Por erradicação dos cortiços insalubres (e não das habitações coletivas), entendemos os impedimentos à produção de novos cortiços, o processo de transformação de alguns, e o fechamento e demolição de outros. Procuramos recortar os elementos, fatores e agentes deste processo que indicam os limites do sistema de produção rentista, diferenciando, no entanto, os limites à produção das estalagens e à produção das casas de comodors.

Identificamos neste processo a atuação do Estado em tres fases diferentes: inicialmente, nas décadas de 70 e 80 do século XIX, a do fechamento de alguns cortiços; depois, a fase de algumas demolições, nos anos 80 e 90, e a última, a da reforma urbana (1902/1906), em que se realizaram demolições sucessivas. Além de examinar medidas que caracterizam estes momentos, procuramos também verificar as relações entre entidades e agentes sociais envolvidos na questão, e que se encobrem por detrás dos discursos e atos formais. Destaca-se neste processo o discurso higienista que embasa as medidas de combate aos cortiços amplificado pelos agentes do emergente capital imobiliário, que dele se apropriaram.

4.6.3. Primeiras restrições.

Vimos rapidamente, na descrição da evolução das habitações coletivas, que as restrições à expansão da construção de estalagens adquirem força legal com a Postura Municipal de 1º de agosto de 1855, em que se exige licença da Ilustríssima Camara e aprovação da Junta de Higiene Pública para a construção de

novos cortiços. Algum tempo depois, esta medida foi considerada inócua no Conselho Superior de Saúde Pública:

"Escusado é dizer que o resultado deste edital foi nullo. Os cortiços continuaram a ser construidos, com licença da Camara Municipal e sem a minima observancia das condições de salubridade, como continuaram a ser habitados sem approvação da Junta de Hygiene." (1)

Nos seus pareceres sobre cada pedido de licenciamento de construção, a Junta alinhava exigencias quanto ao escoamento de águas, quanto à necessidade de aterros, nivelamento e calçamento de terrenos. Recomendava quanto à quantidade e disposição de quartos e equipamentos. No entanto os pareceres da Junta eram por vezes ostensivamente ignorados pela Camara, que licenciava as obras apesar destes pareceres contrários à concessão da licença para construção e habitação. (2)

Com o progressivo aumento da população e de cortiços, e com a repetição das epidemias que faziam muitas vítimas nos locais de aglomeração, as recomendações da Junta no sentido de proibir estas construções se tornaram leis. A postura de 5 de dezembro de 1873 proibia a construção de cortiços em vasta área do centro. A postura de 1º de setembro de 1876 a ratificava:

"nao serao mais permittidas as construcções de habitações vulgarmente chamadas cortiços, quer sejam assim denominadas, quer sejam chamadas casinhas ou com nomes equivalentes, no perimetro da cidade, entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho e inclusivamente todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento." (3)

Outras posturas reafirmaram esta proibição ou ampliaram sua área de vigencia. Era no entanto na área proibida e adjacencias que se concentrava a clientela dos cortiços; era lá que poderiam ser cobrados os mais altos alugueis, e portanto onde seria mais promissor o investimento. Um dos resultados da proibição foi o surgimento de estalagens construidas clandestinamente e o surgimento das casas de comodos: afinal, o

fato de ceder comodos de um prédio a outras pessoas nao desobedece a proibiçao de construção de casinhas. Quanto às estalagens, o procedimento consistia em construir as casinhas clandestinamente, ou sob o pretexto de outro tipo de construção, e em seguida regularizá-las perante a municipalidade, o que nao deveria ser difficil para a categoria dos proprietários, "...acostumada a contar com a benevolencia e o espirito conciliador" (4) da Ilustrissima Camara.

Havia opinioes bem mais severas quanto a relação entre os proprietários e a Camara, como esta:

" Os cortiços ou estalagens sao as habitações anti-hygienicas por excellencia, e constituem, no Rio de Janeiro, antes uma prova da vergonhosa desidia da Administracão Municipal, do que uma necessidade irremediavel da classe pobre (como se tem dito)." (5)

Seja benevolencia ou negligencia, a atuação (ou falta de) da Camara criou um impasse entre as duas entidades, uma vez que os pedidos de licença para construção de cortiços, negados pela Junta Central de Higiene Pública, eram concedidos ou tolerados pela Camara. O presidente da Junta, barão do Lavradio, buscou auxílio junto ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, exigindo que obrigasse a Camara a respeitar sua própria legislação. (6)

4.6.4. A imposição de melhoramentos.

O apoio do Governo Imperial foi fundamental para as atividades dos serviços de higiene. Baseado nos decretos nº 7532 de 28 de outubro de 1879 e no aviso do Ministro do Império de 18 de dezembro de 1879, muitos cortiços insalubres foram intimados a realizar obras de melhoramentos. A pena, caso nao fossem cumpridas as exigencias era o pagamento de multas; se a

aplicação das multas não surtisse efeito, o cortiço seria fechado. Grande parte dos proprietários e arrendatários recorriam à Junta, que indicava os melhoramentos necessários e retirava a interdição após a realização das obras. (7) Várias intimações, porém, não surtiam o menor efeito, principalmente as dirigidas aos grandes proprietários, cientes de seu poder político. (8) Nestes casos era solicitada a intervenção da Polícia. Houve chefes da Polícia que atendiam ao pedido de colaboração, retirando os moradores e fechando os cortiços, outros respondiam que esta ação não era da sua competência. (9)

Além dos cortiços que foram definitivamente fechados pelos órgãos de higiene porque não realizaram as obras, alguns foram fechados pela Câmara. Tratava-se das construções que ameaçassem ruína ou eminente tombamento. Em 1883, a Câmara decidiu intimar todos os proprietários de "quartos de táboas" (10) a demolí-los no prazo de oito dias, findo o qual seriam demolidos por conta da Câmara. Neste mesmo ano o dec. n° 7081 de 15 de dezembro deu à autoridade sanitária a atribuição de fechar os cortiços sem condições de higiene; nos primeiros meses de 1884 muitos foram condenados e fechados. (11) Este empenho na higienização das habitações coletivas surtiu efeitos que foram reconhecidos nos "Pareceres sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações Destinadas as Classes Pobres": alguns conselheiros comentam a melhoria do estado sanitário da cidade em consequência das melhoramentos nos cortiços, que eliminaram as "mais úmidas, escuras e imundas" moradias. (12)

As medidas de fechamento e melhoramentos nos cortiços, assim como as restrições à construção na área central, podem ser atribuídas, em grande parte, à atuação do barão do Lavradio. Nesta primeira investida aos cortiços, apesar de

identificarmos pontos comuns entre as propostas de melhoramentos sanitários e os interesses do capital imobiliário (extinguir cortiços, preservar áreas nobres, construir casas higienicas), nao temos dados que permitam afirmar que estes interesses já se fizessem representar em órgãos do Poder Público.

A atuação da Polícia e, posteriormente, dos serviços de higiene, ao longo de tres décadas já havia instituído e legitimado o discurso da higiene e da disciplina. Este discurso passa a se constituir em bandeira do capital imobiliário, que lutava pela realização de duas frentes de atuação: as grandes obras públicas de saneamento da cidade e a construção de vilas operárias, que eliminariam os cortiços, saneando a habitação. Aos poucos, os agentes desta ainda pouco definida fração do capital despontam em cargos da administração municipal, comissoes e conselhos criados pelo governo imperial e republicano.

A política habitacional de higienização e fechamento de cortiços insalubres se manteve, com relativos resultados. Se, por um lado, alguns proprietários substituíam suas estalagens por "habitações muito superiores", cobrando aluguéis proporcionalmente maiores, alguns cortiços fechados criavam problemas. Esperava-se que uma vez fechada uma estalagem irrecuperável, seus proprietários a demoliriam mais cedo ou mais tarde. Este raciocínio porém nao foi seguido por muitos proprietários, que nao tomaram estas medidas consideradas lógicas. Em consequencia, algumas estalagens fechadas, abandonadas e deterioradas passaram a servir de "valhacouto a vagabundos e para a practica de actos immoraes" (13), provocando reações indignadas e a exigencia da demolição. Nao se tratava mais de higienizar estes cortiços, nem de fechá-los, mas de

demolir-los. Se possível, substituí-los por habitações higienicas.

4.6.5. O fechamento de cortiços.

A demolição de "construções ruinosas" constituía atribuição específica da Câmara, prevista no Código de Posturas de 1838, que no entanto poucas vezes se empenhava em exercer este privilégio. (14) A decisão de demolir o cortiço era tomada pelo serviço de higiene, aprovada pelo governo, mas a sua execução cabia à Câmara.

Mas qualquer cortiço em área valorizada significava possibilidade de um bom negócio; assim, mesmo os interditados, fechados, sem moradores, com as portas lacradas pela Higiene eram objeto de transação comercial. Proprietários que tiveram seus cortiços fechados recebiam propostas de compra do imóvel por outros corticeiros que se achavam em condições de contornar as imposições, reformar e legalizar a construção. (15) Às vezes a assinatura de um notável era o suficiente para encaminhar de maneira favorável os documentos e obter a legalização. (16) Mas forças mais poderosas do que pequenos corticeiros matreiros ou tradicionais proprietários se punham também em campo disputando cortiços embargados. Denuncia o barão de Ibituruna o caso de dois cortiços na rua do Senador Pompeu n° 33 e 35 (de mais de 80 quartos, um sobrado e um térreo) fechados e condenados à demolição. Em 1879 os proprietários apelaram na Justiça, mas o juiz manteve a sentença de demolição. Neste mesmo ano os cortiços foram hipotecados ao Banco Mercantil,

"... de sorte que aos requerimentos para que baixassem os autos para execução da sentença, seguiu-se o requerimento do credor hypothecario embargando a mesma execução."

Em dezembro de 1880 repete-se o mesmo processo: nova apelação, o

mesmo juiz mantém a sentença de demolição e manda executá-la.

Neste ponto intervém a municipalidade. Finaliza o barão:

"O que o poder do cortiço não pode conseguir do magistrado íntegro, obteve da falsificação eleitoral chamada Câmara Municipal." (17)

Em 1905 esta estalagem funcionava com 97 quartos.

A disputa por imóveis, principalmente de grandes terrenos, onde se levantavam os grandes cortiços, era intensa. Proprietários, arrendatários, construtores, bancos - que podemos sintetizar como rentistas, agentes do pequeno capital imobiliário, do grande capital imobiliário e do capital bancário, travavam uma luta surda pela apropriação do espaço urbano. Mais especificamente, do solo urbano, até então patrimônio familiar que apenas começava a ser oferecido no mercado. A possibilidade de transacionar com terrenos e construções nas áreas mais valorizadas era fundamental para os construtores e especuladores. A resistência dos proprietários fez com que, nas décadas de 80/90, em especial na fase do Encilhamento, se fizessem projetos para saneamento da cidade e saneamento das habitações coletivas, que eram encaminhados ao governo, solicitando favores para sua realização. Dentre os muitos favores solicitados, um se destaca: a concessão do direito de desapropriação de prédios e terrenos necessários à execução dos melhoramentos (alargamento, alongamento, retificação de ruas, arrasamento de morros, construção de aterros e cais, abertura de túneis e construção de grandes vilas para operários e proletários). Como eliminar focos de insalubridade constituía um melhoramento, e portanto de utilidade pública, podia-se propor a desapropriação de cortiços para em seu lugar edificar vilas operárias. E para que a utilidade não

fosse reduzida, mas realmente pública, tornava-se necessário demolir grandes cortiços, situados em grandes terrenos, onde se construiriam grandes vilas. Era o modo de obter também grandes lucros sob o manto da assistência e da desinteressada contribuição à causa da salubridade.

4.6.6. A demolição de cortiços.

Era portanto vital para os construtores a obtenção de bons terrenos. Neste sentido atuavam os empresários da construção civil; buscando superar os impedimentos ao desenvolvimento de sua atividade, ocupavam todos os espaços disponíveis, em todas as circunstancias cabíveis. O engenheiro Vieira Souto, concessionário de favores do governo para a construção, entre outras obras, de casas higienicas, e de um novo cais, elabora um parecer sobre "Os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres", na qualidade de membro do Conselho Superior de Saúde Pública.

(18) Poucas linhas deste parecer resumem a apropriação do discurso higienista pelo capital imobiliário:

".. aos cortiços nao faltam somente ar e luz: a escassez do espaço; a ausencia de distribuição racional de arranjos interiores; a pessima qualidade dos materiais de que sao construidos; a falta absoluta de drenagem do solo e edificios; a insuficiencia d'agua, latrinas e esgotos; a singular convivencia que nao raro estabelecem os inquilinos com gallinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração de individuos, só comparavel à dos animaes nos estabulos, transformam estes tristes abrigos das classes proletarias da capital do Imperio, em repugnantes possilgas, que nao parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miseria e degradação... (por isso)... quando a febre amarella se manifesta no Rio de Janeiro, o seu ponto de partida é de ordinario o cortiço, como é também por ahi que a epidemia acaba, depois de ter feito numerosas victimas e de se ter propagado pelos quarteiros mais ricos e salubres da cidade... Nao basta, porém, mandar fechar ou demolir os actuaes cortiços... antes de se terem construido outras (habitações) melhores... (19)

Para construir novas habitações, impunha-se porém a existencia de terrenos construtíveis nas áreas de maior demanda, que eram absolutamente inexistentes. A recomendação de construção de vilas nos arrabaldes e subúrbios, como meio de desconcentrar a cidade ainda não atraía investidores. A melhor alternativa era substituir in loco as estalagens insanáveis, demolindo-as e entregando seus terrenos aos novos construtores.

Esta possibilidade se abriu com o decreto nº 3151 de 9 de dezembro de 1882, concedendo alguns favores a Américo de Castro e às empresas que se organizassem a fim de construir edifícios para habitação de operários e classes pobres, entre os quais o direito de desapropriação de terrenos particulares compreendidos nos seus planos de edificação. De acordo com esta lei os concessionários /construtores fariam a demolição dos cortiços condenados pelas autoridades sanitárias, e indenizariam os proprietários dos prédios do valor dos materiais e mão de obra. (20) Desta forma, os cortiços insalubres seriam substituídos "na proporção das habitações aperfeiçoadas que as mesmas empresas forem construindo", sem que a Ilustríssima Câmara Municipal se visse compelida a tomar a iniciativa neste processo. Cumpriam-se as posturas, demolindo os edifícios ruinosos; resguardava-se o valor do bem fundiário (o terreno do proprietário), através do processo de desapropriação, assim como o valor do bem imobiliário (as casinhas do corticeiro), através de indenização, estipulada judicialmente.

A indenização aos corticeiros revoltava os empresários, indignados de se verem obrigados a pagar qualquer quantia aos seus concorrentes privilegiados. Justifica Vieira Souto:

"Acreditamos que o louvável intuito do Governo não será posto em prática e os cortiços não desaparecerão da cidade enquanto aquelas exigências legais não forem

revogadas. De facto, os onus da demolição dos cortiços e indemnização dos seus proprietários constituem uma perenne ameaça de prejuizos e dificuldades, diante da qual recuam até os mais afoutos capitalistas... Para os concessionarios a indemnização aos proprietários de cortiços sera uma barreira insuperavel; para os operarios será um onus... para o governo é desnecessario..." (21)

O Governo Imperial atendeu ao pedido no ano seguinte, através da lei n° 3349 de 20 de outubro de 1887, que autorizava o governo a eliminar das concessões do decreto n° 3151 as cláusulas referentes à indenização pelas demolições.

Para que um cortiço fosse demolido, era necessário que os órgãos de higiene o considerassem insalubre, isto é, sem condições higienicas, e a Diretoria de Obras da Camara, sem condições de segurança. Em outras palavras, o órgão de higiene e a administração municipal deveriam estar de acordo. Isto só foi possível após a República, quando a Ilustrissima Camara foi substituída pelo Conselho de Intendencia Municipal. A administração da cidade ficou a cargo do presidente do Conselho até 20 de setembro de 1892, quando surgiu a figura do prefeito. Na nova conjuntura política, a antiga classe proprietária cedeu a vez a outras categorias sociais. A Camara, que do ponto de vista da indústria da construção civil era um baluarte dos proprietários rentistas, é substituída por novos elementos francamente favoráveis ao rompimento do monopólio que os anteriores exerciam. O Conselho de Intendencia se mostra disposto a contornar alguns impedimentos legais para atingir certos objetivos, agora radicalmente opostos aos anteriores - o extermínio dos cortiços.

4.6.7. A reação dos proprietários.

Em 1892, como em outros momentos anteriores de esquadramento do espaço urbano, foram listados os cortiços insalubres de cada distrito sanitário e indicados os condenados. Supomos que um certo número deles tenha sido fechado e demolido nesta época, graças à atuação da Inspetoria Geral de Higiene, que substituiu a antiga Junta. A reação, porém, não tardou, deflagrada com o caso de José Gonçalves, Manoel Veloso Pago e a Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios. (22)

Estes proprietários, que tiveram suas estalagens fechadas e encontravam dificuldades para reabri-las, decidem escrever ao Ministro do Interior, reclamando "do acto do Inspector Geral de Hygiene", que ordenara o fechamento. Explica um dos proprietários que solicitara uma vistoria, realizada pelo engenheiro daquele Ministério, sr. Bethencourt da Silva, e este verificou que a estalagem "estava em boas condições e indicaria os melhoramentos a fazer." Para sua surpresa, em vez de receber do engenheiro do Ministério notícias sobre os melhoramentos necessários, recebeu da Inspetoria a intimação de fechar toda uma ala. Acrescenta ainda que são 89 casinhas, e finaliza, de forma ameaçadora:

"V. Excia compreende em que condições ficara a população alli residente, no caso de cumprida a ordem do sr. Inspetor, quando não há para onde mandá-la..."

Da mesma data é a carta da Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, também dirigida ao Ministro do Interior. A Sociedade se apresenta como "nucleo a que pertencem quase todos os proprietarios e arrendatarios d'esta capital", e reclama da dureza do Regulamento Sanitário e do modo como a Inspetoria o tem aplicado. Argumenta que

4.6.7. A reação dos proprietários.

Em 1892, como em outros momentos anteriores de esquadramento do espaço urbano, foram listados os cortiços insalubres de cada distrito sanitário e indicados os condenados. Supomos que um certo número deles tenha sido fechado e demolido nesta época, graças à atuação da Inspetoria Geral de Higiene, que substituiu a antiga Junta. A reação, porém, não tardou, deflagrada com o caso de José Gonçalves, Manoel Veloso Pago e a Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios. (22)

Estes proprietários, que tiveram suas estalagens fechadas e encontravam dificuldades para reabri-las, decidem escrever ao Ministro do Interior, reclamando "do acto do Inspector Geral de Hygiene", que ordenara o fechamento. Explica um dos proprietários que solicitara uma vistoria, realizada pelo engenheiro daquele Ministério, sr. Bethencourt da Silva, e este verificou que a estalagem "estava em boas condições e indicaria os melhoramentos a fazer." Para sua surpresa, em vez de receber do engenheiro do Ministério notícias sobre os melhoramentos necessários, recebeu da Inspetoria a intimação de fechar toda uma ala. Acrescenta ainda que são 89 casinhas, e finaliza, de forma ameaçadora:

"V. Excia compreende em que condições ficara a população alli residente, no caso de cumprida a ordem do sr. Inspetor, quando não há para onde mandá-la..."

Da mesma data é a carta da Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, também dirigida ao Ministro do Interior. A Sociedade se apresenta como "nucleo a que pertencem quase todos os proprietarios e arrendatarios d'esta capital", e reclama da dureza do Regulamento Sanitário e do modo como a Inspetoria o tem aplicado. Argumenta que

"O Governo nao desconhece, mesmo porque é publico e notorio, que o accrescimo repentino de nossa populacao determinou um desequilibrio que trouxe em resultado a absoluta falta de habitacoes, e essa falta torna-se ainda mais sensivel quanto a populacao pobre..."

E que, nestas condicoes, embora possa por vezes ser necessario, o fechamento só deveria ser decretado na carencia absoluta de outras medidas e na impossibilidade material da realizacao de melhoramentos que tornassem o cortiço habitável.

"E de tarte, presta-se homenagem ao direito de propriedade, e sobretudo nao se sujeita grande numero de familias ao vexame e às inconveniencias de verem transferidos seus lares para a praça publica... (pois)... poderao trazer sérias perturbacoes à ordem publica..." (grifos nossos)

A resposta nao se fez esperar: através do aviso de 19 de maio de 1892, manifesta-se o Governo da República sobre o caso, de conformidade com as leis vigentes. Analisa o Regulamento Sanitário e verifica se a questao foi encaminhada segundo os preceitos e as intenções da lei. Explica que o fechamento dos cortiços pode ser temporário, reabrindo depois de realizados os melhoramentos; que a Inspeçao nao se tinha feito acompanhar do engenheiro de Ministério (conforme explicitava lei recente), além de nao ter indicado, nem consentido a realizacao de melhoramentos para o que a Inspeçao nao tinha competencia. Desta maneira, seriam evitadas reclamações e pedidos de vistorias, que "com razao, nao podem ser negados". O aviso finalizava recomendando que se deveria ordenar à Inspeçao que mandasse fazer nova vistoria com a presença do dito engenheiro do Ministério, indicando os melhoramentos, e só se adotasse o recurso do fechamento uma vez esgotados todos os demais.

O Incidente nao terminou aí. Este aviso ofendeu a Inspeçao, que enviou ao Ministro novo officio. Referindo-se especificamente aos cortiços em questao e à Sociedade Uniao dos

Proprietários, explicou que o proprietário foi intimado a fechar no prazo necessário para obter da Intendencia Municipal a licença para as obras. Dizia o texto:

"... baseado em suas posturas, nega a Intendencia peremptoriamente essa concessão, o que obrigará a Inspectoria Geral a ordenar o fechamento total dos commodos, solicitando em seguida o apoio da Força Publica, caso o supplicante a isso a constranja."

Sugeria ainda que as questões desta natureza fossem levadas ao Judiciário e não ao Poder Legislativo, porque se poderia prestar "homenagem plena ao direito de propriedade", sem que a Inspetoria precisasse mais fazer "intervenções odiosas" à bem da Saúde Pública.

Esta carta deixava claro o novo circuito existente entre a repartição de higiene e a administração municipal. (23) É de se supor que do impasse em que se viram os proprietários - obrigados a fazer obras pela Inspetoria, impedidos de fazer obras pela Intendencia, obrigados a recorrer ao Ministro -, muitos não tiveram outra alternativa senão fechar e/ou desfazer-se dos cortiços.

O caso relatado não foi único. Casos idênticos foram resolvidos por recurso ao Ministério, que intercedia a favor dos proprietários, anulando a ordem de fechamento e ordenando a execução dos melhoramentos. Passados alguns meses, manifestou-se novamente o Ministro do Interior através do aviso de 14 de setembro de 1892. (24) A longa exposição, que relatava e traçava a resolução das duas petições e da representação da Sociedade União dos Proprietários, era na realidade uma repreensão aos excessos cometidos pela Inspetoria de Higiene e pela Intendencia Municipal. Excessos que não respeitaram os limites de suas atuações, impostos por uma das instituições

básicas da sociedade burguesa - a propriedade privada.

As restrições colocadas pelo Governo ao processo de extinção dos cortiços eram bastante claras: deviam ser atingidos os objetivos da Saúde Pública, resguardando-se porém os limites impostos pelo direito de propriedade. A propriedade privada dos bens imobiliários e fundiários constituía-se numa velada proteção aos cortiços, resguardando-os contra as investidas extremas para erradicá-los da cidade. (25) Era este pois o limite dos processos de saneamento das habitações e da cidade. Mais tarde foi necessário que o próprio poder público alterasse este direito para atingir os objetivos do saneamento.

Antes deste direito fundamental ser abalado na sua primazia por novas leis de desapropriação, logrou exito uma tentativa de demolição de cortiço, desrespeitando aquele limite, a destruição do Cabeça de Porco.

4.6.8. Os limites da higiene: a propriedade privada.

Deste mesmo período, administração Barata Ribeiro, é o desenrolar do caso Cabeça de Porco. O seu desenvolvimento permite identificar o relacionamento entre a administração municipal, que assume a iniciativa no processo, os órgãos de higiene e o capital urbano.

A história da destruição do mais famoso cortiço da cidade está detalhada no capítulo 5, um estudo de caso. Para o momento convém apenas adiantar que se tratava de um grande cortiço, cuja destruição foi noticiada como um grande benefício para a população. A demolição foi realizada com o uso da força, numa verdadeira operação de guerra. Consumada a operação, os proprietários levaram o caso à Justiça, exigindo indenização.

Depois de longa tramitação, o processo da proprietária da maior parte dos imóveis (eram vários grupos de prédios de diferentes pessoas), alcançou o Supremo Tribunal Federal, cuja sentença, decidida por unanimidade de seus membros, condenou a municipalidade ao pagamento de vultosa indenização por perdas e danos causados por atos de violência à propriedade da reclamante. A quantia estipulada foi de 277.545\$465. (26) Para avaliar esta indenização, observe-se que naquele mesmo ano, 1904, o construtor Jannuzzi investiu 20.000\$000 na compra de um terreno na nova avenida Central e 138.000\$000 na construção de um prédio com três ou quatro pavimentos. Observe-se também que a maior indenização paga por desapropriação de imóvel para a abertura da Avenida foi 147.840\$000, e que o terreno mais caro da avenida foi comprado por 227.000\$000. (27) A pena que desta forma foi imposta à municipalidade desencorajou outras ações deste tipo.

Pois mais do que mostrar uma escala de valores imobiliários, o episódio revelou uma escala de valores ideológicos. O Poder Judiciário confirmava o que o Poder Legislativo já afirmara antes: o direito de propriedade é intocável. Podia-se até acabar com os cortiços, mas não se podia acabar com a propriedade destes imóveis. A propriedade do bem sobrevivia ao próprio bem apropriado.

A ocorrência de diversos casos de fechamento de cortiços mostra que a política higienista-habitacional visava quase que exclusivamente os quartos ou casinhas das estalagens. Estes imóveis, devido à sua qualidade física de fragilidade e à sua caracterização da propriedade nem sempre bem definida, nas mãos de pequenos comerciantes estrangeiros sem representação política, puderam ser combatidos e desapareceram em sua maior

parte. Não foi sem conflitos, como vimos, nem sem sérias consequências.

A medida que as estalagens desapareciam lentamente da cidade antiga, seus ex-moradores, impossibilitados de pagar os altos aluguéis das avenidas, ocupavam as casas de comodos, que proliferavam nas áreas centrais. Apesar de proibidas desde 1º de junho de 1900, pelo decreto nº 762, ocupavam grande número de construções antigas. Já em 1895 as casas de comodos representavam 78,3% das habitações coletivas do 1º distrito da freguesia de São José (Tabela 11). Esta proporção se torna mais significativa à medida que os antigos moradores dos térreos e sobrados se transferem para os novos bairros residenciais, deixando vagas estas construções. Outro fator que determina o surgimento das casas de comodos é o aumento do valor do solo na área central: as construções novas ou renovadas abrigavam as atividades terciárias, enquanto as antigas construções, cheias de moradores sem recursos aguardam sua vez de serem substituídas.

As casas antigas eram mais vantajosas de serem encortigadas que os quintais: o investimento era muito menor numa época em que a demanda era muito maior. Havia ainda outra vantagem: eram prédios iguais a todos os outros, e portanto não chamavam a atenção dos serviços de higiene quando de sua instalação. Os corredores escuros, em vez de pátios abertos, as portas fechadas, sem encarregados ou arrendatários que as abrissem, tudo isso afugentava os fiscais. Muitos se formam sem o controle da higiene; muitos ficam superlotados; raros fazem instalações de água e esgoto necessárias. As casas de comodos tornam-se muito mais insalubres que as estalagens. (28)

Entretanto, as casas de comodos não eram construções

frágeis nem transitórias, apesar do seu uso provisório. Sua propriedade era bem definida: não havia arrendatários que se passavam por proprietários; e seus proprietários, se não eram mais tão poderosos, ao menos contavam com a proteção inquestionável do Direito.

Como num jogo dialético, a política de erradicação das estalagens insalubres fez surgir e se multiplicarem estes seus temíveis sucessores e sucedaneos. Contra as casas de comodos, os serviços de higiene praticamente não atuavam. Para erradicar estes novos cortiços era necessário um recurso legal que reduzisse o poder da propriedade privada, mas sem abalar a sua primazia. Apenas a União teria poder suficiente; foi portanto necessário esperar por nova conjuntura política. Foi necessário esperar não apenas a atuação conjunta da administração municipal e dos serviços de higiene, mas fundamentalmente, o apoio do Governo Federal. Isto se deu no período em que Pereira Passos ocupou a Prefeitura da cidade, Oswaldo Cruz o comando dos serviços de higiene e Rodrigues Alves a presidência da República.

4.6.9. O auge do processo: 1902-1906.

A administração Pereira Passos pode ser encarada como a grande e última investida contra os cortiços; o último movimento da política higienista. Foi quando os prédios foram derrubados às centenas, incluindo-se muitos de habitação coletiva. Mas as demolições de cortiços não se dão mais à título de eliminar os cortiços, e sim sob nova ótica, novos instrumentos, novos interesses: os da reforma urbana.

Neste curto período, a legislação higienista foi

reformulada, afastando-se alguns entraves à erradicação dos cortiços. Através do dec. n° 1151 de 5 de janeiro de 1904, incluía-se sob a competência da Diretoria Geral de Saúde Pública (órgão federal), tudo o que dizia respeito à higiene no Distrito Federal. O art. 123 do Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo da União, de 8 de março de 1904, simplificava a sua atuação quanto aos cortiços:

"Toda a casa que apresentar graves e insanáveis defeitos de hygiene, considerada portanto inhabitavel, será desoccupada, fechada definitivamente por ordem do Inspector Sanitario, a juizo do Delegado de Saude, sendo marcado prazo para o inicio da demolição, findo o qual a Directoria Geral de Saude Publica fará por si esta demolição, cobrando do proprietario as despesas..." (29)

Além disso, o dec. municipal n° 762 de 1° de junho de 1900, foi ratificado pelo art. 29 do dec. n° 391, de 10 de fevereiro de 1903: proibia qualquer obra, conserto ou reparação nos cortiços existentes na área do centro e adjacencias. Desta maneira, os proprietários, arrendatários ou locatários que sentissem ameaça de fechamento da moradia, e buscassem, por própria conta, melhorar suas condições higienicas, incorriam em crime, o que bastava para multar o cidadão e fechar o cortiço. Se o cidadão recorresse à Prefeitura, solicitando licença para obras, esta negaria o pedido, amparada na lei. Assim as estalagens se deterioravam e desapareciam.

Nas demais regiões da cidade as condições sanitárias dos cortiços continuavam sob controle e exigencias cada vez mais severas. As intimações neste sentido eram explícitas e dispensavam os procedimentos burocráticos. Dirigiam-se simplesmente "ao proprietário, arrendatário ou morador"; (30) exigindo melhoramentos detalhados, como: acabar com as tinas, construir tanques, cimentar a calçada, construir cozinha coletiva, construir latrinas, caiar, consertar, adquirir latas de

lixo, demolir quartos para abrir áreas de ventilação, eliminar alcovas, etc.

As estalagens junto ao centro deviam desaparecer; as situadas nos bairros podiam ressurgir sob a forma de avenidas. Desapareciam os cortiços que a Prefeitura considerava "ruinosos", desapareciam os "insanáveis", para os quais nao se admitiam obras, desapareciam aqueles cujos proprietários nao queriam ou nao podiam realizar as obras de melhoramentos, desapareciam aqueles cujos proprietários tentaram fazer obras de melhoramentos em área proibida.

Além disso, desapareciam os cortiços situados em zonas de renovação urbana. Foram as obras de reforma urbana que contribuíram mais efetivamente para eliminar os cortiços, incluindo-se agora também as casas de comodos. Graças ao dec. n° 4956 de 9 de setembro de 1903, que regulamentava as desapropriações, dando amplos poderes ao Estado e modificando as bases de cálculo dos valores das desapropriações, os velhos prédios puderam ser demolidos em série.

Durante a reforma urbana muitos prédios desocupados de seus antigos moradores e atividades, aguardando a derrubada, eram rápida e fugazmente transformados em casas de comodos. Em 1905, em plena "era das demolições", o responsável pela 4° Delegacia de Saúde considerava irreal o número de habitações coletivas oficialmente existentes em sua jurisdição. Afirmava,

"... com segurança, que o terço, pelo menos, dos prédios deste districto (era) constituido de habitações collectivas com todos seus defeitos hygienicos." (31)

Por isso vemos noticias de demolições de cortiços durante as obras de abertura da avenida Central, quando esta avenida cortou em sua maior parte a freguesia da Candelária, onde nao se

registravam cortiços. Esta grande obra exigiu a demolição de muitos cortiços situados nos seus extremos: na freguesia de Santa Rita e na freguesia de São José, tradicionais redutos de habitações coletivas.

Além da abertura da avenida Central, realizaram-se naquele período as obras de modernização do porto e construção das ruas próximas (avenida Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e ruas menores), além da reconstrução do canal do Mangue; as obras de alargamento das ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Carioca, Assembléia, Visconde do Rio Branco, Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Uruguaiana, Sete de Setembro, Acre e São José; o prolongamento da rua Camerino, a construção das avenidas Beira Mar, Mem de Sá e Salvador de Sá, além de outras obras diversas.

A renovação do Rio de Janeiro concretizava-se rapidamente, comandada ou auxiliada por empresários que pouco tempo antes se batiam pela realização destes melhoramentos pelo capital urbano. (32) Com Pereira Passos à frente das obras da Prefeitura; Paulo de Frontin comandando a Comissão Construtora da Avenida Central, e Francisco Bicalho, a Comissão de Obras do Porto, onde também atuava Vieira Souto, além de Osvaldo Cruz chefiando a Saúde Pública, inúmeras habitações foram destruídas.

Em 1905 uma comissão nomeada para realizar um inquérito e apontar soluções par o problema da habitação verificou que

"..estava muito além de toda expectativa o numero de casas demolidas, quer por ordem da Saude Publica, quer por ordem da Prefeitura... Só a Saude Publica ... fez fechar por mais de 600 habitações collectivas que davam alojamento a mais de 13.000 pessoas. E a Prefeitura, por outro lado, demoliu, por se acharem ruinosas cerca de 70 casas que davam alojamento a mais de 1.000 pessoas." (33)

Para avaliar estas demolições, acrescentamos a estes números de desalojados uma estimativa do número de pessoas

desabrigadas pelas outras obras já citadas. Teríamos então:

	prédios	desabrigados (34)
- obras da Prefeitura	1.040	10.400
- obras do Porto	450	5.500
- obras da av. Central	700	7.000
- casas insalubres	600	13.000
- casas ruinosas	70	1.000
- totais	2.240	36.900

Seriam portanto 2.240 o número de prédios demolidos e 36.900 o número de moradores desalojados pelo impacto direto da reforma urbana. O efeito multiplicador de sua ação dificilmente poderia ser calculado, assim como a quantidade de cortiços que desapareceram neste processo.

Mas não são necessários muitos dados numéricos para avaliar a redução de moradias para os "desprotegidos da sorte", pois além de serem muitas as eliminadas por ordem da Saúde Pública, as obras de melhoramentos se localizavam em áreas de concentração de cortiços. Esta afirmação é importante apesar de redundante: afinal, a renovação urbana "renova" as zonas "deterioradas", de "usos sujos" e de cortiços. O próprio porto é uma obra de renovação, que "renovou" o centro comercial, transferindo atividades necessárias, mas "sujas", para a sua periferia.

O mapas 3 é bastante claro, mostrando as incisões desta cirurgia urbana: a avenida Central, no limite entre as freguesias da Candelária e Sacramento, como que corta uma couraça, permitindo a expansão do centro comercial. Seus extremos atingem profundamente as zonas de cortiços, principalmente o decadente morro do Castelo, já na época um "formigueiro humano" com

milhares de casas e casinhas. (35) As obras do porto vão atingir o litoral,

"...entrecortado de ruas sombrias e tristes, com habitações vetustas e miseráveis, na maioria cortiços ...trapiches e armazéns..." (36)

As obras na avenida Marechal Floriano e ruas Camerino, Acre, Uruguaiana, Sacramento e outras vão atingir os pontos remotos onde

"... se extinguem os últimos armazéns de cereais e os grandes açougues da parte central da cidade e onde começam as quitandas, os galinheiros, as carvoarias, os prostibulos baratos e as baiúcas dos herbanários minas e mandingueiros... Pode-se dizer que é allí o termo da zona propriamente comercial do centro e o início do bairro velho da Conceição e da Santa Rita... (37)

No outro extremo, as obras atingem as partes planas da freguesia de São José entre os morros do Castelo e de Santo Antonio. O eixo Mem de Sá/Salvador de Sá corta outro reduto tradicional de cortiços: a freguesia de Santo Antonio e o entorno do morro do Senado, cujo arrasamento é concluído. De 1903 a 1906 a picareta demolidora atingiu as áreas de moradia popular - as freguesias de São José e Santa Rita, onde foi maior o incremento de população até então, e as freguesias de Santana e Santo Antonio, que concentravam a maior parte de moradores de cortiços da cidade (Tabelas 3,4 e 5).

4.6.10. O agravamento da crise de moradia.

A construção de moradias não acompanhou o processo de demolição das antigas. Na área central o capital imobiliário encontrava terrenos para atender à demanda de prédios para comércio e serviços; na avenida Central, as novas construções puderam contar inclusive com uma nova estrutura fundiária. Os novos terrenos não eram estreitos e compridos, mas de maiores testadas, permitindo a construção de imponentes edifícios, condizentes com os grandes capitais que ali se instalavam.

Pensava-se que fora do centro surgiriam novas opções de moradias populares (considerava-se casas populares as de aluguel inferior a 60\$). (38) Pelo contrário: na circunscrição da Glória e Santa Tereza, nos terrenos onde antes havia cortiços,

"...foram construídas algumas avenidas, cujo aluguel mensal é superior a 100\$, e prédios para habitação de indivíduos de classe elevada, com lojas para estabelecimentos comerciais." (39)

As avenidas eram consideradas "um luxo" proibitivo para os pobres. Nas poucas grandes vilas construídas pelos concessionários dentro das regras da higiene e da tecnologia disciplinar, cobrava-se um aluguel maior que o estipulado e denunciava-se que os moradores não eram os pobres, aos que, teoricamente se destinavam as casas. Enquanto isso multiplicavam-se os casebres aglomerados em favelas. Ainda durante a administração Pereira Passos, a Prefeitura buscou contatos com os proprietários no morro da Favela, para convidá-los a edificar casas para proletários em seus terrenos. (40) O próprio Osvaldo Cruz promoveu o saneamento do morro da Favela, e provavelmente de outras favelas que já se haviam formado: entre os focos de varíola extintos, contavam-se 70 domicílios demolidos que se situavam no morro da Mangueira. (41) As

descrições da favela do morro de Santo Antonio, nova opção de moradia proletária, são também desta época.

No inquérito realizado pela Comissão que deveria analisar a questão da moradia, revelou-se irrisório o número de casas populares construídas, além de exagerado o número de demolições. A Comissão considerava que o agravamento da crise era causado pelo próprio Estado, e recomendava a "franca intervenção do governo", construindo casas populares ou emprestando capitais para este fim. Reconhecendo as dificuldades de colocar em prática estas sugestões, sugeria ainda aprimorar as formas de atrair capitalistas para a construção de casas populares, sem no entanto deixar que se repetissem os abusos praticados pelos antigos concessionários.

(42)

A Comissão considerava a situação extremamente grave; Backheuser, um de seus membros, percebia o perigo de um levante de "toda a população dos bairros miseráveis da cidade". (43) A Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, pode ser considerada um exemplo.

Apesar do agravamento da crise, das casas superlotadas e dos aluguéis exorbitantes, apesar dos desabrigados, apesar do ainda grande número de habitações coletivas existentes em toda a cidade, (Tabela 7), o Estado não atendeu às sugestões da Comissão. Na administração de Pereira Passos se construiu 120 casas nos terrenos desapropriados para abertura da avenida Salvador de Sá, no Becco do Rio e na rua Leopoldo (44) - número irrisório, se comparado apenas ao de casas demolidas.

No entanto, a análise da documentação de licença de obras permite afirmar que uma nova (ou velha?) postura era assumida pelo prefeito "bota abaixo". Ao contrário das muitas

solicitações de licença para reforma de estalagens indeferidas sem apelação nas instancias burocráticas subalternas, várias licenças para obras em cortiços foram autorizados pessoalmente por Pereira Passos, contrariando as posturas editadas em seu próprio governo e pareceres de seus próprios funcionários.

É o caso da estalagem da rua do Senado n° 211, de propriedade do Visconde de Santa Cruz, a quem se concedeu licença para obras de melhoramentos, apesar de situada em zona proibida, e habite-se, apesar de não terem sido realizadas todas as obras indicadas. É também o caso de vários outros pequenos e grandes cortiços, (45) inclusive o da rua do Catumbi n° 80 (Figura 3).

Pode-se especular sobre as razões que teriam levado o prefeito a permitir a manutenção de alguns cortiços: a ameaça latente de um movimento popular, a influencia de alguns ilustres proprietários, o reconhecimento de que a política higienista habitacional e a reforma urbana agravavam a crise. Não cremos que entre estas razões se possa alinhar a preocupação quanto aos moradores. (46) A higiene urbana não tinha por objetivo a saúde do proletário, mas a saúde da cidade; (47) não era o morador do cortiço que devia se tornar sã, e sim o cortiço e a cidade.

A ameaça de um levante das massas despossuídas e descontentes e a localização de alguns de seus possíveis promotores em certos locais, por paradoxal que possa parecer, incentivava a ação do Estado que gerava este descontentamento. É que a intervenção saneadora visava reorganizar, estabelecendo um novo espaço que permitisse a vigilância sobre as populações. O litoral da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes, são um exemplo. A região era considerada o "bairro rubro",

"...homizão predileto dos valentes mais famanazes... que por muito tempo condimentaram a crônica sangrenta

dos jornais..." (47)

e também alvo importante da reforma urbana. Por isso mesmo, o Ministro da Viação, ao louvar estes melhoramentos, assinalava que

"...a função da Polícia tornar-se-ha muito fácil nestes bairros hoje tão perigosos." (48)

Nem tão paradoxalmente assim, depois de Pereira Passos, que "se obstinava em acabar com a última cabeça de porco" (49), as casas de comodos continuaram a se espalhar pela cidade: afinal, como reconheciam os higienistas, "o fechamento de uma implica(va) em abertura de outras..." (50). Engels já havia comentado muito antes sobre esta maneira burguesa de resolver a questão da habitação:

"... a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados no centro das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou a exigências de circulação(...) o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desapareceram e a burguesia glorifica-se altamente com estes grandes sucessos - mas ruelas e becos reaparecem imediata e frequentemente muito próximos (...) Os focos de epidemias, as cavas mais imundas, nas quais noite após noite o modo de produção capitalista encerra seus trabalhadores, não são eliminados mas transferidos. A mesma necessidade econômica fá-los nascer aqui como acolá. (51)"

No Rio de Janeiro, as favelas (com seus becos e ruelas) e as casas de comodos se expandiram incentivadas pela renovação urbana. Em 1920, data da último dado estatístico sobre habitações coletivas, o número destas moradias na circunscrição do Sacramento havia aumentado de 250% em relação a 1906, final da "era das demolições". Nesta época, 90% das habitações coletivas da cidade eram casas de comodos. Mas nestas, a pobreza se escondia dentro de quatro paredes que formavam fachadas como todas as outras. As estalagens, em que a pobreza se expunha a céu aberto, haviam praticamente desaparecido.

Notas parte 4.6.1

- 1- Foucault, Michel - Microfísica do Poder. R.J., Graal, 1984, p 93.
- 2- Rosario Costa, Nilson - A Questão Sanitária e a Cidade R.J., Escola de Saúde Pública/ Fundação Osvaldo Cruz/FCRB, 1984
- 3- A análise do quadro sanitário da cidade está em:
Bodstein, Regina C.A. - Condições de Saúde e Prática Sanitária 1890-1934. Dissertação apresentada ao mestrado de História, ICHF, UFF, 1984,
- 4- Rosario, N.C. - op. cit, p 10.
- 5- Programa de governo apresentado à nação. In: Bodstein, op.

Notas parte 4.6.

- 1- Pareceres - op. cit. p 34.
 - 2- Caso da estalagem a rua do Resende n° 75aa, de 1873. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.
 - 3- Código de Posturas, op. cit.
 - 4- Cavalcanti, J. Curvello - op. cit., p 17.
- Pareceres - op. cit., p 11:

"No Rio de Janeiro, apesar das Posturas Municipais acerca das estalagens, o proprietário continua não se importando com a infração dellas."

- 5- Pimentel, A. Azevedo - op. cit., p 185.
- 6- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-8, fls 33/39:

"A despeito porém de tudo, continuam os peticionários na construção dos ditos prédios, mas agora com licença da Illma. Camara, segundo sou informado. Ora, a sophismar-se assim a disposição do art° 2° da postura de 24 de janeiro de 1877, que prohibe essas construções, sera inutil procurar melhorar as condições hygienicas das classes pobres e as desta cidade, continuando a estabelecer-se aglomeração de individuos no centro da cidade e a constituir-se habitações sem condições hygienicas regulares, e por isso recorre a Junta

ao prestigio da autoridade de V. Excia., para fazer com que a Illma Camara Municipal faça respeitar a sua legislacao, nao concedendo licenca para taes habitacoes."

7- Vários casos, ver Códice 43-1-35.

8- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-35,

f1 85:

O Presidente da Comissao Sanitária do 2° Distrito de Santana pede ao Barao do Lavradio medidas enérgicas para atuar a respeito de alguns cortiços intimados a fechar,

"sem que os proprietarios e arrendatarios ligares a menor importancia ante a intimação que lhes fiz verbal e peremptoriamente em nome do Ministro do Império."

Seguem-se as relações dos cortiços (fls 86 e seguintes) que foram intimados a fechar e não atenderam à ordem. Entre os seus proprietários citam-se: Haddock Lobo, Barao de Mesquita, Visconde de Arcozelo, Visconde da Gavea.

9- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-35,

f1 26. Officio do Chefe da Policia (1902)

"...nao compete a esta repartiçao dar as providencias legais que o caso exige..."

Do mesmo teor é o officio de 11 de junho de 1883. Códice 44-2-8, f1 55.

10- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.

11- Pareceres - op. cit., p 25.

12- Pareceres - op. cit., p

13- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.

Officio da Secretaria de Policia à Camara, em 4 de abril de 1884.

14- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-3-35.

Em 1878 o Barao do Lavradio encaminha officio à Camara reclamando a demolição de um cortiço da rua da Relação, que havia sido condenado pela Camara dois anos antes. Em resposta, o

Procurador da Illustríssima Camar explica:

"Tenho a honra de informar a V. Escia que a Junta de Hygiene labora um engano quando supoe que uma vistoria administrativa authoriza a Illma. Camar a demolir qualquer edificacão, o que so se pode fazer por sentença judicial passada em julgado..."

15- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-35
fls 84/90.

Caso do cortiço situado à rua da Saúde 182, em 1902. No parecer sobre o pedido de licença para obras, informa-se que o proprietário havia comprado a estalagem insanável já condenada e interditada, procurando

"... desorientar a authority a força de insistencia e de um meio realmente engenhoso: apresentou projeto para transformar quartos em um armazem."

16- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 43-1-26
fl 81.

Caso do cortiço "Lopes Quintas", situado à rua do General Camara n° 349: o advogado, procurador e desembargador Isidro Borges Monteiro (também proprietário de terras e prédios na Tijuca), por sua influencia na Camara, obtém a legalização da obra embargada.

17- Ibituruna, barao de - op. cit. p 30.

18- Luiz Raphael Vieira Souto é figura de destaque na história do saneamento do Rio de Janeiro. Sua critica tornou famosos os trabalhos da Comissao de Melhoramentos, de 1876. Em 1879, o dec. n° 7302 lhe concede favores para a construção de um novo cais, concessao que seria absorvida pela Empresa de Melhoramentos do Brasil, da qual foi um dos diretores. Em 1885 recebe concessao para construção de casas para operários e proletários (familistérios). Em 1886 desponha como membro do Conselho Superior de Saúde Pública. Em 1903 torna-se o presidente da Comissao Fiscal e Administradora das Obras do Porto. Seu nome

aparece ainda em licenças para obras, assinando pareceres isolados, e está ligado também a outras grandes obras públicas.

19- Pareceres - op. cit., pp 23/25.

20- Pareceres - op. cit., p 36.

21- Pareceres - op. cit., pp 36/37.

22- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-4-5.

Todos os documentos citados nesta passagem estão reunidos neste volume, sem numeração de folhas.

A Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios apresentava-se como organização da maior parte dos proprietários e arrendatários da cidade.

O Almanaque Laemmert de 1890 dita uma Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Estalagens e Casas de Alugar Comodos com sede à rua do Lavradio, 17. Neste mesmo endereço funcionava em 1900, ainda segundo o almanaque, a Sociedade União dos Proprietários. Na revista Rio Ilustrado de setembro de 1940, uma reportagem se refere à União dos Proprietários, fundada em 2/6/1890, antiga Sociedade Defensora das Estalagens e Casas de Comodos, com sede à rua de Santana. Esta agremiação se transformou no Sindicato dos Proprietários de Imóveis com sede própria à rua Graça Aranha 226, onde funciona até hoje a Associação dos Proprietários de Imóveis da Rio de Janeiro.

Certamente os proprietários se organizaram em várias associações, e se manifestaram em mais de uma oportunidade. Raymundo Athayde informa que durante a renovação urbana estes proprietários solicitaram a Rodrigues Alves a demissão de Pereira Passos. Em 1935 surge uma União dos Comerciantes,

Proprietários e Arrendatários de Habitações Coletivas, oficialmente reconhecida e com seus estatutos publicados no Diário Oficial de 13 de março. (p 5143)

23- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-9, fls 6/7 e 16/21.

Muitas vezes os funcionários de um mesmo órgão discordavam a respeito das condições higienicas e da solidez das construções. O caso da estalagem "do Bastos", situada à travessa de São Sebastião nº 15, no morro do Castelo (Figura), ilustra o desencontro de conceitos, opiniões e talvez, interesses. Ilustra também os limites pouco precisos entre os conceitos científicos e os ideológicos.

Em janeiro de 1893, o Delegado de Higiene da Freguesia de São José envia ofício ao Inspetor Geral comunicando que havia intimado o proprietário a fechar em 24 horas, devido às má condições higienicas de alguns quartos. Pede vistoria ao engenheiro municipal, por entender que esta estalagem deva ser demolida. A resposta é do perito da Diretoria de Obras, que argumenta sobre a necessidade de se proceder com escrúpulos em se tratando da escassez quase absoluta de habitações para o proletariado no caso de fechamento e demolição do "maior núcleo de habitação que existe no Rio de Janeiro". A seguir são feitas considerações específicas sobre cerca de uma dezena de blocos edificados (Figura 5). Sobre um conjunto de quartos sem ventilação suficiente, recomenda evacuar as habitações; sobre outras casas, diz que "habitaríamos de bom grado com nossas famílias"; sobre outros, recomenda a construção de mais latrinas.

Finaliza:

"...discordando em grande parte do parecer do digno delegado de hygiene, sei que advogo uma causa má e antipática, e que os moveis que dictam a minha conducta

poderao ser até mal interpretados... (mas mantenho)... a consciencia de proceder com justiça."

Este cortiço consta da estatística das habitações coletivas de 1910, em que se informa que era constituído de 150 moradias e considerado uma avenida.

24- O aviso do Ministério lista os fatos seguintes:

- a Inspeção não cumpriu o disposto no Regulamento Sanitário,
- a Inspeção não cumpriu o dec. n° 649 de 9 de agosto de 1890, que criava o cargo de engenheiro do Ministério para realizar as vistorias,
- a Inspeção ordenou o fechamento, medida que só poderia ser tomada "...a juízo da Comissão e do referido engenheiro...",
- em casos idênticos o Ministério já havia tornado sem efeito a ordem de fechamento,
- o fechamento e a condenação de estalagens só seria admitida onde fosse impossível toda e qualquer modificação e melhoramento,
- a Intendência Municipal não deveria criar embaraços porque não existiam posturas "...proibindo a reconstrução de estalagens, mas apenas a construção de outras..."

25- Este impedimento era reconhecido pelos empresários, que chegavam a pedir sua revogação:

"... é preciso, antes de tudo, inquirir - até onde vai este famoso Direito de Propriedade? Si é um Direito feudal, si é um direito de vida e de morte, (...) então, evidentemente é necessário aboli-lo como abolimos todos as outras barbarias da nefanda idade média."

Rebouças, André - Saneamento de Nápoles/ Saneamento do Rio de Janeiro, in: Revista dos Constructores, setembro de 1889, p 124.

26- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 59-1-31.

27- Ferrez, Gilberto - Registro Fotográfico da construção da Avenida Rio Branco 1903-1906. R.J., Museu Nacional de Belas Artes, 1982, pp 57/59. Observe-se ainda que, nesta

operação, o Governo Federal procurou reduzir suas despesas, vendendo os terrenos "com bastante lucro". Eram portanto terrenos bastante caros. Ver a respeito:

Reis, José de Oliveira - O Rio de Janeiro e seus Prefeitos

R.J., Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977, v 3, p 22.

28- Arquivo Geral da Cidade. Códice 38-2-42, fl 14. Relatório do Chefe do 3º Distrito Sanitário (centro), 1º semestre de 1898 :

"...casas de allugar commodos, para mim mais perniciosas que as proprias estalagens: nestas há pelo menos durante muitas horas do dia, ventilação e luz provindas de suas areas onde quasi que vivem seus moradores entregues a seus habituais labores, enquanto que n'aquellas o seu ubi (?) se resume em um espaço fechado por um quarto, muitas vezes recebendo ar e luz indirectos."

Outro higienista, dr. Sá Pereira, fazendo um estudo comparativo, "...chegou a qualificar de saudosas as antigas estalagens..." In: Pinheiro, P.S. e Hall, M.M. - op. cit., p 123.

29- Backheuser, E. - op. cit., p 105.

30- Arquivo Geral da Cidade do R.J. Códice 43-1-38, fl 23.

31- Brasil - Habitacoes Populares- Relatorios apresentados ao Exmo. Sr. Dr. J.J.Seabra, Ministro da Justiça e Negocios Interiores. In: Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J.J.Seabra, Ministro do Estado da Justça e Negocios Interiores, em março de 1906. Vol. III. Diretoria do Interior. R.J., Imprensa Nacional, 1906. Respostas dos delegados de Saúde às questões formuladas pela Comissao, p' 135.

32- Sobre a relação entre os empresários e a administração municipal, ver: Porto Rocha, Osvaldo - A Era das Demolições Dissertação apresentada ao Mestrado em História, ICHF, UFF, 1983.

33- Backheuser, E. - op. cit., p 113.

34- Dados sobre o número de prédios demolidos:

- 1040 casas para as obras da prefeitura-

Este dado está em: Cidade do R.J.- A Administração do Dr. Francisco Pereira Passos no Districto Federal. R.J., Typ. d'Or Economista Brasileiro, 1906, p 60.

- 450 casas para a construção do porto-

Este dado foi obtido somando-se o número de prédios existentes nas ruas de contorno do litoral, lado do mar, e que desapareceram com as obras do porto. São os prédios da rua da Saúde, Prainha, Praia do Chichorro, rua da Praia do Saco e rua da Praia Formosa, segundo as informações de Cavalcanti, J.C. - op. cit. Multiplicamos o número de prédios, 450, pela densidade média domiciliar, e o número de estalagens, 279, pela média de moradores por estalagem.

- 700 casas para abertura da avenida Central-

Este dado está em Reis, J. de O.- op. cit., p 22 .Outros autores referem-se a 641 prédios, outros a 2 ou 3 mil, outros a 13 ha de demolições. Como se trata de um cálculo aproximado, utilizamos a densidade domiciliar média de 10 habitantes/prédio.

Eulalia Lobo se refere a um decreto de 1902 que previa a demolição de 2000 imóveis. História do Rio de Janeiro...p 450
35- Backheuser, E.- op. cit., p 115.

36- A descrição é de Georgette, citado em: Lamarao, S.T. - op. cit., p 198.

37- Revista Kosmos, junho de 1905. Reportagem sobre a demolição do hotel G.Lobo.

38- J.J.Seabra - op. cit.

39- Idem, p 130.

40- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 46-3-45, fl 9.

41- J.J.Seabra - op. cit. p 145.

42- Idem, p 8.

43- Backheuser, E. - op. cit, p 126.

44- Reis, J. de O. - op. cit.,

45- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códices 43-1-35 e 44-2-12. Vários documentos.

46- Apesar da atuação de jornais operários e de notícias sobre a tentativa de fundação de uma União dos Inquilinos, não cremos que os locatários tivessem voz ativa que chegasse a ser considerada pelas autoridades constituídas na época. As reivindicações dos locatários não encontravam resposta dos agentes da administração municipal. Ao menos é o que se conclui de um documento de 1905. Trata-se de um abaixo-assinado, em que moradores intimados a desocuparem as casas para a demolição do cortiço pedem o auxílio do prefeito, para impedir o despejo e a demolição. Este documento é o único, entre centenas de outros que tramitaram pelos caminhos da burocracia sem receberem um único carimbo, parecer, aprove-se, conceda-se, remeta-se, ou archive-se, nem assinatura. Uma semana depois foi enviada outra carta de mesmo teor. Os "humildes criados operarios" nunca receberam resposta.

47- Cruls, Gastao - Aparencia do Rio de Janeiro. R.J., Livraria José Olympio Ed., 1965, p 623.

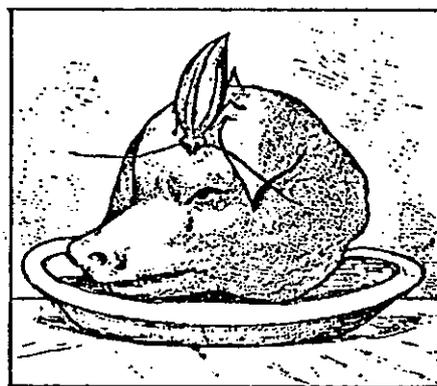
48- Conferencia do dr. Lauro Miller, no Clube de Engenharia. In: Fogliani, Giuseppe - Projecto de Melhoramento na Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Typ. Lith. Borgonovo, 1903, p 38.

49- Cruls, G. - op. cit., p 623.

50- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 38-2-42, fl 14.

51- Engels, F. - op. cit., p 49/51.

REVISTA DA SEMANA - 2 AGOSTO 1924



5. Um estudo de caso: o Cabeça de Porco.

5.1. Introdução.*

O Cabeça de Porco foi a mais famosa das habitações coletivas da cidade; seu próprio nome foi incorporado ao vocabulário carioca com um sinónimo depreciativo até hoje utilizado.

O nome Cabeça de Porco (1) surgiu devido a forma característica da entrada do cortiço: um grande portal em arcada ornamentado com a figura de uma cabeça de porco. As arcadas com cabeças de animais e outros motivos em louça ou gesso eram comuns nos solares, chácaras e quintas dos séculos passados (2). A figura de leões vigiando as entradas originou o termo leão de chácara. A presença deste ornamento na entrada do vasto terreno pode indicar que se tratasse de uma antiga chácara. Este grande arco situava-se na rua Barão de São Félix (antiga rua da Princesa), diante da antiga rua de Sant'Anna (depois rua Dr. João Ricardo e hoje rua Bento Ribeiro). O prolongamento desta rua e a construção do túnel João Ricardo só foi possível depois de arrasado o cortiço, em circunstâncias espetaculares que contribuíram para aumentar a sua fama.

As informações a seu respeito são esparsas, algumas contraditórias e por vezes inacreditáveis, como por exemplo, a informação citada por vários autores, de que teria sido habitado, certa época, por 4.000 pessoas. (3) Hermeto Lima, que escreveu artigos sobre o Cabeça de Porco, refere-se a duas mil pessoas quando se iniciou a demolição.

* Agradeço a Monica Marques Leão e a Mauricio Abreu a indicação dos códices com as informações que permitiram escrever este item.

Na década de 80 foi talvez o maior cortiço do Rio de Janeiro. Era um verdadeiro bairro, constituído por sobrados, térreos e quartos. Os sobrados e térreos subdivididos, por sua vez, em muitos outros quartos. Esse conjunto de construções, verdadeiro "labirinto arquitetónico", se estendia até a pedreira dos Cajueiros no morro da Providência e "se alastrava pelos flancos ocupando a retaguarda das casas" da rua Barão de São Félix (4). Nas suas muitas ruelas interiores se encontravam "grande número de cocheiras com animais e carroças, galinheiros e um armazém". Dentre os quartos havia os de pedra e cal, de madeira de lei, e de tábuas de caixões, assim como casebres de sapo e "tecto de folhas de lata". A existência desses casebres e a ocupação do flanco dos morros sugeriu posteriormente a expressão "semente de Favela" (4); as descrições compoem uma imagem intermediária entre o cortiço e a favela. Efectivamente, há denúncias de que os cortiços da rua dos Cajueiros eram casebres da pior qualidade.

5.2. Proprietários e moradores.

Outra informação duvidosa era sobre o seu proprietário, que seria o Conde D'Eu. Essa afirmação corria de boca em boca, estampava-se nos jornais e nunca foi comprovada nem desmentida. Os biógrafos limitam-se a confirmar que o príncipe consorte era proprietário de terrenos e que os arrendava não se importando para qual finalidade (5). Como se tratava de voz corrente mas cujos registros não foram encontrados, pode-se supor que o Sr. Gastão de Orleans tenha sido um dos proprietários, provavelmente fundiário, do enorme conjunto de imóveis.

As primeiras informações são de 1845, ano em que J.J.P. de Faria possuía 13 quartos no local. (6) Quando de sua demolição,

em 1893, a Prefeitura contactou 20 proprietários do cortiço. A principal proprietária, Felicidade Perpétua de Jesus, possuía casas e parte do terreno. Portanto o cortiço existiu durante meio século e até um pouco mais, segundo os jornais da época.

A estalagem ocupava o terreno n° 154 da rua Barão de São Félix, antigo n° 132 A, B, C e D, numeração que correspondia às entradas do cortiço. A consulta a alguns livros de lançamento da Décima Urbana permite acompanhar passos da transformação desta enorme habitação coletiva. Em 1878 eram registrados neste lote: 1 cocheira, 49 quartos e 2 térreos de Felicidade P. de Jesus, 1 sobrado, 1 cocheira e 9 quartos de Joana R. Coelho, 1 térreo, um sótão e 8 quartos de Francisco G. dos Santos e 2 térreos, 1 sótão e 23 quartos de José Francisco Teixeira. Neste ano observa-se que D. Felicidade é proprietária do n° 156 e que vários prédios do n° 126 ao 152, portanto do outro lado do Cabeça de Porco pertenciam a J.J.P. de Faria, J. A. de Faria e A.F. da Costa Guimaraes.

Em 1890, os prédios de um lado do Cabeça de Porco continuam nas mãos dos mesmos proprietários. O n° 154 se multiplicou e se subdividiu em 21 térreos, 1 sobrado, sótãos e 104 quartos, todos reconhecidos pelo Poder Público e pagando Imposto Predial. (6) Os mesmos proprietários possuíam também prédios vizinhos, possivelmente interligados, formando um conjunto maior.

Os nomes dos proprietários permitem verificar que laços de parentesco unem os Pereira de Faria, os Costa Guimaraes, os Freitas Lima Guimaraes e as Perpétuas (7). Trata-se de um exemplo de uma antiga família proprietária fundiária que manteve a propriedade no âmbito familiar, apesar de cada parente construir,

arrendar ou sublocar diferentes prédios. Interessante é notar que a matriarca é quem se torna famosa durante a existencia da estalagem e que seu nome ainda marca a região: a travessa de D. Felicidade existe até hoje.

Boa parte da fama do Cabeça de Porco deveu-se a sua resistencia às investidas sucessivas e infrutíferas realizadas durante a Monarquia. Após o seu extermínio, os jornais se referiam à

"...secular cabeça, que derrubou ministerios, fez as delicias do Conde d'Eu e a glória da barbada e respeitável Dona Felicidade..." (8)

A resistencia do cortiço seria explicada pela influencia do seu augusto proprietário, o que não pode ser comprovado. Há, porém, outra versão para essa longa resistencia. Segundo um antigo morador da vizinhança, o Cabeça de Porco era

"...quartel general dos capoeiras de antanho (...) protegido com firmeza pelos magnatas da politica local, que não compreendiam um politico às direitas sem um razoavel grupo de capangas ou guarda-costas." (9)

Essa proteção desapareceria no início da República, com a ascensão de novos grupos ao poder, e particularmente com a atuação do chefe de Polícia Sampaio Ferraz, que deportou os capoeiras em massa para Fernando de Noronha. Desaparecidos os seus líderes e seus protetores, o Cabeça de Porco deixava de ser "impenetrável e inexpugnável".

A respeito dos seus moradores, dizia-se que eram "capoeiras, ladroes, meretrizes de baixa classe e assassinos". Entre as centenas ou milhares de moradores, muitos eram capoeiras aglutinados pelas relações pessoais, muitos eram trabalhadores da pedreira que procuravam moradia próxima ao trabalho. Uma planta antiga mostra a localização da pedreira e a indicação "caminho da pedreira". É provável que a pedreira esteja na origem do

cortiço: segundo Camara Cascudo, o arrendatário do terreno do príncipe "preferiu construir uma série de casinhas para os cavouqueiros" (10). Neste ponto é de se assinalar a semelhança da presença da pedreira junto ao mais famoso cortiço da cidade e no romance de Aluisio Azevedo, da mesma época.

No cortiço modelo, cortiço real, havia também um armazém, várias cocheiras e galinheiro. Em reportagem publicada 30 anos após a demolição, afirma Hermeto Lima que havia ainda uma barbearia e 10 oficinas de remendar sapatos e que era grande o número de mulheres lavadeiras de todas as cores e nacionalidades. Havia ainda bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos. Em suma, "uma Babylonia" (11), com seu "habitantes de todo genero", que lhe imprimiam o aspecto de multiplicidade e heterogeneidade, apesar de sua condição básica comum, a pobreza.

5.3. O começo do fim.

Quanto as circunstancias da longa luta de eliminação desse cortiço, ocorrida em 1893, foi possível verificar a existencia de documentos que reportam a 1893. Nesse ano, na sessão de 28 de fevereiro da Illustríssima Camara Municipal, discute-se o relatório encaminhado pelo diretor de Obras Municipais, relatando a vistoria feita no Cabeça de Porco, em que se constata que a rua de Sant'Anna "é della continuação e tem todos os indícios de ser pública". (12) Efetivamente os terrenos para a continuação da rua de Sant'Anna foram oferecidos por J.J.P. de Faria em 1847 e aceitos pela municipalidade. Entretanto a rua nao foi prolongada. Nesses terrenos contruiu-se ilegalmente prédios do cortiço. As condições de higiene, nesta época aparentemente nao inspiravam maiores cuidados, pois segundo os peritos, "...

Notamos-lhe em todo asseio e limpeza..." Informava ainda o relatório que a rua dos Cajueiros (13) fora interceptada e fechada "por um taboado" (ver Mapa 4) no interior do cortiço. A partir destas irregularidades e das suas condições higienicas sucedem-se de 1880 a 1888 as portarias, ordens, mandatos, intimações e autorizações para o fechamento da estalagem (14).

5.4. O interesse pela extinção do cortiço.

Além das tramitações burocráticas, mas de conhecimento público divulgadas em jornais, outros dados também são esclarecedores: mostram dimensão oculta do combate aos cortiços, aquela em que atuam os representantes dos interesses imobiliários, articulados ao Estado.

Em meados da década de 80 mais de seis propostas para o prolongamento da rua dos Cajueiros e da rua Dr. Joao Ricardo (antiga de Sant'Anna) e concessão de favores para execução desses melhoramentos são encaminhados ao governo imperial. Uma dessas, a de Antonio Ferreira Borges, datada de 30 de Abril de 1886, é clara ao justificar sua pretensão: o projeto,

"...de grande utilidade pública, é baseada na intuitiva conveniencia de melhorar as condições de saneamento das zonas por onde se estendem as ruas indicadas, proporcionando incontestáveis vantagens aos seus habitantes, tal como facilidade de suas comunicações, franca ventilação de suas casas, belleza e uniformidade de suas ruas e mais amplo espaço para edificações (...). Para provar a utilidade dessa concessão e legitimar a pretensão do supplicante, basta considerar que só a demolição de numerosos casebres e immundas estalagens, e entre ellas o celeberrimo cortiço denominado Cabeça de Porco, talvez o maior do centro da cidade, seria por si um serviço real, senão verdadeiro beneficio, prestado aos moradores d'aquella zona e desta capital" (15).

Cita ainda diversas entidades e personalidades que já se haviam manifestado no sentido de proclamar a "necessidade de suppressão dessa immunda pocilga".

Quanto às reais condições de higiene do cortiço, é de se supor que se deterioraram a partir da proibição de realização de reconstruções (1876) e das sucessivas medidas tomadas para o seu fechamento. Apesar de sua fama de imundície, vimos que aparentemente isto não se confirmou na vistoria de 1880. Quando de sua demolição haviam alguns quartos interditados; alegavam as proprietárias sempre terem atendido prontamente às recomendações da repartição de higiene, que indicava, item por item os melhoramentos devidos. Mais tarde esse melhoramentos não puderam ser realizados porque a Intendencia Municipal negava a concessão da licença para as obras solicitadas. Nestas circunstâncias, as precárias condições de saneamento certamente se agravaram bastante.

Sobre a proposta de prolongamento das duas ruas e a justificativa da eliminação do cortiço, observa-se que são indissociáveis: não se distingue, na realidade, qual o verdadeiro melhoramento, se o surgimento de novas ruas ou o desaparecimento do Cabeça de Porco. Sendo trechos de ruas isoladas, que pouco contribuiriam para a facilidade dos transportes (esses projetos ainda não incluíam o túnel em continuidade da rua dr. Joao Ricardo), de difícil execução (o prolongamento da rua dos Cajueiros nunca foi realizado), a proposta de prolongamento, na verdade, visava dar outra ocupação a a área, possibilitando novas construções sobre um dos poucos terrenos de grandes dimensões na proximidade do centro. A petição é clara: solicita o direito de desapropriação de prédios e terrenos, a cessação gratuita de terrenos do Estado e a isenção da décima (imposto predial) para os "prédios para as classes menos favorecidas" a serem edificadas. Este projeto é um dos exemplos

de tentativas para obtenção de terrenos para construção de casas populares onde era maior a demanda: próximo ao centro. Nestes projetos solicitava-se o direito de desapropriação de prédios e terrenos em largas faixas (30m e até mais) de cada lado da rua a ser aberta para construção de moradias. Eram tantos os pedidos de concessões de favores nesse sentido, que em 1892 o Intendente de Obras pede que se de um ponto final a

"..essas concessões que jamais são levadas a efeito" e que não passam de recursos sem cerimônia para "obter terrenos a pequeno preço para edificar dentro da melhor área da cidade, lesando o interesse particular" (16).

Apesar da oferta de terrenos nos arrabaldes, o interesse maior era pelos terrenos centrais maiores, nos quais frágeis cortiços insistiam em resistir ...

A proposta de prolongamento de ruas através do grande cortiço recebeu pareceres favoráveis e sofreu algumas modificações. Fez-se o levantamento dos imóveis a serem desapropriados e seus respectivos valores. A Câmara Municipal foi notificada para tomar as providências quanto aos seus terrenos. Foram justamente estes terrenos, doados e aceitos pela Câmara 40 anos antes para o prolongamento da rua de Santana que embasariam a decisão do Ministro de Negócios do Império em agosto de 1887: caberia à própria Câmara a realização desse melhoramento (17). Que não o realizou, como não o havia realizado até então.

Em 1891 o Conselho de Intendencia Municipal fecha contrato com o engenheiro Carlos Sampaio, (18) que se propõe a prolongar a rua dos Cajueiros, a rua João Ricardo e abrir um túnel no morro do Livramento. O peticionário solicitava a concessão dos mesmos favores (direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos do Estado, isenção de taxas sobre os prédios a serem construídos) e ainda: o privilégio para

exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes e no túnel, direito de cobrança de pedágio durante 30 anos e de transferência da concessão a terceiros. O concessionário aguardava a aprovação ministerial e o decreto de desapropriação do cortiço para iniciar as obras, mas estas medidas não se concretizaram.

Em meados do ano seguinte, em 1892, já na administração de Barata Ribeiro, fecha-se o cerco ao famoso cortiço. Por ordem do serviço de higiene são fechadas as casas da ala esquerda. Em agosto é realizada uma vistoria por engenheiros do Departamento de Obras da Intendencia Municipal, que concluem pela necessidade da imediata demolição das casas. Observe-se que, pouco antes, em 19 de maio, o aviso do Ministério do Interior reprovava essa mesma atuação da Intendencia e reafirmava que a demolição só se deveria realizar caso os proprietários não quisessem fazer os melhoramentos cabíveis. Esses melhoramentos, por sinal, deveriam ser indicados não pelos engenheiros da Intendencia mas pelo engenheiro do Ministério. (19) Apesar disso, seguiam as providencias para eliminar a estalagem. Muitos moradores se retiraram.

5.5. A demolição.

Em 21 de janeiro de 1893 os proprietários recebem intimação para demolirem seus prédios no prazo de 5 dias, "sob pena de ser feita a demolição à vossa custa". A justificativa era o estado ruinoso das construções e o fato de não serem licenciadas. De nada adiantariam os protestos das duas principais proprietárias, alegando irregularidade na atuação das autoridades municipais, prejudicando o interesse dos proprietários e moradores e concedendo facilidades ao

concessionário:

"Só depois de um célebre contrato feito pela Intendencia com o dr. Carlos Sampaio, para o prolongamento das ruas Joao Ricardo e Cajueiros, com obrigação de indenizar as supplicantes e outros proprietários, contracto que deveria se transferido ao Banco Evolucionista, e de mandar este banco uma comissao orçar o valor das desapropriações a fazer, é que, por singular coincidência começaram as supplicantes e os outros proprietários a serem incomodados (...) Consequentemente, é illegal e atentatorio ao direito de propriedade qualquer acto da Intendencia no sentido da demolição dos prédios das supplicantes" (20)

O supremo argumento da defesa do direito da propriedade nao indimidou Barata Ribeiro: em 26 de Janeiro, vencido o prazo, o prefeito baixa um decreto (21) permitindo a si mesmo dar combate aos cortiços. No mesmo dia, iniciava-se a demolição.

"Foi uma batalha civil, perfeita em seus pormenores (...) diante do Cabeça de Porco (surgiu Barata Ribeiro), à frente de um exército de todas as armas: com trabalhadores da Prefeitura, munidos de picaretas e archotes; quase todo o corpo de investigadores que, subindo o morro do Livramento, deram cerco pela retaguarda; um piquete de cavalaria policial, que guarneceu as ruas transversais à Barao de S. Félix, local do combate; uma companhia de bombeiros, portadores de longas mangueiras para apagar o pó; uma força do 1º batalhao de infantaria (...), destinada a interditar a zona conflagrada; e o corpo de saúde (...).

"Compunham o seu estado-maior outro general administrativo - o Chefe de Polícia e mais os delegados auxiliares", delegados, ajudantes de ordens, engenheiros municipais, secretário da Inspeçao de Higiene.

"Comandante de tropas aliadas eram os diretores da Empresa Melhoramentos do Brasil, Vieira Souto e Carlos Sampaio, este futuro prefeito, que adjudicaram quarenta trabalhadores de sua companhia" (22)

Ao alvorecer havia desaparecido a estalagem. Os jornais noticiaram o acontecimento e anunciaram o breve inicio das obras de construção do túnel e prolongamento da rua Joao Ricardo. O breve inicio estendeu-se longamente; depois de vários projetos, foi "aberto em tempo recorde" pelo prefeito Paulo de Frontin em 1919 (23) e concluído por occasiao das

festas do centenário, em 1922, (24) quando era prefeito... o próprio Carlos Sampaio. Quase trinta anos haviam se passado após a preparação do terreno com a demolição da estalagem.

O lendário Cabeça de Porco havia desaparecido. Alguns proprietários foram à justiça para obter indenização pelos danos causados e lucros cessantes. Foi possível obter alguns dados a este respeito: em 1899 a Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, depois de esgotados todos os recursos, mandou pagar a Luiza Perpétua da Costa 49.981\$300 de indenização (25). Outros proprietários procuraram acordos com a Prefeitura. Doze anos depois da demolição, a inventariante dos bens do espólio do Comendador Freitas Lima e sua esposa, Carolina Perpétua de Freitas Lima tem estipulada a receber a quantia de 277.545\$465, a título de indenização, fixada após

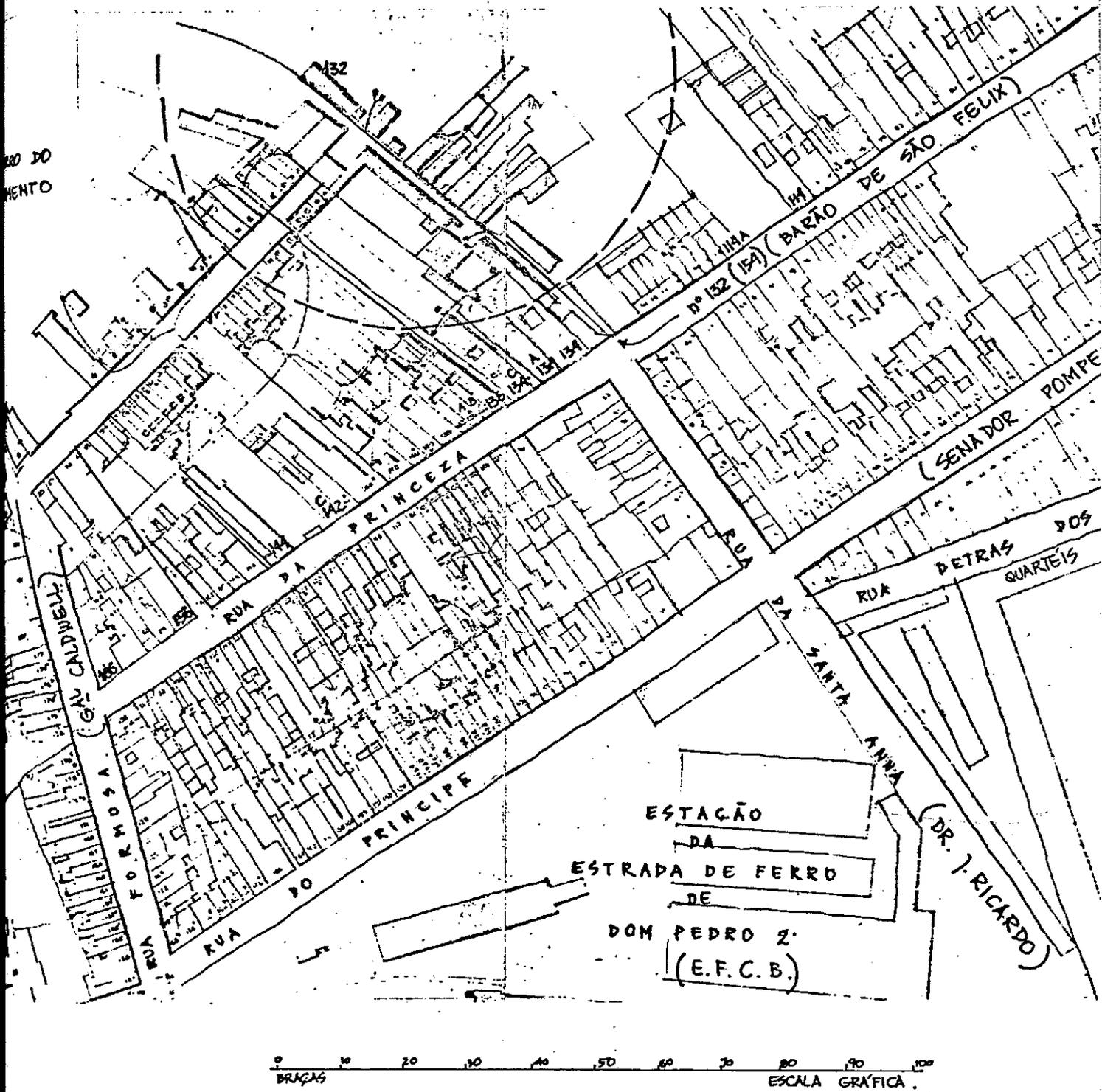
"...acordos sucessivos e unânimes confirmados também unânimes em grau de recurso pelo Supremo Tribunal Federal ... (que) condenou a Municipalidade do Distrito Federal ao pagamento de perdas e danos causados por actos de violencia e esbulho de bens immoveis de propriedade dos inventariados, actos esses praticados pela Prefeitura ao tempo da administração do dr. Candido Barata Ribeiro". (26)

Acabava-se o imóvel, mas restava a sua propriedade.

Desaparecera a mercadoria, não havia mais vestígios do valor de uso que constituíra; mas o seu valor de troca se mantinha intocado, com todas as garantias legais. Os cortiços podiam ser destruídos, mas a sua propriedade era intocável.

O Cabeça de Porco foi o único cortiço carioca demolido pelo Poder Público de que se teve notícia.

MAPA 4. LOCALIZAÇÃO DO CABEÇA DE PORCO EM FLANTA DE 1866.



FONTE: PLAN OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO, 1866, by EDWARD GOTTO. BIBLIOTECA NACIONAL.

Notas 5.

1- Há outra versão sobre a origem do seu nome. Citada por Hermeto Lima, remete à comparação que se fazia popularmente entre a feijoada e cortiço: a feijoada completa incluía todo tipo de carnes de porco, inclusive a cabeça. O cortiço abrigava todo tipo de gente e bichos. Jornal do Brasil, 27/1/1926.

2- Morales de los Rios Filho, A. - Grandjean de Montingny e Evolução da Arte Brasileira. R.J., A Noite, p 203.

3- Gerson, Brasil - História das Ruas do Rio.

4- Jornal do Brasil, 28/1/1926

5- Macedo, Roberto- Barata Ribeiro: Administração do Primeiro Prefeito do Distrito Federal, R.J., DASP, 1955, p. 26

6- Imposto Predial, 1878, 6º seção, AGCRJ.

Imposto Predial, 1890, 7º distrito, AGCRJ.

Imposto Predial, 1906, 11º distrito, AGCRJ.

Imóveis e proprietários em 1890:

nº I a X- 10 terrenos de Felicidade P. de Jesus

nº XI a XLV- 43 quartos de Manoel de Freitas Lima Guimaraes

nº XLVI a LI- 1 terreno e 7 quartos de A. F. de Faria

nº LII a LV- 4 terrenos de B.J. da Cruz e M.M Vieira

nº LVI- 1 terreno e 10 quartos de Luiza Perpétua da Costa

nº LVII e LVIII- 2 terrenos de J. Barcellos e M. Oliveira

nº 14A- 1 sobrado e 10 quartos de Joana Rosa Coelho

nº 14B- 2 terrenos, 8 quartos e sótão de Francisco G. Santos

nº 14C e D- 2 terrenos, 24 quartos e sótão de J.F. Teixeira

nº LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX- 8 terrenos de outros

nº LXXI- 1 terreno de A.F. Costa Guimaraes.

7- Carolina Perpétua de Freitas em carta a Barata Ribeiro (codice 41-4-5), Comendador Freitas Lima e esposa, Carolina Perpétua de Freitas Lima recebem a indenização pelo atentado à propriedade

(código 41-4-5), A.J. Pereira da Silva e esposa, D. Luiza Perpetua da Costa pedem licença para construção de estalagem no morro da Providencia (código 43-1-26, fl 16), A. F. de Faria, filho de Felicidade Perpetua de Jesus tem processos na Justiça contra a Camara Municipal (código 46-1-26).

8- Revista Ilustrada, fevereiro de 1893. In: Macedo, R. - op.cit.

9- Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1926.

10- Cascudo, L. Camara - Conde d'Eu R.J., Companhia Editora Nacional, 1933.

11- "A Cabeça de Porco". In: Revista da Semana, 2/08/1924

12- Cidade do Rio de Janeiro - Boletim da Illustrissima Camara Municipal da Corte. (Janeiro /Março 1880), R.J., Typ. do Cruzeiro, 1880, p 34.

13- Antiga rua Nova do Príncipe, aberta em 1855 no campo dos Cajueiros em terrenos do Conselheiro Duque Estrada. Arquivo Noronha Santos, AGRJ.

14- Gazeta de Notícias 27/1/1893.

15- Código 32-3-23 fl. 58. Há notícia de 6 outras propostas com o mesmo conteúdo apresentadas entre 1885 e 1887 (fl 85).

16- Código 36-1-7, fl 60.

17- Código 32-3-23, fl 84.

18- Carlos Sampaio, futuro prefeito que arrasaria o morro do Castelo em 1922, na época do Encilhamento encaminhou ao Poder Público diversos projetos e pedidos de concessão de privilégio para realização deste melhoramento, de arrasamento do morro do Senado, abertura de ruas na Cidade Nova e outros.

19- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Código 41-4-5.

20- Carta de duas das maiores proprietárias de prédios no Cabeça de Porco, Felicidade P. de Jesus e Carolina P. de Freitas,

ao prefeito, datada de 16 de janeiro de 1893. Códice 41-4-5.

21- Rio de Janeiro, Prefeitura da cidade - O Rio de Janeiro e seus Prefeitos. R.J., 1977, v III, p 8.

22- Macedo, R.- op.cit., p 22.

23- Rio de Janeiro, Prefeitura - op. cit., p 211.

24- Gerson B. - op.cit., p 211.

25- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 41-4-5.

26- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 59-1-31.

DEMOLIÇÕES - REVISTA KOSMOS 1904



6. Conclusão - reflexões.

Este último capítulo é composto de duas partes. A primeira trata do final do período da transição, quando se completavam as grandes transformações na cidade e que se denominou a Regeneração do Rio de Janeiro. Esta etapa encerra também a época das habitações coletivas na cidade.

Na segunda parte estão alinhados alguns itens que foram sendo pinçados e não puderam ser desenvolvidos ao longo do trabalho. São aspectos relevantes que o estudo apontou, referentes ao espaço urbano e ao espaço da habitação, e que são retomados na forma de reflexões.

6.1. "A transição da cidade maisã para a maravilhosa." P. Calmon.

Nas últimas décadas do século XIX as transformações na sociedade e no espaço tornaram-se cada vez mais rápidas e radicais. Numa rápida recapitulação, lembramos que neste tempo a cidade assistiu ao estabelecimento de fábricas, serviços e equipamentos urbanos modernos; à chegada de levas de ex-escravos e estrangeiros; à Abolição, ao revesamento das elites no poder; à febril corrida do Encilhamento, interrompidos por repetidas epidemias e faltas d'água. A cidade assistiu ainda ao surgimento da energia elétrica, do automóvel (1) e outras máquinas, do novo porto e da nova cidade. Acompanhavam este torvelinho novas idéias e ideais, comportamentos e todo um novo modo de vida. (2) Na virada do século, com a reforma urbana, este processo atingia o seu apogeu. A cidade se higienizava, se modernizava, se civilizava. Era a Regeneração do Rio de Janeiro, o fim da cidade colonial, "imunda e retrógrada", seus cortiços e suas casas "feias e fortes".

Em vez de muitos trapiches e pequenas embarcações de transbordo, surgia um porto moderno e eficiente, próximo ao

centro, mas não no seu meio. Em vez de pequenas e sujas oficinas, depósitos e cortiços junto a bancos e casas comissárias, um centro exclusivamente comercial, com lojas, escritórios, hotéis e cafés elegantes. Em vez de vielas estreitas, sujas e tortuosas, amplas avenidas bem calçadas e arborizadas. Em vez de praças cobertas de capim, com imundas latrinas e quiosques, praças ajardinadas, ornamentadas de estátuas, coretos e teatrinhos guignol, onde revoavam os pardais importados da França. Em vez da rude e ruidosa malta de "pés descalços", em mangas de camisa e "sovaqueira suada" atravancando estes espaços, a burguesia podia ocupar, usufruir e se exibir em nova e adequada paisagem.

A cidade assumia condignamente o seu papel de núcleo portuário e comercial, administrativo e financeiro, à altura de suas rivais sul americanas e seus modelos europeus. Com a reforma sanitária afastou-se o temor das epidemias; com a reforma urbana, a construção do porto e da avenida Central, logrou-se o controle da circulação e o controle urbanístico (3), este apoiado em uma coleção de leis, decretos e regulamentos.

Beneficiaram-se neste processo o capital financeiro estrangeiro que financiava a reforma, o capital imobiliário que executava as obras, e indiretamente outras frações de capital. (4) Muitos proprietários passaram a auferir maiores rendas decorrentes da valorização propiciada através da municipalidade, e ela própria aumentou sua arrecadação.

Mas o que importa assinalar aqui não são os beneficiados deste processo, mas os que foram prejudicados pela metamorfose, a grande massa popular e seus espaços.

Os incontestáveis benefícios de ordem sanitária,

economica e urbanística tiveram em contrapartida um altissimo custo social, da qual praticamente nao se beneficiou a grande massa popular. Pelo contrário, esta população viu se reduzir drasticamente, quando nao se acabarem, as condições de sobrevivencia na cidade.

Quanto às possibilidades de trabalho oferecidas na área central, estas se reduziam rapidamente à medida que se modernizavam o porto e os transportes, dispensando muitos carregadores, remadores e carroceiros. A medida que as hortas e capinzais, estábulos e cocheiras eram removidos para os arrabaldes, (5) desapareciam os verdureiros, lavradores e hortelões.

* entre as obras do porto e outras obras foram criados cerca de 8000 empregos sem exigencia de qualificação — Ver em murilo de carvalho

Com a redução do número de torneiras e latrinas nas ruas e a eliminação dos quiosques acabavam-se algumas das condições de permanencia junto ao centro.

Quanto à moradia popular, já se viu que a "era das demolições" reiterava e agravava a crise, eliminando estas construções, quer por necessidade da circulação ou do saneamento; ou de novas construções sob novos padroes técnicos e estéticos.

Os "deserdados da fortuna" se viam cada vez mais "desfavorecidos da sorte" e expulsos do centro da cidade. Mas nao foi somente a reforma do espaço urbano que prejudicou a massa popular. A modificação do espaço arquitetônico também foi decisiva. Pois com o fim das estalagens desapareciam os espaços que permitiam viver e trabalhar na cidade, sem se enquadrar nos modernos padroes burgueses. A eliminação das estalagens significou o fim de um espaço de moradia, de um espaço de trabalho e ainda de possibilidades de trabalho.

Creemos que o descontentamento popular foi alimentado nao somente pela expulsão destas classes do centro e pela eliminação

dos seus espaços de moradia, mas também, pela eliminação das suas alternativas de trabalho e de vida.

Este verdadeiro combate à presença dos grupos populares na cidade não se daria apenas em consequência da remodelação dos espaços urbano e arquitetônico. Em nome da higiene e da estética uma série de decretos complementou uma verdadeira política de expulsão da população pobre da área central. Assim, foi reprimida ou proibida a venda de bilhetes de loteria pelas ruas, a venda de miúdos de reses em tabuleiros, a ordenha de vacas leiteiras à porta do fregues, a criação de porcos dentro do perímetro urbano, a circulação de tropas de animais atrelados uns aos outros e a mendicância. A regulamentação, o rigor para a obtenção de licenças, a cobrança de multas e o aumento de taxas sobre os ambulantes e pequenos comerciantes disciplinavam mas também desestimulavam estas atividades. Foram também proibidas "velhas usanças" e "grosseiros costumes" populares. (6)

6.2. A transformação do espaço urbano.

A renovação urbana do Rio de Janeiro significou não apenas uma mudança de cenário, como escreveu Lima Barreto (7), mas também uma mudança de atores. A cidade francesa da "Belle Epoque" não comportava o "povilêu andrajoso" da cidade colonial. (8) Além destas transformações cabe ainda um comentário sobre uma mudança de conteúdo.

O período analisado se caracteriza pelo esvaziamento do uso residencial das antigas freguesias centrais. A redução de moradias percebia-se já a partir de 1870 na freguesia da Candelária, mas é entre 1890 e 1906 que será sentido nas demais freguesias: Sacramento, São José e Santa Rita. Os

gráficos n° 1,2,3 e 4 ilustram este processo, que também ocorre nas freguesias de Santana e S. Antonio até 1906. (graficos 5 e 6).

Estas seis freguesias, compondo aproximadamente o conjunto da cidade velha / cidade nova, sofreram nestes 16 anos uma redução de aproximadamente 13.000 domicílios unifamiliares. Estes foram em parte ocupados pelas novas atividades urbanas em parte foram destruídos pela cirurgia urbana, deixando de abrigar 144.300 pessoas (9). Somando-se a estas as desalojadas anteriormente da freguesia da Candelária, teremos que o processo de especialização funcional do centro significou o desaparecimento de moradias antes ocupadas por cerca de 150.000 pessoas.

Mas quanto à população destas freguesias, não se registrou uma queda: pelo contrário, houve um sensível aumento. Tendo em vista que nesta época ocorria por um lado uma demanda por espaços para lojas e escritórios que passaram a ocupar os andares de sobrado, a redução de domicílios referida e a ocupação dos bairros e subúrbios, conclui-se que uma população de relativas posses tenha se transferido do centro para as áreas residenciais. Por outro lado porém, a difusão dos quartos de alugar, das casas de comodos, das habitações coletivas clandestinas e da reiterada presença da massa popular nesta zona indicam que uma outra população bem mais modesta passou a ocupar o centro e suas proximidades. Esta multidão que se apropriou do velho Rio é aproximadamente a clientela das habitações coletivas e a que seria expulsa pela renovação urbana.

O movimento de afluxo e refluxo desta população e seus espaços vai caracterizar a transição. Assim também as habitações coletivas, que podem ser encaradas como uma forma rebelde de moradia, que insiste em se manter junto ao centro, mesmo quando

as demais moradias estavam sendo expulsas do local. As habitações coletivas foram a reação à expulsão das moradias da cidade em transição.

Após a administração Pereira Passos o processo de esvaziamento residencial da área central continuou. No entanto, nas freguesias de S. Antonio e Santana, e em grau menor, S. Rita (gráficos 4, 5 e 6), observa-se uma inversão: após violenta queda, há um aumento vertiginoso do número de domicílios. São os grupos expulsos pela cirurgia urbana, que se dirigem às freguesias de Santana e Santo Antonio, aumentando a população das

"...ruas da cidade nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca... Camerino, Barão de São Felix, Visconde de Itauna, Riachuelo e um milheiro de outras..." (10),

como já percebia Backheuser em 1906.

É este comportamento diferenciado destas freguesias que até 1906 reduziram o seu estoque de moradias, e após esta data voltam a admitir o conteúdo residencial. É neste sentido que a partir de então estas freguesias apresentam características semelhantes às da Glória e do Espírito Santo, e todas as demais residenciais, (gráficos 7 e 8), que aumentam continuamente o número de habitantes, domicílios e prédios.

Quanto às habitações coletivas, já se fez referência à sua participação neste processo e sua distribuição ao redor do centro. A população moradora se espalha: uma parte pelos subúrbios, uma parte no entorno do centro e outra parte, a de menor renda, se dirige às favelas. O Rio de Janeiro passa a apresentar claramente a segregação social no espaço. Revela-se então como uma cidade capitalista, que, como lembra Paul Singer, em última análise não tem lugar para os pobres.

A análise da distribuição das habitações permite

portanto apontar também transformações na estrutura urbana. (11)
Ao longo da transição configurava-se um novo padrão de
distribuição de usos do solo e classes sociais.

Esta nova conformação e o seu processo de formação na
verdade pode ser dividido em dois processos paralelos: da
separação/ concentração das atividades e da separação/
concentração das classes sociais. À medida que se acentua esta
estruturação, o espaço se especializa fazendo surgir a área
central de negócios, as zonas industriais, as áreas de lazer,
as zonas residenciais ricas e pobres. A setorização e
hierarquização funcional acompanha a divisão social do trabalho
(12); a separação social, que se tornara necessária para evitar
a contaminação (13), se torna irreversível devido à valorização
diferencial do solo.

A nova organização espacial seria vista como
urbanisticamente correta, preconizada pelos sanitaristas e
urbanistas. Estes, na realidade, incentivavam as tendências que
se esboçavam e contribuíam para a concretização do novo ideal
urbano. Estas tendências correspondem à duas esferas distintas:
em termos concretos, a resultante aos conflitos entre as
diferentes frações de capital e entre o capital e a força de
trabalho. Em termos ideológicos, a direção de um modelo, para o
qual tendem as medidas e as propostas de solução dos problemas
reais. As transformações espaciais que se observa durante a
transição constituem o processo que, segundo David Harvey, talvez
seja a consequência mais importante da reorganização do processo
de trabalho sob a dominação do capital (14) - a separação entre
lugar de produção e lugar de reprodução e consumo, entre classes
sociais produtoras e classes sociais consumidoras.

6.3. A habitação popular - novo padrão.

Entre duas formas de habitação coletiva, o cortiço e a favela, há vários pontos de contato. O primeiro simboliza a habitação popular do Rio antigo, a segunda, a habitação popular carioca do século XX (apesar de não serem exclusivas). Alguns fatos que mostram esta ligação puderam ser percebidos durante a pesquisa.

O Cabeça de Porco, por exemplo, apresentava aspectos comuns à uma e à outra forma. As descrições de época se referem mesmo a uma imagem intermediária entre o cortiço e a favela. Um aspecto comum às duas era a construção ilegal sobre terrenos de propriedade indefinida e a precariedade das casinhas.

Assim como neste grande cortiço havia semelhança com a favela, nas primeiras favelas havia semelhanças com os cortiços. As primeiras fotos do morro da Providência (15) mostram construções compridas com a conhecida sucessão de porta e janela. A imagem ainda não é a habitual, de pequenas habitações unifamiliares autoconstruídas. Efetivamente, de início os favelados, assim como os moradores de cortiços, não se livravam do aluguel nem dos proprietários. Backheuser, ao descrever o morro da Favela em 1905, mostra-se indignado pelo fato dos mais pobres pagarem "duramente alguns palmos de terreno", adquirindo o direito de escavar as encostas do morro e construir casebres. Por esta época, o português Domingos Alves Salgueiro alugava barracões no morro do Trapicheiro, que depois receberia seu nome. No morro do Borel, muitos se diziam proprietários e exploravam o rendoso negócio de aluguel ou venda de cavas para assentar barracos.

Hoje, favelas ocupam terrenos devolutos, negligenciados pelos proprietários, de propriedade duvidosa ou desprezados

pelo capital imobiliário; no entanto, nem sempre foi assim. Muito pelo contrário, proprietários bem definidos, de terrenos bem delimitados, agentes do pequeno capital imobiliário estão presentes nas origens da favela. O exemplo mais interessante é também no morro do Trapicheiro, onde Antonio Moreira da Costa, proprietário de casas de comodos (16), vice-presidente da Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios e detentor de uma concessão para construção de casas para operários (17), era proprietário de tres barracos e quatro casinhas... (18)

A historia do Cabeça de Porco mostra outros pontos de contato com a favela do morro da Providencia, considerada a primeira da cidade. (19) Supoe-se que alguns dos moradores do cortiço demolido tenham se estabelecido a poucos metros de distancia, na encosta do morro, recriando a "semente da favela". O próprio Barata Ribeiro dava as condições de construção precária, mandando

"facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que poderiam ser aproveitadas..." (20)

Por coincidência, parte deste morro onde surgiriam casebres e pertencia a uma das proprietárias do Cabeça de Porco (21), e uma das subidas do morro, isto é, um dos acessos à favela era justamente através do lugar onde havia o cortiço. (22)

Entre cortiços e favelas não há apenas uma sucessão no tempo, mas estreita relação: entre suas formas, entre seus moradores, entre seus agentes da produção, entre o modo de consumo.. Há ainda outra ligação entre ambos.

Os cortiços desapareciam por força do processo de especialização funcional e social do espaço. Os usos do solo e as classes sociais não se misturariam mais: eles se concentrariam

agrupados por tipos semelhantes. Os casebres e choças, antes dispersos, seriam também expulsos de certos pontos e tolerados em outros, concentrando-se nos terrenos de difícil edificação ou propriedade indefinida. A favela tem na sua origem a ação do mesmo processo social no espaço que determinava o fim dos cortiços.

Ironicamente, o Estado tem papel ativo neste processo, pois a própria legislação urbanística incentivava a formação de favelas, evitando a aglomeração de casebres em locais indesejados, isto é, facilmente visíveis. Artigo 36, capítulo VII, do decreto n° 391 de 10 de fevereiro de 1903:

"Os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações..." (24)

6.4. A questão da moradia - novos termos.

Um dos aspectos mais desconcertantes acerca dos cortiços é o fato de terem gerado um debate tão amplo, envolvendo tantos personagens, mantendo-se durante décadas no centro das atenções. Tratava-se de uma questão que envolvia grandes interesses de um enorme número de personagens, tanto pelo lado dos donos das habitações coletivas, que não abriam mão de seus "bons negócios", tanto pelo lado dos seus opositores, os empresários, empenhados em modificar a situação e participar destes ganhos. Pode-se identificar neste conflito a luta do novo contra o velho: do ascendente empresariado contra a decadente classe proprietária. Era a luta pelos "lucros fabulosos" proporcionados pela habitação popular, ou melhor, pelas condições que proporcionavam estes ganhos: a ocupação de terrenos, em especial os melhor localizados e valorizados.

Mas a questão da habitação no Rio de Janeiro não era colocada somente nestes termos; adquiria a cada momento diferentes formas, tons e contornos. Era encarada e formulada de maneira diferente pelos agentes sociais aos quais diz respeito; as classes trabalhadoras, o Estado, os técnicos, os proprietários, os detentores do capital que procuravam valorizá-lo dando "solução" ao "problema". A questão era colocada como de salubridade da cidade, de salubridade da habitação, de condição de vida da população e de economia da cidade. A questão associava-se a outras, conforme o ponto de vista do personagem em foco: problema médico, fundiário, imobiliário, dos transportes, dos aluguéis, de controle da população.

Ao longo do período estudado multiplicaram-se projetos de melhoramentos para a cidade e para a habitação popular. As grandes obras de saneamento da cidade, e o das aglomerações de habitações insalubres eram verdadeiros projetos de renovação urbana.

Quando esta finalmente se concretizou, agravou-se a crise da habitação. No entanto, calavam-se os arautos que clamavam pela solução do problema, os higienistas e os construtores. Apesar do agravamento da crise com a redução de moradias baratas, a superlotação e a redução das condições de moradia nas restantes, do aumento dos aluguéis e até das alarmantes previsões da comissão encarregada de apresentar soluções para a questão, o problema da moradia popular foi esquecido. Os higienistas haviam atingido o objetivo de controlar as principais doenças epidêmicas, os construtores haviam atingido seus objetivos de obter terrenos valorizados e valorizáveis para construir. Ninguém mais procurava construir casas higienicas de módico aluguel,

nem favores para isto.

A questão da habitação era também a questão dos cortiços. Uma vez que estes desapareciam por efeito do mercado, da legislação, da reforma urbana, e outras opções tão rentáveis se ofereciam para os proprietários e para o capital imobiliário, aos poucos não se falava mais dos cortiços. Desaparecia a questão da habitação, que só seria retomada bem mais tarde, sob nova forma: a das favelas.

Quanto aos moradores das habitações populares e coletivas, continuaram sem merecer atenção. As medidas de saúde pública obtiveram sucesso quanto às doenças que não respeitavam as classes sociais, mas não foram acionadas contra a principal doença da pobreza, a tuberculose. No início do século, esta era a principal responsável pela mortalidade nas habitações coletivas. (25) Assim como na questão da salubridade o que importava era que a cidade fosse saudável e não seus moradores, e na campanha abolicionista o que menos importava era a sorte do escravo (26), assim também na questão dos cortiços o que menos importava eram seus moradores. (27) Ao menos, boa parte deles.

6.5. O cortiço - aspectos simbólicos.

O simbolismo de que se revestem os cortiços tem um peso considerável na sua história. É um dos fatores que contribui para explicar a centralidade e a dimensão do debate que se travou em torno deles.

É através da ênfase em alguns itens do cortiço que se obteve a construção de uma imagem-símbolo. É através do cortiço-símbolo que se justificavam as medidas para a sua eliminação. É também através dele que se pode compreender como se divulgaram algumas características das habitações coletivas

em geral.

Neste sentido é necessário ter em mente a alegoria que concentrava todos os aspectos negativos, vícios, defeitos e deformações da habitação coletiva insalubre. Estes itens eram apontados em um grande cortiço carioca: o Cabeça de Porco. O Cabeça de Porco não era apenas um cortiço, mas O Cortiço. Por isso o romance traz tanta analogia com o real, por isso o seu nome se transformou num sinônimo que dispensa qualificação. É um símbolo.

Como explica B. Turkienicz, o processo de reorganização dos espaços atravessa fases específicas (27): a primeira é a contestação das morfologias preexistentes a partir de novas teorias. Nesta contestação, os itens mais criticados são postos em evidência, destacam-se do seu objeto real e formam uma imagem simbólica. Segue-se neste processo a construção de protótipos edificacionais e urbanos que se lhe opõem.

No Rio de Janeiro podemos identificar a casa higiênica como o protótipo da nova moradia e o Cabeça de Porco como a sua antítese.

Tendo em mente a imagem do grande cortiço, pode-se compreender algumas questões. Assim, pode-se perceber porque se difundiu a idéia de que o cortiço carioca era um "grande antro", quando na realidade a maioria das habitações coletivas eram pequenas. Ou então a imagem de um meio construído caótico e disforme, quando tantos se constituíam de uma sucessão regular de casinhas iguais. Ou ainda a imagem de um ambiente em que era difícil a fiscalização e o controle dos seus habitantes.

O peso ideológico do cortiço foi tal que elevou esta forma de habitação popular à categoria de padrão e aparentemente

de única da época quando na realidade havia outras modalidades de moradia popular e os cortiços nem chegaram a abrigar a maior parte das classes populares.

A crítica dos espaços de habitação não se restringiu apenas àqueles sintetizados na imagem do cortiço. A casa higienica era um paradigma universal, que se difundiu a partir de formas arquitetônicas que sucederam às habitações coletivas.

6.6. As transformações do espaço da habitação.

Há um claro paralelo entre a reorganização do espaço urbano e do espaço arquitetônico. A transformação que se passa em termos de arquitetura durante a transição é basicamente a diferenciação /especialização dos espaços. Eles se definem em função do atendimento de finalidades específicas. Surgem e se multiplicam novos tipos arquitetônicos como fábricas, estações, edifícios de escritórios, bancos, lojas comerciais de diferentes especialidades, etc.

A medida que se expande a produção capitalista de mercadorias contrai-se a esfera da produção no interior da moradia. (28) Assim como na cidade, no espaço da habitação também se assiste à separação do ócio e do trabalho. Definem-se claramente os espaços de trabalho e do não-trabalho, isto é, estar/ serviço. Cada comodo passa a ter uma finalidade onde se realizam atividades específicas: sala de jantar, sala de estar, quarto de banho, w.c., área de serviço e quartos de dormir. Estes são separados para as pessoas segundo faixa estária, sexo e posição na família. O espaço arquitetônico traduz uma nova ordem e mostra quem é quem e qual a sua função dentro da casa.

Enquanto surgem novas formas de moradia popular, no que diz respeito às classes médias, assiste-se a difusão das

habitações multifamiliares, novo termo das habitações coletivas que evoluíram a partir das conhecidas estalagens, avenidas e casas de comodos.

6.7. As habitações coletivas: formas de transição.

A cidade se transformou no habitat humano após a Revolução Industrial. Com o crescimento e a concentração demográfica, esta aglomeração estará patente também nas edificações, em particular na habitação. Esta não poderia mais ser isolada e unifamiliar; teria que se agrupar e se coletivizar. A habitação coletiva torna-se aos poucos o padrão de moradia da cidade moderna e contemporânea.

No Rio de Janeiro podemos também observar esta evolução, que se inicia com as conhecidas habitações coletivas durante a transição.

As habitações coletivas são uma modalidade da transição, e neste sentido representam elo de ligação do passado com o futuro, do velho com o novo. As habitações coletivas são ao mesmo tempo remanescentes de tempos anteriores e prenúncios de novos.

Os grandes cortiços eram claros resíduos do passado: eram chácaras que não foram retalhadas, eram apêndices dos estábulos, cocheiras, hortas e capinzais; eram espaços que permitiam a proximidade e simultaneidade de morar e trabalhar. Simbolizavam o espaço construído heterogêneo, irregular e desordenado, que deveria desaparecer.

Os cortiços, estalagens, casas de comodos e avenidas podem ser vistos como resistências às transformações em curso, pois resistiam aos processos de especialização funcional da área central de negócios e de segregação social no espaço.

habitações multifamiliares, novo termo das habitações coletivas que evoluíram a partir das conhecidas estalagens, avenidas e casas de comodos.

6.7. As habitações coletivas: formas de transição.

A cidade se transformou no habitat humano após a Revolução Industrial. Com o crescimento e a concentração demográfica, esta aglomeração estará patente também nas edificações, em particular na habitação. Esta não poderia mais ser isolada e unifamiliar; teria que se agrupar e se coletivizar. A habitação coletiva torna-se aos poucos o padrão de moradia da cidade moderna e contemporânea.

No Rio de Janeiro podemos também observar esta evolução, que se inicia com as conhecidas habitações coletivas durante a transição.

As habitações coletivas são uma modalidade da transição, e neste sentido representam elo de ligação do passado com o futuro, do velho com o novo. As habitações coletivas são ao mesmo tempo remanescentes de tempos anteriores e prenúncios de novos.

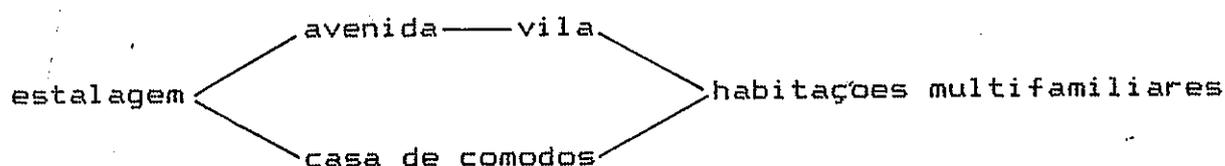
Os grandes cortiços eram claros resíduos do passado: eram chácaras que não foram retalhadas, eram apêndices dos estábulos, cocheiras, hortas e capinzais; eram espaços que permitiam a proximidade e simultaneidade de morar e trabalhar. Simbolizavam o espaço construído heterogêneo, irregular e desordenado, que deveria desaparecer.

Os cortiços, estalagens, casas de comodos e avenidas podem ser vistos como resistências às transformações em curso, pois resistiam aos processos de especialização funcional da área central de negócios e de segregação social no espaço.

Mas estas mesmas habitações coletivas já anunciavam o futuro: a produção em série; a produção visando o valor de troca e não o valor de uso da habitação; as construções mais frágeis que os pesados térreos e sobrados; o adensamento da população e a ocupação intensa do solo. Os padrões arquitetônicos futuros já se deixavam perceber nestas construções.

Efetivamente, pode-se acompanhar a evolução dos padrões de habitação a partir das conhecidas habitações coletivas. A estalagem é o ponto de partida. A avenida, a casa de comodos e a vila podem ser vistas como formas em evolução, de que resultam as atuais edificações residenciais multifamiliares. (Figura 11).

Esquemáticamente pode-se representar esta evolução desta maneira:



A medida que a avenida obedece a legislação; que define os espaços; que torna independente cada moradia; que amplia as dimensões dos comodos; dos vãos de iluminação e ventilação e que privatiza alguns dos equipamentos sanitários, caminha em direção ao novo paradigma burgues e deixa de ser acessível ao bolso do pobre. É o caso da vila: enquanto atende aos preceitos exigidos para as vilas operárias, passa a ser a moradia das classes médias. E, à medida que é aceita por estas classes de maior poder aquisitivo, são produzidas com maior requinte, e afastam-se mais do seu modelo antecessor.

Já a casa de comodos evolui em sentido contrário. Não caminha para o aprimoramento, mas para a degradação. Mas, à

medida que desrespeita a legislação; que subdivide cada vez mais os vários andares de edificações fortes e resistentes, que elimina o pátio, deixando apenas um corredor de acesso às moradias, anuncia o edifício de apartamentos.

Há no entanto uma forma intermediária entre a casa de alugar comodos e o edifício de apartamentos. É o falanstério ou familistério, protótipo de habitat coletivo idealizado por Fourier e realizado por Godin, (29) e que antecipa com precisão princípios funcionalistas (30) que só surgiriam um século depois. Mas esta forma híbrida já se encontrava, ao menos em projeto, entre as habitações coletivas do Rio Antigo. A figura 12, mostra características da estalagem, da casa de comodos e a imagem do falanstério.

Familistério era também o nome das casas coletivas para operários que o concessionário Vieira Souto se propunha a construir. (31) A figura 13 ilustra bem a forma de transição: no primeiro pavimento é uma avenida, no segundo pavimento é uma casa de comodos, mas já bem próxima dos prédios residenciais atuais. Assim como este, muitos projetos dos concessionários e outros projetos para substituir os cortiços ainda traziam elementos que depois desapareceriam, como o pátio com seus tanques, chafarizes e banheiros e cozinhas coletivas. Nas vilas, estes equipamentos são claramente individualizados para cada casa. (32)

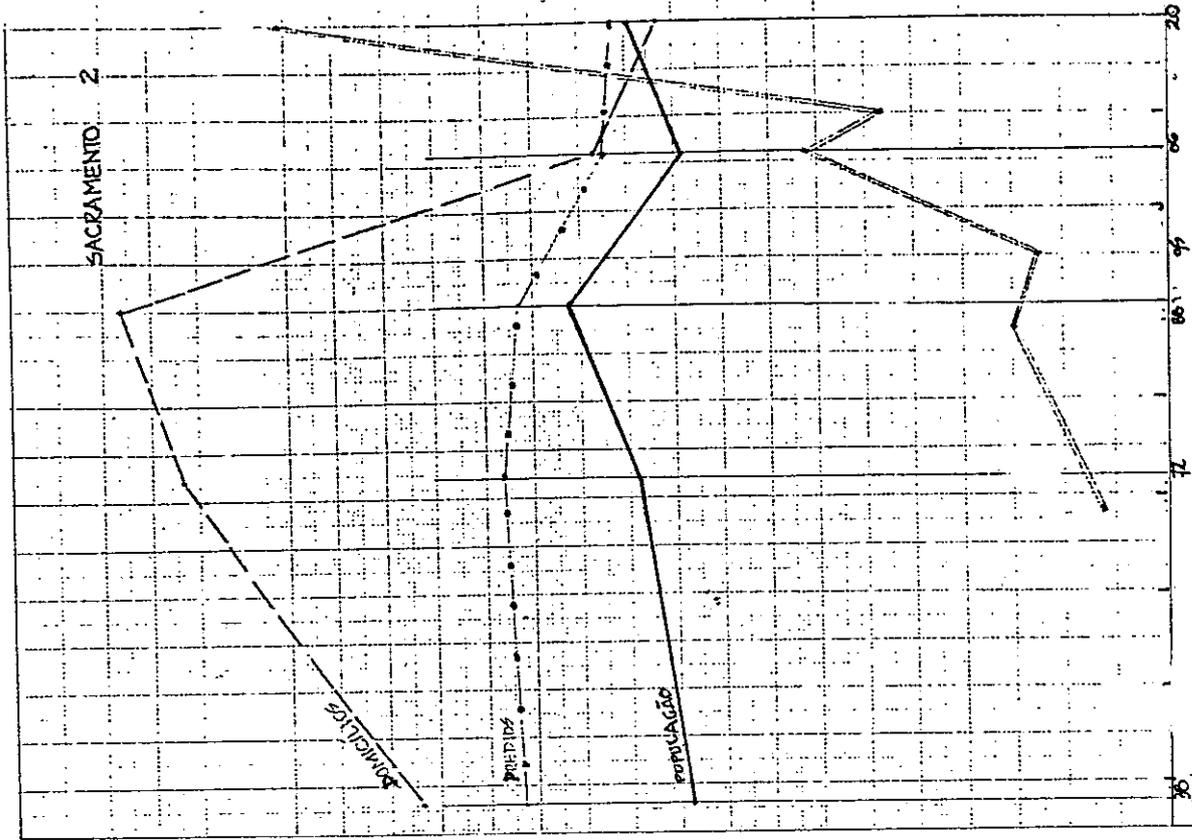
As instalações sanitárias tem papel importante nesta evolução arquitetônica, presentes em equipamentos que tendem a ser privatizados (latrinas, banheiros, tanques, áreas de serviço).

Nesta evolução, enquanto certos elementos se privatizam, outros se coletivizam: acessos, circulações horizontais e

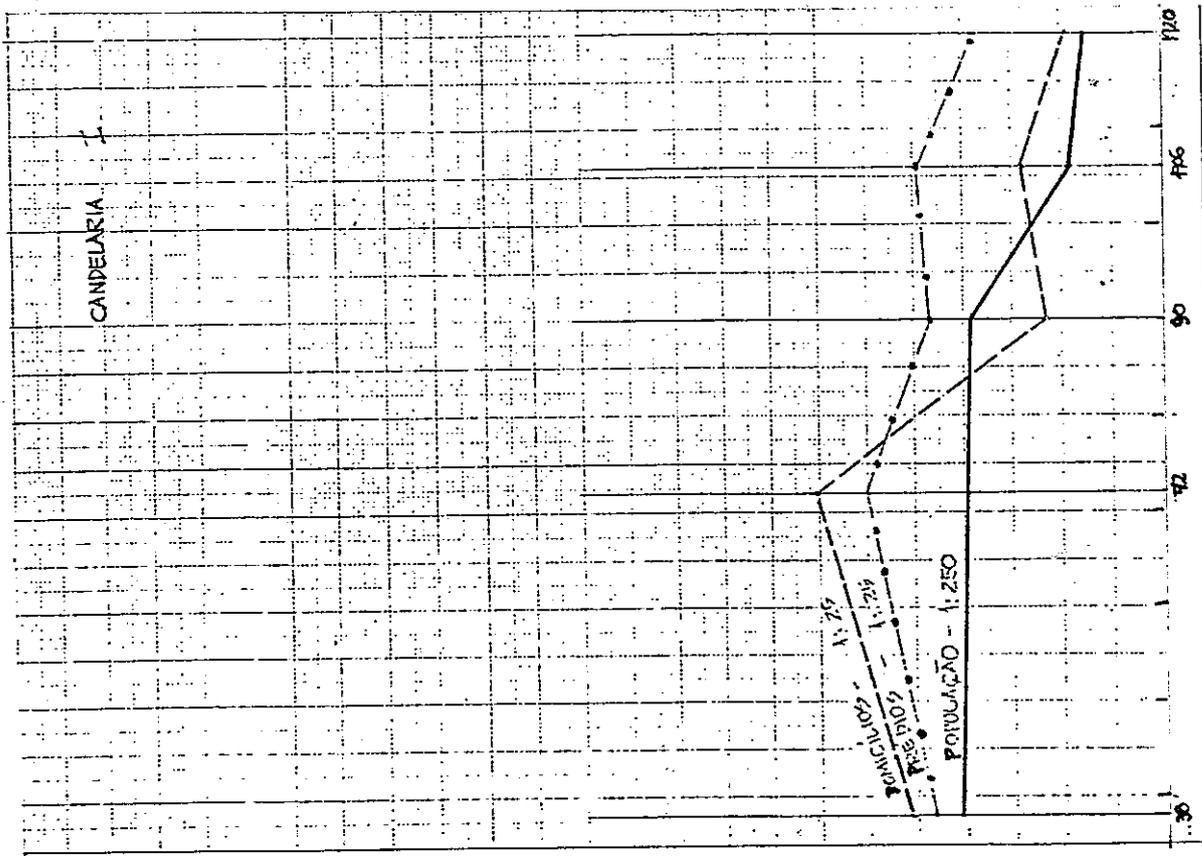
verticais. Posteriormente novos elementos de uso comum seriam introduzidos, coletivizando a moradia: elevadores, equipamentos de lixo, incendio, etc. Apesar disso, a moradia nao seria mais chamada de coletiva, permitindo esquecer suas origens tao condenadas.

O processo de coletivizaçao /privatizaçao ou seja, do consumo de forma coletiva de uns e de forma privativa de outros itens da moradia ainda nao está presente nos trabalhos sobre a habitaçao, e no entanto é pertinente à maioria de suas formas, da mais popular à mais burguesa. Estas características e muitas outras vao depender das novas condiçoes técnicas, das novas normas jurídicas e principalmente das condiçoes de produçao. Os padroes arquitetonicos de moradia nao podem deixar de ser associados aos sistemas de produçao de que resultam, dos agentes sociais presentes nesta produçao, dos fatores que a propiciam e a condicionam. Devem também ser considerados os demais tipos arquitetonicos presentes e aqueles que os antecederam e originaram.

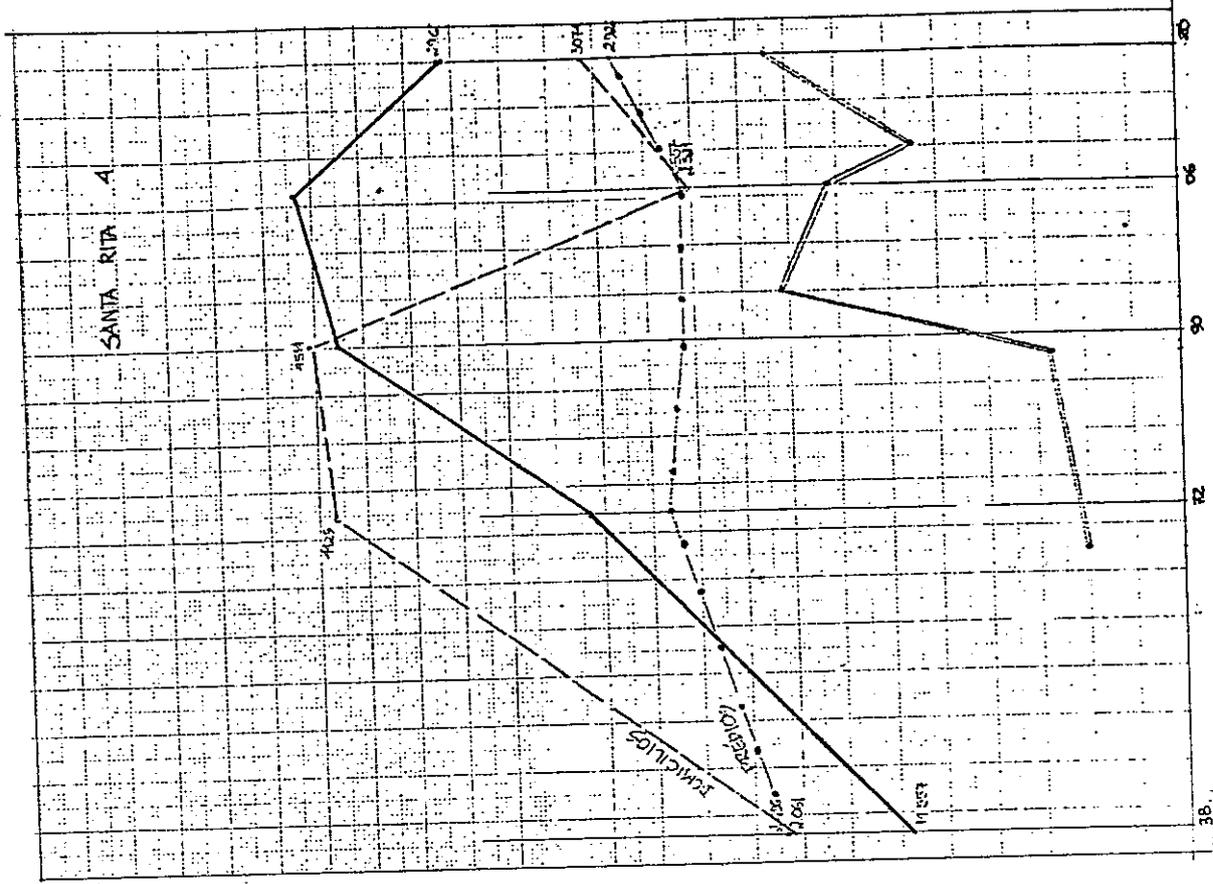
A contribuicao das habitaçoes coletivas na evoluçao dos padroes arquitetonicos das habitaçoes multifamiliares ainda precisa ser pesquisada, mas o seu caráter precursor já está demonstrado.



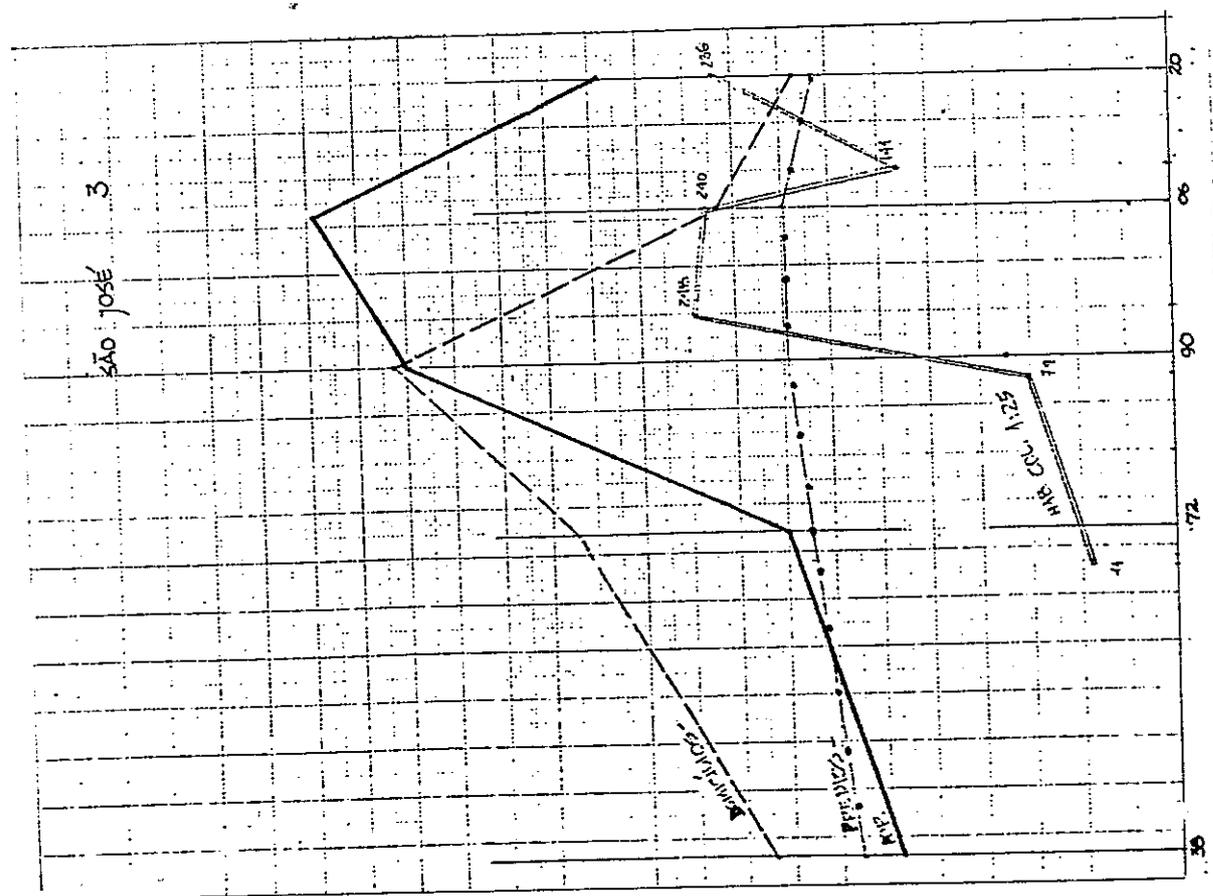
FONTE: RECENSEAMENTO DE 1970.



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E PRÉDIOS -



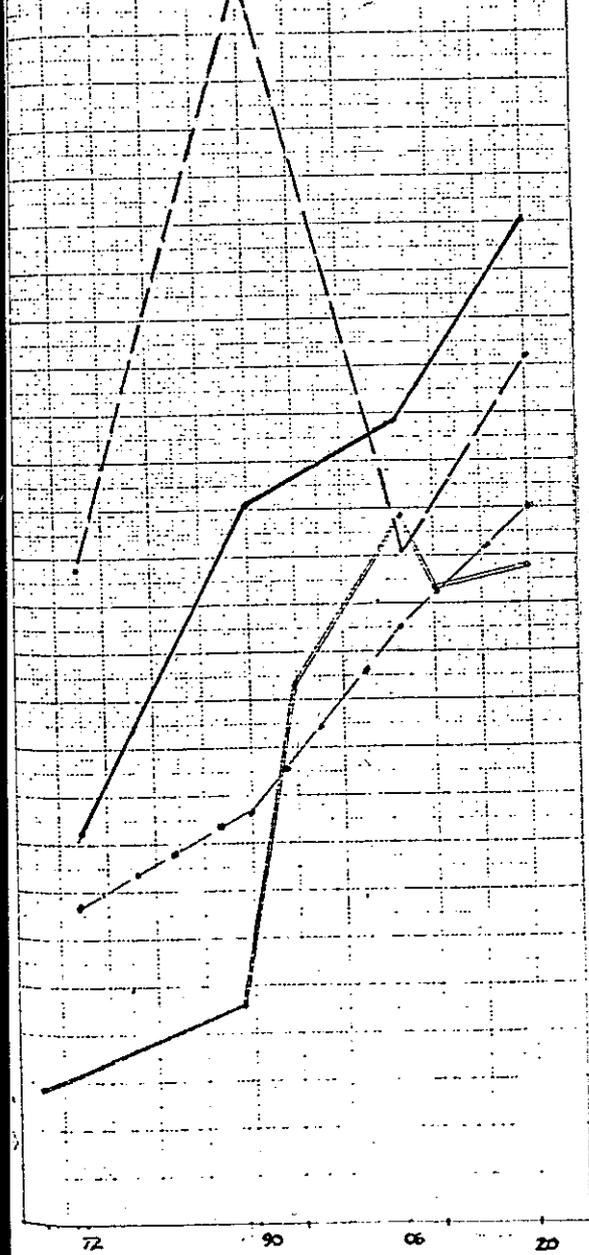
FCNTE : RECENEAMENTO DE 1970



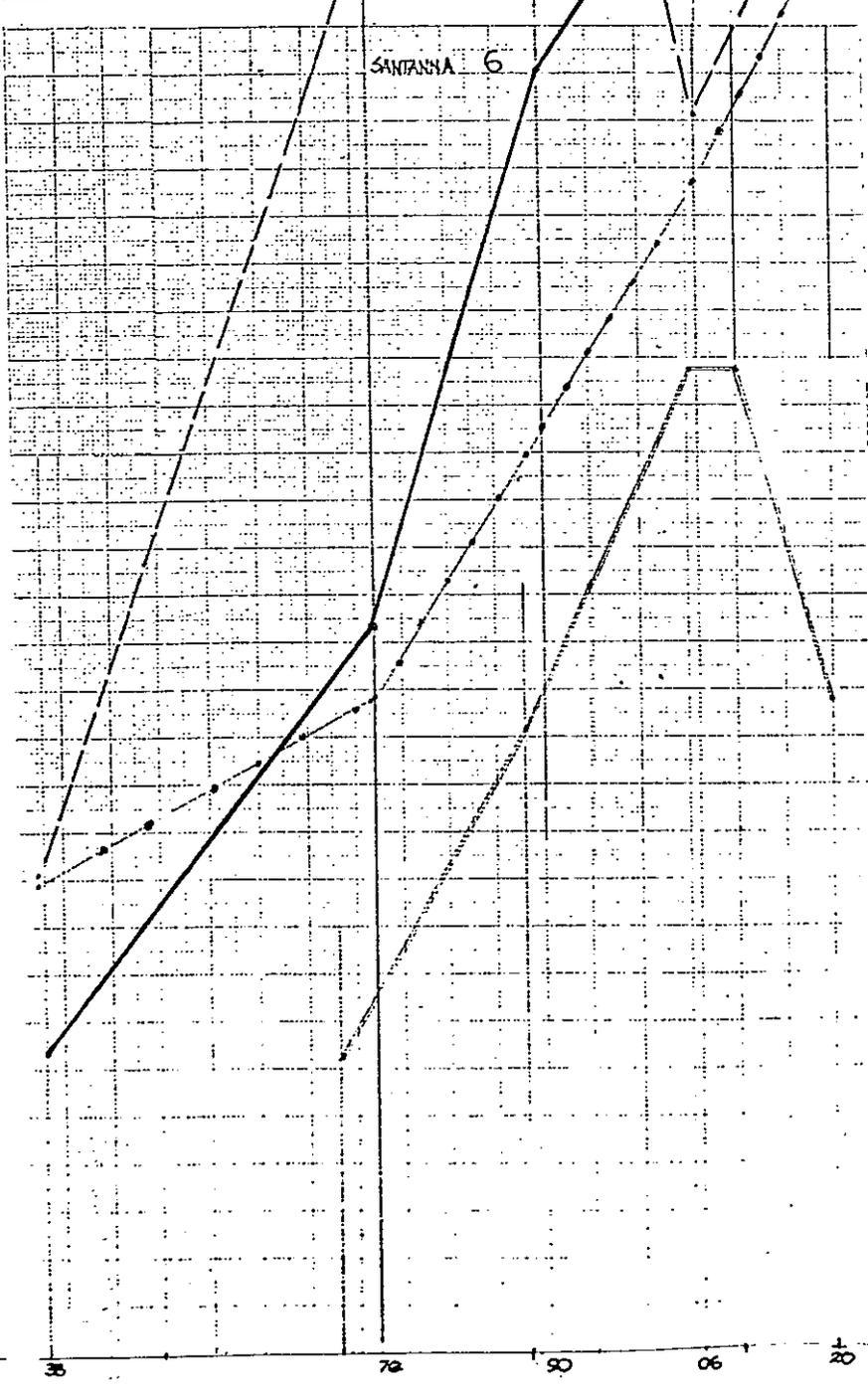
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, NÚMERO DE PRÉDIOS E DOMÍLIOS.

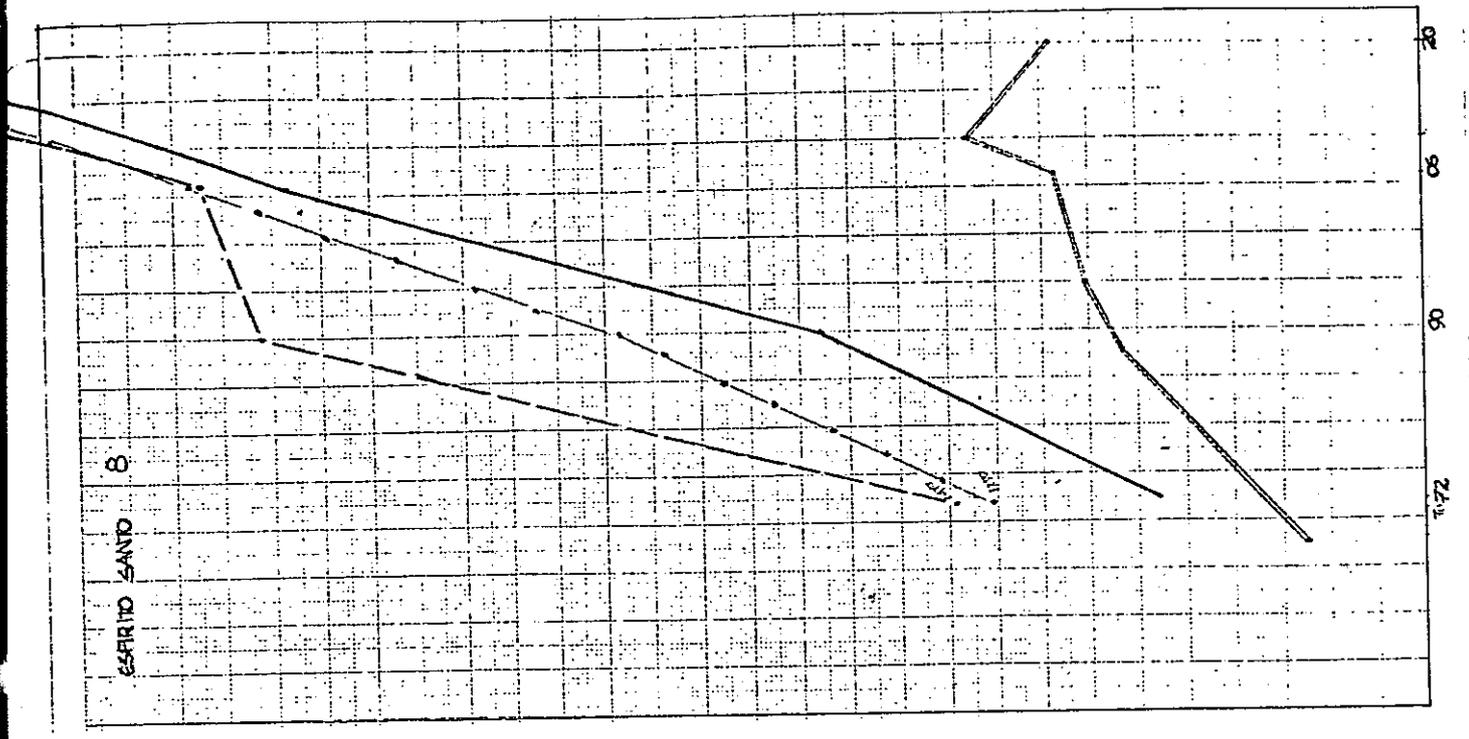
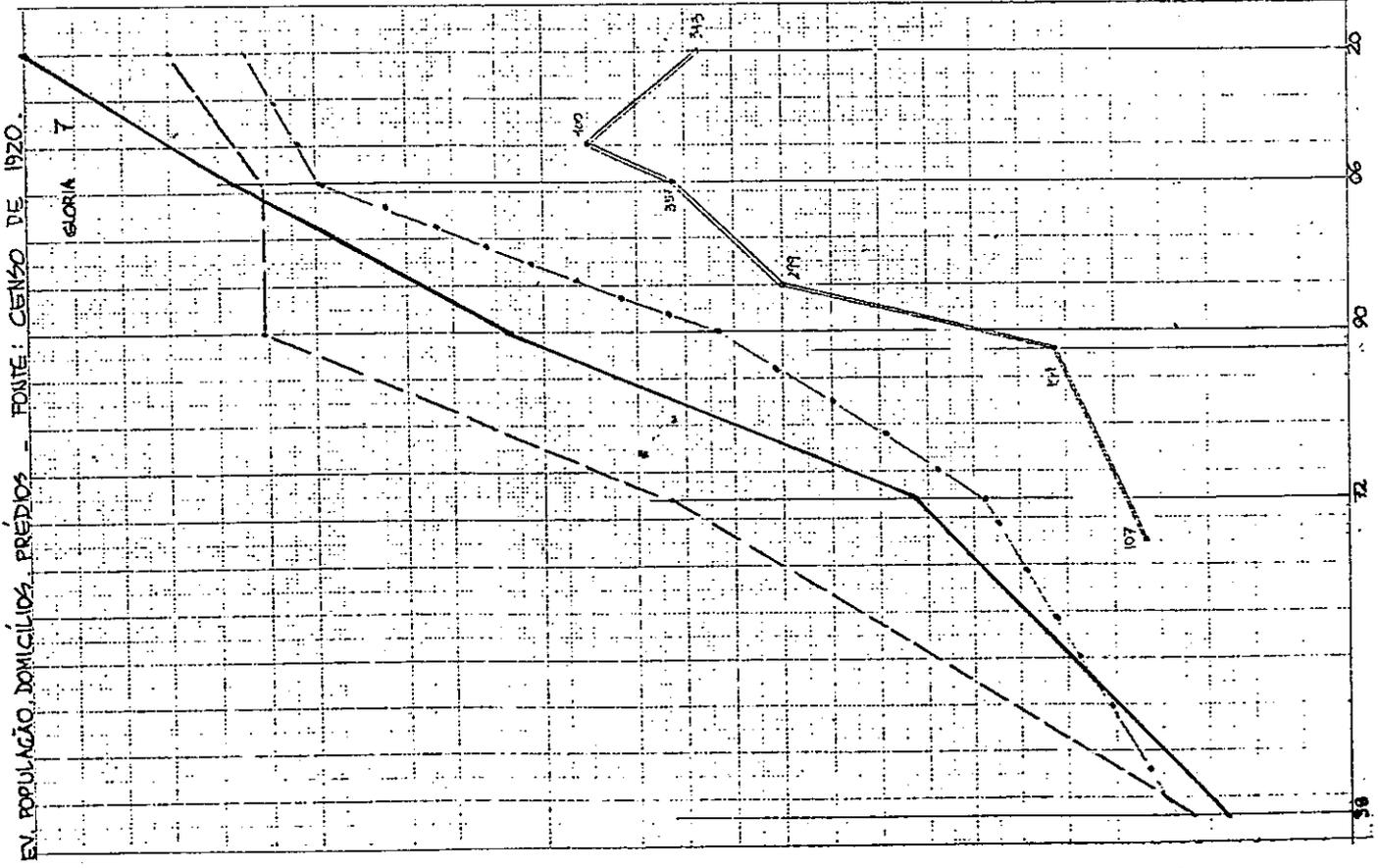
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, DOMICÍLIOS, PRÉDIOS
FONTE: RESENSEAMENTO DE 1920.

SANTO ANTONIO 5



SANTANA 6





1721

- EVOLUÇÃO DA HABITAÇÃO COLETIVA - FIG. 11
- DA ESTALAGEM AO EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS .

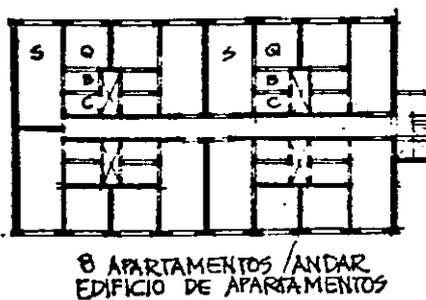
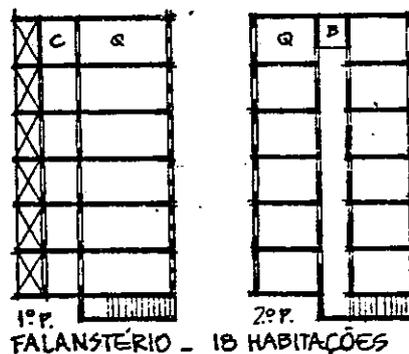
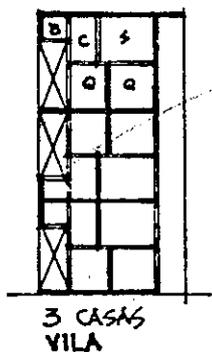
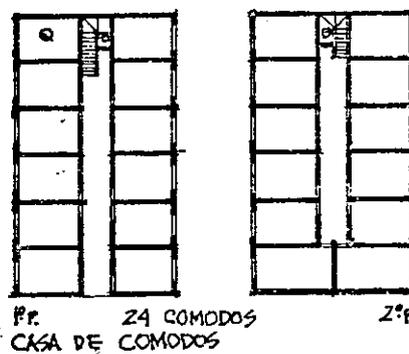
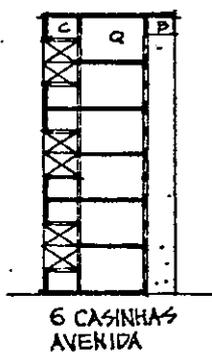
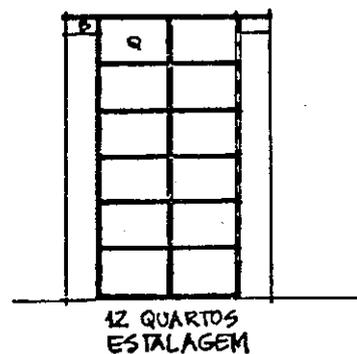
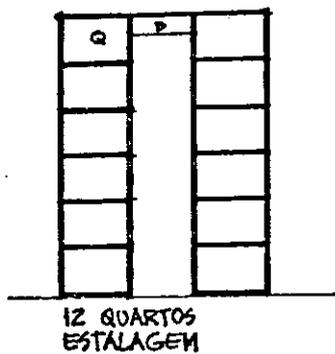
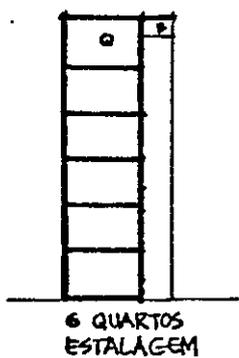
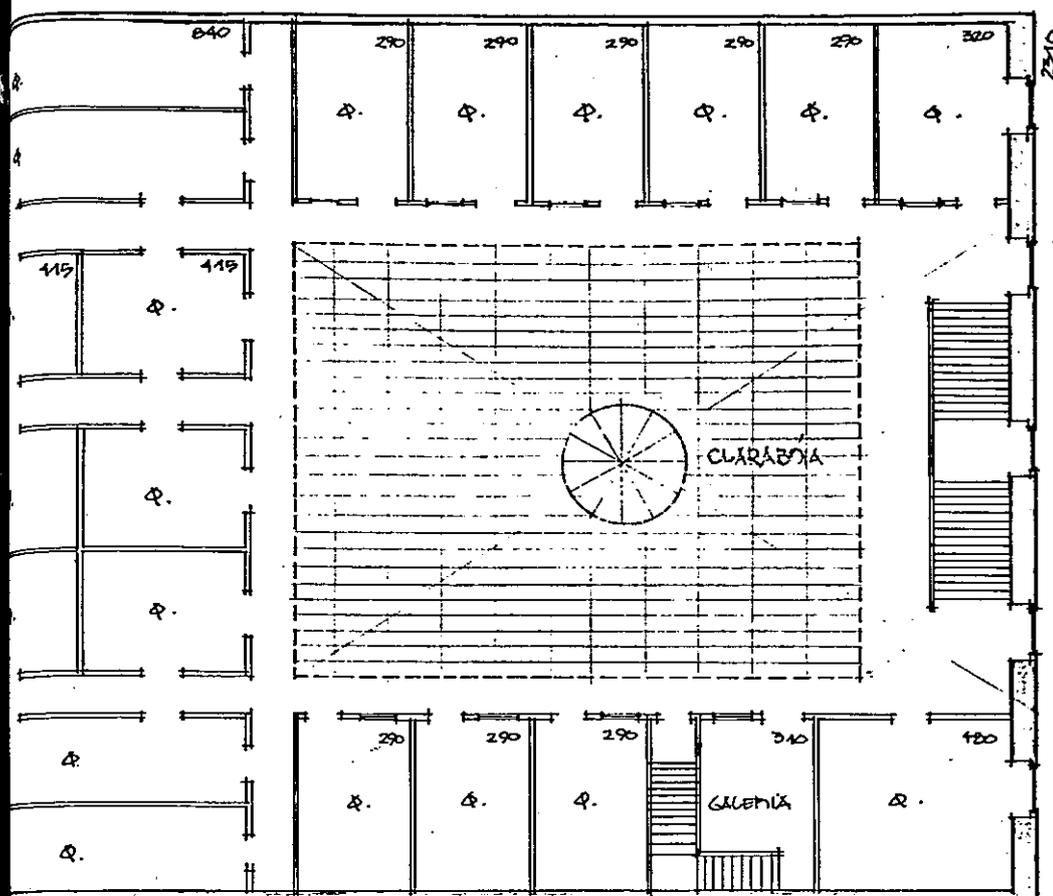


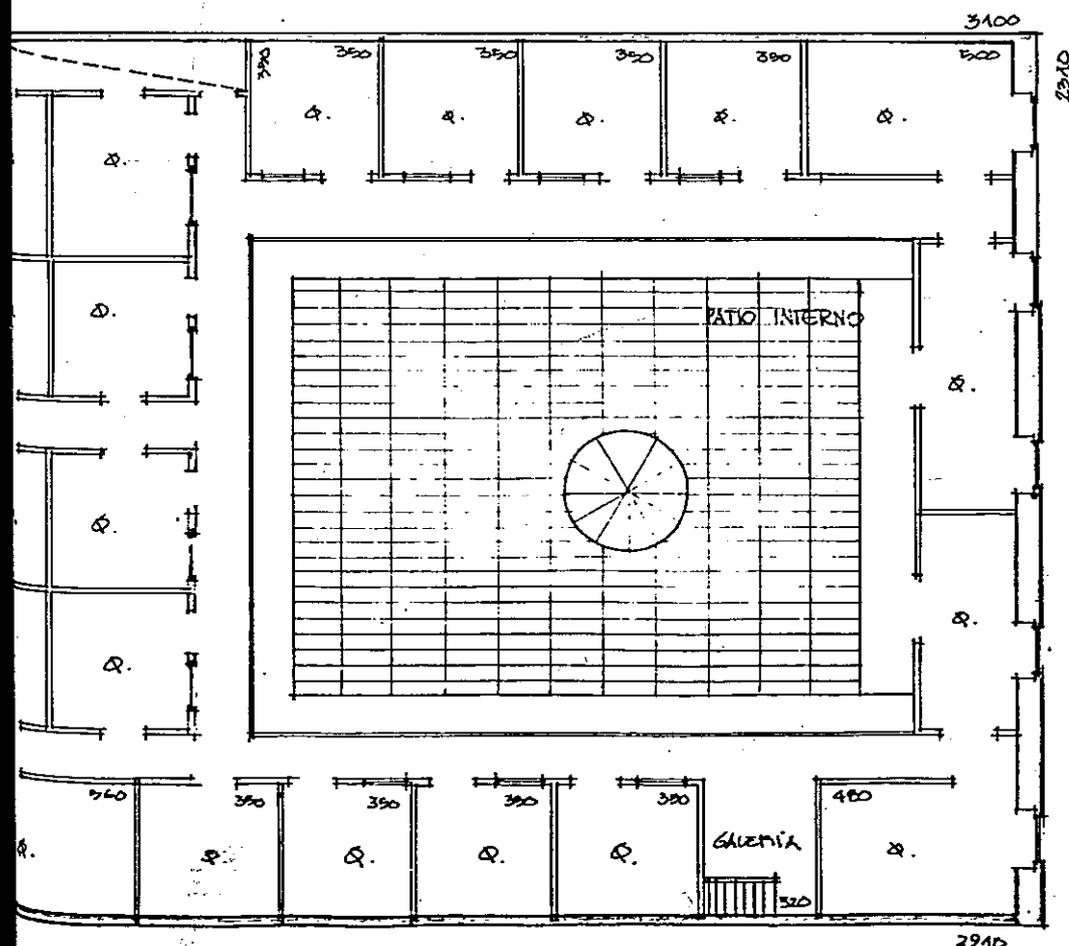
FIGURA 12.

CASA DE COMODOS
OU
FAMILISTÉRIO ?

PROJETO DE MELHO-
RAMENTOS PARA UMA
HABITAÇÃO COLETIVA.



PLANTA BAIXA 1º PAVÃO
ESC 1/100



PL. BAIXA. 2º PAVÃO
ESC 1/200

FONTE: AGCRJ,
CÓDICE 43-1-27,
fls. 177 e 178.

Casas para Operarios

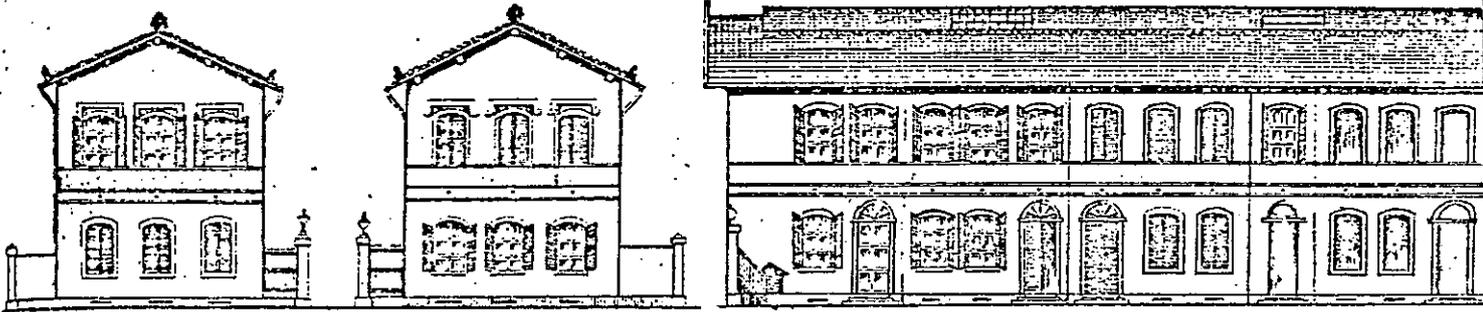
TYPE DE UM FAMILISTERIO

Projecto apresentado ao Governo Imperial pelo Engh. L.R. Vieira Souto e A.D. dos Santos Silva

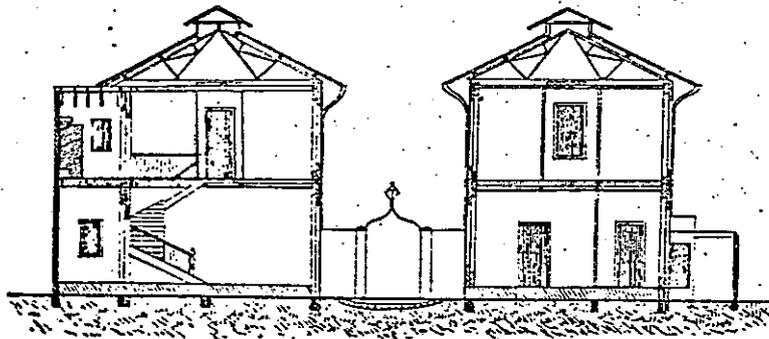
ESCALA 1:250

Fachada principal segundo A B

Fachada lateral segundo C D

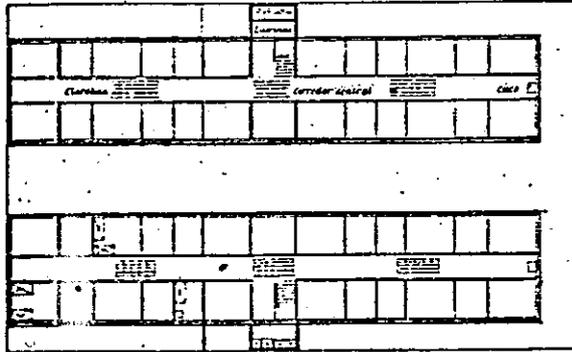


Corte segundo E F

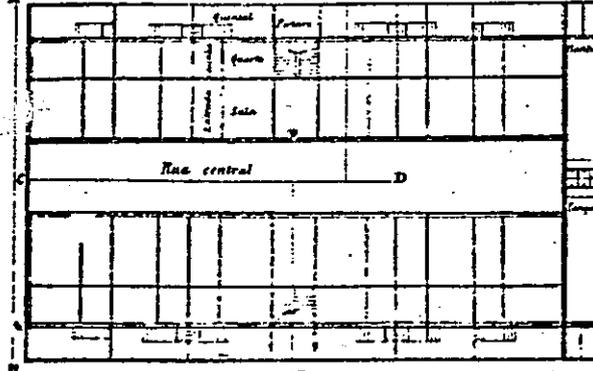


Luis Schraüser, Architect

Pavimento superior



Pavimento terreo E



F

Notas parte 6.

1- Em 1897 José do Patrocínio dirigia um veículo a vapor. Em 1903 havia 6 automóveis com motor a explosão no Rio de Janeiro. Em 1906 já circulavam 35 destes fabulosos engenhos pelas recém abertas avenidas da cidade. Coleção Nosso Século 1900-1910, p 70/71.

2- Sobre as grandes transformações, ver Benchimol, L.J. e Sevckenko, Nicolau.

3- Abreu, Mauricio de A. - op. cit., p 18.

4- Idem, p. 21.

5- Decreto nº 391 de 10 de fevereiro de 1903. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Consolidação das Leis e Posturas Municipais. R.J., Prefeitura da Cidade, 1905, 2v.

6- Benchimol, L.J. - op. cit., p 575/584. Reis, José de Oliveira Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos. Formação e Desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro. . S.P., Distribuidora Record, 1965, p 135.

7- "De uma hora para outra, a antiga cidade do Rio de Janeiro desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida mutação de teatro. Havia mesmo na cousa de cenografia."

Lima Barreto, em: Bruzundangas, citado por Sevckenko, N.- op. cit. p 25.

8- Pedro Nava diz que o Rio de Janeiro foi uma cidade portuguesa, sobre a qual se edificou uma cidade francesa, que também foi demolida para se construir uma cidade americana. In: Balão Cativo, op.cit. p 216.

9- Utilizamos a densidade de 11,1 habitante por domicílio nas freguesias centrais, média entre as densidade domiciliares em 1890 e 1906.

10- Backheuser, E. - op. cit., p. 108.

11- A diferenciação entre estas áreas se dará em grande parte

pela presença de outros usos do solo, que não serão discutidos neste trabalho, que se limita ao uso residencial.

12- Turkienicz, B. - op. cit., p 16.

13- Foucault, M. - op. cit., p 94.

Em estudo recente, Edward Soja apontou as principais características da espacialidade na escala urbana para o caso norte americano. In: Becker, Berta K., Costa, Rogerio e Silveira, Carmen Beatriz - Abordagens Políticas da Espacialidade. R.J, UFRJ, Dept° de Geociencias, Programa de Pós Graduação, 1983, p 27/30.

14- Harvey, David - op. cit.

15- Backheuser, E - Rev. Renascença, março de 1905.

16- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-2-11.

17- A concessão data de 16 de maio de 1891 (dec. n° 330). A concessão era em nome de Antonio Moreira da Costa, Joao Ferreira de Abreu (presidente da Sociedade Uniao dos Proprietários e Arrendatários de Prédios) e outros. Ver:

Grupo de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo no Rio de Janeiro - Legislação Urbana do Rio de Janeiro. 1838/1930. PUR UFRJ.

Lobo, Eulalia M.- Condições de vida... op. cit., p 315.

18- Imposto Predial, 1906.

19- A versão mais conhecida sobre os primórdios da favela é sobre os soldados que retornaram da campanha de Canudos e se estabeleceram em casebres próximos ao Ministério da Guerra, no morro, à espera de uma definição sobre a sua situação.

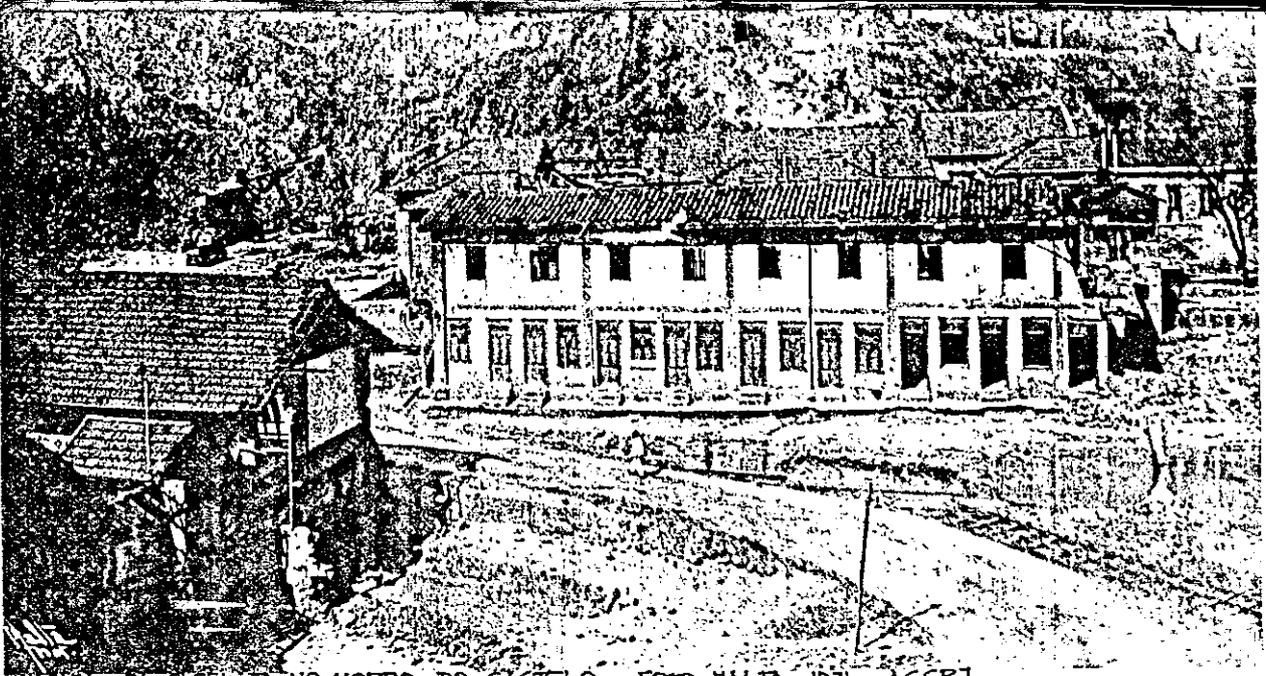
20- Macedo, Roberto - op. cit. p 27.

21- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 46-3-45.

22- Rabha, Nina - op. cit., p 156.

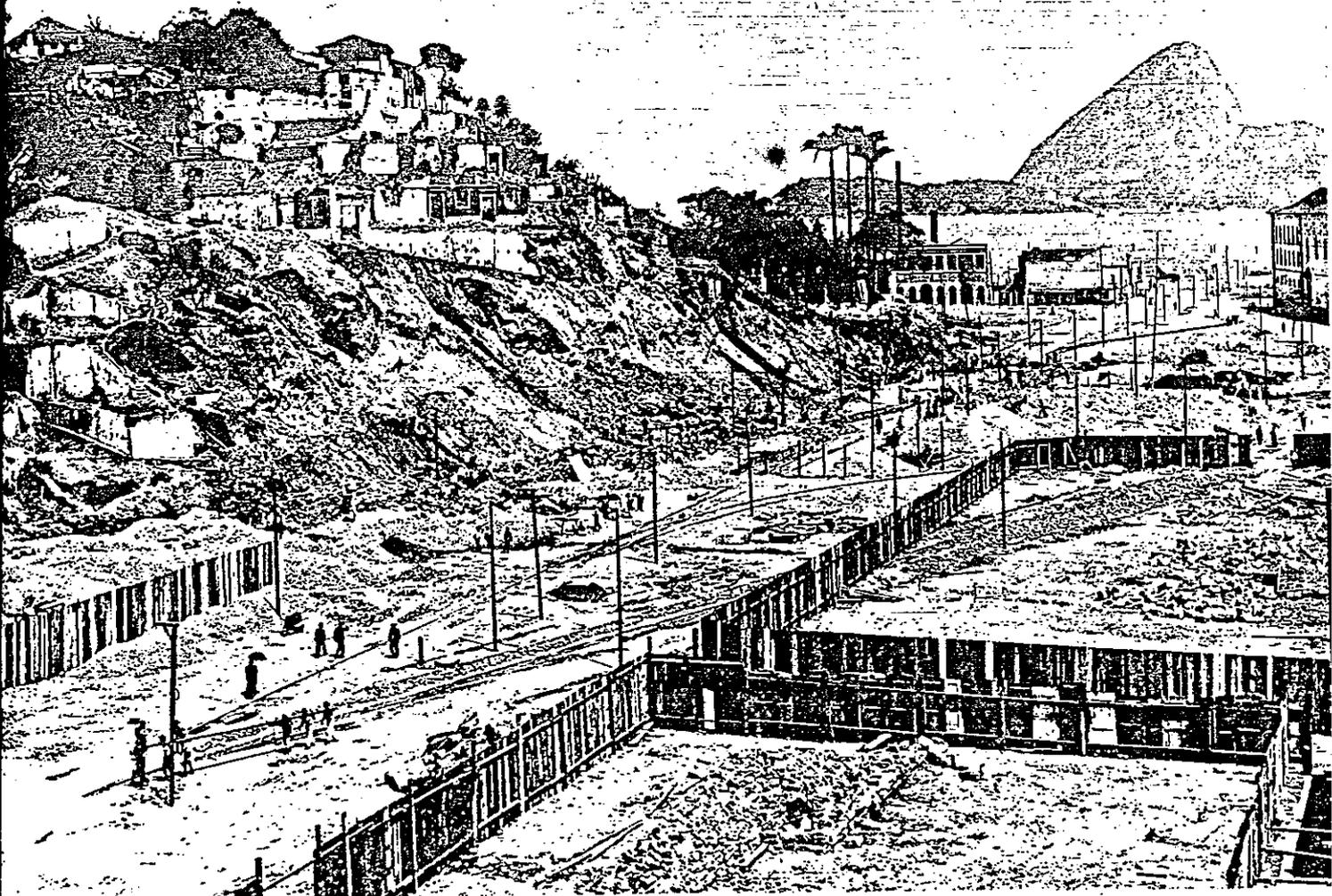
23- Consolidação das Leis... op. cit.

- 24- Barreto e Fontenelle, citado por: Bodstein, R - op. cit.
- 25- Freire Costa, Jurandir - op. cit., p 123.
- 26- Sobre o desinteresse das classes dominantes e do Estado quanto às condições de vida e habitação da força de trabalho: Centro de Memória Social - op. cit.
- 27- Turkienicz, B. - op. cit.
- 28- Harvey, David - op. cit.
- 29- Benevolo, Leonardo - Origenes del Urbanismo Moderno. Madrid, H. Blume Ed., 1979, pp 82/101.
- 30- Choay, Françoise - O Urbanismo. S.P., Ed. Perspectiva, 1979, p 68/69.
- 31- Projeto de Vieira Souto para construção de casas para operários. Revista dos Constructores, março/dezembro 1888.
- 32- Sobre as vilas, ver: Albernaz, Maria Paula - As Vilas: uma Contribuição à História da Arquitetura Popular do Rio de Janeiro através do Estudo do Espaço Urbano. Tese apresentada ao FUR-UFRJ, setembro de 1985.



CHACARA DA FLORES NO MORRO DO CASTELO - FOTO MALTA, 1921 - AGCR7

CORTE DO MORRO DO CASTELO PARA ABERTURA DA AV. CENTRAL - REVISTA KOSMOS, 1904.



Anexos e Bibliografia.

ANEXO I

Destacados proprietários de habitações coletivas, alguns dos imóveis que possuíam, e outras informações.

ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	9T - r. Benedito Hipolito 6T+S3L - r. Visc. Sapucahy	Imp. Predial 1900 Imp. Predial 1900
ALEXANDRE WAGNER	loteador de Copacabana	SL+T+38Q - r. Cel. Pedro Alves Trapiche r. de Benfica	Imp. Predial 1900 Nova Numeração 1878
ANA M. NASCIMENTO TAVARES		9T+116Q - r. Gal. Caldwell S+Qs+C - r. Gal. Caldwell	Imp. Predial 1884 Imp. Predial
ANTONIO MOREIRA DA COSTA	vice-pres. da Sociedade Uniao dos Proprietarios e Arrendatarios de Prédios, alugava barracos no morro do Trapicheiro, concessao para construção de casas para operarios.	casas de comodors,	Codice 44-2-11 1894
ANTONIO SERPA PINTO	proprietario de terras no morro da Providencia.	SL+40Q - r. Invalidos T+ 3Q - r. Gamboa T+ 2Q - r. Serpa Pinto 2T+10Q - r. S. Clemente 7T+7Q - r. S. Luzia 16 telh. - r. B. Gamboa	Imp. Predial 1900 Imp. Predial 1873 Imp. Predial 1878 Imp. Predial 1890 Imp. Predial 1877 Imp. Predial 1906
ASS. BRAS. SEGUROS MUTUOS		cortiço em Sao Cristovao	Cod. 41-3-35 1884
BANCO PREDIAL		5T+S1+9Q - r. G. Polidoro	N. Numeração 1878
BANCO RURAL E HYPOTHECARIO		2T+10Q+S - r. C. Zacarias	N. Numeração 1878
THOMAZ F. BRITO ABREU SOUZA (BARAO DE ARINOS)		69Q - r. Lavradio	Cod. 41-3-35 1884
JOAQUIM A. DE ARAUJO E SILVA (BARAO CATETE, VISC. SILVA)	capitalista, médico e proprietario, um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	2S+C - r. M. Abrantes 35Q+S+L+2C+Chacara - r. da Gloria	Imp. Predial 1884 Imp. Predial 1878
BARAO DO ENGENHO NOVO		12Q+4A+3T - r. C. d'Eu 21T - r das Flores 8T+S+2L+C+12T - Santana	Imp. Predial 1884 Imp. Predial 1884 Imp. Predial 1884
BARAO DA GAMBOA	prop. de terras na Gamboa	2T+15Q+S - r Gamboa	Imp. Predial 1873

MANOEL MIGUEL MARTINS (BARAO DE ITACURUSSA)	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902, prop. de terras na Tijuca, prop. de terras em Bangu	6Q+2A+barraca+terreno - r. B. Itapagipe	Imp. Predial	1897
BARAO DE MARACANA		16Q+4T+2T - r S. Eusebio	Imp. Predial	1878
BARAO DE MESQUITA	prop. de trapiche na r.da Saude (c/ Haddock Lobo)	3Q+5T+S - r. C. Bonfim		
BARAO DE PARANA		13Q+13T+23A+telheiros+SL pr. Botafogo	Imp. Predial	1890
BARAO DE PIRACINUNGA		28Q+2T+C+Chacara- r C d'Eu	Imp. Predial	1884
BARAO DO RIO DOCE		100Q+4T+1A - r Invalidos 4Q+SL - b Ferreiros	Imp. Predial Imp. Predial	1884 1884
BARAO DE S.FRANCISO F*	cortiços na r Laranjeiras		Cod. 44-2-8	1876
BARAO DE SAMPAIO VIANNA	casa de comodos r S Antonio		Cod. 44-2-11	1895
BERNARDINO MACHADO	foi presidente da Republica de Portugal	quartos - r Visc. Itauna	Maul, C. -	p 84
BRAZ ANTONIO CARNEIRO		62Q+13T - r Nabuco de Freitas 36Q+1T+1Coch. - r N. Freitas 3Q+18T+4cas+Coch - r N Freitas 37T - r Com Maurity 40Q+9T+2SE+Coch - r V. Sapucahy 29Q+1A+Coch - r Imperatriz 6Q+1T - r Santo Cristo 36Q+1T+S - r S. Luzia 7Q+18T - morro do Nhêco	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial N. Numeração Imp. Predial	1890 1890 1890 1890 1884 1873 1884 1878 1884
JOAQUIM JOSE GLZ FONTES (BRIGADEIRO)		100Q+5T - r Invalidos 51Q+2T - r Invalidos	Imp. Predial Imp. Predial	1873 1873
CARLOS FREDERICO TAYLOR	concessao linha de bonde Centro -Eng. Novo (c/ Barao Drummond)	10T+3A+2SL - r M S Vicente 2T - r Gloria	Imp. Predial N. Numeração	1890 1878
CASA IMPERIAL		13T - r Gal. Gurjao	N. Numeração	1878
CESAR FARANI	loteador em Botafogo	23Q+2T - r Assembleia	N. Numeração	1878
C.DAS DOÇAS DE D. PEDRO II	prop. trapiches r Saude	16Q+5T;9S - R Saude	N. Numeração	1878
C.F.C. DO JARDIM BOTANICO		10Q+23T+SL+Coch - r Copacabana 14Q+1T+SL - pr. Copacabana	Imp. Predial Imp. Predial	1906 1906
C.FIACAO E TEC. CORCOVADO		3Q+28T+Barracao - J Botanico	Imp. Predial	1906

		53Q+27T+2SL - J botânico	Imp. Predial	1906
		2SL+SL (casa comodo) r. Faro	Imp. Predial	1906
C.FIACAO E TEC. CARIOCA		22Q+T - r Faro	Imp. Predial	1890
		16Q+J+SL - r D Castorina	Imp. Predial	1890
		29T - tr. Floresta	Imp. Predial	1906
		52T+Stelheiro+barracao+4SL	Imp. Predial	1906
C.SEGUROS VIDA SUL AMERICA		10t - r Teodoro da Silva	Imp. Predial	1906
		9T - r Silva Pinto	Imp. Predial	1906
CIA VILLA IZABEL		42Q - r Fonseca Lima	Cod. 43-1-33	1901
		15Q - r S. Cristovao	Cod. 43-1-33	1901
		12cas+T+2S+cocheira - blv. Imperador	N. Numeracao	1878
CONDE SEBASTIAO DE PINHO	arrendava os imoveis à C. Distilacao Central, Cia Progresso Maritimo e articulares	6 grupo de casinhas, 6 cocheiras e 6 estabulos - r S Cristo dos Milagres	Cod. 43-1-27	1893
CONS. S.O.DE ARAUJO COSTA		21Q+5T - r Visc. Sapucahy	Imp. Predial	1900
CONS. SIMOES DA SILVA	prop. de terras em Botafogo	quartos - r G. Polidoro	Cod. 44-2-8	1876
CONS. JERONIMO TEIXEIRA JR.		12Q+ 2T+S - R S. Vergueiro	N. Numeracao	1878
		quartos - r Cajueiros	Cod. 43-1-29	1894
		26Q - r Paissandu	N. Numeracao	1878
CONS. JOSE FELICIANO CASTILHO		15Q+telheiros+pedreiras+T - r Assumpcao	N. Numeracao	1878
CONVENTO DE SANTA TEREZA		5Q+T - r Evaristo da Veiga	N. Numeracao	1878
CONVENTO DO CARMO		8Q+2T - r S. José	N. Numeracao	1878
		7Q+T+S - b. dos Carmelitas	N. Numeracao	1878
DANIEL DURAN		31T+A - r S Clemente	N. Numeracao	1878
		2T+cochera - r BS Felix	N. Numeracao	1878
DAVID MOREIRA REGO	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	12T+2A+SL - r Senado	N. Numeracao	1878
DES. ISIDRO BORGES MONTEIRO	prop. de terras na Tijuca	6T - r Des. Izidro	N. Numeracao	1878
DOMINGOS FERREIRA BASTOS	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	109Q - Tr. Sao Sebastiao	Imp. Predial	1900
		25Q - Tr. Sao Sebastiao	Imp. Predial	1900
		28Q+18T - r Santa Luzia	Imp. Predial	1878
DOMINGOS FERREIRA LEITE		30Q+6T - r Riachuelo	Imp. Predial	1900
DOMINGOS LOPES QUINTAS		14Q+T - r J. Botânico	N. Numeracao	1878
		3Q+3T - r Gal Polydoro	N. Numeracao	1878
		14Q+T - r Real Grandeza	Cod. 44-2-8	1876

D. & L. DUQUE ESTRADA DE FIG.		2T+21Q+21Q r. Gal Caldwell	Imp. Predial	1906
		30Q+50Q r. Gal Caldwell	Imp. Predial	1906
EDUARDO LAENMERT	Editor do Almanack L.	14Q+T+2 cocheiras - r C. d'Eu	Imp. Predial	1884
EMP. IND. MELHORAMENTOS DO BR.		23Q+T - r Senado	Imp. Predial	1900
		24Q+A+3SL - r Senado	Imp. Predial	1900
		19Q+3T - r Senado	Imp. Predial	1900
		2 telheiros - r Senado	Imp. Predial	1900
		27Q+T+S+F - r Resende	Imp. Predial	1900
		20Q - r Riachuelo	Imp. Predial	1900
		9A+T+2B - r Cel Pedro Alves	Imp. Predial	1900
		5T - ilha Joao Damasceno	Imp. Predial	1900
EMP. INDUSTRIAL DO BRAZIL		36T - ilha do Governador	Backheuser	1906
EMP. INDUSTRIAL DE PETROLED		9T - ilha do Governador	Backheuser	1906
FABRICA DE TECIDOS SAO JOAO		48cas - r Alegria	Cod. 43-1-30	1900
FELICIDADE PERPETUA DE JESUS	Prop. do Cabeça de Porco Prop. de terras na Gavea	7Q+10T+50L+telheiro - B.S. Felix	Imp. Predial	1878
		T+4Q+cocheira - r Providencia	Imp. Predial	1884
		6Q+6T+S+3L+A+Telheiros	Imp. Predial	1873
		- r Gal Pedra	Imp. Predial	1873
		T+A - r Marques Sao Vicente	Imp. Predial	1890
		8T+ - r Franco	N. Numeracao	1878
		2T - r Dr Rego Barros	Imp. Predial	1901
FR. J. FERNANDES DE MENDONCA		50Q - r Gal Caldwell	Imp. Predial	1900
FR. LEUCADIO DE FIGUEIREDO		142Q+8T+2S+2L - r Gal Caldwell	Imp. Predial	1884
		80Q+2T - r Formosa	Imp. Predial	1873
		11Q - r Formosa	Imp. Predial	1873
		4T+2S+2L+11Q - r Cajueiros	Imp. Predial	1873
FRANCISCO DE PAULA MAYRINK	Um dos maiores contribuintes do Imp. Predial de 1902, conselheiro, deputado por M.G. (1900), conselho fiscal da Emp. de Obras Publicas no Brasil, Pres. Banco Credito Real do Br., Pres. Banco Brazil e N. America, incorporador Banco Constructor do Brasil, cons. fiscal do Banco Luzo Brasileiro.	8 casinhas - r SF Xavier	Cod. 43-1-33	1091
FRANCISCO DA SILVA AYROSA		82Q+T+3A - r Resende	N. Numeracao	1878
		22Q+T+S - r Guarda Velha	N. Numeracao	1878
FAZENDA NACIONAL		36Q+5L+ telheiros - r Estacio Sa	Imp. Predial	1884
HENRIQUE DE SOUZA RAMOS		43Q+18T - r Senado	Imp. Predial	1900

HOSP. DOS TERCEIROS DO CARMO		32Q+6T - r 7 Setembro	N. Numeração	1878
IRMANDADE DE S.S. DE SANTANNA		8Q - r América	N. Numeração	1873
JERONIMO TEIXEIRA BOA VISTA	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902.	10Q+4T+S - r Rio Comprido 8casinhas+T - r B Itapagipe 4Q - r Cajueiros 4T - r Cajueiros T - r BS Félix	N. Numeração N. Numeração Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial	1878 1878 1900 1906 1906
JOAO JOSE GONZALVES JR		68q - r Invalidos	Cod. 41-3-35	1884
JOAO JULIO NOGUEIRA CARVALHO	o maior contribuinte do Imp. Predial em 1902; comendador; vice-pres do Banco Credito Rural e Internacional; diretor -gerente da Cia Mercantil e Hypothecaria	56Q+3T+2A - r Fr. Caneca 10Q+2T - r Resende 5Q+2A+coch. - Gal Caldwell 3Q+36T+2A+SL - r Santana 53Q+10T+SL+cas. - Cajueiros	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial	1897 1900 1900 1900 1901
JOAO LEOPOLDO MODESTO LEAL	prop. da Cia Evoneas Fluminense em 1894 (arq. Noronha Santos) um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902, pres. do Banco de Credito Popular do Brasil	115Q+9T - r Gal Caldwell 9T+2A - r Catrambi	Imp. Predial Imp. Predial	1906 1920
JOAO TEIXEIRA D'ABRED	presidente da Sociedade Uniao dos Proprietarios e Arrendatarios de Prédios.	74T - r Santana	Imp. Predial	1900
JOAQUIM J. RODRIGUES MACHADO		94Q+2T+SL+fundo- r Guarda Velha	Imp. Predial	1884
JOSE BENTO ALVES DE CARVALHO		72Q+2T+2SL - r Invalidos	Imp. Predial	1900
JOSE CANPELLO DE OLIVEIRA	concessao para construção de casas para operarios, 1891, concessao para reconstrução de cortiços, 1889.	cortiços - r Santana	Cod. 43-1-26	1887
JOSE FERREIRA DE FARIA		55Q+6T - r Senador Pompeu	Imp. Predial	1901
JOSE GASPAR DA ROCHA JR.	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902; conselheiro; comerciante de tecidos por atacado.	56Q+7T - r Visc. Sapucahy 15Q - r Visc. Sapucahy 18Q+T - r Visc. Sapucahy 34T - r Vidal de Negreiros 10cas+16T+coch - r N Freitas	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial	1900 1900 1900 1900 1900
J. JULIO PEREIRA DE MORAIS (VISCONDE DE MORAIS)	prop. de terras no morro Favela	60Q+13cas+6SL - r Lavradio T+portao - r Senado	Imp. Predial Imp. Predial	1900 1900

JOSE LUIZ FERNANDES VILELA	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	44Q+11T - r Nabuco de Freitas 14Q+6T+SL - r Visc Sapucahy 17T - r Comandante Maurity	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial	1901 1900 1900
JOSE MARQUES DE CARVALHO	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902, importador, conselheiro, da diretoria do Banco da Republica do Brasil	todos os prédios da praça de D. Constança, s. do Castelo	Imp. Predial	1900
JOSE PEREIRA DOS SANTOS		76Q+4T - r Invalidos	Imp. Predial	1900
JOSE RIBEIRO DE SERQUEIRA		97Q - r Visc. Rio Branco	Imp. Predial	1900
JUAN RORIZ ALONSO e outro		92Q - r Gal. Pedra	Imp. Predial	1901
LENGRUBER (FAMILIA)		58Q+17cas+22+SL - r Santana	Imp. Predial	1900
LEONARDO CAETANO DE ARÁUJO	Um dos maiores contribuintes do Imp. Predial, conselheiro	9Q+4S+4L - lg da Batalha 10T - r Gal. Pedra	Imp. Predial N. Numeração	1900 1878
LUIZA PERPETUA DA COSTA ou LUIZA DA C. PEREIRA DA SILVA	Proprietaria de quartos no Cabeça de Porco	13Q+9T - morro da Providencia 2Q+12cas+3SL - tr D Felicidade 3T - r da Passagem 2Q+T - r BS Félix	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial	1900 1900 1890 1890
MANOEL FRANCISCO S. DEVEZA	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	13T - tr D Castorina 4T - r Visc Itauna 3T+S - tr Bom Jardim 6T+SL+fundos - r N. Freitas	Imp. Predial N. Numeração N. Numeração Imp. Predial	1900 1878 1878 1901
MANOEL J. MAGALHAES MACHADO	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902	35Q+3T - r Visc Sapucahy	Imp. Predial	1900
MANOEL JOAO SEGADAS VIANNA		40Q+2T - r Nova d'Alfandega 41Q - beco da Moeda	Imp. Predial Cod. 43-1-29	1900 1894
MANOEL MARINHO LOPES		109Q - ladeira do Seminario	Imp. Predial	1890
MANOEL PAIM PAMPLONA		14Q+T - r Cajueiros 4Q+T - r Alcantara	Imp. Predial Imp. Predial	1873 1873
MEL. PEREIRA DE SOUZA BARRÓS		69Q+4T+4S - r Imperatriz 21T+SL+fundos - r Santana 3T+3S - r Senador Pompeu	Imp. Predial Imp. Predial N. Numeração	1900 1900 1878
MANOEL SALGADO ZENHA	Cia Confiança Industrial	30Q+2T+A - av sr Matosinhos	Imp. Predial	1890
M. DA GLORIA ALVES PINTO		96Q+SL - r Senador Pompeu	Imp. Predial	1901
MAUA MAC GREGOR & CIA.		40Q+3T - pq dos Lazaros	N. Numeração	1878
MIGUEL DANTAS GLZ PEREIRA	um dos maiores contribuintes do Imp. Predial em 1902; conselheiro	82Q - r Visc. Itauna	Imp. Predial	1900

MILITAO MAXIMO DE SDUZA (BARAO DO ANDARAI)	importador	70Q+2T - r Invalidos	Imp. Predial	1873
MITRA EPISCOPAL	proprietaria do Seminario de S. José no n. Castelo, transformado em cortiço		C. Manha	3/1/1905
PADRES MENDES DE PAIVA	proprietarios dos prédios da chacara da Floresta, no n. Castelo	127Q+2T+2SL+quartos - rua da Ajuda	Imp. Predial	1878
PEDRO EVANGELISTA DE CASTRO		109Q - r B Itapagipe	Cod. 43-1-33	1901
PROPRIO MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL	53T - r Saude	Imp. Predial	1884
PROPRIO NACIONAL	FAZENDA NACIONAL	10R - r Rego Barros 24Q+T+S+2coch - r Nabuco Freitas 41Q+4T - r Senado 36Q+telheiro - Estacio de Sa 4Q+T - pr Saudades	Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial Imp. Predial N. Numeracao	1901 1901 1900 1884 1878
RODRIGO VENANCIO ROCHA VIANA		68Q+2T - r Invalidos	Imp. Predial	1900
SANTA CASA DE MISERICORDIA		75comodos em diversas casas - r da Misericordia	Cod. 44-2-10	1895
SUA ALTEZA REAL (CONDE D'EU)		12Q+T+SL+Chacara+coch - r Guanabara 2T+Q - r Guanabara	Imp. Predial Imp. predial	1878 1878
S. M. IMPERIAL		5Q+térreos+telheiros-Quinta	N. Numeracao	1878
VISCONDE DE STA. CRUZ		47Q+7SL - r Diogo Feijo	Imp. Predial	1884
VISCONDE DE TOCANTINS		50Q+T+SL - r Santana	Imp. Predial	1884

Q= quartos de estalagem

cas= casinhas de avenida

T= térreos

S= sobrados

L= loja (de sobrado)

ANEXO 2

Os 15 maiores contribuintes do Imposto Predial em 1902.

- 1- Joao Julio Nogueira de Carvalho
- 2- José Julio Pereira de Moraes - Visconde de Moraes
- 3- Manoel Miguel Martins - Barão de Itacuruça
- 4- Alexandre Pereira da Costa
- 5- José Gaspar da Rocha Jr.
- 6- Francisco de Paula Mayrink
- 7- José Luis Fernandes Vilela
- 8- Hermano Cardoso S. Ramos *
- 9- Jeronimo Teixeira Boa Vista
- 10- -Conde de Wilson
- 11- Leonardo Caetano de Araujo
- 12- Joao Leopoldo Modesto Leal
- 13- Manoel de Costa Braga
- 14- Antonio Augusto Carvalho Martins *
- 15- Manoel Jose de Magalhaes Machado

* Não foram encontrados documentos que informassem sobre suas propriedades imobiliárias. Todos os demais eram proprietários de habitações coletivas, entre outros imóveis.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice
44-2-64, fl 1.

Bibliografia

Fontes Primárias.

Manuscritos

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códices:

- 43-1-25 Estalagens e cortiços.
- 43-1-26 Estalagens e cortiços.
- 43-1-27 Estalagens e cortiços.
- 43-1-28 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-29 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-30 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-31 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-32 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-33 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-34 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-35 Estalagens e Cortiços.
- 43-1-36 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-37 Livro de Registro de Estalagens.
- 43-1-38 Estalagens e Cortiços.
- 41-3-35 Estalagens e Cortiços.
- 41-3-26 Estalagens e Cortiços.
- 41-4-5 Estalagens e Cortiços.
- 40-4-32
- 41-3-35 Cortiços e estalagens.
- 41-3-36 Cortiços e estalagens.
- 44-2-7 Habitações coletivas, estalagens ou cortiços.
- 44-2-8 Habitações coletivas.
- 44-2-9 Habitações coletivas.
- 44-2-10 Habitações coletivas.
- 44-2-11 Habitações coletivas.
- 44-2-12 Habitações coletivas.
- 44-2-64 Imposto Predial.
- 59-1-31 Documentação avulsa.
- 32-3-23 Logradouros públicos.
- 36-1-7 Logradouros públicos.

Publicações.

Brasil - Conselho Superior de Saúde Pública - Pareceres sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações destinadas às Classes Pobres. R.J., Imprensa Nacional, 1886.

Brasil - Habitações Populares- Relatórios apresentados ao Exmo.Sr.Dr.J.J.Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. In: Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr.J.J.Seabra, Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1906. Vol.III. Diretoria do Interior. R.J., Imprensa Nacional, 1906.

Brasil, Inspectoria Geral de Hygiene - Hygiene das Habitações - Parecer sobre Posturas de Construções no Município Neutro apresentado pelo Dr.Pires de Almeida. R.J., Imprensa a Vapor de Lombaerts & Comp. 1886.

Backheuser, Everardo - Habitações Populares. R.J., Imprensa Nacional, 1906.

Bulhoes de Carvalho, dr., Anuario de Estatística Demographo-Sanitaria do D.F e algumas Capitães do Brasil Anno I, 1895, R.J., Imprensa Nacional, 1897.

Costa, A.Correa de Souza - Qual a Alimentação que usa a Classe Pobre do Rio de Janeiro e sua Influencia sobre a mesma Classe. R.J., Typ.Perseverança, 1865.

Cruz, Bento Gonçalves - Relatorio dos Trabalhos da Inspectoria Gral de Hygiene 1891-92. R.J,Imprensa Nacional.

Cavalcanti, Joao Curvello - Nova Numeracao dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Typ. Gazeta de Noticias, 1878.

Fogliani, Giuseppe - Projecto de Melhoramento na Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Typ. Lith. Borgonovo, 1903.

Ibituruna, Barao de - Projecto de Alguns Melhoramentos para o Sanéamento da Cidade do Rio de Janeiro apresentado ao Governo Imperial pela Inspectoria Geral de Hygiene. R.J., Typ. de Pereira Braga & C., 1886.

Jannuzzi, Antonio - Pelo Povo: Monographia sobre as Casas Operárias. R.J., Typ Jornal do Comércio, 1909.

Pimentel, Antonio Martins de Azevedo - Subsidios para o Estudo de Hygiene do Rio de Janeiro. R.J., Typographia e Lytographia de Carlos Gaspar da Silva, 1890.

Rebouças, André - Saneamento de Napoles - Saneamento do Rio de Janeiro. In: Revista dos Constructores, setembro 1889.

Ribeiro de Freitas, B. - Hygiene das Habitacoes. In: Revista dos Constructores, março/dezembro 1886.

Rio de Janeiro (Cidade) - Consolidação das leis e Posturas Municipais 1838-1894. R.J.

Rio de Janeiro (Cidade) - A administração do Dr. Francisco Pereira Passos no Distrito Federal. R.J. Typ d'o Economista Brasileiro, 1906.

Rio de Janeiro - Relatório da Comissao de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Typ. Nacional, 1875.

Rio de Janeiro (Prefeitura do D.F.) - Código de Posturas - Leis, Decretos, Editais e Resolucoes da Intendencia Municipal do Distrito Federal. R.J., Pap. e Typographia Mont'Alverne, 1894.

Fontes Secundárias.

- Abreu, Mauricio de Almeida - Da Habitação ao Habitat: uma Interpretação Geográfica da Evolução da Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro(1850-1930). R.J., FCRB, 1984.
- Abreu, Mauricio e Bronstein, Olga -Políticas Públicas Estrutura Urbana e Distribuição de População de Baixa Renda na área Metropolitana do Rio de Janeiro. R.J., IBAM, 1978.
- Alcantara, Dora - Anotações sobre os Sistemas Construtivos no Século XIX. R.J., FCRB, s/d.
- Azevedo, Aluisio - Casa de Pensão. S.P., Livr.Martins.
- Azevedo, Aluisio - O Cortiço. B.H., Ed.Itatia Ltda., 1980.
- Bandeira, M.e Drummond de Andrade, C.- Rio de Janeiro em Prosa e Verso. R.J., J.Olympio, 1965.
- Benchimol, Larry Jaime - Pereira Passos, um Haussmann Tropical. As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Dissertação apresentada ao PUR/COPPE/UFRJ, 1982.
- Carvalho, Lia de Aquino - Contribuição ao Estudo das Habitações Populares, Rio de Janeiro, 1886/1906. Dissertação de Mestrado, ICHF, UFF, 1980.
- Centro de Memória Social, Conjunto Universitário Candido Mendes - A Assistência Médica no Rio de Janeiro: uma Contribuição para sua História no Período 1870-1945. R.J., Xerox, 1980.
- Cascudo, Luis da Camara - Conde d'Eu. R.J., Comp. Editora Nacional, 1933.
- Coaracy, Vivaldo, Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. R.J., Livraria J. Olympio, 1965.
- Choay, Françoise - Semiologie et Urbanisme - In: Le Sens de la Ville - Paris, Ed. du Seuil, 1965.
- Costa, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar- R.J., Graal, 1983.
- Costa, Nelson - Páginas Cariocas. R.J., Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1961.
- Cruls, Gastao - Aparencia do Rio de Janeiro. R.J., Livraria José Olympio Ed., 1965.
- Da Matta, Roberto - Casa, Rua & outro Mundo: Reflexões sobre o Espaço e a Sociedade. - In: rev.PHAN n.19, 1984.
- Edmundo, Luiz - O Rio de Janeiro do meu tempo. R.J., Conquista, 1957, 5v.

Elia, Francisco C.F. - A Habitação Popular no Rio de Janeiro R.J., FCRB, 1984.

Engels, Friederich - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Porto, Afrontamento, 1975.

Engels, F. A Questão da Habitação. B.H., Aldeia Global Ed. 1979.

Estudos FUC A Polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930. R.J., PUC, 1981.

Faoro, Raymundo - Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio S.P., Companhia Editora Nacional, 1974.

Fausto, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 - 1920). Sao Paulo, Difel, 1976.

Ferrez, Gilberto - Registro Fotográfico da construção da Av. Rio Branco 1903-1906. R.J., Museu Nacional de Belas Artes, 1982.

Foucault, Michel - Microfísica do Poder R.J., Graal, 1984.

Goitia, Fernando Chueca - Breve História do Urbanismo. Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes, 1982.

Grupo de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo - Legislação Urbana 1838/1930 PUR UFRJ, Xerox, 1983.

Guzzo Decca, M.A. - Vilas, Cortiços e Poroos: Habitação Operária em Sao Paulo. Xerox, 1979.

Harvey, David - Trabajo, Capital y Lucha de Clases en torno al Medio Construido en ls Sociedades Capitalistas Avanzadas

Lamarao, Sergio T. de Niemeyer - Dos Trapiches ao Porto: uma Contribuição ao Estudo da Produção da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao PUR UFRJ, 1984

Lemos & Corona - Dicionário da Arquitetura Brasileira. S.P., Edart, 1978.

Lindsay-Bucknall, Hamilton - Um jovem Irlandês no Brasil em 1874. R.J., Hachette do Brasil, 1976.

Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer - História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial a Financeiro) R.J., IBMEC, 1978, 2V.

Lobo, Eulalia M. - Condições de Vida dos Artesãos e do Operariado no Rio de Janeiro na Década de 1880 à 1920. In: Nova Americana n.4, 1981.

Lobo, Eulalia Maria L. et alii - Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro: 1820/1939 - Resultados Preliminares. In: Revista Brasileira de Economia, R.J., (4).

Machado, Roberto et alii - Danação da Norma R.J., Graal, 1978

Macedo, Roberto - Barata Ribeiro. A Administração do 1º Prefeito do Distrito Federal. R.J., DASP, 1955.

Maul, Carlos - O Rio da Bela Epoca. R.J., Livraria Sao José, 1968.

Mello, Joao Manuel Cardoso - O Capitalismo Tardio. S.P. Brasiliense, 1982.

Morais de los Rios Filho, A. - Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira R.J., A Noite, 1941.

Nava, Pedro - Balao Cativo: Memórias /2 R.J., Livraria José Olympio, 1977.

Nizza Ja Silva, M.B.- Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro 1808-1821. Col. Brasiliana, vol.363, S.P., Cia Ed. Nacional, 1977.

Pereira da Silva, M.L. - O Estado e o Capital Privado na Disputa pelo Controle e Administração dos Transportes Coletivos: a Resposta dos Usuários e a Face da Cidade. R.J., tese apresentada ao PUR UFRJ, 1979.

Pinheiro Paulo S. e Hall, Michael M.- A Classe Operária no Brasil 1889-1930. Documentos, Brasiliense/Funcamp, 1981.

Porto Rocha, Oswaldo - A Era das Demolições. Dissertação apresentada ao Mestrado em História, ICHF, UFF, 1983.

Queiroz Ribeiro, L.C. e Pechman, R.M. - O que é a questão da Moradia. S.P., Ed. Brasiliense, 1983.

Queiroz Ribeiro, L.C. et alli - Formação e Transformação do Espaço Construído e Sistemas de Produção e Circulação da Moradia - dos Cortiços, Estalagens e Casas de Comodos à Formação dos Subúrbios- 1870/1930. - Xerox, PUR UFRJ, 1983.

Rabha, Nina Maria Elias - Cristalização e resistencia no Centro do Rio de Janeiro Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Geociencias da UFRJ, 1984.

Reis Filho, N.Goulart - Quadro da Arquitetura no Brasil S.P., Ed. Perspectiva, 1978.

Reis, José de Oliveira- O Rio de Janeiro e seus Prefeitos R.J., Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977, 3v.

Ribeiro, Ana Clara T. - O dia a dia na cidade.As incertezas do trabalho. Texto apresentando a XXI reunião da SBPC, Fortaleza, 1979.

Ribeiro, Ana Clara T. e Teixeira, Amélia - A Habitação no Movimento Operário. Comunicação apresentada à XXVII reunião anual da SBPC, R.J., 1980.

Santos, Paulo - Quatro Séculos de Arquitetura. R.J., IAB, 1980.

Santos, Milton - Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.

Sevcenko, Nicolau - Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. S.P., Brasiliense, 1983.

Sevcenko, Nicolau - A Revolta da Vacina. Mentres Insanas em Corpos Rebeldes. S.P., Brasiliense, 1984.

Schwarz, Roberto - A Velha Pobre e o Retrartista. In: Novos Estudos CEBRAP v.1, n.2, abril 1982.

Singer, Paul - Economia Política da Urbanização.

Turkiewicz, Benamy - A Forma da Cidade: Agenda para um Debate. Cadernos Brasileiros de Arquitetura n.º 12, setembro de 1984.

Vauthier, L.L. - Casas de Residência no Brasil. In: Wasth Rodrigues et alii - Arquitetura Civil I-S.P., FAUUSP, MEC - IPHAN, 1975.

Vaz, Lilian e Dezouart, Elisabeth - Obras de Melhoramentos no Rio de Janeiro: um Debate Antigo e um Privilégio Concorrido. R.J., Xerox, 1985.

Vogel, Arno e Mello, Marco Antonio da Silva - Lição de Rua o que um Racionalista pode Aprender no Catumbi. In: Arquitetura Revista, n.º 1, 1983.